

# REVISTA

DO INSTITUTO HISTÓRICO  
E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

Nº 38 | 2009



# REVISTA

DO INSTITUTO HISTÓRICO  
E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

**F**undado em 1912, reconhecido como de utilidade pública pela Lei Estadual nº 694, de 9 de novembro de 1915, considerado de utilidade continental pela Resolução nº 58, do Congresso Americano de Bibliografia e História, de Buenos Aires, em 1916, reconhecido de utilidade pública pelo Decreto Federal nº 14.074, de 19 de fevereiro de 1920, reconhecido de utilidade pública pelo Governo do Estado de Sergipe, pela Lei 5.464 de 11 de novembro de 2004, e reconhecido de utilidade pública pela Prefeitura Municipal de Aracaju, pela Lei 3.203 de 06 de outubro de 2004.

© 2009 Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

EDITOR

Samuel Barros de Medeiros Albuquerque

CONSELHO EDITORIAL

(Comissões de História e Geografia do IHGSE)

Adelci Figueiredo Santos (UFS)

Ana Maria Fonseca Medina (Academia Sergipana de Letras)

Antônio Fernando de Araújo Sá (UFS)

Beatriz Góiz Dantas (UFS)

Neuza Góis Ribeiro (UFS)

Vera Lúcia França (UFS)

FICHA TÉCNICA

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Adilma Menezes CESAD/UFS

Imagem da Capa

Brasão do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

Tiragem

400 exemplares

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFS

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe/  
Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. – Vol. 1,  
n. 1 (1913) –. – Aracaju: Instituto Histórico e Geo-  
gráfico de Sergipe, 1913-

1. História de Sergipe. 2. Geografia de Sergipe.

CDU 91+94(813.7) (05)

# INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

Rua Itabaianinha, 41  
Aracaju - Sergipe, 49010-190  
Fundado em 06 de agosto de 1912

PRESIDENTE DE HONORÁRIO  
Governador do Estado de Sergipe  
Marcelo Déda Chagas

PRESIDENTE DE HONRA  
Maria Thetis Nunes

## **DIRETORIA**

PRESIDENTE  
José Ibarê Costa Dantas

VICE-PRESIDENTE:  
Terezinha Alves de Oliva

SECRETÁRIO GERAL:  
Lenalda Andrade Santos

1º. SECRETÁRIO:  
Tereza Cristina Cerqueira da Graça

2º. SECRETÁRIO:  
José Rivadálvio Lima

ORADOR OFICIAL:  
José Vieira da Cruz

1º TESOUREIRO:  
Ancelmo de Oliveira

2º TESOUREIRO:  
Saumíneo da Silva Nascimento

DIRETOR DO MUSEU E DA  
PINACOTECA  
Verônica Maria Meneses Nunes

DIRETOR DO ARQUIVO E DA  
BIBLIOTECA  
Sayonara Rodrigues do Nascimento

## COMISSÕES

COMISSÃO DE HISTÓRIA  
Ana Maria Fonseca Medina  
Antônio Fernando de Araújo Sá  
Beatriz Góiz Dantas

COMISSÃO DE GEOGRAFIA  
Adelci Figueiredo Santos  
Neuza Góis Ribeiro  
Vera Lúcia França

COMISSÃO DE ADMISSÃO DE SÓCIOS  
Ednalva Freire Caetano  
Gilton Feitosa Conceição  
Petrônio Andrade Gomes

COMISSÃO DE DOCUMENTAÇÃO E  
DIVULGAÇÃO  
Cristina de Almeida Valença  
Samuel Barros de M. Albuquerque  
Vanessa Santos de Oliveira

COMISSÃO DE FINANÇAS E PATRI-  
MÔNIO  
José Hamilton Maciel Silva  
Luíz Eduardo de Magalhães  
Newton Pedro da Silva

COMISSÃO DE ESTATÍSTICA E  
INFORMÁTICA  
Antônio Bittencourt Júnior  
Antônio Porfírio de Matos Neto  
Suely Gleide Amâncio da Silva

## SÓCIOS BENEMÉRITOS

Antônio Carlos Valadares  
Edvaldo Nogueira  
João Alves Filho  
João Fontes de Faria  
João Gomes Cardoso Barreto]  
José Carlos Mesquita Teixeira  
José Eduardo Barros Dutra  
Lourival Baptista  
Luiz Eduardo de Magalhães  
Marcelo Déda Chagas  
Maria do Carmo Nascimento Alves  
Sebastião Celso de Carvalho

## SÓCIOS HONORÁRIOS

Jackson da Silva Lima  
Josué Modesto dos Passos Subrinho

## SÓCIOS EFETIVOS

Adailton dos Santos Andrade  
Adelci Figueiredo Santos  
Afonso Barbosa de Souza  
Aglaré D'Avila Fontes  
Airton Bezerra Lócio de Carvalho  
Amâncio Cardoso dos Santos Neto  
Ana Conceição Sobral de Carvalho  
Ana Maria Fonseca Medina  
Ancelmo de Oliveira  
Anita Rocha Paixão Sotero  
Antônio Bittencourt Júnior  
Antônio Carlos dos Santos  
Antônio Carlos Nascimento Santos  
Antônio Fernando de Araújo Sá

Antônio Lindvaldo Sousa	José Ibarê Costa Dantas
Antônio Ponciano Bezerra	José Lima Santana
Antônio Porfírio de Matos Neto	José Maria do Nascimento
Antônio Samarone de Santana	José Rivadálvio Lima
Antônio Vieira da Costa	José Thiago da Silva Filho
Arionaldo Moura Santos	José Vieira da Cruz
Aristela Arestides Lima	Josefa Eliana Souza
Beatriz Gois Dantas	Juvenal Francisco da Rocha Neto
Bemvindo Salles de Campos Neto	Lauro Cruz dos Santos
Cristina de Almeida Valença	Lenalda Andrade Santos
Djaldino Mota Moreno	Lourival Santana Santos
Domingos Pascoal de Melo	Lúcio Antônio Prado Dias
Ednalva Freire Caetano	Luiz Alberto dos Santos
Eduardo Antônio Seabra	Luiz Vieira Lima
Eugênia Andrade Vieira da Silva	Manfredo Góes Martins
Evande dos Santos	Manoel Alves de Souza
Fernando José Ferreira Aguiar	Marcelo Batista Santos
Francisco José Alves dos Santos	Marcelo da Silva Ribeiro
Gerson Vilas Boas	Márcio Carvalho da Silva
Gilberto Francisco Santos	Marcos Antônio Almeida Santos
Gilton Feitosa Conceição	Maria Glória Santana de Almeida
Hélio José Porto	Maria Lúcia Madureira Pina
Igor Leonardo Moraes Albuquerque	Maria Lúcia Marques Cruz e Silva
Ilma Mendes Fontes	Maria Neide Sobral da Silva
Itamar Freitas de Oliveira	Mary Nadja Freire de Almeida Seabra
Jean Marcel D'Avila Fontes de Alencar	Murilo Melins
João Costa	Neuza Maria Gois Ribeiro
João Francisco dos Santos	Niltton Pedro da Silva
João Hélio de Almeida	Paulo Sérgio da Costa Neves
João Oliva Alves	Pedro dos Santos
José Alberto Pereira Barreto	Petrônio Andrade Gomes
José Anderson do Nascimento	Ricardo de Oliveira Lacerda
José Antônio Santos	Ricardo Nascimento Abreu
José Araújo Filho	Ricardo Santos Silva Leite
José de Oliveira Brito Filho	Robervan Barbosa de Santana
José Francisco da Rocha	Rômulo de Oliveira Silva
José Hamilton Maciel Silva	Ruy Belém de Araújo
José Hamilton Maciel Silva Filho	Samuel B. Medeiros de Albuquerque

Saumíneo da Silva Nascimento	Francisco C. Nobre de Lacerda Filho
Sayonara Rodrigues do Nascimento	Francisco de Albuquerque
Suely Gleide Amâncio da Silva	Hélio Melo
Tadeu Cunha Rebouças	João Carlos Paes de Mendonça
Tereza Cristina Cerqueira da Graça	João Feltre Medeiros
Terezinha Alves de Oliva	João Fontes de Faria
Vanessa dos Santos Oliveira	João Justiniano da Fonseca
Vera Lúcia Alves França	Jorge Alecandro de Oliveira Júnior
Verônica Maria Meneses Nunes	José Arthur da Cruz Rios
Vilder Santos	José Otávio de Melo
Wagner da Silva Ribeiro	José Passos Neto
Wanderlei de Oliveira Menezes	José Sebastião Wither

### **SOCIOS CORRESPONDENTES**

Acrísio Torres Araújo	Luís Mott
Adilson Cezar	Luiz de Araújo Pereira
Adirson Vasconcelos	Luiz Paulino Bonfim
Agnaldo Marques	Manuel Correia de Andrade
Almir de Oliveira	Márcio Polidoro
Antônio Vasconcelos	Marco Antônio Vasconcelos Cruz
Bricio Cardoso Lemos	Marcus Odilon
Cleonice Campelo	Maria Helena Hessel
Clóvis Meira	Nassim Gabriel Mehedff
Consuelo pondé de Sena	Nazir Maia
Dino Willy Cozza	Nonato Marques
Dionysia Brandão Rocha	O' Mon' Alegre
Edvaldo M. Boaventura	Ovídio Melo
Elodia Ferraz Macedo	Ricardo Teles Araújo
Elza Regis de Oliveira	Rui Vieira da Cunha
Eno Teodoro Wanke	Salime Abdo
Esther Caldas Guimarães Bertolletti	Sérgio Sampaio
Ewerton Vieira Machado	Sônia Van Dick
Fábio da Silva	Stela Leonardos
	Ulisses Passarelli
	Victorino Coutinho C. de Miranda



### QUADRO DE FUNCIONÁRIOS

#### **FUNÇÃO**

Oficial Administrativo  
Auxiliar Administrativo  
Técnico Operacional  
Executor de Serviços Básicos  
Estagiário  
Estagiário  
Estagiário  
Estagiário  
Estagiário  
Estagiário  
Estagiário

#### **FUNCIONÁRIO**

Ângela Nickaulis Corrêa Silva  
Gustavo Paulo Bomfim  
Maria Fernanda dos Santos  
José Carlos de Jesus  
Alisson Fabiano Silva Ferro  
Anne Caroline Santos Lima  
Gilsimara Andrade Torres  
José Alberto Caldas Júnior  
Kleckstane Farias e Silva Lucena  
Lucas Galindo Santos Pinto  
Rafael Coelho Santana



## APRESENTAÇÃO

É sempre uma satisfação apresentar mais um número da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE). O 38º é o quinto consecutivo publicado na atual gestão, que tem conseguido assegurar a edição anual sem solução de continuidade.

Dentro dos parâmetros estatutários da "Casa de Sergipe", vimos mantendo a orientação geral da Instituição de trazer contribuições à História e a Geografia de Sergipe, cultivar nossa memória, inclusive homenageando figuras marcantes de nossa constelação cultural, e prestar contas de nossas atividades administrativas.

O atual número começa com um artigo enfrentando a controversa questão da primitiva localização de São Cristóvão, primeiro núcleo de povoamento do período colonial.

Outro tema oportuno, sobre o qual já existem alguns estudos, mas está a carecer de maiores contribuições, refere-se à epidemia de cólera-morbus que afetou Sergipe em 1855. Aqui são analisadas, sobretudo, suas consequências para a sociedade.

Seguem dois trabalhos diferenciados, mas com pontos de identificação, quais sejam a sociabilidade de africanos livres no vale do Cotinguiba e os festejos de São João em determinada artéria de Aracaju.

Dando sequência ao sumário, encontramos dois artigos referentes ao século XX: A educação feminina correlacionada com o ensino de Línguas e os primeiros automóveis em nossa capital.

Segue uma sessão de homenagens variadas, na medida em que lembra o Barão de Maroim a propósito do seu bicentenário de nascimento, o grande jurista sergipano Gumersindo de Araújo Bessa, cujo nascimento completa 150 anos, os médicos militares sergipanos que atuaram em Canudos, o professor Felix D'Avila em seus 80 Anos de História de Poder a Serviço da Educação Física, bem como outros mestres que marcaram o magistério sergipano nos séculos XIX e inícios do século XX.

Nas páginas de saudades, evocamos dois dos mais eminentes intelectuais sergipanos falecidos este ano, Manuel Cabral Machado e Mário Cabral.

São transcritas também três palestras e, na parte de documentos inéditos, publicamos *fac-símile* de quatro cartas bastante expressivas, que integram o acervo documental do IHGSE.

Por fim, apresentamos o tradicional Relatório Anual da Gestão, no qual se fala das Instalações Físicas, da Biblioteca e do Arquivo, do Museu e da Pinacoteca, das restaurações dos quadros de pintura, dos visitantes, das finanças e dos eventos, entre os quais a realização do I Congresso Sergipano de História.

Finalizamos, registrando nossos agradecimentos a todos que se empenharam diretamente para edição deste número da Revista, especialmente Samuel Albuquerque, que recolheu e organizou as contribuições, Adilma Menezes por providenciar a Editoração Eletrônica a fim de que a Universidade Federal de Sergipe pudesse, mais uma vez, promover a publicação nos termos do convênio com o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Aracaju/Se, 30 de junho de 2009.

José Ibarê Costa Dantas  
Presidente

## SUMÁRIO

**APRESENTAÇÃO** ..... 11

### **ARTIGOS**

MORRO DO URUBU: local da primitiva São Cristóvão ..... 17  
*Francisco José Alves*

AS FILHAS DA PESTE: fome, morte e orfandade  
– Sergipe, 1855-1856 ..... 25  
*Amâncio Cardoso*

AFRICANOS LIVRES E SOCIABILIDADES  
NO VALE DO COTINGUIBA ..... 49  
*Aline Ferreira da Silva*  
*Daniela Moura Bezerra*  
*Williams Souza Silva*  
*Frank Nilton Marcon*

DAS NOVENAS À FESTA URBANA: breve histórico dos  
festejos juninos da Rua São João ..... 75  
*Priscila Santos Silva*  
*Eufrázia Cristina Menezes Santos*

A EDUCAÇÃO FEMININA E O ENSINO DE LÍNGUAS:  
o caso da Escola Normal de Aracaju (1911-1950) ..... 111  
*Luiz Eduardo Menezes de Oliveira*  
*Fabiane Vasconcelos Andrade*

“A 10 QUILÔMETROS POR HORA”: automóveis  
em Sergipe no início do século XX ..... 139  
*Andreza Santos Cruz Maynard*

## **HOMENAGENS**

O BARÃO DE MARUIM E O PROCESSO DE  
MUDANÇA DA CAPITAL ..... 155  
*Dênio S. Azevedo*

O SESQUICENTENÁRIO DO NASCIMENTO DE  
GUMERSINDO BESSA (1859-1913) ..... 167  
*Rafael Araújo de Souza*

MÉDICOS MILITARES SERGIPANOS EM CANUDOS ..... 191  
*Alberto Martins da Silva*

PROFESSOR FELIX DÁVILA: 80 anos de uma história  
de poder a serviço da educação física ..... 203  
*Néviton Felipe da Silva*

OS MESTRES DE OUTROS TEMPOS ..... 237  
*Acrísio Tôres*

## **PÁGINAS DA SAUDADE**

ELOGIO A MANUEL CABRAL MACHADO ..... 253  
João Oliva Alves

NÊNIAS AO POETA MÁRIO CABRAL ..... 263  
Ana Maria Medina

## **PALESTRAS**

PUZZLE ENTRE HISTÓRIA E MEMÓRIA ..... 269  
Antônio Fernando de Araújo Sá

ARQUIVO PÚBLICO DE SERGIPE: um lugar da  
memória sergipana ..... 283  
Manuel Alves do Prado Neto

PALAVRAS VERDADEIRAS: Enoch Santiago ..... 289  
Gilfrancisco

## **RESENHA**

CONHECENDO SERGIPE EM SUA DIVERSIDADE..... 305  
Cláudio Ubiratan Gonçalves

## **DOCUMENTOS**

CARTAS INÉDITAS ..... 313

**RELATÓRIO** ..... 319  
José Ibarê Costa Dantas

**NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE TRABALHOS** ..... 335





## MORRO DO URUBU: local da primitiva São Cristovão\*

Francisco José Alves\*\*

### RESUMO:

Revisão crítica das hipóteses sobre a localização primitiva da cidade de São Cristóvão/SE. Aborda, inicialmente, a historiografia do século 19 mostrando como se consolidou a hipótese da localização da cidade nas margens do rio Poxim. Por fim, com base em quatro testemunhos de época, especialmente num documento cartográfico, defende a tese de que a primeira São Cristóvão teria sido erguida no morro do Urubu, zona norte de Aracaju.

PALAVRAS-CHAVE: São Cristóvão, Morro do Urubu, Aracaju, Historiografia.

---

\* Desdobramento de comunicação apresentada no II Seminário do Arquivo Judiciário, Aracaju, 13 de março de 2008.

\*\* Professor do Departamento de História da UFS. *E-mail*: fjalves@infonet.com.br

Onde ficava a primeira São Cristovão? Em que local o conquistador militar de Sergipe, Cristovão de Barros, fincou os fundamentos da colonização sergipana, logo após a sangrenta guerra contra os tupinambás, ocorrida em janeiro de 1590? Esta pergunta capital tem recebido respostas diferentes dos nossos historiadores, desde século 19. Não há consenso entre os peritos quanto a este ponto crucial da nossa história pátria. Consideremos, brevemente, a posição de alguns estudiosos do século 19 que se posicionaram sobre o assunto polêmico. Depois, examinemos alguns documentos mais antigos, visando elucidar ou, pelo menos, contribuir no esclarecimento deste tópico da historiografia sergipense. Como é sabido, na inteligência dos fatos históricos tem precedência às testemunhas da época e não a tradição historiográfica. Desde a fundação da historiografia científica com Leopold von Ranke (1795-1886) este é o princípio norteador da boa obra histórica: ser alicerçada em fontes coevas, contemporâneas ao evento focalizado e não na tradição posterior.

Começemos pelos autores do século XIX que abordam o tema da localização da São Cristovão inicial.

Em sua “Memória” sobre Sergipe, datada de 1808, o Pe. Marcos Antonio de Souza (1771-1842), antigo vigário de Siriri, informa quanto ao lugar da São Cristovão inicial. Em conformidade com o prelado, a cidade foi fundada num “sítio denominado Aracaju”, perto da Barra do Rio Sergipe<sup>1</sup>. O testemunho de Dom Marcos de Souza é indício a ser considerado com cuidado. O sacerdote, na condição de sergipano nato, tinha condições de informar, com segurança e competência. O desafio é esclarecer, com precisão onde ficava o tal sítio “Aracaju”. A que correspondem, nos termos da geografia de hoje, a que parte da capital se refere o sacerdote oitocentista? A tra-

<sup>1</sup> SOUZA, Marcos Antônio de. *Memória sobre Capitania de Sergipe*. 3 ed. Aracaju: Secretaria de Estado da Cultura, 2005. p. 23.

dição conservou, sempre ao longo do tempo, o topônimo Aracaju na Zona Norte da cidade. Não há notícia de nenhum “Aracaju” localizado na zona sul da cidade.

Décadas após a Dom Marcos Antonio de Souza (em 1860), temos o informe do comendador Antonio José da Silva Travassos (1804-1875). O autor localiza a primitiva São Cristovão no “Aracaju”<sup>2</sup>. O empresário sergipano nos diz, positivamente, que Cristovão de Barros desembarcou “no Aracaju” e que, neste mesmo local, levantou uma “ermida” devotada a São Cristovão seu santo patronímico. O testemunho de Travassos, embora procedente do século XIX, merece muito crédito. O autor era um sergipano nato muito conhecedor de nossa geografia e história. Como se vê, os dois cronistas sergipanos da primeira metade do século XIX estão de acordo: localizam a primitiva São Cristovão no “Aracaju”. Em termos atuais, na zona norte da cidade. Note-se que os dois cronistas mais antigos do XIX estão de acordo num ponto essencial: localizam a São Cristovão inicial no “Aracaju”.

É na segunda metade do século XIX que tem início a tradição de localizar a primitiva São Cristovão na zona sul da cidade. A tradição é fundada com Francisco Adolfo Varnhagen (1816-1878). Para Varnhagen, o local da São Cristovão inicial seria “junto a foz do rio Sergipe, atual Contiguiba, sobre o istmo que perto do mar forma aí o deságüe do Poxim...”<sup>3</sup>. História a “guerra de Sergipe” calcado no relato de frei Vicente do Salvador que não informa o exato local da fundação da cidade. Varnhagen, como se vê, entra em frontal desacordo com Dom Marcos de Souza, bem como Travassos. Varnhagen também tem contra si o fato não conhecer pessoalmente Sergipe como

<sup>2</sup> TRAVASSOS, Antonio José da Silva. *Apontamentos Históricos e Topográficos sobre a Província de Sergipe*. Aracaju: Secretaria de Estado da Cultura, 2004, p. 31.

<sup>3</sup> VARNHAGEN, Francisco A. *História Geral do Brasil*. 9. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978. tomo 2, secção 24, p. 34.

conheciam o vigário e o comendador aqui já considerados. O Visconde de Porto Seguro tinha de Sergipe conhecimento documental. Já Souza e Travassos tinham conhecimento pessoal das coisas de Sergipe. Assim sendo, os dois merecem mais crédito que Varnhagen, o venerado fundador da historiografia nacional.

Um seguidor famoso da hipótese do Visconde de Porto Seguro é o sergipano Felisbello Freire (1850-1916). Freire, praticamente, repete as palavras de Varnhagen. Sobre a localização da primeira São Cristovão diz que ela foi levantada “sobre o istmo que forma a barra do rio Poxim, junto à foz do rio Sergipe, hoje [1892] Cotinguiba”<sup>4</sup>. No entender do historiador oitocentista, como se vê, a São Cristovão primordial teria lugar em terras do atual Parque dos Cajueiros, zona Sul da cidade, ao lado da via que liga o Centro à Atalaia Velha. Assim, Varnhagen e Freire fundam a tradição de localizar a São Cristovão inicial na “foz do Poxim”. O parecer dos dois é repetido, *ad nauseam*, pelos autores do século XX, epígonos dos dois historiógrafos oitocentistas. É o caso de José Sebrão Sobrinho, Maria Thetis Nunes e de João Pires Winne em obras que abordam o tema. A tradição consolidada ganhou foros de verdade inquestionável, de fato estabelecido. Desconheço autores do século 20 que duvidem da dupla Varnhagen/Freire. Tornou-se um dogma na nossa historiografia.

Considerados estes autores oitocentistas, examinemos os documentos mais antigos, portanto mais próximos ao evento: a fundação da primitiva São Cristovão.

O testemunho mais antigo sobre a localização da São Cristovão primitiva é um documento datado de 1603, treze anos após o fato em exame. Trata-se de uma carta de sesmaria na qual o capitão-mor de Sergipe, Tomé da Rocha, concede à Câmara Municipal de São Cristovão, terras para o “acrescentamento” da cidade. O documento diz: há sete ou oito anos [por volta de 1595] a cidade estava situada “no

<sup>4</sup> FREIRE, Felisbello. *História de Sergipe*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1977, p. 83.

Aracaju”. Em (1603) o “forte”, construído por Cristóvão de Barros, bem como a igreja foram transferidos para um “oiteiro”, ao redor do qual o Conselho Municipal pede “mil braças de terras”<sup>5</sup>.

Para infelicidade dos estudiosos o documento seiscentista é muito lacônico. Todavia, é inequívoca quanto à localização da São Cristóvão inicial “no Aracaju”. Quanto ao “oiteiro” mencionado no documento, é o segundo local da cidade. Na opinião de Urbano de Oliveira Lima Neto este “oiteiro” corresponderia ao atual “morro do avião”, localizado no bairro Santa Maria, zona norte da cidade. Tal morro, ainda conforme este autor, até o começo do século XX, chamava-se muito eloqüentemente “Alto da Cidade Velha”.

O *Livro que dá razão do Estado do Brasil* é o segundo testemunho de época que nos fornece indícios sobre a localização da “primitiva” São Cristóvão. A obra foi, conforme os peritos, redigida em 1612. É um painel descritivo das capitanias que vão de Porto Seguro até o Rio Grande do Norte. A autoria de *Livro...* é atribuída a Diogo Campos Moreno (1566 – circa 1621). O cronista dedica um capítulo da obra à Capitania de “Sergipe Del Rey”. Nele, o autor fala claramente das três distintas localizações de São Cristóvão. Sobre o primeiro local da cidade, registra: “No ponto a (...) estão as ruínas de um forte que fez Cristóvão de Barros para a guarda da Barra”<sup>6</sup>. É de se perguntar: que lugar era mais apropriado para vigiar a barra: os mangues da foz do Poxim ou o Morro do Urubu?

Convém se frisar a importância da obra de Moreno como testemunha. O que ele diz resulta de visita pessoal as Capitanias retratadas. Por outro lado, a formação militar do autor lhe facultava visão precisa dos fatos narrados, seu testemunho é pessoal, detalhado. Por outro

<sup>5</sup> Carta da Câmara, 03 de setembro de 1603. Apud: FREIRE, Felisbello. *História de Sergipe*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1977. p. 398.

<sup>6</sup> MORENO, Diogo de Campos. *Livro que dá razão do Estado do Brasil*. ed. facsimilar. Rio de Janeiro: INL, 1968, p. 49-50.

lado, há também de se considerar a finalidade da “obra”: fornecer aos governantes um retrato das capitanias visando a defesa militar<sup>7</sup>.

Um terceiro e último testemunho antigo que informa sobre o local inicial de São Cristóvão é um documento iconográfico. Trata-se da carta denominada “Sergipe Del Rey”, do *Livro Razão do Estado do Brasil*, datada de 1616, cujo autor é João Teixeira Albernaz, cartógrafo português, autor de muitos mapas do Brasil nos começos do século 17.

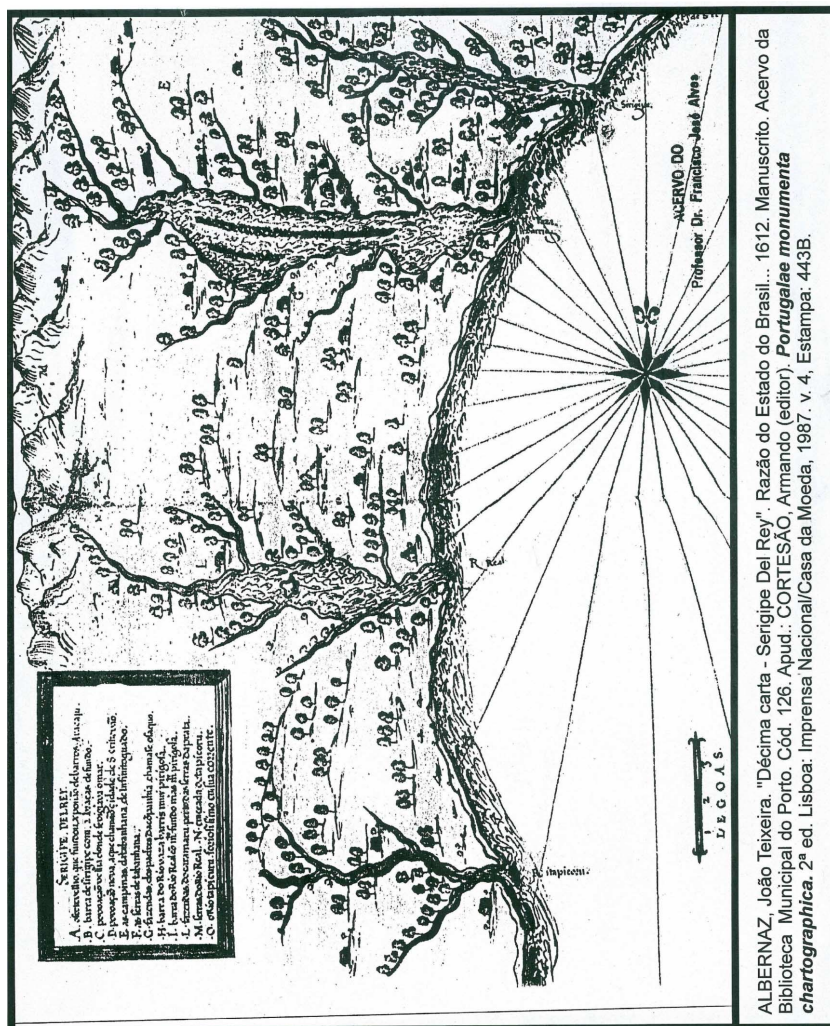
A carta de João Teixeira Albernaz nos oferece alguns dados preciosos para elucidar o lugar inicial da fundação do “forte” e da “igreja” de Cristóvão de Barros, nos anos de 1590. O cartógrafo documenta pontos da geografia física e humana de Sergipe em 1612. Sobre a nossa questão de interesse, o cartógrafo informa nas legendas da carta: a) O Forte Velho fundado por Cristóvão de Barros. Aracaju; b) “A povoação Velha donde se vigiava o mar”; c) Povoação nova a que chamam cidade de São Cristóvão<sup>8</sup>.

Os três topônimos do velho mapa, como se vê, aludem claramente às três localizações da capital fundada por Cristóvão de Barros. O “forte velho” aparece – explicitamente – no “Aracaju”. A que corresponde tal denominação nos termos da geografia de hoje? Creio que o “Aracaju” de João Albernaz nada mais é do que o nosso atual Morro do Urubu. A favor desta tese, tem-se o fato da continuidade da nomeação ao longo do século 19: “Santo Antônio do Aracaju”, “morro do Aracaju”. A tradição conservou o topônimo nomeando assim a elevação situada ao norte da cidade, atual bairro Porto Dantas. Certamente, o “Aracaju” de João Albernaz é o mesmo topônimo aludido pela Câmara no documento datado de 1603, anteriormente mencionada. Outra razão à favor do Morro do Urubu é feitiço militar da conquista. É muito pouco provável que Cristóvão de Barros fosse construir os marcos iniciais da colonização sergipana nos charcos da foz do Poxim, como querem Felisbelo Freire e os seus epígonos do século 20.

<sup>7</sup> VIANA, Hélio. Introdução. In: MORENO, Diogo de Campos. *Livro que da razão do Estado do Brasil*. 1612. Recife: Arquivo Público Estadual, 1955. p. 5-105.

<sup>8</sup> ALBERNAZ, João Teixeira. Carta Sergipe Del Rey. Em CORTESÃO, Armando (org.) *Portugaliae Monumental Cartographica*. 2. ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 1987. v. 4, estampa 443B.

MORRO DO URUBU



ALBERNAZ, João Teixeira. "Décima carta - Sergipe Del Rey", Razão do Estado do Brasil... 1612. Manuscrito. Acervo da Biblioteca Municipal do Porto. Cód. 126. Apud.: CORTESÃO, Armando (editor). *Portugaliae monumenta cartographica*. 2ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1987. v. 4, Estampa. 443B.

Tomando a minha hipótese como correta teremos uma evidente coerência quanto às três localizações da cidade. As três estão localizadas em pontos altos um fator de muita importância na defesa militar do território a pouco conquistado dos índios e dos franceses. Por outro lado, os três sítios de São Cristovão evidenciariam um movimento de interiorização.

Fosse a São Cristovão inicial fundada nos pântanos da foz do Poxim destoaria de Olinda, Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro, cidades fundadas pelos portugueses no decorrer do século XVI, e todas situadas em pontos elevados.



AS FILHAS DA PESTE:  
fome, morte e orfandade  
- Sergipe, 1855-1856

Amâncio Cardoso\*

RESUMO:

Em 1855, o Brasil foi assolado, pela primeira vez, por uma intensa epidemia de cólera-morbo. No Nordeste, populações foram dizimadas, pois havia incerteza quanto à origem, natureza e formas de tratamento da doença. Este artigo, analisa os impactos materiais provocados pelo cólera na Província de Sergipe no tocante aos aspectos sócio-econômico e demográfico.

PALAVRAS-CHAVE: Epidemia de cólera, Sergipe, século XIX.

---

\* Professor do Cefet-SE. E-mail: [acneto@infonet.com.br](mailto:acneto@infonet.com.br)

Uma das implicações de graves surtos epidêmicos é o desarranjo no cotidiano e a desordem sócio-econômica. Isto ocorreu durante a assustadora epidemia de cólera em Sergipe entre 1855 e 1856.

O cólera-morbo, originário do vale do rio Ganges, na Índia, se propaga pelo mundo no início do século XIX, num tempo de guerras, conquistas coloniais, grandes migrações e desenvolvimento do comércio internacional. A pandemia invade a Europa nos anos de 1830 e chega ao Brasil em maio de 1855 pelo porto de Belém do Pará. Ela toma as vias marítimas e alcança a Bahia, em julho do mesmo ano. Logo depois, atravessa a fronteira sul de Sergipe, em setembro de 1855, provocando estragos de toda ordem, sobretudo material.

Nestes momentos de exceção, as estruturas materiais também são fendidas. As epidemias desorganizam a produção no campo e o abastecimento das cidades. Nesta conjuntura, a escassez de alimentos, a fome e a morte formam com a peste uma parentela fatal. Com respeito ao embaraço na agricultura alimentícia e no comércio regional, o cólera-morbo trouxe perdas consideráveis.

A redução do fluxo de comerciantes vindos de outras paragens, a paralisação das feiras, a diminuição da relação comercial com a Bahia, principal praça de intercâmbio com Sergipe, e a carestia dos gêneros alimentícios, desencadearam uma desordem sócio-econômica na província durante o cólera de 1855.<sup>1</sup>

Ademais, some-se a isto a morte de lavradores livres e escravos, tanto no setor de cereais quanto no setor agro-exportador canavieiro.

---

<sup>1</sup> Cf. SÁ e BENEVIDES, Salvador Correia de. *Relatório com que foi aberta a Assembléa Provincial de Sergipe no dia 1º de fevereiro de 1857*. Aracaju: Typographia provincial, 1857. p. 25-26.

Na cultura açucareira, a morte de escravos foi sentida.<sup>2</sup> Mas este fato parece não ter abalado com gravidade a produção sacarina e as exportações; certamente por conta, entre outros fatores, da fertilidade do solo, do aumento da área plantada e da elevação do preço do produto no mercado internacional. Outras hipóteses são a imposição da sobrecarga de trabalho dos escravos sobreviventes e a utilização gradativa de mão-de-obra livre.<sup>3</sup>

Nos engenhos, a despeito das estratégias de recomposição (contrabando e reprodução interna) de mão-de-obra escrava, é de se supor que houve uma maximização do esforço despendido pelos trabalhadores que sobreviveram à calamidade nosológica, pois o emprego de máquinas a vapor nos estabelecimentos era praticamente inexistente no período, e nem todos podiam contratar os chamados “vadios” e “vagabundos”, nem muitos destes, em contrapartida, se submetiam à venda e à exploração de sua força de trabalho num ambiente onde

<sup>2</sup> Apesar da mortandade, o número de escravos fatalmente vitimados pelo surto epidêmico é impreciso. O que há são expressões vagas que remetem ao desastre ou registros isolados de um ou outro senhor. João Gomes de Melo (1809-1890), o Barão de Maroim, por exemplo, havia perdido 12 escravos até a data de uma carta que escrevera a outro chefe político local. [Carta do Barão de Maroim ao Coronel João Dantas Martins dos Reis. Aracaju, 12 dezembro 1855]. (IHGS, seção sergipana, caixa 14, doc. 135). Por outro lado, o presidente da Câmara de Laranjeiras anota que, o número de mortos “por fora”, ou seja, nos povoados e engenhos, continua “a estragar com especialidade a escravatura”. [Ofício do presidente da Câmara, Agostinho José Ribeiro Guimarães, ao Barão de Maroim. Laranjeiras, 12 novembro 1855]. Ms.-APES, fundo CM<sup>1</sup>, v. 43. O registro de óbitos de pessoas livres ou escravas era dificultado por diversos motivos. Um deles, conforme alguns párocos, foi a falta de carregadores para conduzir os corpos aos cemitérios. Outros acusavam a negligência de muitas autoridades policiais e eclesiásticas, e, por fim, alguns denunciavam os enterramentos nos matos e roças como um empecilho para se obter registro de coléricos falecidos. Ver respectivamente [Ofício do vigário João Saraiva Salomão ao Barão de Maroim. Freguesia de N. Sra. da Piedade do Lagarto, 10 dezembro 1855]. Ms.-APES, fundo AG<sup>4</sup>, v. 10; [Ofício do vigário Elizário Vieira Muniz ao Barão de Maroim. Freguesia do Socorro, 02 dezembro 1855]. Ms.-APES, fundo AG<sup>4</sup>, v. 10; [Ofício do vigário José Joaquim de Vasconcellos ao Barão de Maroim. Cidade de Maroim, 12 dezembro 1855]. Ms.-APES, fundo AG<sup>4</sup>, v. 10.

<sup>3</sup> FREIRE, F. *História de Sergipe*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1977. p. 61. (1ª edição 1891); ALMEIDA, Maria da Glória S. de. *Nordeste açucareiro (1840-1875)*. Aracaju: UFS/Seplan/Banese, 1993. p. 142-248.

predominava o regime escravista.<sup>4</sup> Por outro lado, alguns pobres livres foram atraídos paulatinamente para o setor agro-exportador açucareiro, em virtude dos discursos veiculados pelo governo e a igreja católica sobre a “valorização do trabalho” no período.<sup>5</sup> Exemplo disto, foi o combate ao ócio e à indolência patenteado em uma carta pastoral enviada a todos os párocos. Difundida entre os fiéis, a missiva foi escrita em 1859 pelo poderoso Arcebispo Primaz D. Romualdo Antônio de Seixas, Marquês de Santa Cruz (1784-1860).<sup>6</sup> Na carta, os ideais de liberdade, honra, harmonia social e religiosa estão associados ao conceito de trabalho a partir da ótica de D. Romualdo, uma das figuras fundamentais da reforma moral e eclesiástica da igreja católica no Império.<sup>7</sup> Desse modo, conforme a idéia da elite proprietária, corroborada por D. Romualdo, a preguiça e a vadiagem grassavam no Império, cuja mentalidade escravista orientava as relações sociais.<sup>8</sup> Assim, a relação de trabalho no setor sacarino em Sergipe permaneceu baseada, sobretudo, na escravidão até as vésperas de sua abolição.<sup>9</sup>

Por conta disto, o médico alemão Robert Christian Berthold Avé-Lallemant (1812-1884), de passagem no ano de 1859 pela região do Cotinguiba, principal área de exportação do açúcar, observa que a lavoura de cana *é toda feita por escravos* e informa que o cólera em

<sup>4</sup> Até 1862, foram notificados apenas oito (8) engenhos a vapor em Sergipe. Cf. MENDONÇA, Joaquim Jacintho de. *Relatório ... 04 de março de 1863*. Typ. Provincial, 1863. p. 38-39.

<sup>5</sup> Confira GALVÃO, Manoel da Cunha. *Relatório ... no dia 27 de abril de 1859*. Bahia: Typographia de Carlos Pogetti, 1859.

<sup>6</sup> [CARTA pastoral do Arcebispo, Marquês de Santa Cruz. Bahia, 20 de maio de 1860]. In GALVÃO, Manoel da Cunha. *Relatório ... no dia 27 de abril de 1859*. Bahia: Typographia de Carlos Pogetti, 1859. p. 07-10.

<sup>7</sup> COSTA E SILVA, Cândido da; AZZI, Riolando. *Dois estudos sobre D. Romualdo Antônio de Seixas, Arcebispo da Bahia*. Salvador: CEB/Fundação Cultural da Bahia, 1981.

<sup>8</sup> ROCHA, Antônio Penalves. “Idéias antiescravistas da Ilustração na sociedade escravista brasileira”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, Anpuh/Humanitas, v. 20, n. 39, p. 37-68, jan-jul de 2000, citação p. 62.

<sup>9</sup> PASSOS SUBRINHO, Josué M. dos. *História econômica de Sergipe (1850-1930)*. Aracaju: UFS, 1987. p. 35.

Sergipe *dizimou terrivelmente os negros*. Avé-Lallemant, por este motivo, receia o futuro da indústria açucareira, *nervo de toda a Província*, escreve.<sup>10</sup> Outro testemunho, o Barão de Maruim (1809-1890), que presidiu Sergipe no tempo do cólera, fez observação semelhante. Ele oficia, alarmado, ao Ministro do Império, que muitos proprietários, nas melhores circunstâncias, reduziram-se à miséria, e tão grande foi a perda de escravos mortos pelo cólera que se viram na necessidade de parar a moagem de seus engenhos, *que não puderam laborar senão ao correr de alguns anos, se por ventura a sorte se lhes mostrar mais risonha*, sentenciou o Barão.<sup>11</sup> Tal situação, o da morte dos escravos nos engenhos por conta da peste colérica, também é confirmada pelo polígrafo Sílvio Romero (1851-1914). O engenho de seu avô, no município de Lagarto, ficou *quase despovoado na escravatura pela peste*, rememora.<sup>12</sup>

Em que pese à mortandade da escravatura, o morbo asiático também investiu com rigor contra os trabalhadores rurais livres, os quais tinham representação significativa na composição social.<sup>13</sup> Três anos após a passagem da epidemia, um presidente declarou:

Apesar da dizimação operada pelo cólera, não se pode dizer que a falta de braços seja a única calamidade porque passamos: ainda abunda (...) uma população livre.<sup>14</sup>

<sup>10</sup> AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, 1859*. Belo-Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980. p. 334.

<sup>11</sup> [Ofício do Barão de Maruim, ao Ministro do Império. Aracaju, 13 novembro 1855]. *Livro de registro de corresp. do governo desta província com a Corte, relativo aos negócios do interior. Ano de 1851-1856, fl. 182*. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 102.

<sup>12</sup> RIO, João do. *O momento literário*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional; Departamento Nacional do Livro, 1994. p. 42.

<sup>13</sup> Em Sergipe, no ano de 1834, o etno-historiador Luiz Mott calcula que 51,5% dos “homens de cor” (pretos e pardos) eram livres através de manumissão. Ele supõe que, sendo desvalida esta parcela da população, “deviam encontrar o ganha-pão no trabalho agrícola, certamente em terras alheias, ...”. MOTT, Luiz. *Sergipe Del Rey – População, Economia e Sociedade*. Aracaju: FUNDESC, 1986. p. 50-52.

<sup>14</sup> BROTERO, João Dabney d’Avellar. *Relatorio com que foi entregue a administração da província de Sergipe no dia 07 de março de 1859...* Aracaju: Typ. Provincial, 1859.

Por conseguinte, durante a peste, arrendatários, moradores, siti-antes, posseiros, jornaleiros, enfim, lavradores, compunham uma feira de homens livres ceifada pelo cólera, coadjuvando para o transtorno no abastecimento, na carestia dos gêneros e na propagação da fome pela seara sergipense. A título de exemplo de óbitos entre os agricultores, numa lista com noventa e três (93) mortos pelo cólera enterrados no cemitério do Arraial do Bonfim, termo de Divina Pastora/SE, sessenta (60) eram livres e trinta e três (33) escravos. Na coluna “profissão”, os trabalhadores livres foram classificados como lavradores.<sup>15</sup> Por isto, logo após a extinção da epidemia, o recém empossado presidente lamenta: *Pungente é o quadro de ruínas que após si deixou o cólera morbus em nossos férteis campos privados de braços que os cultive*.<sup>16</sup>

Dessa maneira, a morte e a fome no tempo do cólera, suplicia com requinte os sergipanos. Este quadro é previsto pelos vereadores da vila do Espírito Santo (atual Indiaroba). Eles informam, na iminência da epidemia, que por efeito das notícias aterradoras que têm corrido a *feira teve menos da metade da gente de costume*. E arrematam que se o cólera atacar *pode muito bem ser que a fome nos flagele, e então ai dos doentes, ai dos sãos!*, exclamam os edis. Por prevenção, os camaristas solicitam ao governo o abastecimento de comida e pede que haja ao menos quem os faça chegar ao mercado.<sup>17</sup>

Com isto, o costume de ir à feira durante o cólera se desarranja, ou se interrompe, em várias localidades. O comércio começa a se desestruturar sob os estilhaços da peste. É o que ocorre no município de Campos (atual Tobias Barreto). Os negócios se paralisam pela *imigração dos poucos negociantes*, relata Silva Daltro (1833-1888), mé-

<sup>15</sup> Cf. [Ofício do subdelegado João Bento de Resende ao Barão de Maroim. Villa de Divina Pastora, 05 dezembro 1855. (lista em anexo)]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1158.

<sup>16</sup> SÁ e BENEVIDES, Salvador C. de. *Relatório...*, 02 de julho de 1856. Bahia: Typographia Carlos Poggetti, 1856. p. 37.

<sup>17</sup> [Ofício da Câmara Municipal ao Barão de Maroim. Espírito Santo, 29 dezembro 1855]. Ms. – APES, fundo CM<sup>1</sup>, v. 43.

dico para ali comissionado.<sup>18</sup> Dias antes, ele escreve ao presidente o seguinte diagnóstico: *o quadro que nos oferece essa vila [de Campos] é o mais deplorável possível, pois além do flagelo que nos persegue, somos ameaçados de fome.*<sup>19</sup> Outro exemplo vem do vigário da freguesia do Pé do Banco (atual Siriri). Ele avisa também ao governo que o terror tributado ao cólera *não permite que haja quem venha vender comestíveis.*<sup>20</sup> O mesmo sucedeu na cidade da Estância, onde os lavradores deixaram de trazer alimentos ao mercado.<sup>21</sup>

Portanto, o comércio da província, durante a epidemia, entra a escassear e os comerciantes cuidam em se ausentar. Na cidade de Itabaiana, por exemplo, *não aparece mantimentos para provimento do mercado nos dias de feira*, alerta o subdelegado.<sup>22</sup>

A interrupção das feiras no cólera de 1855 tem uma significação ímpar. Isto não implica apenas o fim das trocas, a escassez e a carestia. O costume de **fazer** ou ir à feira tem vários sentidos, sobretudo no Nordeste. Além de ser uma oportunidade dos criadores, agricultores e artesãos de venderem seus produtos, a feira é um espaço de sociabilidade. Nela, todos são vistos e encontrados. Atividades cívicas e religiosas têm o dia de feira como marco por conta da grande afluência.<sup>23</sup> Sendo assim, a feira era e ainda é o espaço onde ocorrem os encontros de enamorados; a reunião de velhos amigos; os “causos” conta-

<sup>18</sup> [Ofício do dr. Antônio da Silva Daltro ao Barão de Maroim. Campos, 30 outubro 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886.

<sup>19</sup> [Ofício do dr. Antônio da Silva Daltro ao Barão de Maroim. Campos, 24 outubro 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886.

<sup>20</sup> [Ofício do vigário, Gonçalo Vieira de Mello, ao Barão de Maroim. Freguesia do Pé do Banco, 10 dezembro 1855]. Ms. – APES, fundo AG<sup>4</sup>, v. 10.

<sup>21</sup> [Carta de Urbano Joaquim Soledade ao chefe de polícia, Frederico Augusto Xavier de Brito. Estância, 11 de novembro de 1855]. Ms.-Apes, fundo SP<sup>1</sup>, v. 351.

<sup>22</sup> [Ofício do subdelegado, Manoel de Mello Telles, ao Barão de Maroim. Itabaiana, 22 de dezembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1158.

<sup>23</sup> LEITE, Francisco Barbosa. “Feiras do Sertão Nordestino”. VV. AA. *Tipos e aspectos do Brasil*. 10. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1975. p. 169-170.

dos por compadres; a conversa fiada entre as beatas e o sacristão; os “acertos” entre os negociantes; os pregões de vendedores e os regateiros de antigos fregueses. Esta oportunidade de intensa sociabilidade é entabulada no largo da feira. A agitação, o movimento, a balbúrdia se avolumam neste dia quase sagrado. Os odores de mariscos recendem das bancas. A cidade entra numa desordem pitoresca. Cacarejos, berros, mugidos e relinchos se misturam ao vozerio. Uma intensa agitação. A feira constitui, portanto, o ponto culminante na vida nordestina desde o século XIX.<sup>24</sup> Ela é o momento de viva comunicação entre moradores de povoados circunvizinhos que chegam a pé, a cavalo, ou em carroças com suas mercadorias.<sup>25</sup>

Em 1859, três anos após a passagem do cólera, por exemplo, uma alemã que viveu em Maroim/SE entre 1858 e 1863 escreveu deslumbrada à cunhada sobre os preparativos e alaridos de um dia de feira. Ouçamo-la:

Gostaria de que pudesse ver um mercado em Maruim, onde os moradores chegam, freqüentemente, já na noite anterior, ou com o raiar do dia, a pé, montados dois numa mula, outros a cavalo ou de carro de boi. A conversa, os gestos, os gritos e as risadas não podem ser descritos. (...).<sup>26</sup>

A feira também exerce função lúdica. Ali, cantadores pelem em desafios e trocas de escárnio. Trovas empoeiradas se perdem no

<sup>24</sup> Em 1808, um cronista escreveu: “*Em todos os domingos se ajunta n’esta villa [de Propriá/SE] uma feira de grande concurso*”. SOUZA, Marco Antonio de. “Memória sobre a Capitania de Serzipe (...) Anno de 1808”. *Revista de Aracaju*, v. 19, n. 01, p. 01-53, 1943, citação p. 51.

<sup>25</sup> Ver BRAGANÇA, José Lopes. *Sergipe por um óculo*. Belo Horizonte/MG: Carneiro e Cia. editores, s. d., p. 13-14. Um estudo de caso, sobre uma feira tipicamente nordestina, no estado de Sergipe, foi feito por MOTT, Luiz R. B. *A feira de Brejo Grande: estudo de uma instituição econômica num município sergipano do Baixo S. Francisco*. Campinas/SP: Unicamp/IFCH, 1975. (Tese de doutorado em Ciências Sociais).

<sup>26</sup> SCHRAMM, Adolphine (1826-1863). *Cartas de Maruim*. Traduzidas por José Edgard da Mota Freitas. Aracaju: UFS/Nuca, 1991, cit. carta n. 16, de 1º abril 1859, p. 23-24.



burburinho colorido e calorento da praça. A feira é um verdadeiro salão de festas para a gente do povo.<sup>27</sup> No entanto, sob o signo da peste, a alegria das feiras foi dizimada. A desorganização das trocas denotou a perda da sociabilidade e desarranjo no cotidiano. A busca por um lugar seguro embaçou o clima outrora esfuziante dos dias de feira. Nesta conjuntura, pesava nas ruas um quebranto coletivo. Tudo era luto, angústia e pavor. Diante desse fato, em 1855, a crise no campo e a fome nas cidades foram lavradas com intensidade. Dr. Brito Travassos (1820-1885), médico em Japarutuba, sintetizou por exemplo esta situação:

muito convém que V. Ex<sup>cia</sup> [o Barão de Maruim] de alguma forma acalme a fome e a miséria que com a peste começa a lavar por aqui, e tal será seu efeito que suponho que o mísero que escapar daquelas, não se salvará desta.<sup>28</sup>

A população é enrodilhada pelas filhas da peste: a fome, a miséria e a morte. Elas são coadjuvadas pela precariedade de infra-estrutura na província. As vias terrestres de distribuição das mercadorias estavam mal conservadas. As pontes eram velhas ou improvisadas.<sup>29</sup> Um parecer dos doutores Guilherme Rebello (1820-1874) e Pedro Autran (1829-1886), quatro meses depois do cólera, conclui que a falta de comunicação que facilitasse o ingresso dos animais vindos dos diferentes pontos da província, embaraçava o fornecimento de gado ao matadouro público de Aracaju.<sup>30</sup>

<sup>27</sup> ABREU, Márcia. *Histórias de cordéis e folhetos*. Campinas/SP: Mercado de Letras/ALB, 1999, p. 75.

<sup>28</sup> [Ofício do dr. João Ferreira de Brito Travassos ao Barão de Maruim. Engenho do Rio Vermelho, 25 novembro 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886.

<sup>29</sup> No século 19, as Câmaras municipais sentiam-se também prejudicadas em seus interesses pela precariedade das estradas e pontes de acesso às cidades, ou por falta delas. Conf. ALVES JUNIOR, Thomaz. *Relatório apresentado à Assembléia no dia 04 de março de 1861*. Aracaju: Typ. Prov. de SE, 1861, p. 48-56.

<sup>30</sup> REBELLO, Guilherme Pereira & ALBUQUERQUE, Pedro Autran da Matta. *Offício da Comissão nomeada para dar seu parecer acerca das condições higiênicas da capital do Aracaju*. Aracaju, 29 de junho de 1856, p.12.

A má condição das estradas impede também o fluxo das informações e com isto dificulta as medidas contra a epidemia. Sete meses antes da eclosão da moléstia por Sergipe, por exemplo, o juiz municipal de Itabaianinha, ao sul da província, reclama a falta de um estafeta, pois o mesmo só chegava até a vila de Campos (atual Tobias Barreto). O administrador dos Correios responde ao juiz sobre a impossibilidade de atender a sua pretensão porque teria de aumentar em quatro mil réis o salário do estafeta, para o que não havia crédito, como compensação ao respectivo mensageiro pela diferença de mais de cinco léguas de *péssimo caminho a vencer*.<sup>31</sup>

Além do mau estado das vias, o medo da moléstia prejudica sobremaneira a relação entre as povoações. Na comarca da Estância, espalham-se notícias sobre a chegada do morbo asiático. Por isto, os roceiros deixam de trazer os cereais para o abastecimento da cidade. Houve dias que nem uma carga de farinha de mandioca entrou e alguma que por casualidade aparecesse *era atravessada pelos monopolizadores*, denuncia o delegado Urbano Soledade.<sup>32</sup> Na mesma missiva, Soledade pede a seu superior que tente obstar a portaria expedida pelo presidente da província, a qual autoriza José Daniel de Magalhães *a comprar não só farinha como gado, e [o especulador] tem comprado toda a farinha que tem entrado*, reclama a autoridade policial.<sup>33</sup> Por conta disto, a atitude do especulador Magalhães, deixando a cidade da Estância sem carne nem farinha, é reprovada, e o delegado pede providências cabíveis por *algumas das pessoas mais gradas desta cidade sem distinção de cor política*.<sup>34</sup>

<sup>31</sup> [Ofício do administrador do Correio Geral de Sergipe, Joaquim de Melo Cardoso, ao presidente da província, Ignácio Joaquim Barbosa. São Cristóvão, 07 fevereiro 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 2241.

<sup>32</sup> [Carta do delegado Urbano Joaquim Soledade ao chefe de polícia, Frederico Augusto Xavier de Brito. Estância, 11 novembro 1855]. Ms.-APES, fundo SP<sup>1</sup>, v. 351.

<sup>33</sup> [Carta de Urbano Joaquim Soledade ao chefe de polícia, Frederico Augusto Xavier de Brito. Cidade da Estância, 11 novembro 1855]. Ms.-Apes, fundo SP<sup>1</sup>, v. 351.

<sup>34</sup> [Carta de Urbano Joaquim Soledade ao chefe de polícia, Frederico Augusto Xavier de Brito. Estância, 11 novembro 1855]. Ms.-APES, fundo SP<sup>1</sup>, v. 351.

A denúncia da autoridade policial é grave, mormente em tempo de peste. Pois, a farinha de mandioca, alimento tradicional da dieta popular, começa a escassear na província. Um médico da vila do Rosário, por exemplo, roga ao governo o envio à miserável gente de *alguns bois, farinha e pães*.<sup>35</sup> Quatro dias depois, o facultativo escreve que nomeou *um repartidor das comidas da pobreza* para evitar tumultos na distribuição dos alimentos.<sup>36</sup> Os alimentos mais costumeiros começavam a faltar. A epidemia, portanto, acometia com rigor uma gente pobre e desnutrida. Isto resultava, como vimos, numa desordem social pela falta do trivial.

A farinha faz parte, sobretudo, da dieta das classes inferiores como alimento basilar. Desde o período colonial, a população sergipana se abastece deste cereal. Não ter farinha à mesa, principalmente no Nordeste, significa faltar o pão de cada dia. Sua escassez implica na agrura da maioria.<sup>37</sup> A mandioca é a cultura de subsistência, por excelência, dos lavradores mais humildes. Isto se deve pela facilidade de condições para seu cultivo. Não é necessário solo muito fértil e nem técnicas agrícolas refinadas para a manipulação e transformação dos derivados, como a farinha. Estes e outros fatores contribuíram para incorporar a mandioca na tradição nacional.<sup>38</sup> A miséria se instala numa situação em que a farinha se extingue, escasseia ou encarece. É o que ocorre no tempo do cólera de 1855-1856.

Quanto à carne, é tardia a tentativa de controlar sua venda e coibir o monopólio de sua comercialização em Estância. Somente em 1859, foi publicada uma resolução regulamentando a matéria. O que

<sup>35</sup> [Ofício do dr. Manoel Antônio Marques de Faria ao Barão de Maroim. Rosário, 24 novembro 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886.

<sup>36</sup> [Ofício do dr. Manoel Antônio Marques de Faria ao Barão de Maroim. Rosário, 28 novembro 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886.

<sup>37</sup> “A farinha faz o principal objecto do trafico d’estes habitantes; em todo o vasto termo desta villa [de Santa Luzia/SE] se cultiva a plantação de mandioca. SOUZA, Marco Antonio de. *Memória sobre a Capitania de Serzipe—anno de 1808*. Aracaju: Typ. do Jornal do Commercio, 1878. p. 22-23.

<sup>38</sup> AGUIAR, Manoel Pinto de. *Mandioca – pão do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

é certo, afiança o delegado, é que *temos de lutar contra dois inimigos muito poderosos infalivelmente, que são a peste e a fome que já se vai fazendo sentir*.<sup>39</sup> Em Sergipe, as carnes importadas de regiões assoladas por epidemias sofrem vigilância mais cautelosa. Isto se explica pelo seu caráter perecível. Porém, além deste motivo de ordem material, supomos outro de caráter simbólico. A carne, o sangue e as vísceras expressam imagens cujos valores nos remetem à idéia de vida e saúde; ou de morte e doença se deteriorada. Segundo o discurso médico do século XIX, a deterioração da carne causava a desorganização da economia corporal, facilitando a infecção por miasmas deletérios contidos no alimento em estado de putrefação.<sup>40</sup> Uma dieta *sã e regular* era prescrição obrigatória nos conselhos médicos de higiene particular naquele século.<sup>41</sup> Em Sergipe, poucos a seguem por conta da pobreza que predomina na maioria das famílias.

Como vimos, a carne bovina também escasseia durante a passagem do cólera. Por isto, o então presidente da província, o Barão de Maruim, exige dos vereadores de Simão Dias, município sertanejo de tradição pecuarista, que empreguem todos os seus esforços para que os marchantes continuem suas remessas para os diferentes mercados de Sergipe *que já se recente da fome*.<sup>42</sup> Em contrapartida, o delegado do município também cobra maior atenção, por parte do governo, para a crise de abastecimento por que passa Simão Dias, celeiro da província e da Bahia. Ele escreve:

<sup>39</sup> [Carta de Urbano Joaquim Soledade ao chefe de polícia, Frederico Augusto Xavier de Brito. Estância, 11 novembro 1855]. Ms.-APES, fundo SP<sup>1</sup>, v. 351.

<sup>40</sup> REBELLO, Guilherme Pereira & ALBUQUERQUE, Pedro Autran da Matta. “*Offício da Comissão nomeada para dar seu parecer acerca das condições higiênicas da capital do Aracaju. Aracaju, 29 de junho de 1856*”. p. 11. Quanto à modificação olfativa envidadas pelo saber médico na Europa para identificar matérias em decomposição e a influência desta nova percepção nas relações sociais e de poder, ver: CORBIN, Alain. *Saberes e odores*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

<sup>41</sup> MAZZINI, Innocenzo. “A alimentação e a medicina no mundo antigo”. In FLANDRIN, J-L; MONTANARI, M. (Org.). *História da alimentação*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998. p. 255.

<sup>42</sup> [Ofício do Barão de Maroim à Câmara de Simão Dias. Aracaju, 11 dezembro 1855]. *Livro de registro de corresp. para extinção do cólera da Comarca do Lagarto. Ano 1855-1857, fl. 26*. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 244.

A miséria à que nos achamos reduzidos (...), muito deve merecer a atenção do Governo num lugar como este, que a toda prova é o celeiro de muitas vilas e cidades da Província, e de muitas vilas centrais da Província da Bahia.<sup>43</sup>

A carne de gado vacum é outro item basilar na história da alimentação brasileira. As criações invadem os sertões desde o período colonial.<sup>44</sup> O costume de comer carne bovina é trazido pelos lusitanos.<sup>45</sup> A carne é valorizada pela sua sustância. Na Europa medieval, é consumida pelos guerreiros, pois na mentalidade do período, acreditava-se que o poder nutritivo do alimento daria força aos cavaleiros. A carne de caça, principalmente, era associada à ideologia belicosa da nobreza, exprimindo uma cultura da força, da violência, a qual se consagra no manejo das armas.<sup>46</sup> Esta propriedade de dar robustez e força da carne é conservada até hoje no imaginário popular.<sup>47</sup> Assim, nos documentos de 1855, registra-se o pedido de carne de boi para revigorar os coléricos convalescentes. O subdelegado de Aracaju, no auge da crise, avisa à presidência da falta de carne verde. Ele informava que este alimento é o *único recurso com que contavam os habitantes d'esta [capital], maxime os doentes em sua convalescença*.<sup>48</sup>

<sup>43</sup> [Ofício do delegado Manoel José d'Andrade ao chefe de polícia, Frederico Augusto Xavier de Brito. Simão Dias, 19 dezembro 1855]. Ms.-APES, fundo SP<sup>1</sup>, v. 351.

<sup>44</sup> "... os Curraes da parte da Bahia estão postos na borda do Rio de S. Francisco, (...) na do Rio Real, na do Rio Vazabarris, na do Rio Serigippe,..." . ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. Fac-símile da edição de 1711. Recife: Indústria Gráfica Brasileira, 1969. p. 184.

<sup>45</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. "Mitos e realidades da cozinha africana no Brasil". *História da alimentação no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1983. v. 02, p. 878.

<sup>46</sup> Ver MONTANARI, Massimo. "Os camponeses, os guerreiros e os sacerdotes: imagem da sociedade e estilos de alimentação". In FLANDRIN, J.-L.; MONTANARI, M. (Org.). *História da alimentação*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998. p. 293.

<sup>47</sup> BRANDÃO, Carlos Rodrigues. "Crenças de uso e restrições de consumo: a ideologia das relações entre o consumidor e o alimento". *Plantar, colher, comer*. Rio de Janeiro: Graal, 1981. p. 95-145.

<sup>48</sup> [Ofício do subdelegado Antônio Pedro Machado d'Araújo ao Barão de Maroim. Aracaju, 31 dezembro 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1158.

Além da escassez e carestia de alimentos, no tempo do cólera, a população se confronta com calamidades naturais. De braços com a fome, a seca aumenta a penúria dos sobreviventes da moléstia. Conforme o subdelegado de Itabaiana, comarca que congrega muitas povoações, seus habitantes lutam *braço a braço com a peste, a fome e a sede*. E, lamentando, ele diz que os alimentos são escassos e que *apenas aparece uma rés de cada oito dias*, não sendo suficiente para todos. Além disso, todas as fontes e depósitos potáveis, e mesmo “*de gasto*”, que havia no contorno da vila de Itabaiana, estavam esgotados e secos.<sup>49</sup> Dias depois, outra autoridade policial notifica que as pessoas que permanecem na cidade *quase todas estão doentes e os mais carregando água distante de huma légua*.<sup>50</sup>

Neste sentido, a fome e a sede castigam os corpos esmorecidos pela peste. A província estava então quebrantada: arqueada de miséria; pejada de fome e sede. Descortina-se um cenário trágico. Na então recente capital da província, Aracaju, por exemplo, o subdelegado solicita uma dieta de bolacha e arroz para os moradores indigentes de um dos quarteirões do distrito de Santo Antônio.<sup>51</sup> Por seu turno, o dr. Brito Travassos (1820-1885), disse que seria uma dádiva se o governo *comprasse no Rio de São Francisco alguns alqueires de arroz que se distribuisse diariamente pelos indigentes habitantes da freguesia de Japarutuba*.<sup>52</sup> O arroz, ainda hoje, ao contrário do feijão, é considerado um alimento “fraco” no imaginário popular, pois seria conveniente para os convalescentes.<sup>53</sup>

<sup>49</sup> [Ofício do subdelegado, Manoel de Mello Telles, ao Barão de Maroim. Itabaiana, 22 dezembro 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1158. (grifo meu).

<sup>50</sup> [Ofício do delegado José T. de Souza ao chefe de polícia, Frederico Augusto Xavier de Brito. Itabaiana, 28 dezembro 1855]. Ms.-APES, fundo SP<sup>1</sup>, v. 351.

<sup>51</sup> [Ofício do subdelegado Antônio Pedro Machado d’Araújo ao chefe de polícia, Frederico Augusto Xavier de Brito. Aracaju, 04 dezembro 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1044.

<sup>52</sup> [Carta do dr. João Ferreira de Brito Travassos ao Barão de Maroim. Engenho do Rio Vermelho, 25 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886.

<sup>53</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. “Dieta africana”. *História da alimentação no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1983. v. 01, p. 188.

Como se nota, os alimentos básicos, como a farinha, a carne bovina e o arroz, tornam-se rarefeitos no cólera de 1855. Na vila do Espírito Santo (atual Indiaroba), fronteira com a Bahia, por exemplo, o subdelegado relata que nos lugares onde a epidemia grassa, aparece imediatamente a escassez e carestia de víveres, se não grande fome pela falta absoluta deles.<sup>54</sup>

Se a falta de alimentos estava tão extrema no Espírito Santo, fica por conta da concessão retórica ou sensibilidade aguçada da fonte. Entretanto, um dos médicos comissionados na vila do Rosário registra, num tom de realismo crítico, o estado em que se encontram os moradores do termo. Ele escreve que os víveres cada vez mais estavam escassos e que os habitantes já usam *de restos para a sua alimentação*.<sup>55</sup> Outro testemunho, o Provedor de saúde pública, dr. Joaquim José de Oliveira (1820-1872), sentindo-se impotente diante da moléstia e de uma legião de esfaimados na cidade da Estância, escreveu que não era bastante rico para socorrer a todos com alimentos, *nem suficientemente insensível para ver mulheres e crianças comerem de vinte em 24 horas, e sabe Deus o que!!*, lamenta.<sup>56</sup> Segundo estas fontes, no auge do surto, as pessoas disputavam nos monturos as sobras de alimentos.

Esta situação demonstra a gravidade gerada pelo cólera. Alguns habitantes chegaram ao limiar da condição humana. A fímbria da miséria humana se esboça na humilhante situação de comer “restos”. O

<sup>54</sup> [Ofício do subdelegado José Antônio de Mendonça ao Barão de Maroim. Espírito Santo, 27 dezembro 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1158. Comparando-se os preços do feijão, do milho, da farinha e da carne seca entre 1850 e 1857, verificam-se aumentos significativos. A carne seca passou de 4\$480 para 7\$500 e a carne verde de 3\$840 para 6\$400 a arroba. Os cereais tiveram os maiores índices de elevação de preço no mesmo período: o feijão de 2\$000 foi para 12\$000 e o milho de 1\$280 subiu para 8\$000 o alqueire. ALMEIDA, Maria da Glória S. de. “Estrutura de produção: a crise de alimentos na província de Sergipe (1855-1860)”. *Revista do IHGS*. Aracaju, n. 27, 1965-1978, p. 26.

<sup>55</sup> [Ofício do dr. Manuel Nunes Affonso de Britto ao Barão de Maroim. Vila do Rosário, 26 novembro 1855]. Ms.-APES fundo G<sup>1</sup>, v.1886.

<sup>56</sup> [Ofício do dr. Joaquim José do Oliveira ao Barão de Maroim. Cidade da Estância, 11 de novembro de 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886.

mínimo de dignidade se anula diante dos destroços da peste. Depreende-se que não apenas os doentes eram vítimas do flagelo. Os sãos e pobres nem contavam, ao menos, com os refugos das feiras que foram interrompidas ou diminuídas. Além disto, muitos fugiam da proximidade daqueles que carregavam o estigma de “impuros” e “viciosos”, fontes de contágio letal. Os mais pobres amargavam a solidão forçada das grandes epidemias. Este medo contra os desvalidos, de caráter político-sanitário, intensificou-se após as pandemias na Europa do XIX. A partir de então, os mendigos serão vistos como um perigo à salubridade do espaço urbano e ao progresso da sociedade.<sup>57</sup>

Eis que, no cólera de 1855-1856, a fome, a carestia e a escassez de víveres conjugam-se a um povo doente, empobrecido e, por conseguinte, estigmatizado; à insuficiência de facultativos; a um poder público baldo de recursos; a uma província relativamente isolada; a uma considerável mortandade e extrema dor. Cenário trágico! A província ficou material e moralmente abatida na quadra colérica.<sup>58</sup>

Por este motivo, o Barão de Maruim oficia ao presidente da Bahia que Sergipe se encontra num estado calamitoso. Ele assegura que está sem recursos, sem dinheiro, sem alimentos, sem remédios e sem veículos de condução. Para agravar o problema, aqui não havia comunicação regular com outras partes do Império, pois a irregularidade da passagem dos vapores pelas barras sergipanas é de tal ordem que se reclama, pelo menos, o cumprimento do acordo com a companhia de

<sup>57</sup> FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 12 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1996. p. 94; CORBIN, Alain. “O fedor do pobre”. *Saberes e odores*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 183-206.

<sup>58</sup> Quatro meses após a passagem do cólera-morbo, a situação calamitosa da província foi evocada tragicamente pelas Câmaras da Estância e de Laranjeiras: “... foi o município da Estância visitado pelo monstro asiático, (...), deixando um incomensurável prejuízo”. [Ofício da Câmara municipal ao presidente da província, Salvador Correia de Sá e Benevides. Estância, 04 junho 1856]. Ms.-APES, fundo CM<sup>1</sup>, v. 44. Os edis de Laranjeiras escreveram: “... todos sofrerão mais ou menos em seus interesses, sendo que muitas fortunas das mais notáveis ficaram deterioradas”. [Ofício da Câmara municipal ao presidente da província, Salvador Correia de Sá e Benevides. Laranjeiras, 14 junho 1856]. Ms.-APES, fundo CM<sup>1</sup>, v. 44.



navegação. No contrato constava que as embarcações deveriam fazer duas viagens por mês tocando as barras. Além disso, o governo pede uma passagem extra durante a quadra desditosa.<sup>59</sup> Este cenário é pintado vividamente por uma nota do jornal *Correio Sergipense* no auge epidêmico. Leiamos a declaração escatológica da folha frente ao caos que grassa em todas as esferas sociais, mormente entre os desvalidos:

... os tristes restos dessas grandes populações, hoje foragidos e dispersos, lutam não só com a peste, mais ainda com a fome e a miséria, conseqüência inevitável dessas grandes calamidades.<sup>60</sup>

Diante deste quadro, seria necessário, para a manutenção da ordem social, submeter estas grandes populações de *foragidos e dispersos* sob a tutela, vigilância e controle das elites e autoridades públicas. Desde então, o flagelo e a fome de 1855 assolam, sobretudo, os pobres.<sup>61</sup>

Exemplo disto vê-se na cidade de Vila Nova (atual Neópolis). Na residência do delegado, Jerônimo Vieira Bastos, não cessa de chegar famintos, ou, seguindo o eufemismo do *Correio Sergipense*, de “tristes restos dessas grandes populações”. Sua casa serve também como asilo de menores. Num arroubo de filantropia, ele recolhe dois órfãos da epidemia. Apesar dos socorros ministrados aos

<sup>59</sup> [Ofício do Barão de Maroim ao presidente da Bahia. Aracaju, 22 novembro 1855. *Livro de registros das corresp. da província de Sergipe com as demais províncias do Império. Ano 1852-1857, fl125*]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 88.

<sup>60</sup> *Correio Sergipense*. Aracaju, n.º.55, p. 03, 24 de novembro de 1855. (BPED, pac. 23-A); grifo meu.

<sup>61</sup> Na Europa, as crises econômicas, durante as diversas revoluções, coincidiam com o aparecimento do cólera nos centros urbanos, atingindo principalmente os trabalhadores pobres por ser uma doença que tem relação com as condições sociais e de saneamento. Cf. EVANS, Richard J. “Épidémies et révolution: le choléra dans l’Europe du XIX<sup>e</sup> siècle”. In: BARDET, J.-P.; BOURDELAIS, P. et al (org.). *Peurs et terreurs face à la contagion: choléra, tuberculose, syphilis. XIX<sup>e</sup> - XX<sup>e</sup> siècles*. Paris: Fayard, 1988. p. 107-135.

inocentes, Vieira Bastos conta que viu *com dó sucumbir um atrás do outro*. Sua “numerosa” família e escravos estavam “a cinco léguas” dali, no povoado vizinho do Brejo Grande. Ele afirma que a prole estava bem aterrorizada com o cólera, mas assim mesmo só lembrava “dos pobres indigentes para os socorrer”.<sup>62</sup> Noutra extremo da província, agora na vila agreste do Lagarto, o dr. Antunes de Salles (1817-1864) se diz *sobrecarregado de meninos órfãos*, e, não obstante se achasse quase sozinho no município, afiançava que envidaria todos os esforços ao seu alcance para minorar o sofrimento daquela pobre gente.<sup>63</sup>

Uma das maiores perturbações no cotidiano varado pela epidemia foi a morte de famílias inteiras ou, quando não, dos parentes de arrimo. Em Lagarto, por exemplo, o subdelegado da vila informa que *há muitas e muitas casas que ficaram vazias de moradores, outras onde apenas ficaram infelizes crianças, miseráveis órfãos*.<sup>64</sup> Percebe-se à época, em vários testemunhos, com relação ao auxílio aos órfãos e miseráveis, o que se denomina de “ambigüidade paternal”.<sup>65</sup> Se, por um lado, os pobres eram acusados, pelo discurso hegemônico da medicina higienista, de focos de propagação epidêmica por seus costumes “viciosos” e condições de vida desregrada; por outro, eles eram o centro das preocupações dos socorros públicos.

O auxílio aos desvalidos comporta pelo menos dois motivos. Um de ordem religiosa e filantrópica: a caridade cristã propiciaria a

<sup>62</sup> [Ofício do delegado Jerônimo Vieira Bastos ao chefe de polícia. Villa Nova, 24 novembro 1855]. Ms.-APES, fundo SP<sup>1</sup>, v. 351.

<sup>63</sup> [Ofício do dr. Manoel Antunes de Salles ao Barão de Maroim. Lagarto, 31 outubro 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886.

<sup>64</sup> [Ofício do subdelegado Antônio Dias de Souza ao Barão de Maroim. Lagarto, 07 novembro 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1158.

<sup>65</sup> Sobre a expressão “ambigüidade paternal”, ver: ORIS, Michel. “Choléra et hygiène publique en Belgique: les réactions d’un système social face à une maladie sociale”. In BARDET, J.-P.; BOURDELAIS, P. et al (Org.). *Peurs et terreurs face à la contagion...*. Paris: Fayard, 1988. p. 101.

salvação diante da “peste divina”. Outro de ordem higiênico-política: socorrendo os pobres se evitaria a propagação do mal.<sup>66</sup> O primeiro motivo encerra os valores cristãos da caridade e do temor a Deus. O segundo, por um lado, se funda em valores da Europa burguesa, como a busca do mérito, a concorrência pelo exemplo reconhecido e a obediência às normas da higiene para preservação da família, dos bens e da pátria. E por outro lado, institui-se o sentimento de superioridade não apenas material, mas também moral, contra os desregramentos (o alcoolismo, a libertinagem, a imprevidência e o ócio) imputados aos pobres pelo discurso dos higienistas, e sustentados pelas ações da classe política e senhorial. Assim, a “ambigüidade paternalista” das elites do século XIX desloca a responsabilidade das causas que predisõem à doença para os desvalidos, na medida em que os protege, acolhendo-os do mal. Era então acionada uma espécie de profilaxia coletiva. Desta forma, observa-se um altruísmo político concomitante a um egoísmo sanitário. Proteção e acusação contra os pobres são dois lados de uma mesma moeda, um paradoxo evidente. Portanto, os cuidados com a higiene no século XIX, tornam-se emblema de controle social.<sup>67</sup> O poder público, representado pelas elites, expressava também em suas medidas uma “ambigüidade paternal”. Os órfãos são o objeto mais talhado desta “ambigüidade”. Eles são evitados, por um lado, enquanto mendigos ou vaga-

<sup>66</sup> “Um cordão sanitário autoritário é estendido no interior das cidades entre ricos e pobres: os pobres encontrando a possibilidade de se tratarem gratuitamente ou sem grande despesa e os ricos garantindo não serem vítimas de fenômenos epidêmicos originários da classe pobre.”. FOUCAULT, M. “O nascimento da medicina social”. *Microfísica do poder*. 12. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1996. p. 95.

<sup>67</sup> COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999. p. 130.

bundos, vistos como focos de hábitos “viciosos”, contrários à ordem higienista de caráter burguês.<sup>68</sup>

E por outro lado, os órfãos são recolhidos como vítimas que sofrem os arrebatadores efeitos do mal.

Como exemplo desta atitude, o presidente da província solicita ao governo central providências para salvar a triste fortuna dos órfãos do cólera. Ele comunica ao Ministro do Império que não pode deixar de alçar sua

débil voz em favor de centenas de meninos e meninas órfãs, que sem arrimo algum, sem um só parente por mais longínquo que seja, por que a todos o flagelo vitimou, vagueiam pelas ruas e estradas mirrados à fome, cobertos de andrajos, sem pouso nem guarida.”<sup>69</sup>

Julgando-se impotente diante do abandono *d’essa mísera orfanidade*, o Barão de Maroim implora a solicitude, justiça e equidade da *Paternal Piedade do Pai comum dos brasileiros*, o Imperador D. Pedro II. O Estado, representado pelo monarca, funciona como alegoria do pai protetor.<sup>70</sup> Como pai, ele disciplina impondo sua ordem de valores;

<sup>68</sup> Para conhecer alguns traços da cultura material e da emergência de um modo de vida “burguês” (comportamentos da ideologia que delimita as fronteiras entre o público e o privado, valorizando o individualismo, o universo familiar, a acumulação de capital real e simbólico, o consumo, a ascensão social e a disciplina) veiculado pelo discurso higienista e propagado da elite carioca para o restante do país no século 19, conf. LIMA, Tânia Andrade. “Humores e odores: ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro, século XIX”. *História, Ciências e Saúde*. Rio de Janeiro, v. II, n. 03, p. 44-96, nov. 1995/fev. 1996. Com relação à “reeuropeização” dos costumes “patriarcais” no Brasil do século 19, ver FREYRE, G. *Sobrados e mucambos*. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 1996. Com respeito às estratégias políticas e normas médicas para o “aburguesamento” da família brasileira e a complexa relação entre os valores liberais e a ordem escravocrata no Brasil do século 19, ver COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999, p. 123-150.

<sup>69</sup> [Ofício do Barão de Maroim, ao ministro do Império. Aracaju, 12 janeiro 1856]. *Livro de registro das correspondências do governo desta província com a Corte*. Ano de 1851-1856, fl. 192-193]. Ms. APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 102.

<sup>70</sup> SANTOS, Alckmar Luiz dos. “Símbolo x Alegoria: alguns aspectos teóricos”. *Remate de males*. Campinas, n.10, p. 13-20, 1990. Citação da p. 18.

como protetor ele recolhe os malfadados inocentes da mais tenra idade. O destino dado aos órfãos está de acordo com os preceitos da medicina social em seu programa para a família. Os médicos postulavam que a sociedade deveria encontrar um meio termo entre a *estabilidade sentimental dos novos vínculos familiares e a cumplicidade com os interesses da cidade e do Estado*.<sup>71</sup> Neste contexto, alguns órfãos sergipanos, entre 10 e 17 anos, foram enviados após a epidemia para a Companhia de Aprendizes de Marinha da Bahia e da Corte. Por este ato, o Barão agradece ao ministro do Império, e anota: ... *a orfandade desvalida da província, que, reconhecida, bem dirá ao providente Governo, que buscou arredá-la da miséria e do crime*. Quanto às meninas órfãs, o governo roga às famílias abastadas que as recolham, educando-as para serem *boas esposas e mães de família*.<sup>72</sup>

Acolher para disciplinar. Esta é a estratégia profilática efetivada sobre os pobres pelo Estado e por famílias senhoriais no século XIX após o surto epidêmico. Neste mesmo sentido, um exemplo do que se pode chamar de altruísmo político e egoísmo sanitário pode ser vislumbrado na sugestão, em tom de ordem, que o chefe do governo provincial deu ao médico Antônio Ribeiro Lima. Ele pede ao doutor que estimule a caridade das pessoas mais abastadas para abrirem subscrição, com o fito de auxiliarem os cofres públicos no tratamento dos enfermos da vila do Riachão, a exemplo de outras cidades como São Cristóvão, Laranjeiras, Maruim, Rosário, Santo Amaro das Brotas e Capela, todas situadas na região de senhores de engenho.<sup>73</sup>

<sup>71</sup> COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999. p. 133 e passim.

<sup>72</sup> [Ofício do Barão de Maroim ao ministro do Império. Aracaju, 31 janeiro 1856. *Livro de registro das corresp. do governo desta província com a Corte*. Ano 1851 a 1856, fl. 195-196]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 102.

<sup>73</sup> [Ofício do Barão de Maroim ao doutor Antônio Ribeiro Lima. Aracaju, 16 novembro 1855. *Livro de registro das corresp. exp. para a extinção do cólera da Comarca da Estância*. Ano de 1855 a 1857, fl. 22-23]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 244.

Com este expediente, espera-se amenizar a deficiência financeira dos cofres públicos. Além disso, os mais ricos teriam o mérito da piedade cristã e o sentimento de superioridade moral e material. E por fim, os enfermos pobres, ao serem tratados, diminuiriam a ameaça do flagelo sobre um valioso patrimônio dos senhores, os escravos, e sobre aqueles que os protege e repudia; a classe proprietária. Três “coelhos” morreriam com uma só cajadada.<sup>74</sup>

Muito embora se respirasse um clima de urgente humanitarismo e caridade diante da vertiginosa mortandade, alguns médicos insistiam, conforme o presidente da província, em cobrar *diárias exorbitantes, e condições extraordinárias* na prestação dos socorros aos indigentes. Tais atitudes dos facultativos foram ironizadas pelo Barão de Maroim. Ele relata a um juiz municipal: *isto mesmo (juízo meu) é o que lhes aconselha a caridade, e é observância fiel do juramento que prestam.*<sup>75</sup> Irascível, a pena treme-lhe.

Ao contrário dos médicos criticados pelo Barão, o dr. Borges de Lemos foi elogiado por seu gesto. De modo voluntário e por *humanidade* socorreu as pessoas pobres da vila de Itaporanga como se fossem de sua família, testemunha o subdelegado.<sup>76</sup> Sob o conceito de humanidade orientado pelo discurso da medicina acadêmica em voga, relações entre família, sociedade e Estado harmonizavam-se, formando uma unidade. Gesto de “humanidade” não era apenas um ato de solidariedade, mas também um atestado de saúde física e moral. Portanto, a falta de caridade, mormente em tempos de peste, traduz-se em doença da sociedade.

<sup>74</sup> Sobre os conceitos de “riqueza” e “opulência” material e simbólica; e o apoio e proteção dos ricos aos pobres na Bahia do século 19, ver MATTOSO, Kátia M. de Q. “A opulência na província da Bahia”. In NOVAIS, F. (Org.). *Império*. São Paulo: Comp. das Letras, 1997, p. 143-179. (História da vida privada no Brasil, v. 2).

<sup>75</sup> [Ofício do Barão de Maroim ao Juiz municipal de Itabaianinha. Aracaju, 24 janeiro 1856. *Livro de registro das corresp. exp. para a extinção do cólera da Comarca da Estância*. Ano de 1855 a 1857, fl. 25]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 244.

<sup>76</sup> [Ofício do subdelegado José Francisco Pinheiro ao Barão de Maroim. Itaporanga, 02 novembro 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1158.

Tais preceitos, oriundos da ideologia higienista, permitem a construção de uma “ortopedia” moral dos indivíduos. Jurandir Freire, aludindo ao conceito de humanidade no século XIX, adverte que *toda boa ação higiênica [física ou moral] contribuía para seu aperfeiçoamento, toda infração aos preceitos médicos, para a sua destruição.*<sup>77</sup>

Em síntese, pessoas abastadas e cientes das ordens médicas se percebiam física, moral e materialmente mais seguras contra a invasão do morbo asiático. E se sentiam, por conseguinte, parte de um projeto em marcha para a civilização. Pois, o grau de civilização de um povo, escreve doutor Lourenço de Magalhães (1831-1905), *mede-se por seus cuidados em prover as necessidades de sua subsistência e em desenvolver os recursos de sua cultura intelectual e moral.*<sup>78</sup>

Não obstante o considerável número de pobres acometidos e dizimados, o prosclênio não estava reservado apenas a estes infelizes no teatro da morte regido pelo cólera. Na opinião do articulista do *Correio Sergipense*, nenhuma classe ou gênero foi privilegiado. Temente ao Senhor, o plumitivo escreve:

não tem sido poupado, como soe fazer a mão de Deus, o rico, nem o pobre, o grande, nem o pequeno, a idade, nem o sexo; o luto, o terror e a consternação estão em todas as classes, em todas as condições e hierarquias da sociedade,....<sup>79</sup>

O poder da peste, como anota o *Correio*, é ubíquo. Apesar do médico designado para Própria, doutor Nunes de Britto, ter clamado socorro para a *pobreza* que já sentia fome, como escreveu ao chefe do

<sup>77</sup> COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999. p. 149.

<sup>78</sup> MAGALHÃES, José Lourenço de. *Das febres palustres e particularmente da febre pseudo-contínua em Sergipe*. Bahia: Typographia do Diário, 1873. p. 04.

<sup>79</sup> *Correio Sergipense*. Aracaju, n° 55, p. 03. 24 de novembro de 1855. (BPED, pacotilha 23-A).

governo, muitos sofreram na quadra epidêmica de 1855.<sup>80</sup> Portanto, sergipanos de diferentes classes foram acometidos e dizimados. Desse modo, todas as categorias sociais conheceram, com maior ou menor intensidade, a sanha implacável das filhas da peste.

---

<sup>80</sup> [Ofício do doutor Manuel Nunes de Britto ao Barão de Maroim. Propriá, 28 novembro 1855]. Ms.-APES, fundo G<sup>1</sup>, v. 1886.



## AFRICANOS LIVRES E SOCIABILIDADES NO VALE DO COTINGUIBA

Aline Ferreira da Silva<sup>\*</sup>  
Daniela Moura Bezerra<sup>\*\*</sup>  
Frank Nilton Marcon<sup>\*\*\*</sup>  
Williams Souza Silva<sup>\*\*\*\*</sup>

### RESUMO:

Este artigo tem o objetivo de apresentar algumas discussões a respeito da população africana que viveu na região do Vale do Cotinguiba, durante o último século de escravidão. Para tanto, nos debruçamos nas leituras dos inventários e testamentos desta população, encontrados no Arquivo Judiciário de Sergipe. Neste sentido, procuramos discorrer sobre questões referentes às possibilidades de construção de solidariedades sociais de africanos, oriundos de diferentes regiões daquele continente com outros africanos, libertos ou cativos, e até mesmo com brancos ou senhores de destacado poder econômico e social na região. Buscamos ainda, refletir a cerca das alternativas de trabalho desta população de africanos libertos, como também de suas crenças e valores religiosos e morais, refletidos, muitas vezes, na organização de seus sepultamentos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Africanidade, sociabilidade, identidade, Sergipe.

---

\* Mestranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Sergipe.

\*\* Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Sergipe.

\*\*\* Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe.

\*\*\*\* Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Sergipe

O presente artigo é um recorte de um projeto<sup>1</sup> maior, que vem sendo desenvolvido a partir da investigação de documentos tais como: testamentos, inventários, autos de apreensão e seqüestro, cartas de liberdade, documentos do clero, cartas da alfândega e anúncios de jornais. Nestes, procuramos destacar referências feitas aos escravos e libertos de nação africana que viveram no Vale do Cotinguiaba e áreas circunvizinhas no decorrer do século XIX.

A opção pela região, que hoje é composta pelos municípios de Estância<sup>2</sup>, Laranjeiras, São Cristóvão, Maruim e Aracaju<sup>3</sup>, se deu pelo fato de que estas foram, no passado, as comarcas (na linguagem jurídica que as fontes nos apresentam) onde se desenvolveram os grandes latifúndios produtores de cana-de-açúcar em Sergipe, cujo trabalho baseava-se fundamentalmente na mão-de-obra escrava. De acordo com dados relatados por MOTT (1986), identifica-se que os escravos em Sergipe concentravam-se em sua maior parte na zona canavieira (31.8%), no Vale do Cotinguiaba, enquanto que, a zona pecuária alcançava um percentual de 24.4% e a zona da policultura 17.1%.

Outro fato relevante apontado por MOTT (1986) é que no início do século XIX o crescimento da população de escravos foi tão grande em Sergipe que chegou a alcançar o índice de 1/3 dos habitantes, sendo que, naquele período, muitos escravos que viviam ou chegavam em Sergipe eram considerados africanos de nação, oriundos de diferentes procedências. No censo demográfico de 1872 – salientando que isto significa alguns anos após a proibição do tráfico internacional

<sup>1</sup> Projeto intitulado “Mobilidade africana no Vale do Cotinguiaba: discurso e estratégias de solidariedade e diferença”, desenvolvido sob a orientação do Prf. Dr. Frank Nilton Marcon. Este tem como foco uma análise sistemática das falas, dos discursos de identidade e diferença produzidos pela população africana desta região. Agradecemos ao Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, ao Arquivo Público do Estado de Sergipe e, principalmente, ao Arquivo do Poder Judiciário do Estado de Sergipe pelo amplo acesso à documentação em seus acervos.

<sup>2</sup> É importante ressaltar que Estância entrou na pesquisa pelo fato de que se configurou durante o século XIX como o maior mercado receptor de africanos da Província de Sergipe.

<sup>3</sup> Por se tornar a capital do Estado em 1855, Aracaju foi inserida na pesquisa.

de escravos – descreve a presença de 6.2% da população como escrava africana e 93% como escrava nacional (MOTT, 1986). Estima-se que, entre os anos de 1851 e 1872, por exemplo, esta população variou entre o total de 25.5% a 12.8%, sendo que neste último ano àqueles que compunham o quadro de escravos de nação integravam os 6.2%.

Neste artigo priorizaremos dois tipos de documentação, a saber: inventários e testamentos. A seleção destes documentos como fonte principal para as discussões que se seguem é principalmente metodológica, pois estes documentos constituem um arcabouço discursivo próprio, dentro da linguagem jurídica, que obedece a tramites e sistematizações padronizadas, bem como é um *corpus* documental no qual certos aspectos da vida social das pessoas de outras épocas revelam modos de vida, desejos, anseios, solidariedades, afinidades, conflitos e apegos materiais e espirituais. No caso particular dos africanos, invariavelmente ex-escravos, este é um tipo de fonte ainda mais interessante por possibilitar-nos reavaliar alguns estereótipos sobre a condição sócio-econômica dos mesmos durante o período escravocrata, bem como analisarmos suas peculiaridades.

Os inventários e testamentos nos ajudam a entender melhor a mobilidade social e as redes de solidariedades construídas por estes africanos no contexto do século XIX. Nos inventários encontramos informações acerca da situação econômica do inventariado, já que nesta documentação são arrolados os seus bens. Os testamentos, por sua vez, nos fornecem não somente a situação econômica dos testamentados, mas, também, as redes sociais nas quais encontravam-se envolvidos. A vantagem do testamento é o fato de “ouvirmos” os próprios africanos, uma vez que supostamente eram eles próprios que ditavam as suas vontades, ou no mínimo, concordavam com o texto final do documento. Deste modo, nos aproximamos das expressões dos seus desejos, tentando compreender as motivações e as relações que definem quem são seus herdeiros; analisamos e questionamos como e por que estes africanos constroem determinadas redes afetivas que os ligam a outros africanos, sejam estes livres ou escravos, ou crioulos, ou

mesmo brancos ricos<sup>4</sup>. Tanto nos testamentos, quanto nos inventários é possível ainda, levantarmos dados sobre sua nacionalidade, sua religiosidade e as formas de expressar vínculos ou identificação com relação às mesmas.

O cruzamento dessas informações jurídicas nos possibilitou visualizar as conexões existentes entre as vidas dos africanos de uma mesma região, que se relacionavam uns com os outros tecendo articulações recíprocas e duradouras de afinidade, pautadas por princípios de organização social e econômica.

#### MOBILIDADE ECONÔMICA DOS AFRICANOS INVENTARIADOS

A província de Sergipe não se manteve isolada diante dos acontecimentos nacionais durante o século XIX. Na contramão de trabalhos clássicos, de autores como Caio Prado Júnior (1980), Celso Furtado (1972), dentre outros, os quais afirmaram que a economia brasileira estava voltada para a exportação, vemos que no núcleo rural, além da forte presença de grandes proprietários de engenhos, também temos em destaque a presença de inúmeros lavradores vivendo da economia de subsistência<sup>5</sup>. Assim, a produção dos grandes proprietários era direcionada para a exportação, enquanto os lavradores de menor porte, entre eles africanos livres, se mostram também como os prováveis responsáveis pelo abastecimento da produção alimentar local.

O trabalho livre na economia escravista é um ponto que merece destaque. No mapa estatístico da população livre e escrava de Sergipe, do ano de 1854, os municípios de Propriá, Porto da Folha, Vila Nova,

<sup>4</sup> Aqui a inspiração do trato da documentação jurídica sobre as percepções, sobre as táticas e sobre as narrativas dos escravos e libertos é, principalmente, o trabalho de Sidney Chaloub (1990), *Visões da Liberdade*.

<sup>5</sup> Esta é uma perspectiva evidenciada pelo nosso trabalho nos arquivos, mas também presente em outros contextos no Brasil, principalmente, a partir das pesquisas de: FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4. ed. São Paulo: Fundação editora da UNESP, 1997.

Lagarto, Simão Dias e Itabaianinha apresentavam os maiores índices de população livre da Província.<sup>6</sup> Nestas áreas predominava, além da pecuária, uma agricultura diversificada, direcionada, sobretudo, à sobrevivência e às eventuais vendas do excedente nas feiras livres.

Entretanto, anúncios de jornais descrevem a dificuldade encontrada por esta população livre (africanos libertos, dentre outros), de comercializar sua produção. Conforme notícia publicada em 1882, no jornal *O Descrido*, dirigido por Francisco José Alves<sup>7</sup>:

[...] são cultivados os cereais nos ubérrimos terrenos das matas de Simão Dias, Itabaiana e Alto Japarutuba [...] Uma agricultura para trazer das matas de Simão Dias 320 litros de milho ou farinha de mandioca, ao mercado de Estância, gasta 04 dias de ida e volta de sua pessoa e de seus animais, chegando ao mercado vende cada 80 litros desse gênero por 1\$000 réis, e as vezes por menos, fazendo assim quatro mil réis em cada carga, que mal chega para pagar o aluguel do cavalo. Os que conduzem os mesmos cereais das matas de Itabaiana para Laranjeiras ou do Alto Japarutuba para Maroim, estão debaixo das mesmas condições, e por esta razão o pequeno lavrador contenta-se em plantar somente o que lhe chegue para sua família e comprar um ou dois fatos por ano para vesti-la. (*O Descrido* 10/01/1882).

Além dessa dificuldade de venda da produção, os pequenos produtores, como os arrendatários de terras de engenhos para o plantio

<sup>6</sup> Estatística da população livre e escrava de Sergipe por comarcas, distritos de subdelegacias e quarteirões. APES. Pac. 287.

<sup>7</sup> Francisco José Alves (1825–1896), considerado o principal líder abolicionista de Sergipe. Apesar de semi-alfabetizado foi fundador e redator quase exclusivo dos jornais, de cunho abolicionista, *O Descrido* e *O Libertador*. Como também criador e diretor da maior entidade abolicionista da Província, A Sociedade Libertadora Cabana do Pai Thomaz. Para saber mais ver: SANTOS, Maria Nely. *A Sociedade Libertadora. “Cabana do Pai Thomaz”, Francisco José Alves, uma história de vida e outras histórias*. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 1997.

da cana, viam-se dependentes dos meios de produção dos grandes latifundiários. Em Sergipe, assim com em outras regiões do país, era recorrente a distribuição ou alienação de terras a lavradores, sobretudo a brancos pobres, mestiços e negros livres, principalmente em áreas açucareiras, por parte de alguns donos de engenhos, que não utilizavam toda sua propriedade.

Nos inventários analisados encontramos algumas menções de africanos livres que se ocupavam do trabalho na lavoura para o cultivo dos produtos mencionados, sobretudo fumo, algodão e mandioca. Como exemplo disto, temos o africano José Pais da Costa, morador de Maruim, falecido em 15 de março de 1869. Ele apresentava em seu inventário “quatro cargas de fumo que demos (o valor) de cinquenta mil reis a cada carga, que importão em duzentos mil reis (200\$000)”<sup>8</sup>. Lázaro Barbosa Madureira, inventariado em 26 de dezembro de 1885, na cidade de Laranjeiras, além de possuir três casas, duas na cidade de Laranjeiras e outra na Vila do Riachuelo, apresentava em seu espólio “uma roça de algodão contendo duas tarefas; mais meia tarefa de inhames, oitenta e seis quilos de algodão em poder de Francisco José de Vasconcellos”<sup>9</sup>.

Outra forma que os africanos livres encontravam para tirar o sustento eram os aluguéis de casas, como foi o caso de Faustina Dantas, africana liberta, moradora de Maruim, que vivia do aluguel de pequenas casas nos subúrbios da mesma cidade. Havia, ainda, àqueles que trabalhavam como feirantes, como Izabel, africana liberta, falecida juntamente com mais três negras em 1870, quando ia de canoa comercializar na feira, na capital Aracaju. Ela era viúva do também africano Vicente Guaraná da Costa, que tinha como ocupação o trabalho de barbeiro<sup>10</sup>.

<sup>8</sup> Retirado do testamento do africano José Pais da Costa, localizado no Arquivo do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, na caixa de número geral, 947. Todos os inventários e testamentos, citados no presente artigo, foram encontrados no Arquivo do Poder Judiciário de Sergipe.

<sup>9</sup> Retirado do Inventário de Lázaro Barbosa Madureira, Cx. 228.

<sup>10</sup> Retirado do testamento de Faustina Dantas, Cx. 858; e do testamento da africana Izabel, Cx. 232.

A maioria dos africanos livres das Comarcas de Maruim e Laranjeiras, dos quais encontramos os testamentos e/ou inventários, tinham como forma de sobrevivência, o trabalho em pequenas roças para a produção do algodão, do fumo, da farinha, da mandioca e do inhame, tanto para sua subsistência, quanto para a venda em feiras livres das regiões. Percebemos também que não era incomum estes africanos possuírem bens imóveis, sobretudo, moradas de casas para aluguel, terras e sítios.

É interessante notarmos também a concentração desta população africana livre em determinadas ruas das Comarcas. No caso de Maruim se destacam as Ruas do Assobio e do “Aquidabom” e em Laranjeiras as Ruas da Cacimba, do Porto do Oitero e da Poeira, como lugares predominantes da concentração de uma população africana livre.

Os dados encontrados apontam para essa direção. A grande maioria dos africanos inventariados/testamentados residia em importantes ruas do centro das comarcas pesquisadas e, mantinham relações econômicas, tanto entre eles, como com comerciantes locais. O inventário por arrolamento, da africana liberta Izabel e o inventário de Lazaro Barbosa Madureira ilustram bem as redes de relações econômicas que esta população mantinha com os comerciantes locais em geral, e entre os próprios africanos, como também, a mobilidade espacial experimentada pelos mesmos.

O inventário de Izabel, por exemplo, trás menção de diversas dívidas feitas pela liberta africana com comerciantes da região. Eram dívidas referentes à compra de sacas de milho, feijão, peças de pano, além de utensílios de vidro, que, provavelmente, a mesma revendia nas feiras livres de vilas vizinhas e mesmo na cidade de Aracaju. Além da venda em feiras livres, a finada africana arrendou juntamente com seu marido Vicente, o sítio “Almas” nos subúrbios da cidade, onde provavelmente cultivavam alguns dos itens agrícolas que vendiam, por um período de nove anos. O inventário da africana Izabel marca bem a mobilidade econômica, social e espacial que experimentavam os africanos libertos, das regiões estudadas. Lembramos que a mesma ia e

vinha, com freqüência, comercializar na feira de Aracaju, e muito provavelmente, em outras vilas vizinhas.

As pesquisas na documentação do Arquivo do Poder Judiciário de Sergipe têm revelado que não foram poucos os africanos libertos que detinham propriedades. Assim como Izabel, Lázaro Barbosa Madureira<sup>11</sup>, inventariado em 1885, mantinha relações econômicas com outros africanos. Ele era o dono de uma casa na Vila do Riachuelo, hipotecada ao africano Benedicto Antônio Guimarães, e era também credor de outro africano de nome Luiz de Freitas.

Para sistematizarmos algumas dimensões de tal mobilidade econômica dos africanos livres, vejamos a tabela elaborada a partir dos dados encontrados nos inventários e testamentos sobre os montantes de suas riquezas.

Distribuição econômica dos inventariados e testamentados (1829 – 1893)

Nome	Montante da Riqueza	Comarca
Zacarias	1:250\$000	Maruim
José Pais da Costa	210\$820	Maruim
Tito Schram	1:700\$000	Maruim
Pedro	1:100\$000	Maruim
Fellipe B. de Santiago	17:720\$000	Maruim
Luiz de Freitas	250\$240	Laranjeiras
Manoel C. de Mendonça	1:000\$000	Laranjeiras
João Antonio de Morais	350\$000	Laranjeiras
Joaquim Billico	408\$000	Maruim
Lazaro Barbosa de Madureira	1:520\$000	Laranjeiras
Cyriaco Maciel	250\$000	Laranjeiras
Justa Maria da Conceição	2:000\$000	Maruim

<sup>11</sup> Lázaro Barbosa Madureira, inventário Cx. 228; Luiz de Freitas, testamento Cx. 251.



Seguindo a divisão por níveis de riqueza proposta por SANTOS (2002) e o modelo de estratificação social esboçado por VELLASCO (2003), de meados do século XIX para o seu fim, adotamos os seguintes critérios de classificação: 1) **Elite local** - Formada por um círculo estreito de poder econômico e político, que possuía recursos materiais e simbólicos que lhes garantiam posição de privilégio nas relações sociais: negociantes de poder, grandes e médios proprietários rurais, fazendeiros e lavradores. 2) **Camadas médias** - funcionários públicos de menor escalão, profissionais liberais, oficiais mecânicos, militares de baixa patente, pequenos comerciantes, artesões, produtores rurais independentes, pequenos lavradores. 3) **Livres pobres** – Pessoas de posições sociais periféricas na economia local, como: trabalhadores sem profissão específica, irregulares ou de ocupação incerta (jornaleiros, roceiros, agenciadores, agregados, capitães do mato, serviços domésticos, lavadeiras e outros). 4) **Escravos**.

Distribuição dos Inventariados por faixa de riqueza (1829 – 1893).

Valor Total (em contos de réis)	% de Inventariados	Montante Total	Classificação Presumida
1 – até 500\$000	41.66%	1:469\$000	Livres Pobres
2 – Entre 501\$000 e 1:000\$000	-	-	-
3 – Entre 1:001\$000 e 2:000\$000	50%	8:570\$000	Classe Média
4 – Entre 2:001\$ e 5:000\$000	-	-	-
5 – Entre 5:001\$000 e 10:000\$000	-	-	-
6 – Entre 10:001\$000 e 30:000\$000	8.33%	17:720\$000	Elite Local

Seguindo a divisão por níveis de riqueza proposta por SANTOS (2002), que considera o valor total dos bens inventariados, e o modelo de estratificação social esboçado por VELLASCO (2003).

Para essa classificação foi considerado o montante de riqueza inventariada dos africanos livres das comarcas de Maruim e Laranjeiras, localizados até o momento. Nesta classificação temos que do total destes, 41.66% estavam situados na faixa dos livres pobres, aqueles

que detinham riquezas inferiores a 500\$000 réis, sobretudo, africanos que viviam do aluguel de casas e do que produziam em pequenos roçados; 50% na classe média, com riquezas entre 500\$000 réis e um conto, principalmente pequenos lavradores que voltavam sua produção para o abastecimento local, os que viviam das rendas oriundas do aluguel de casas e pequenos comerciantes; e 8.33% na elite local, possuíam riquezas que ultrapassavam 10:001\$000 réis contos de réis, como os negociantes bem sucedidos e de prestígio local.

Dentre os livres pobres há um equilíbrio entre as comarcas de Maruim e Laranjeiras, que apresentaram um percentual de 40% e 60%, respectivamente, de africanos nesta faixa. Contudo, entre a classe média e a elite há um desequilíbrio considerável. Sendo que Maruim concentrava 66.66% dos africanos livres inventariados na classe média, em oposição a 33.33% de Laranjeiras. Apenas um inventariado encontrava-se na faixa de rendimento que ultrapassava 10:001\$000 réis. Este, além de manter um poderio econômico considerável, também se destacava nas relações com grandes comerciantes, demonstrando uma posição de privilégio perante outros ricos em Maruim, a exemplo de seu compadre e testamenteiro o importante comerciante José Quintiliano da Fonseca, dono de uma fortuna calculada em 88:944\$522, sendo uma das maiores fortunas encontradas nos inventários de Maruim do período de 1850 – 1893.

### SOCIABILIDADES AFRICANAS

Segundo MATTOSO (1990), as redes de solidariedade entre africanos pareciam ser mais fortes e mais comuns do que as constituídas entre os escravos brasileiros. Um dos motivos para isso seria o fato de que os cativos estrangeiros eram obrigados a se adaptarem a um novo ambiente e cultura. Ela afirma ainda que, entre os escravos urbanos, havia um maior espaço de mobilidade, uma vez que estavam em constante contato com homens livres, em geral pessoas humildes, enquanto que os escravos do campo eram mais dependentes de seus senhores.

A análise dos testamentos e inventários nos permitiu visualizar algumas redes de solidariedade em que esses africanos se encontravam. Por ocasião de escrita do testamento, o testamentado indicava três pessoas de sua confiança como testamenteiros. Tais indivíduos seriam os responsáveis por cumprirem com as últimas vontades dos falecido, que envolviam desde a saudação de dívidas até a organização do funeral. Eram pessoas consideradas de sua extrema confiança.

Não era incomum encontrarmos um africano como testamenteiros de outro, como foi o caso de Faustina Dantas, africana, que tinha como primeiro testamenteiro Fellipe Barbosa de Santiago, um também africano. Além dele, Faustina mantinha relações de amizade com Florentino da Costa, africano livre, a ponto de deixar para os filhos deste, parte de sua herança, visto não possuir herdeiros naturais. Por sua vez, Florentino da Costa tinha ligações com “o preto africano”, José Pais da Costa, de modo a se tornar o seu segundo testamenteiro. Essas informações nos revelam uma intrincada rede de relações de solidariedades, afinidades e obrigações<sup>12</sup> entre africanos detentores de bens e valores e seus testamenteiros e herdeiros.

Contudo, estes africanos não se relacionavam somente entre si, mas também com brancos, em alguns casos, com brancos ricos e de posição de destaque na sociedade. Este foi o caso de Fellipe Barbosa de Santiago, já mencionado, testamentado em 26 de julho de 1893<sup>13</sup>. Como primeiro testamenteiro nomeia seu compadre Sr. José Quintiliano da Fonseca, que era também comerciante de destaque na economia da comarca de Maruim, dono de um estabelecimento comercial de gêneros variados: louças, ferragens, fazendas, bebidas, secos, molhados, etc. Possuidor de uma fortuna calculada em 88:944\$522 réis.

<sup>12</sup> No “Ensaio sobre a Dádiva”, de Marcel Mauss (2003), este etnólogo explora a idéia de que as obrigações de dar, receber e retribuir estão implicadas mutuamente. Afinidades, afetividades e solidariedades envolvem obrigações sociais tacitamente imbricadas.

<sup>13</sup> Fellipe Barbosa de Santiago, testamento Cx. 858.

Quintiliano possuía uma das maiores fortunas da região e fornecia mercadorias para pequenos vendeiros. O africano Fellipe Barbosa de Santiago era provavelmente um desses comerciantes ao qual Quintiliano fornecia seus produtos para revenda. Além disso, eles mantinham uma relação de compadrio, visto que, em seu testamento, Fellipe pede ao compadre “um credito para o comercio da Bahia em favor do meu filho José Fellipe de Santiago da quantia de um conto e quinhentos mil reis”<sup>14</sup>. Outro dado que nos leva a perceber que Santiago foi comerciante, era o fato do mesmo residir na “Rua da Cancellia”, importante centro econômico de Maruim, ocupado por inúmeros sobrados de estabelecimento comercial, inclusive o sobrado onde residia o próprio José Quintiliano da Fonseca.

O rico comerciante Quintiliano também é nomeado como primeiro testamenteiro de Faustina Dantas, o que pressupõe que eles possuíam algum vínculo social. Entretanto, alegando “não poder aceitar, em virtude de suas preocupações que não lhe deixa tempo para outro qualquer encargo”, deixa a incumbência ao africano Fellipe de Santiago, fechando um círculo de relações.

A liberta Izabel e seu marido eram bastante conhecidos localmente, uma vez que no edital de convocação feito pelo curador nomeado pelo juiz de Órfãos, o Dr. Francisco Alves da Silva Brito, não consta o endereço da casa onde a mesma residia, e na qual ocorreria o leilão dos seus bens. Para localizar os possíveis interessados em arrematar algum bem da falecida, o Dr. Francisco apenas indica que o leilão seria feito “aos 28 dias do mês de julho de 1870, nesta cidade de Laranjeiras e casa da finada Izabel Guaraná da Costa [...]”<sup>15</sup>. Fica entendido também, que a mesma era casada à face da Igreja com o africano Vicente Guaraná da Costa, uma vez que ao se referir a finada Izabel, o Juiz responsável pelo arrolamento a nomeia como Izabel Guaraná da Costa.

<sup>14</sup> Idem.

<sup>15</sup> Retirado do testamento da africana Izabel, Cx. 232.

Como evidência da existência de mobilidade nas relações entre libertos africanos, como também com brancos, temos ainda o inventário do africano Billico. Este, antes de falecer, relatou a amigos o seu desejo em comprar a alforria de sua filha Ercília, de sete anos, escrava, juntamente com a sua mãe, do senhor Manuel Pereira Coelho. Entre seus amigos encontramos um português, um africano e um forro os quais afirmavam, como testemunhas, terem ouvido por várias vezes o “[...] africano dizer que só trabalha para alforriar a escravinha Ercília, e na hora da morte não o fez porque não teve tempo de mandar buscar hum escrivão por ser a villa muito longe”<sup>16</sup>. Através de seu curador, um advogado com ideais abolicionistas, entra com a petição junto ao juiz de órfãos e ausentes reivindicando os direitos da dita filha do falecido africano. O juiz após ouvir testemunhas, deu por sentença a entrega do líquido que ficasse do leilão dos bens do finado Billico para a compra da alforria de sua filha.

Outro processo que demonstra o uso dos testamentos como táticas de proteção e formalização das relações de solidariedade, bem como os artifícios próprios de transações econômicas existentes entre os africanos, é o testamento/inventário de João Antônio de Moraes, de 27 de outubro de 1885.

<sup>16</sup> Retirado do inventário de Joaquim Billico, Cx. 817.

Testamenteiros e Herdeiros

<b>Testador</b>	<b>Testamenteiro</b>	<b>Herdeiros</b>
Fellipe Barbosa de Santiago	1 - José Quintiliano da Fonseca 2 - Deodado da Silva Maria, 3 - José Nunes Madureira Maynard	Os filhos: Roza Amélia de Santiago; Guilhermina de Santiago Solidade; José Felipe de Santiago e Julia Costa de Santiago. Dar também permissão para o preto Alexandre Madureira e sua mulher, como também ao preto Anacleto Madureira, viúvo, para enquanto viverem gozarem de um curto pedaço de terra em seu Sítio Canaã.
João Antonio de Moraes	1 - José Gomes de Andrade, 2 - João Muniz Barretto; 3 - Domingos José da Costa.	Maria Pinto, africana liberta, e Bibiana, africana, também liberta, viúva.
Manoel Celestino de Souza e Gama	1 - Maria, mulher de Manoel; 2 - Umberlina Bella do Amor Divino; 3 - Francisco Uarique.	Maria, africana e liberta, viúva.
José Pais da Costa	1 - Capitão Manoel Macieira de Souza; 2 - Florentino da Costa, africano liberto; 3 - Manoel Antonio Bastos.	Os filhos escravos: Inocêncio, Francelino e Bregida. E as netas libertas: Eufrasina, liberta por seus senhores na ocasião do batismo, e Rufina.
Iria D'Oliveira Oliveira	1 - Lazaro Barbosa Madureira, marido.	Lazaro Barbosa Madureira, viúvo.
Luiz de Freitas	1 - Caetano Porciano dos Santos.	Caetano Porciano dos Santos, africano liberto.
Faustina Dantas	1 - José Quintiliano da Fonseca; 2 - Claudionor Macieira da Silva Lima; 3 - Fellipe Barbosa de Santiago.	Maria Patrocina da Conceição e Maria Rosa da Conceição, a Francisco Florentino da Costa e a José Florentino da Costa, filhos de Florentino da Costa, já falecido, e de Rufina Maria da Conceição.

Testamento publico em notas que faz João Antonio de Moraes, como abaixo se declara = saibão quantos este publico testamento livro, que no Anno do Nassimento de nosso Senhor Jesus Chirto de mil oito centos oitenta e quatro ao (corroído) dia do mez de novembro do

dito Anno, nesta cidade de Laranjeiras a Rua da Cacimba do Porto do Oitero, em casa do testador [...] Primeiro disse que era Católico Apostólico Romano. Segundo, que era natural da Costa d’Africa – do lugar Minas Gerais, e que não são mais vivos seus pais, cujos nomes ignora. Terceiro, que era casado a face da Igreja com Bibiana africana, do cujo consorcio tiveram um filho de nome [Satijo], que [corroído cerca de três palavras]. Quarto, que era devedor a Felicidade – escrava do tenente Coronel Antonio Luis de Araújo Maciel. Quinto, que instituía por herdeiro da terça parte de seus bens a Maria Pinto – africana liberta, que mora em sua companhia. Disse que a quantia que fallou na quinta verba, era quatro centos mil reis.<sup>17</sup>

No desenrolar do inventário dos bens do falecido africano e sua mulher, o Tenente Coronel Antônio Luiz Araújo Maciel, senhor da escrava Felicidade, que afirma ser filha do testador e credora do mesmo na quantia de quatrocentos mil réis (400\$000), requer ao juiz, por meio de seu curador Domingos Anacleto de Moraes, que seja paga a referida quantia. Para tanto o Juiz solicita que a mesma apresente testemunhas que possam comprovar tal dívida. Então ela apresenta três testemunhas para justificar que: I – O africano João Antônio de Moraes, residente na Rua do Porto do Oitero, tinha em seu poder a quantia de 400\$000, e o mesmo declarava isso antes de sua morte; II – Que era costume “entre os pretos” depositarem o seu pecúlio em poder um dos outros independente de documento escrito, e “somente na boa fé de parceiros”.<sup>18</sup>

Como testemunhas ela apresenta:

Domingos Jose da Costa, de sessenta e um annos de idade, solteiro, natural de Portugal, lavrador e morador nesta cidade [...] Disse que como testemunha do testamento do africano

<sup>17</sup> Retirado do Testamento de João Antonio de Moraes e sua mulher Bibiana, encontrado no arquivo Judiciário de Sergipe, na caixa de número geral 228.

<sup>18</sup> Idem.

João Antonio de Moraes, vivia este a referir que tinha uma filha natural e escrava do Sr. De engenho das Mescês, a qual lhe dera a guardar, como pecúlio se a quantia de quatro centos mil reis [...] Disse ainda quanto ao segundo item que é costume entre os pretos depositarem os seus pecúlios em poder uns dos outros independente de documentos escripto e somente na boa fé de parceiro [...] Josepha Pinheiro da Costa, de cincoenta annos mais ou menos de idade, casada, africana, moradora na rua do Porto do Oitero desta cidade, lavradora [...] Disse que sabe que João Antonio de Moraes tinha em seu poder a quantia de quatro centos mil reis que sua filha felicidade lhe dera a guardar e interar para sua alforria, e que assim costumam fazer os seus parceiros, guardando uns o dinheiro de outros em confiança independente de qualquer documento [...] Victor Manoel D'oliveira, de quarenta e oito annos de idade, casado, morador nesta cidade, empregado da Câmara Municipal [...] Disse que sendo uma das testemunhas do africano João Antonio de Moraes, ouvia elle dizer que a preta Felicidade lhe dera a guardar a quantia de quatro centos mil reis, e que elle João Antonio gastará parte na edificação de uma casinha e outra parte em seu sustento. Disse mais saber que essa quantia constituía pecúlio da dita preta que é escrava do T. Cor. Antonio Luiz de Araújo Maciel e quanto ao segundo item declarava ser verdade o que nelle se constava [...] <sup>19</sup>

Depois de deduzidas as dívidas com o pagamento do inventário, do funeral e de outras dívidas que sua mulher Bibiana tinha contraído por tratamento de uma enfermidade que lhe levaria a morte, o juiz julga por deferimento a petição da escrava Felicidade, que recebe como herança do pecúlio de seu pai, a quantia de cento e oitenta mil réis

---

<sup>19</sup> Idem.



(180\$000). É interessante percebermos, que no processo parece não ter peso à afirmação que a mesma faz de ser filha natural do falecido africano. Talvez pelo fato do mesmo não tê-la, em vida, assumido a paternidade, ou ainda, por causa de ser a sua dita filha Felicidade, fruto de uma relação não reconhecida pelo Estado ou pela Igreja. Seja por uma coisa ou por outra, o que fica claro é que esse tipo de relação econômica baseada na confiança “de parceiros” era reconhecido e aceito, tanto entre os escravos, como entre os livres e a justiça.

É bastante recorrente nos testamentos e inventários localizados, vemos uniões declaradas de casamentos entre africanos, perante a igreja ou não. Em seu testamento, o africano José Pais da Costa, já citado acima, deixa por escrito seu matrimônio com a também africana Rufina:

[...] declaro que fui casado a face da Igreja com Rufina tão bem africana já falecida tendo deste consorcio cinco filhos, que são: Inocência, Francelino, Bregida, Rosalina e Luduvicia, que já he falecida deixando uma filha de nome Eufrasina, que foi liberta por seus senhores na ocasião do batismo, sendo que os outros ainda vivem em companhia dos seus senhores, por serem elles captivos<sup>20</sup>.

Segundo FARIA (1998) os africanos tendiam a casar com mais frequência, com intuito de estabilizar suas organizações familiares, tornando o cativeiro mais ameno. Conforme a autora, “a legalização dos matrimônios era uma estratégia possível para tentar fazer com que os senhores respeitassem grupos familiares africanos”<sup>21</sup>. Apesar de estarmos trabalhando com africanos libertos, uma vez que focamos a pesquisa nos testamentos e inventários de africanos livres, esta hipótese proposta por FARIA (1998) é bastante relevante para a pesquisa. Afinal não

---

<sup>20</sup> Idem. Fl. 03 v e 04.

<sup>21</sup> Idem. P.315

é possível falarmos de libertos, sem termos em vista os escravos, pois, forros foram cativos em algum momento de sua vida, o que pode revelar que estes matrimônios podem ter sido realizados ainda em cativeiro.

O enlace matrimonial entre um liberto (a), com um(a) escravizado(a) pode sugerir que, antes mesmos da oficialização do casamento pela Igreja, estes já mantinham relações íntimas que vieram a ser legitimadas depois de libertos, ou quando perceberam a possibilidade de um dos cônjuges se ver livre. Aos olhos do proprietário, a escrava ou escravo poderiam não ter uniões consideradas casamentos, mas na prática cotidiana poderiam se afirmar como tal. É importante ressaltar também, que casar segundo os costumes da Igreja Católica, era muito dispendioso, além de ser um procedimento complexo, ainda mais para os escravos.

É interessante apontar que, todos os testamentos lidos até o presente momento, fazem menção ao casamento realizado perante a Igreja, o que denota a religiosidade Católica do testador. A referência à fé católica poderia ter uma série de significados: seria um procedimento formal do registro testamentário do século XIX ou uma estratégia de legitimação social por parte destes africanos, o que poderia lhes “garantir” o cumprimento de suas últimas vontades, ao deixarem explícita a conversão ou a prática à fé católica.

Segundo a cultura funerária, a primeira estratégia para a garantia de salvação era a organização do próprio enterro. Muitos organizavam sua morte deixando por escrito em testamento a maneira pela qual desejavam ser sepultados. Tal preocupação referia-se a questões como: o tipo do enterro, o local do sepultamento, o número de celebrações litúrgicas, assim como quem seria o sacerdote a celebrar as missas, entre outros por menores. As promessas também faziam parte do universo funerário, na sua maioria aparecem associadas à realização de trezenas, novenas, romarias, missas, doação de dinheiro para os pobres, capelas de missas<sup>22</sup> e festas religiosas.

<sup>22</sup> Lote de 30 missas Gregorianas celebradas do 1º dia do sepultamento ao 30º dia do falecimento.

## Organização dos Funerais

Faustina Dantas	“[...] Declaro que eu falecido quero ser encaminhada por hum sacerdote, levando meu corpo em caixão; e se dêem dois signais, bem como que no dia do meu enterramento se dêem dez mil reis na porta da igreja aos pobres [...]”
Fellipe Barbosa de Santiago	“[...] Fallecendo quero que o meu enterro se faça a vontade de meu primeiro testamenteiro e na falta deste, dos seguintes, na forma em que estiverem seus nomes escriptos [...]”
Manoel Celestino de Souza e Gama	“[...] declaro que além do oitavives quero que minha testamenteira mande celebrar meia capella de missa por minha alma [...] mais nove missas: sendo trez por alma de meu pai; trez por alma de minha mãe; e trez pelas almas do purgatório [...]”
José Pais da Costa	“Declaro que por minha morte se mande dizer duas missas de corpo presente, e mais hum oitovives em minha tenção. Declaro que falecendo, o meu corpo se vá envolto em habito preto, no meu funeral será feito conforme minhas pequenas posses, acompanhado somente pelo Pároco de minha Freguesia [...]”

Se não podemos afirmar com precisão as preferências religiosas dos pesquisados, a menção da naturalidade africana não deixa dúvida de que há uma conotação de identificação coletiva com África na hora da morte. O que é interessante é o fato de que na grande maioria dos testamentos lidos, os africanos não fazem referência a uma nação específica, tal como nagô, angola, congo, etc. Classificações estas que em um dado momento da história de nosso país mostraram ser importantes para a burocracia do tráfico, segundo SOARES (2000), pois foi a maneira que o império português encontrou de classificar o “outro”, escravizado, a partir de qualificações específicas que agregavam valores de acordo com a sua procedência na hora da venda ou também pela própria necessidade de controle alfandegário. Em solo brasileiro,

os africanos recebiam o nome de uma “nação”, que nem sempre fazia referência a um local de mesma língua, cultura, território ou de auto-identificação destes africanos. Muitas vezes, a localização da região de um dado porto africano tornava-se a definição de sua nação, como a denominavam os portugueses.

Algumas referências feitas à origem africana e a fé cristã nos testamentos<sup>23</sup>

Faustina Dantas	“Eu Faustina Dantas achando-me com saúde, mas, não sabendo o dia, que Deus me quererá chamar a si, determino fazer este meu testamento e ultima vontade pela forma seguinte: Declaro que sou cristã nesta fé desejo viver e morrer, e que sou de nação affricana.”
Felipe Barbosa de Santiago	“Em nome da Santíssima Trindade, Padre, Filho, Espírito Santo, em que eu Felipe Barbosa de Santiago, firmemente creio, e em cuja fé protesto viver e morrer. Este o meu testamento e ultima vontade. Declaro que sou natural da Affrica e que portanto, é desconhecida minha filiação.
João Antonio de Moraes	“[...] declara ser Católico Apostólico Romano, natural da Costa da África.”
Manoel Celestino de Souza e Gama	“[...] em nome da santíssima trindade, Padre, Filho, e Espírito Santo, três pessoas distintas e um só Deus verdadeiro. Eu Manoel Celestino de Souza e Gama, natural d’África, e hoje libertado [...] Primeiramente encomendo a minha alma a Deus Padre, que a criou, a Deus filho que a redimiu, e a Deus Espírito Santo, que a iluminou.”
José Pais da Costa	“Declaro que por minha morte se mande dizer duas missas de corpo presente, e mais hum oitovives em minha tenção.”
Iria D’Oliveira	“Em nome da santíssima trindade, Padre, Filho, Espírito Santo, em que eu Iria D’Oliveira firmemente creio, e em cuja fé protesto viver e morrer [...] Declaro que sou natural da Costa D’África [...]”
Luiz de Freitas	“Em nome da santíssima trindade, Padre, Filho, Espírito Santo, em que eu Luiz de Freitas, firmemente creio, em cuja fé protesto viver e morrer [...] declaro que sou natural da Costa da África, e que não conheci pai nem mãe [...]”

<sup>23</sup> Todos os testamentos se encontram no Arquivo do Judiciário de Sergipe: Faustina Dantas, Fundo MAR/C 1º OFCX. 858; Felipe Barbosa, Fundo MAR/C 1º OFCX. 858; João Antônio de Moraes, Fundo LAR/C 1º OFCX. 228; Manoel Celestino, Fundo SAC/C 1º OF: Livro de Testamento, 65; José Pais, Fundo MAR/C 1º OFCX. 947; Iria D’Oliveira, Fundo LAR/C 1º OFCX. 251; Luiz de Freitas, Fundo LAR/C 1º OFCX. 251.

Em contrapartida, os autos de apreensão e seqüestro, outro documento investigado por nós para a pesquisa, nos mostra uma realidade adversa. Neles encontramos, numa das perguntas feitas ao escravo capturado, de que nação ele era. Esse fato nos lembra a afirmação de SOARES (2000) de que as nomenclaturas de nação parecem perder a importância na segunda metade do século XIX. Portanto, como todos os testamentos encontrados aqui se fizeram justamente naquele período, enquanto que os autos de apreensão, que fazem referências à nação estão localizados na primeira metade do século XIX, permitimo-nos dizer que a idéia de África como referente de auto-afirmação passa a ser fundamental para um sentimento coletivo do que é ser “um outro”, como o caso dos ex-escravos, negros e africanos no Brasil. Como diz BARTH (1998) em *Grupos Étnicos e suas Fronteiras*, a mobilização de referenciais culturais, bem como de etnônimos de distinção e a valorização de aspectos fenótipos, lingüísticos ou de origem (principalmente quando considerada estrangeira), são utilizados de forma dinâmica e podem se estabelecer e consolidar nos processos de interação social como marcadores da diferença, a partir da definição mútua das fronteiras sociais pelos envolvidos. Estes marcadores são acionados, principalmente, como estratégias de identificação social, num contexto de disputa por recursos (sejam eles quais forem), por prestígio e por legitimidade social.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os testamentos e inventários nos propiciaram o levantamento acerca da etnicidade, da religiosidade, dos vínculos, das atividades e riquezas econômicas dos libertos. Mais do que isso, tais documentos retrataram características e peculiaridades de uma época, ajudando a desvendar novas possibilidades de debates sobre as populações africanas da região. No caso particular dos ex-escravos de nação, os documentos utilizados nos possibilitaram reavaliar alguns estereótipos sobre a condição sócio-econômica dos africanos, mesmo durante o período escravocrata, bem como nos possibilitam perceber alguns valores rela-

cionados às suas crenças religiosas e éticas e suas redes de relações sociais.

É significativa a menção às posses dos africanos, a menção às dívidas que esta população tinha, sempre em um circuito envolvendo outros africanos livres ou escravos. Demonstra-se, com isso, uma rede de solidariedades econômicas, que seguia critérios de funcionamento próprio, e que ao mesmo tempo, era reconhecida e aceita pela população livre em geral e mesmo pelo Poder Judiciário. Estas redes apontam para preferência a negócios realizados entre africanos, o que demonstra um alto grau de solidariedade econômica entre os mesmos, que promoviam desde empréstimos há longo prazo até a contratação de serviços, sem necessidade de uma comprovação por escrito, como também a doação de terrenos para outros africanos ou descendentes, sem nenhum tipo de alienação aparente.

Em se tratando da mobilidade econômica da população de africanos livres, o testamento do Africano Felliipe Barbosa de Santiago impressiona pelo montante de bens acumulado por este, que fora um próspero comerciante da comarca de Maruim, mantendo relações de compadrio com um dos comerciantes mais ricos da cidade, o que lhe rendia crédito e prestígio inclusive com o mercado baiano, de onde recebia mercadorias que repassava aos comerciantes locais.

Outro ponto marcante na pesquisa é a forte menção feita à religiosidade católica. Todos os inventários e testamentos vistos até o presente momento faziam de alguma maneira menção à devoção ao catolicismo. Conseqüentemente é significativo o número de africanos casados segundo a Igreja Católica. Em contra partida, o número de reprodução desses casais era muito baixo, sendo que a maioria deles não possuía filhos.

Podemos afirmar que o testamento para um “africano” se configurava, assim como as fugas, rebeliões, suicídios e tantas outras estratégias de resistência (MARCON, 1999) encontradas por eles, como forma de ampliar seus espaços de liberdade, assim como uma forma de perpetuar uma marca de continuidade depois da morte. Antevendo-a, eles preferiam definir os seus herdeiros via testamento do que deixar

seus bens ao erário, para serem inventariados de acordo com os princípios de herança do Brasil Imperial, ou mesmo correndo o risco de que elas fossem usurpadas por “falta” ou “desconhecimento” dos herdeiros, já que muitas relações de libertos com escravos eram informais ou não reconhecidas legalmente.

Ao identificarmos os herdeiros dos africanos, suas testemunhas, seus testamenteiros e inventariantes; ao percebermos como estes africanos constroem suas riquezas e como as utilizam; ao destacarmos quais são suas crenças e como as demonstram; ao captarmos suas retóricas de auto-identificação com relação África; enfim, ao atentarmos para as últimas vontades destes homens e mulheres que, superando a condição escrava, conseguiram acender social e economicamente, numa sociedade escravocrata, podemos realçar que, apesar destas considerações serem provisórias, elas nos permitem ressaltar que as motivações e estratégias que pautavam as relações entre os africanos, bem como deles com outros libertos ou brancos na região do Vale do Cotinguiaba, não eram furtivas, mas motivadas por redes de afinidade e solidariedades mútuas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Martha e MATTOS, Hebe Maria. *Etnia e identidades; resistências, abolições e cidadania*. Tempo, Vol. 3- n° 6, Dezembro de 1998.
- BARTH, Fredrik. *Grupos Étnicos e suas fronteiras*. In: POUTINGNAT. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo. UNESP, 1998.
- BEZERRA, Felte. *Etnias Sergipanas: Contribuição ao seu estudo*. 1º reedição. Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade, 1984.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- DINIZ, M. Diana (coord). *Textos para a História de Sergipe*. Aracaju, 1991.
- FARIA, Sheyla de Castro. *A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FIGUEIREDO, Ariosvaldo. *O Negro e a Violência do Branco: O Negro em Sergipe*. Rio de Janeiro: J. Álvaro, 1977.
- FLORENTINO, Manolo Garcia. *Em costas negras: Uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (século XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4. ed. São Paulo: Fundação editora da UNESP, 1997.
- FREIRE, Felisbelo. *História Territorial de Sergipe*. Aracaju. Secretária do Estado da Cultura/FUNDEPAH, 1891.
- FREITAS, Dércio. *Escravidão de índios e negros no Brasil*. Porto Alegre: ESTSLB e ICP, 1980.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 11. ed. São Paulo: Nacional, 1972.
- GINSBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.



- JUNIOR, Caio Prado. *História econômica do Brasil*. 25<sup>o</sup> ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- LNHARES, Ronaldo Nunes. *Cartas de Alforria em Sergipe: 1800/1854*. Monografia Apresentada ao Curso de Graduação em História. Orientador: Maria Nely dos Santos. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão. 1987.
- MARCON, Frank. *Visibilidade e resistência negra em Lages*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Rio dos Sinos. São Leopoldo/RS, 1999.
- MATTOSO, Kátia M. de Queiros. *Ser escravo no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.
- MAUSS, Marcel. Ensaio Sobre a Dádiva. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- MOTT, Luis R. B. *Os Escravos nos Anúncios de Jornal de Sergipe*. Revista do Instituto Histórico Geográfico de Sergipe. Aracaju, n. 29, p. 133-177, 1987.
- MOTT, Luis R. B. *Sergipe Del Rey: População, Economia e Sociedade*. Aracaju: FUNDESC, 1986.
- NUNES, M<sup>a</sup>. Tétis. *Sergipe Colonial*. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro, 1989.
- PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. *História Econômica de Sergipe (1850-1930)*. Aracaju, UFS, Programa Editorial da UFS, 1987.
- PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. *Reordenamento do Trabalho: Trabalho Escravo e Trabalho Livre no Nordeste Açucareiro; Sergipe 1850/1930*. Aracaju, Funcaju, 2000.
- RAMOS, Arthur. *As culturas negras no Novo Mundo*. 3<sup>o</sup>. Ed. São Paulo: Nacional, 1979.
- RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. 4<sup>o</sup>. ed. São Paulo: Nacional, 1976.
- REIS, João José. *O Cotidiano da Morte no Brasil Oitocentista*, In: *História a Vida Privada no Brasil*. Vol. 2. [s/d].
- SANTOS, Maria Nely. *A Sociedade Libertadora. "Cabana do Pai Thomaz", Francisco José Alves, uma história de vida e outras histórias*. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 1997.

SANTOS, Patrícia Lima Moraes. *Permanência e Transformação da Riqueza em uma Sociedade Escravista: Maruim, 1850-1888*. Monografia Apresentada ao Curso de Graduação em História. Orientador: Josué Modesto dos Passos Subrinho. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão. 2002.

SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor. Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro do século XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SKIDEMORE, Thomas E. *O Brasil visto de fora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

VELLASCO, Ivan de A. *As seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça de Minas Gerais no século 19*. Bauru/ São Paulo: EDUSC/ ANPOCS, 2003.

DAS NOVENAS À  
FESTA URBANA:  
Breve histórico dos  
festejos juninos  
da Rua São João

Priscila Santos Silva\*  
Eufrazia Cristina Menezes Santos\*\*

RESUMO

A Rua São João, localizada no bairro Santo Antônio, em Aracaju/SE, há 97 anos tem sido palco das mais importantes performances culturais do ciclo junino aracajuano. O artigo analisa a festividade a partir de uma perspectiva antropológica, com base nos estudos da performance e da festa, tecendo uma breve história dos festejos. Os resultados apresentados baseiam-se na pesquisa de campo realizada em junho de 2006 e março a junho de 2007. A proposta metodológica contemplou observação etnográfica, realização de entrevistas, registro fotográfico, pesquisa documental e na *internet*. Os resultados da pesquisa ajudam-nos a relativizar a imagem da Rua São João como reduto da “verdadeira” ou “mais autêntica” tradição junina da cidade de Aracaju.

PALAVRAS-CHAVE: São João, festa, dinâmica cultural.

---

\* Bacharel em Ciências Sociais e integrante do Grupo de Pesquisa em Antropologia: ritual, festa e performance.

\*\* Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe e coordenadora do Grupo de Pesquisa em Antropologia: ritual, festa e performance.

Com a festa, transmitimos as nossas manifestações culturais por meio da música, da dança, dos gestos, das vestimentas e da comida. Durante sua realização, interrompe-se o tempo social e se permite renovar as energias tragadas pelo cotidiano; os homens liberam-se do jugo das normas sociais; invertem-se os papéis desenvolvidos na sociedade e imperam os excessos na comida e na bebida (Duvignaud, 1983; Durkheim, 1989; 2002; Catlois, s/d). A festa nasce de ações coletivas articuladas em torno de um objeto, real ou imaginário, que produz uma identidade, em um tempo e um espaço determinado, quando não escolhidos. (Guarinello, 2001).

Na região nordeste do Brasil, durante o mês de junho, ocorre a maior manifestação festiva depois do Natal. São as Festas Juninas, uma homenagem a três santos católicos: Santo Antônio, dias 12; São João, dia 24; e São Pedro, dia 29. Elas devem ser vistas como fatos sociais totais, pois a sociedade e suas instituições – religiosas, jurídicas e morais – envolvem-na na sua realização (Mauss, 2005), e não apenas moradores de alguns bairros da cidade.

Nesses fenômenos sociais “totais”, como nos propomos chamá-los, exprimem-se, de uma só vez, as mais diversas instituições: religiosas, jurídicas e morais – estas sendo políticas e familiares ao mesmo tempo –; econômicas – estas supondo formas particulares de produção e do consumo, ou melhor, do fornecimento e da distribuição da produção e do consumo –; sem contar os fenômenos estéticos em que resultam esses fatos e os fenômenos morfológicos que essas instituições manifestam. (pg. 187).

A festa, como um produto turístico, movimentando os meios de comunicação, a economia local e ganha espaço na mídia, chegando a atingir o status de evento oficial do Estado, de organização social e fato político, religioso ou simbólico (Del Priore, 1994).

Todo mês de junho, Aracaju, capital de Sergipe, se transforma em um grande *arraial*: prédios e casas, ruas e avenidas, centro comercial e

shoppings configuram o cenário das festividades. Eles são ornamentados com bandeirolas coloridas, palhas de coqueiro e balões multicores. Marca o ciclo junino da cidade a presença de pequenos arraiais espalhados pelos bairros, levantados por grupos de vizinhos ou familiares, e dois grandes arraiais públicos: o Forró-Caju, construído no conjunto arquitetônico dos Mercados Municipais de Aracaju, e a Vila do Forró, que, localizada na orla da praia de Atalaia, reproduz cenograficamente a paisagem das pequenas cidades interioranas – Ambos projetados pelo poder público municipal e estadual, com o apoio das políticas públicas culturais de incentivo ao turismo.

Na cultura junina aracajuana, a rua é o espaço privilegiado da festa aos santos juninos – Algumas são ou foram tradicionalmente associadas à data, como as ruas Laranjeiras, Vitória, Maruí, Capela, Siriri e São João. É nela que ocorrem algumas atividades tipicamente juninas, como soltar fogos, queimar fogueira, assar milho e dançar quadrilha. Outras, como as novenas, os preparativos e a degustação das comidas típicas, acontecem no interior da casa, também espaço da festa.

Este trabalho objetivou analisar os festejos juninos da Rua São João, sublinhando sua importância no conjunto das manifestações culturais de Aracaju. A Rua foi evidenciada como um espaço de trocas e sociabilidades, sendo focalizada a sua dimensão ritualística e seus aspectos simbólicos, comunicativos e performáticos. As festividades da Rua São João, no bairro Santo Antônio, zona norte de Aracaju, ocorrem há noventa e sete anos.

### SÃO JOÃO COMUNITÁRIO, FAMILIAR E RELIGIOSO

A história dos festejos juninos da Rua São João é marcada por continuidades e descontinuidades, alianças e conflitos; a cada edição a festa se renova, abrigando antigas e novas tradições, introduzindo e combinando diferentes linguagens. Estima-se que os festejos originaram-se no final do século XIX, início do século XX, com a

predominância das atividades de caráter religioso, como celebração de novenas, trezenas e procissões, organizadas no mês de junho, em homenagem a São João. Com o tempo, outros rituais foram integrados à festa, como a troca do mastro, os sambas de coco, a missa campal, o casamento caipira, o enterro do boi, entre outros. Todas as atividades que fizeram ou continuam a fazer parte da festa possuem grande importância na formação e manutenção dos festejos, por construírem, ao longo dos anos, a imagem da Rua São João como reduto da “verdadeira” ou mais “autêntica” tradição junina da cidade de Aracaju. Porém, não podemos esquecer que a festa muda e se renova; ela é filha do seu tempo. “Os idiomas da festa não se inventam da noite para o dia” (Vovelle, 2004, p. 245); sua longa permanência é o resultado de uma dinâmica que, além de não deixá-la envelhecer, leva-a a reconstituir-se e projetar simbolicamente as representações de mundo do grupo que a realiza (Vovelle, 2004).

Devido as comemorações e ao ciclo de novenas em homenagem a São João, a Rua nasce com o nome do santo, nos conta o artigo antológico da folclorista Aglaé Fontes Alencar (1990). De acordo com Alencar (1990) as novenas eram realizadas na residência de duas irmãs devotas do santo São João de Deus – o sítio Matinha dos caboclos, localizado nas imediações do bairro Manoel Preto – e terminavam com uma procissão da qual participavam vizinhos e moradores de bairros adjacentes. Após as novenas, os moradores da Rua São João, sob a liderança do Sr. Leobino Moura, organizavam uma festa também em homenagem ao santo. A comunidade se unia para ornamentar a Rua com bandeirinhas; as famílias trocavam com os vizinhos as comidas típicas preparadas, acendiam fogueiras em frente às suas casas e se reuniam durante a noite. A comunidade local partilhava de toda a organização necessária ao sucesso da festa, cujo modelo, marcado pelo caráter religioso, familiar e coletivo, se aproximava das celebrações juninas típicas das pequenas cidades do interior sergipano. Prevalcia, nesse contexto, uma relação de complementaridade entre

a casa e a rua<sup>1</sup>: pelo dia as atividades femininas se concentravam em casa, enquanto que as dos homens eram desenvolvidas na rua. À noite, ocorria o momento de união e confraternização de ambos os espaços, marcado por um trânsito interno e circular de pessoas, coisas e símbolos.

### INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS FESTEJOS DA RUA SÃO JOÃO

Em 1910, falecem as duas irmãs devotas de São João de Deus. Nesse período, iniciou-se o processo de institucionalização da festa com o surgimento de uma comissão organizadora dos festejos juninos da Rua São João, composta pelos moradores da Rua. O Senhor Leobino assumiu a presidência da primeira comissão, que durou 36 anos. O que antes se fazia espontaneamente passa a ser planejado e organizado. As festividades mantiveram seu caráter religioso e introduziram novas atividades, a exemplo do ritual da troca do mastro.

Nas primeiras décadas do século XX, o ritual do mastro era uma das *performances*<sup>2</sup> mais significativas do ciclo junino em Aracaju. Em alguns bairros, as famílias comumente colocavam um mastro ao lado das fogueiras. Na Rua São João, trocava-se o mastro no último dia do mês de maio, à meia noite, na entrada no mês de junho, em louvor aos santos juninos e para simbolizar a abertura das atividades festivas. O mastro é um tronco de árvore arrancado de uma mata próxima – na época era retirado do bairro Manuel Preto –, símbolo do tempo da festa e da renovação, indicando uma nova temporada de festejos (Araújo, 1999)

<sup>1</sup> Casa e Rua São aqui entendidas enquanto esferas de significado social tal como foram propostos por Roberto Da Matta.

<sup>2</sup> Entendo por *performance* o campo de estudo que busca trabalhar com as dimensões comunicativas, expressivas e simbólicas de qualquer comportamento, evento, ação ou coisa, desde que em termos de ação, comportamento ou exibição. Sobre performance ver: Turner (1987), Richard Schechner (2003) e Goffmann (1985).

Nos registros encontrados sobre as festas juninas da cidade de Aracaju, no início do século XX, escritos pelos jornalistas, folcloristas, especialistas e historiadores, notamos uma forte ligação das atividades comemorativas com a Igreja Católica, tendo sido o fogo o elemento mais importante das práticas festivas, estando presente nas performances de queima de fogos de artifício, nas guerras de busca-pés e nas fogueiras montadas em frente às residências. Dentre os jornais que abordam esse ponto, selecionamos o Jornal O Estado de Sergipe:

Ao amanhecer do dia 23 houve Missa solene na matriz, com extraordinária concorrência, achando-se o tempo todo iluminado e decorado com o maior gosto e arte. (...) A noite desse dia acenderam-se as clássicas fogueiras em todas as ruas da cidade, e enquanto das janelas das casas queimavam-se variados fogos de bengala, os amadores, divididos em grupos, percorriam as ruas na costumeira algazarra, a atacarem busca-pés em numero nunca visto entre nós durante os tiroteios e os fol grod's em geral até muito depois de meia noite. (O Estado de Sergipe, junho de 1903, p. 1).

Em sua crônica, o memorialista José Cruz (1990) nos chama a atenção para a denominação dos festejos realizados na cidade de Aracaju durante o mês de junho, até os anos trinta. Segundo Cruz, as festividades denominavam-se “festas de São João” e não “festas juninas”, termo aplicado às festividades do sudeste do país. O autor também descreve com saudosismo a realização das festas de São João de Aracaju nos idos dos anos 30, que ainda preservava o fogo como principal elemento integrante das brincadeiras festivas:

À noite, nas fachadas de muitos prédios residenciais, viam-se lanternas acesas, de vidro e de papel de seda, ao passo que as fogueiras eram acesas, depois das 19 horas, aos pés dos “mastros”, muitas das quais eram “armadas” com o pagamento uma promessa por uma graça alcançada junto a São João ou a São



Pedro. Essas fogueiras serviam também para assar milho verde e para brincadeiras de “pular fogueira”, de “compadre e comadre” e de “casamento”, por parte dos jovens namorados. (p. 129).

A segunda comissão dos festejos, de acordo com Alencar (1990), formada no ano de 1946, teve como presidente José Alves de Moura, que assumiu a organização após a morte de seu pai, o Sr. Leobino Moura. Naquela época, as festividades preservaram as atividades religiosas ao lado das profanas, aspecto comum às festas religiosas brasileiras desde o período colonial (Del Priore, 1994).

Algumas atividades realizadas na Rua – como a ornamentação, a disputa de fogos e o concurso do traje caipira – tinham um clima de competição a fim de animar os moradores a executá-las. Na ornamentação, a Rua era dividida em dois grupos: a rua de cima e a de baixo. Ambos enfeitavam a rua com capricho visando à votação que elegeria o melhor grupo. Já na disputa dos fogos, dois moradores, o Sr. Antônio Costa e o Sr. Francisco, guerreavam entre si, enquanto os demais residentes da rua se divertiam com a disputa, torciam e selecionavam o melhor. O traje caipira, por sua vez, também dava causa a concurso, realizado como forma de brincadeira; os próprios moradores faziam o julgamento baseados no quesito originalidade.

No mesmo período, também existiam as liras, a respeito das quais dois artigos foram encontrados. O primeiro artigo foi publicado no *Jornal Pipiri*, escrito pelo historiador Valfran Brito. Segundo sua descrição, existiam duas Liras: A Lira Sergipana (localizada na Rua do Fogo, atual Rua Japarutuba) e a Lira Santo Antônio (localizada na Rua São João), que disputavam entre si o título de lira mais bem ornamentada. De acordo com o artigo, os festejos da Rua São João teriam surgido a partir dessa disputa, hipótese censurada pelo Sr. Antônio, ex-presidente da festividade, para quem as liras teriam aparecido devido à festividade na rua, e não o contrário<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> Entrevista realizada em 18 de junho de 2006.

O segundo artigo foi escrito por Aglaé Alencar (1990). Para a auto-ra, as liras eram dois blocos que acompanhavam a procissão de São João; a Lira Sergipana pertencente ao Sr. José Alves Moura, e a Lira Santo Antônio ao Sr. Antônio Costa. Ambas possuíam cores correspondentes – a Sergipana vestia-se de vermelho e branco, enquanto a lira de Santo Antônio usava azul e branco – e uma porta-bandeira que, durante a procissão, levava o estandarte de São João, formado de laquê e enfeitado com as cores do grupo e a imagem do santo. A zabumba, cujo tocador permanente era o Mestre Quendera, acompanhava o desfile. As moças desfilavam nas liras usando roupas feitas pelas próprias moradoras da comunidade – com babados, fitas e laquês e na cor correspondente ao seu grupo. Ao longo da procissão, as liras paravam em frente às casas de alguns moradores, ocasião em que as pessoas do grupo dançavam, bebiam e soltavam fogos em homenagem ao santo João.

O encerramento da festa acontecia com o “enterro do boi”, reunião entre os moradores da Rua São João em um sítio chamado Engenho Novo, localizado no bairro Manuel Preto, com o intuito de fechar o ciclo junino. Essa atividade, ao contrário do que se poderia supor, não se relaciona com a brincadeira do boi-bumbá, que integra o calendário festivo do catolicismo popular na região do Norte do país<sup>4</sup>. A esse respeito, o Sr. Antônio prestou o seguinte esclarecimento<sup>5</sup>.

A comissão organizadora trabalhava os quatro dias, quando era no mês de julho, já depois do São João, então eles iam enterrar o boi. O que era enterrar o boi? Era fazer um piquenique em um sítio fora daqui do bairro e se divertir. Divertiam-se passavam aquele domingo tal e pronto. (Sr. Antônio Freitas).

Em 1949, os moradores começaram a organizar uma quadrilha, nomeada Quadrilha São João de Deus, com a comunidade do bairro

<sup>4</sup> A respeito da brincadeira do boi-bumbá no ciclo junino ver: Cavalcante (2000).

<sup>5</sup> Entrevista realizada em 18 de junho de 2006.

Santo Antônio. Em Aracaju, conforme as memórias de João da Cruz (1990), no início do século XX, as primeiras quadrilhas juninas eram dançadas nos elegantes bailes privados organizados nas residências aristocráticas, ao ritmo das orquestras ou ao som dos pianos. A pesquisa da Antropóloga Luciana Chianca (2006) sobre o São João em Natal – capital do RN – aponta a década de 40 como o início, nessa capital, das quadrilhas, dançadas em festas e clubes privados. A autora afirma que, a partir da década de 50, as quadrilhas tomam-se atrações populares e enraízam-se nos bairros, onde são ensaiadas pela comunidade, formando-se grupos de jovens, amigos, vizinhos e familiares para dançarem nas apresentações e concursos que integram as atividades do ciclo junino.

De acordo com Alencar (1990), a quadrilha São João de Deus se apresentou pela primeira vez em 1950, com o objetivo de proporcionar alegria e divertimento para a comunidade do Santo Antônio. Convidava-se a quadrilha para apresentações em hospitais, asilos, escolas e em outros bairros que também realizavam as festas juninas. Em 1955, entre os dias 23 a 29 de junho, é realizado, na Rua São João, o primeiro concurso de quadrilhas da cidade de Aracaju. Seis equipes disputaram o primeiro lugar, conquistado pela Quadrilha São João de Deus. As apresentações mostraram a necessidade da construção de um palco destacado do público, momento em que os atores são separados dos espectadores. A festa torna-se, então, espetáculo para visitantes e turistas, e seu foco, antes centrado nos moradores e na comunidade, agora se volta para os outros, para o público externo, a partir da dimensão espetacular. A respeito da apropriação das manifestações populares pela indústria cultural no contexto capitalista, afirma Cancline (1983, p.125):

A festa se transforma primeiro em feira e depois em espetáculo. Um espetáculo interurbano, nacional e mesmo internacional, conforme o seu alcance turístico. Foi deixado para trás o tempo das festas comunitárias, chegaram os empresários que as converteram em festas para os outros. São separados os espectadores dos atores e é entregue a profissionais a organização dos divertimentos.

Alencar (1990) nos chama atenção de que a década de 50 é marcada por conflitos entre os políticos, que viam na Rua uma oportunidade de ganhar visibilidade entre potenciais eleitores, e os organizadores dos festejos, que abandonaram seus cargos – fato que acabaria cominando na suspensão da festa por três anos.

Em 1954, a fim de resgatar as festas juninas da Rua de São João, o Sr. José Calazans Costa, o Mestre Calazans, incentivado pela família, assume a responsabilidade de liderá-la. Entre 1961 e 1967, a comissão dos festejos foi composta por apenas dois cargos: presidente, assumido por Mestre Calazans e secretário, cargo exercido por Seu Antônio Soares de Freitas.

Nessa época, incorporou-se na programação da festividade a missa campal – realizada pela primeira vez em 1966 –, que consistia na celebração de uma missa conduzida por um padre convidado das paróquias da região. O adjetivo *campal* aplicado à missa advém do fato de se realizá-la na rua, ou melhor, no arraial montado para a realização dos festejos. Ela continua sendo a única participação oficial da igreja católica nas festividades juninas da rua, pois as novenas, trezenas e procissões em homenagem a São João eram organizadas pelos membros da comunidade local, sem a intervenção de nenhum clérigo. Aglaé (1994) chama a atenção para o fato de que Mestre Calazans também introduziu na festa o “casamento do tabaréu”<sup>6</sup>.

Esse período foi marcado pela liderança guerreira, dinâmica e perseverante de Mestre Calazans, presidente de comissão organizadora, padre do “casamento do tabaréu”, chefe do concurso de quadrihas, recepcionista das autoridades e disciplinador na rua. Por motivos de saúde, ele deixa o cargo de presidente em 1968, quando os moradores organizam uma comissão interina. Em 18 de agosto de 1971, Mestre Calazans falece.

<sup>6</sup> O Casamento do Tabaréu da Rua São João refere-se à encenação teatral de um casamento que se segue ao cortejo de carroças exibido no bairro Santo Antônio. Veremos, no segundo capítulo, a etnografia do Casamento do Tabaréu.

Muitas tradições se mantêm com a ajuda de guardiões, pessoas que dedicaram parte de suas vidas à construção e principalmente manutenção da cultura, guardando em suas memórias a história, os rituais e os significados de seus símbolos. Os guardiões não são especialistas, são feiticeiros, sacerdotes, sábios; possuem status na tradição pelo seu conhecimento e habilidade, mas principalmente pela sua competência. (Giddens, 2005). Na história da Rua São João, o Sr. Leobino Moura, Mestre Calazans e o Sr. Antônio Freitas figuram como verdadeiros guardiões da tradição local.

#### O ÁPICE DAS FESTIVIDADES E A MEDIAÇÃO DO PODER PÚBLICO

A partir de 1971 muitas mudanças aconteceriam na realização das festividades: o Sr. Antônio Soares Freitas assume a presidência da comissão organizadora com a primeira eleição realizada entre os moradores da Rua. Os festejos passam a receber verba pública, contando assim, com a ajuda da prefeitura de Aracaju. O apoio oficial financiou a sonorização, a iluminação, o pagamento dos sanfoneiros e o carro de propaganda do evento. A festa começa a assumir um caráter mais urbano, a ganhar maior visibilidade e a perder seu caráter familiar.

Em 13 de abril de 1980, é fundado o Centro Social e Cultural São João de Deus, idealizado pelo Sr. Osório de Mattos. Com a criação do centro, as festividades da Rua São João se institucionalizaram e os organizadores do evento começaram a encaminhar ofícios em busca de apoio e financiamento para a realização dos festejos juninos. A institucionalização das festividades abriu um espaço de negociação para os órgãos públicos estaduais e municipais responsáveis pela operacionalização de políticas culturais em Sergipe. Essa relação inevitavelmente desencadearia um processo de burocratização nas atividades dos organizadores dos festejos juninos. Elaborou-se um estatuto para regulamentação do Centro enquanto entidade cultural e social, registrado no dia 16 de dezembro de 1983, no Cartório do 10º Ofício de Justiça da Comarca de Aracaju. Segue o texto das finalidades do Centro:

Art.1º - O Centro Social e Cultural São João de Deus, sucessor e continuador da Comissão organizadora dos Festejos Juninos da Rua São João, fundado no dia 13 de abril de 1980, com sede e foro nesta cidade de Aracaju é uma Sociedade Civil sem fins lucrativos, com número limitado de sócio e tem as seguintes finalidades:

- a – Promover à comunidade no desenvolvimento da Cultura popular sob todas as suas formas e modalidades, especialmente a prática dos festejos juninos que se iniciará no dia 31 de maio e se encerrará no dia 30 de junho de cada ano;
- b – No campo desportivo, dará prioridade a todas as modalidades de esporte, especialmente a Educação Física em geral;
- c – Promover reuniões e outras manifestações culturais, cívica e recreativa.

Em 1985, por meio de uma solicitação feita ao Dr. Heráclito Rollemberg, então prefeito de Aracaju, aprovou-se o projeto de autoria dos diretores do Centro para a construção da sede do Centro Social São João de Deus. As obras se iniciaram em abril de 1985 e foram concluídas meses depois, em julho do mesmo ano, na administração de José Carlos Teixeira. O objetivo da criação da sede era prover à diretoria de um espaço propício as reuniões e adequado para armazenar os materiais dos festejos. Entretanto, a sede construída, não tendo sido doada ao Centro Social, permanecia como propriedade da prefeitura, cujas obrigações incluíam a manutenção do espaço, o pagamento de contas e salários dos funcionários, além da oferta de cursos à comunidade como: o pré-escolar, datilografia, cabeleireiro, manicure, corte e costura. Sobre isso, afirma o Senhor Antônio Freitas<sup>7</sup>:

Em 1980 (...) nós solicitamos ao prefeito Heráclito Rollemberg, que era o prefeito da época, pra que ele comprasse uma casa

<sup>7</sup> Entrevista realizada em 18 de junho de 2006.

velha e construiu um Centro Social para as tradicionais festas da Rua de São João. Que todo mundo tinha um Centro, uma associação de moradores e agente vivia desamparado não tinha onde guardar material, não tinha onde reunir, reunia hoje aqui, amanhã lá. (...) Nós fizemos a solicitação através do ofício, ele aceitou, comprou a casa velha, demoliu, mandou construir e aí está, então nós passamos a trabalhar neste Centro desde quando ele foi fundado. (...) Então depois que o Heráclito Rollemberg construiu o centro Social para que não ficasse um museu parado, nós solicitamos a ele através de um ofício para que fosse instalado um pré-escolar em dois turnos, fosse instalado que naquela época era um ofício, uma escola de datilografia, em dois turnos e outros cursinhos para os moradores e aí o Heráclito Rolembergue equipou e instalou o que nós solicitamos a ele e ficou funcionando.

No mesmo ano, 1985, a rua ganha um palco fixo para a realização das atividades festivas. Segundo Aglaé (1990), até então o palanque construído para a realização da festa era de madeira e coberto por palha. A sua construção, por ser desmontável, gerava alguns incômodos. Assim, todos os anos os organizadores da festa tinham que granjear patrocínio para sua construção, problema que seria resolvido com a construção do palco fixo. Inicia-se a transformação efetiva do espaço da Rua, que passa a ser concebida como um arraial público, aberto a toda comunidade aracajuana. Não mais uma expressão comunitária, passa a ser ícone das festividades juninas de Aracaju. O atual *quadrilófono* foi concebido originariamente pela comunidade como *fórródromo*, construído no meio da Rua São João<sup>8</sup>, no hoje denominado Largo José Calazans Costa<sup>9</sup>, com o apoio de João Alves Filho,

<sup>8</sup> Aglaé (1990) conta que a Rua São João era dividida entre a rua de cima e a rua de baixo, e que o palanque foi construído na área de intercessão das duas “ruas”.

<sup>9</sup> De acordo com Aglaé (1990), a denominação de Largo José Calazans Costa proposta pelo vereador José Rafael de Oliveira aprovado à Câmara de Vereadores de Aracaju.

governador do estado na época. O Jornal de Sergipe (junho de 1985, p. 5) anunciou o término da obra:

A Secretaria de Obras, Transporte e Energia já está concluindo na Rua São João, a construção do palco para os festejos juninos, que o aracajuano já começou a chamar de “forró-dromo”. É uma grande área que será transformada num imenso arraial, para a apresentação de quadrilhas durante os dias em que se comemoram São João e São Pedro, e para os movimentados bailes populares. A Rua São João já vive em cima de festa e no próximo dia 13, quando se comemora Santo Antônio, o “forró-dromo” deve ser realmente o palco das primeiras quadrilhas que se apresentarão, reunindo milhares de pessoas que ali se concentraram para participar dos festejos juninos, um dos mais tradicionais do Nordeste.

Em 1986, as festividades da Rua São João foram integradas ao projeto de Comemoração dos Festejo Juninos de Aracaju, promovido pela prefeitura de Aracaju e Secretaria de Cultura. O projeto, que afirmava a preocupação da Prefeitura em preservar as raízes culturais da cidade, objetivava atender aos pedidos de apoio, feitos pela comunidade, à realização das festividades. Para a sua concretização foi necessária a realização de reuniões com os membros das comunidades dos seguintes bairros: Bugio, Augusto Franco, Santos Dumont, Bairro América, Bairro Cirurgia, Centro de Criatividade e Rua São João. A prefeitura responsabilizou-se pela infra-estrutura, construindo os arraiais cobertos e iluminados, e pelo cachê dos músicos. O projeto também contemplou o casamento caipira coletivo, tendo a prefeitura cedido oito carroças para cada bairro. No evento, os cortejos saíram de cada bairro com os seus respectivos casais de noivos com destino ao Centro de Criatividade, onde aconteceram a encenação do casamento, shows, premiações, brincadeiras e apresentações de quadrilha. A década de oitenta marca o aproveitamento turístico da festa com a participação dos órgãos públicos na realização dos festejo juninos.



Dentre as atividades previstas destacam-se a abertura oficial dos festejos da cidade de Aracaju, com a troca do mastro, o concurso de quadrilhas juninas, a apresentação de grupos folclóricos e a queima de fogos. A festa foi anunciada por Valfran Brito em um artigo publicado no *Jornal Pipiri* divulgando a programação: dia 31 de maio, abertura oficial às 20h, com salva de tiros, apresentação de sanfoneiro oficial (*Zé Américo*), grupo folclórico (contratado pela prefeitura de Aracaju através da Secretaria de Cultura), e troca do mastro à meia-noite; dia primeiro de junho, concurso para a escolha do melhor sanfoneiro. Entre dois a oito de junho ocorreu um intervalo para a ornamentação final, e no dia 09 de junho a festa se reinicia com a eliminatória das quadrilhas; dia 28 de junho ocorre a fase classificatória, semifinal, e no dia 29 de junho são premiadas as quadrilhas que ficaram nos quatro primeiros lugares. O autor menciona que, segundo o Sr. Antônio, foram gastos 20 mil cruzeiros na organização.

O Sr. Antônio fica à frente dos festejos até o ano de 1988, tendo sido eleito e reeleito sucessivas vezes. Um artigo escrito por Lu Barreto para o *Jornal Pipiri* (*Pipiri*, junho de 1989, pg. 03), fala sobre o afastamento do Sr. Antônio da organização das festas juninas. De acordo com a autora, o Sr. Antônio se desvinculou em 1988 da presidência da Comissão organizadora dos festejos juninos na Rua São João para concorrer às eleições para vereador. Realizou-se, por isso, uma eleição, disputada por três chapas. Segundo o Sr. Antônio, embora as três chapas tenham pedido a sua ajuda, ele apoiou a chapa liderada pelo professor Epaminondas, que ganhou as eleições (08/12/1988). O Sr. Antônio continuou a ajudar a nova diretoria, auxiliando a organização da festa, pois as pessoas pediam a sua colaboração, o que ele achava natural. Entretanto, ao perceber que prejudicava a administração do professor Epaminondas, ele decidiu se afastar de vez. Assim, o Sr. Antônio afirma que cada um tomou seu rumo, que esperava uma boa administração do atual presidente, e que a tradição não acabasse.

Enquanto ocorre o afastamento do Sr. Antônio da organização das festividades na Rua São João, em Aracaju 16 arraiais rústicos foram construídos no mesmo ano nos bairros da cidade. Segundo o

artigo de José Valfran Brito (1990), o Projeto Barracão foi arquitetado pelo Dr. Rubens Ribeiro Chave, através da iniciativa de Secretaria de Estado da Cultura e Meio Ambiente, e encaminhado ao Governo Estadual, que o aprovou. A empresa Tavares Mendonça Construções executou a construção dos três barracões: Barracão Cultural “O Gonzagão” localizado no Conjunto Augusto Franco, Barracão Cultural “Seu Oscar” no conjunto Bugio, e Barracão Cultural “Hilton Lopes”, no Conjunto Castelo Branco. Segundo o projeto, os Barracões foram construídos para atender as festividades juninas e fornecer espaço para a realização de ações culturais, pois possuíam: sala de leitura, sala para cursos populares, palco e mini-camarim, salão de festas, cantina e sanitários.

Durante os anos de 1986 a 1990, o Governo do Estado investe na construção de espaços destinados à realização das atividades culturais das comunidades dos bairros aracajuanos. A iniciativa propala como discurso oficial o investimento e o incentivo à cultura, não só na capital, mas também no interior do estado, com a expansão do Projeto Barracão:

A experiência positiva dos Barracões Culturais levou o Governo do Estado a encaminhar projeto de construção de mais 10 (dez Barracões, à Fundação Banco do Brasil que aprovando o projeto, assinou com o Governo, através da Secretaria de Estado da Cultura e Meio Ambiente, Convênio para desta feita, construindo no interior do Estado a partir de julho/90. As cidades de Lagarto, Própria, Japaratuba, Estância, Indiaroba, São Cristóvão, Cristinápolis, Brejo Grande, Poço Verde e São Domingos., terão os seus barracões iniciados. (Brito, 1990, pg. 16).

Em 31 de maio de 1990, o jornal Gazeta de Sergipe anuncia o início do ciclo junino em Sergipe, comemorado oficialmente em Aracaju com a troca do mastro na Rua São João, o que evidencia, nesse contexto, a grande visibilidade alcançada nos meios de comunicação. No mesmo ano, a Prefeitura Municipal de Aracaju, através da Secretaria da Cultura, desenvolveu as atividades juninas da cidade com o “Arriá da caipité”, centralizado na Rua de São João, que se torna um grande

arraial, onde será realizado o festejo junino da cidade. A programação contou com a apresentação de quadrilhas mirins e adultas, apresentação musical de shows de forrós e muita brincadeira – tais como corrida de sacos e do limão, quebra pote, brincadeira do chapéu, sorteios de brindes e quadrilhas improvisadas. Muitos aracajuanos estiveram presentes na Rua São João para participar do “Arraiá da caipitá”, o que nos afirma o *Jornal de Sergipe* (28 de junho de 1990).

A Prefeitura Municipal de Aracaju, através da Secretaria da Cultura do Município, vem realizando oficialmente, desde o último dia 22 de junho na Rua São João o “Arraiá da Capitá”. São milhares de pessoas que se deslocam diariamente, de diversas localidades para prestigiar as mais variadas apresentações de quadrilhas caipiras, artistas da terra e interestaduais e uma variada programação que terá seu ponto culminante no dia 29 de junho, dia em que se encerra a programação oficial do Município de Aracaju.

Em 1992, o Governo do Estado de Sergipe, a Prefeitura Municipal de Aracaju e a Fundação Cultural Cidade de Aracaju – FUNCAJU – executam o projeto “São João 92”, cujo objetivo consiste em realizar um planejamento global dos festejos juninos da cidade de Aracaju. A festa junina da cidade, em relação ao incentivo dos órgãos públicos municipais e estaduais, deixa de ser centralizada na Rua de São João, passando a se realizar em todos os bairros da cidade. De acordo com o projeto “São João 92”, as comunidades possuem poucos recursos para a realização das festividades, devendo-se o sucesso do ciclo junino sergipano ao apoio direto do governo na organização e administração. O projeto também visava ao crescimento do fluxo de turistas, sob o argumento de que eles aumentam a circulação de dinheiro, gastando com hospedagem, comidas, bebidas e comprando artesanato, além de serem uma propaganda de Sergipe. Para recebê-los, o projeto organiza um sistema básico composto de três pontos: balcões de atendimento, pessoal treinado e material impresso.

A disposição física do evento envolveu a comunidade, através de suas Associações e Centros Sociais Urbanos. Cinco pontos foram determinados: Parque da Sementeira, Rua São João, Arraiais dos bairros (cerca de 12 arraiais, localizados nos bairros América, Industrial, Siqueira Campos, Santos Dumont, entre outros), Praia de Atalaia e Arraial do Povo, que, segundo o projeto São João 92, foi a novidade da programação festiva e planejado para concentrar a massa populacional da festa junina no Centro da Cidade, onde serão tocados os Forrós Elétricos. O São João 92 contou com a divulgação da mídia impressa, em jornais locais, do interior e de outras cidades; mídia eletrônica, em televisão, rádio AM e FM; e merchandising, com cartazes, folhetos e faixas. O projeto contratou artistas locais e nacionais para atrair a população.

A programação do evento não se concentrou apenas em junho – sua realização se estendeu de 18 de abril até 30 de junho de 1992. De 18 de abril a 13 de junho, o projeto São João 92 realizou a Prévía Junina, denominada de Gritos de São João, desenvolvida conforme um calendário composto de 10 Gritos de São João, cada grito correspondendo a um bairro. Entre 20 e 29 de junho de 1992, aconteceram, nos locais determinados pela prefeitura, os festejos juninos já citados.

O final do século XX foi o período de grande visibilidade dos festejos juninos da Rua São João, sendo o modelo de festa interiorana substituído pelas características urbanas: a festa outrora comunitária passou a ser atração da cidade. As intervenções do poder público, através da prefeitura, do estado e da Secretaria de Cultura, significaram mais recursos financeiros para a realização das festas juninas de Aracaju. Houve, conseqüentemente, investimento nos festejos juninos realizados pela comunidade do Santo Antônio, incluindo-se a Rua São João no calendário das programações dos eventos organizados.

## O DECLÍNIO DA FESTA

De acordo com Sandra Barros (1997), nas transformações ocorridas, nas atividades festivas da Rua São João, podemos identificar a mudança do público, que deixou de ser local, de caráter familiar, para receber a sociedade aracajuana. Segundo Barros, a estrutura da Rua tornou-se insuficiente para comportar o novo público. Sr. Antônio, declara ao *Jornal da Cidade* em 1988, que a Rua São João está ficando pequena para a quantidade de pessoas que freqüentam a festa, argumentando a necessidade de estender a festa para outras ruas da redondeza, mantendo o quadrilátero como o principal palco dos festejos juninos da cidade, sugestão dada para que a iniciativa do Estado, em transferir a festividade para outro local, não acontecesse.

No início do Século XXI, ao mesmo tempo em que a Rua é vista como ícone dos festejos mis tradicionais de Aracaju, ocorre o esvaziamento da festa, com o surgimento dos grandes arraiais públicos – Forró Caju e Vila do Forró. A respeito do que o Sr. Antônio afirma <sup>10</sup>:

Nosso prefeito acabou com os arraiais de bairro. Porque nem todo mundo gosta de ir pro Forró Caju, muitas vezes é uma pessoa de idade, senta em sua porta, coloca uma cadeira, fica assistindo, se não está chovendo. Não gosta de se deslocar para um Forró Caju. E, no entanto bairros purai que punha uma tradição de 20, 30 anos é acabado, porque diz que quem quiser São João vá para a praça do povo.

Em 2003, o Sr. Antônio retoma a presidência do centro Social João de Deus, e depois dos festejos no mês de junho, a Rua ganha uma atividade permanente, notícia divulgada no sítio da Infonet (acessado dia 27 de junho de 2007).

<sup>10</sup> Entrevista realizada em 18 de junho de 2006.

A reivindicação do Centro Social e Cultural da Rua São João, do poder público no Estado realizar uma programação permanente no local, foi finalmente atendida. Desde o dia 7, a Rua de São João passou a contar com um projeto, criado pelo Governo do Estado, que vai permitir que todas às segundas-feiras aconteçam shows de forró, de trios pé-de-serra e apresentações de quadrilhas. (www.infonet.com).

O forró do turista durou apenas um ano. Problemas administrativos resultaram no seu cancelamento. Durante a sua realização, a Rua se enchia de visitantes, moradores das adjacências e dos demais bairros da capital, sobre o que comenta o Sr. Antônio<sup>11</sup>:

As segundas feiras ela se prende ao forró do turista... Nós tínhamos uma população enorme toda à segunda feira. [o forró do turista] foi cancelando porque naquela época, quem pagava as despesas era a empresa sergipana de turismo e os seus administradores começaram a volumar dívidas e tiveram que parar para pagar as dívidas, então a partir do mês de julho mais ou menos, voltar com o forró do turista.

Em julho de 2004, outro estatuto entra em vigor para atualizar e substituir o de 1983, durante a administração do Sr. Antônio. O atual estatuto introduziu poucas mudanças, permanecendo inalterados muitos itens, como o das finalidades do Centro Social e Cultural São João de Deus, assim como o Quadro Social. Relativamente ao sócio contribuinte, demarcaram-se as ruas cujos moradores poderiam ser integrados ao Centro. Sete ruas, duas avenidas, duas travessas e um largo compuseram a área contemplada do Centro – a exemplo da Rua São João, Rua do Carmo, Rua Muribeca, Rua Japarutuba e Avenida João Ribe-

<sup>11</sup> Entrevista realizada em 18 de junho de 2006.

ro. A assembléia Geral continuou sendo o poder soberano do Centro, mas as datas de reuniões permanentes foram modificadas: penúltimo dia do ano (balanço do Centro); dia 08 de dezembro (eleições); dia 08 de fevereiro (posse da Diretoria Executiva eleita); dia 13 de abril (comemoração do aniversário do Centro).

Em 2007, moradores incomodados com a realização entregam ao Ministério Público um abaixo-assinado, cujo texto enfatiza o fim das festividades e reivindica a construção de uma praça pública no lugar do quadrilhódromo, sob a alegação de que ele promoveria vandalismo, e seria ocupado à noite por vadios e drogados, do que já teriam resultado assassinatos, ferimentos graves, desordens e a afrontosa transformação das portas de residências em sanitários públicos. Percebemos a insatisfação de alguns moradores nos depoimentos<sup>12</sup>:

Eu nem digo por mim, eu digo pela própria comunidade, nem ficar na porta o pessoal fica. Aqui não se pode nem colocar uma fogueira. Eu fico aqui na porta porque tenho meu negócio aqui, e impeço que o pessoal venha, porque aqui o pessoal tem mania de fazer xixi, com criança. com mulher, com tudo. Eu já fico na porta como própria proteção da minha própria residência. (Maria das Dores, 41 anos, professora e moradora da Rua há 41 anos).

Eu gosto, mas aqui fica direto o mês todo e aí incomoda bastante. Se fosse no dia mesmo, nos dias necessário, mas começa do dia primeiro e vai... Ave Maria, ninguém dorme! (Elenilda Costa, 52 anos, lojista e moradora da Rua há 9 anos).

A insatisfação dos moradores com as festividades tradicionais da Rua São João leva-nos a refletir sobre a lógica de oposição entre a casa e a rua.

---

<sup>12</sup> Entrevistas realizadas em abril de 2007.

Por ser uma festa com características de espetáculo, tendo perdido seu traço comunitário original, muitos elementos que a compõem incomodam os moradores, que se sentem perturbados em suas casas – ora, a casa é o local da família, da rotina, da segurança, e, quando ameaçada pela festa, surge um conflito, pois a rua proporciona efervescência coletiva, levando as pessoas a beberem excessivamente, tornando-as incapazes de separar o lícito do ilícito (Durkheim, 1989; DaMatta, 1997).

Enquanto alguns moradores pedem o fim da festa por incomodá-los em seu lar, jovens vêm por outro ângulo a festa, eles se aproveitam das festividades para transformar a Rua em ponto de encontro, arranjar namoros e aumentar a sociabilidade entre os moradores do bairro<sup>13</sup>:

Eu vou para dançar. Agente sai daqui com os colegas, vamos dançamos, encontramos os amigos também lá. (Larissa, 17 anos, estudante e moradora da rua há 4 anos).

Eu acho que é bom porque trás turistas, a rua fica mais animada e é um divertimento para agente, principalmente para nós que somos jovens que moam aqui porque como aqui é parado aí é uma coisa assim, é um lazer para agente. Agente vai, olha as quadrilhas, dança. (Mirela, 19 anos, estudante e moradora da rua há 4 anos).

Alguns quadrilheiros também vêem o lado positivo das festividades da Rua São João. Durante a entrevista com Joel Reis, marcador da quadrilha Século XX, ao perguntar-lhe qual seria o local de apresentação de sua preferência, ele respondeu Rua de São João, denominando-a celeiro, o “Maracanã” dos quadrilheiros. Seu depoimento ressalta o valor simbólico da Rua. Se para alguns moradores as festividades da rua teriam morrido, para outros ela continua viva.

---

<sup>13</sup> Entrevistas realizadas em abril de 2007.



Ao longo de 97 anos, as festividades da Rua São João, embora tenham passado das novenas e procissões ao espetáculo, conservaram algumas performances ao lado de novos elementos, chegando hoje a ser considerado o reduto da tradição junina. Vários artigos de jornais do século XX consideram as festas juninas da Rua São João como a verdadeira tradição junina de Aracaju. Nas entrelinhas percebe-se um suspiro nostálgico, em que se acentua a necessidade de conservar a tradição, de reviver as práticas festivas da época em que o povo a promovia. Resgatar o festejo realizado pelo povo não implica apenas tornar a praticar as mesmas atividades, sem a interferência do poder público, sem os shows, concursos e espetáculos, mas voltar no tempo e entender a festa como estática, impermeável e imutável ao longo da história. O tempo não indica a tradição, mas, antes, é o seu conjunto simbólico de rituais que a mantém viva por longos anos.

A idéia de que a tradição é impermeável à mudança é um mito. As tradições evoluem ao longo do tempo, mas podem também ser alteradas ou transformadas de maneira bastante repentina. Se posso me expressar assim, elas são inventadas e reinventadas... Uma tradição completamente pura é algo que não existe... É simplesmente errôneo, porém, supor que, para ser tradicional, um dado conjunto de símbolos ou práticas precisa ter existido por séculos... A persistência ao longo do tempo não é a característica chave que define a tradição, ou seu primo mais difuso, o costume. As características distintivas da tradição são o ritual e a repetição. As tradições são sempre propriedades de grupos, comunidades ou coletividades. (Giddens, 2005, pg. 51).

Conforme visto no início do artigo, a origem da festa foi marcada pela realização de práticas religiosas, como novenas e procissões, e pela pequena festa entre os moradores da Rua. Com o desenvolvimento urbanístico da cidade e o falecimento das irmãs, a festa incorpora uma nova configuração que atende a carência da comunidade por um espaço de socialização e lazer no São João. Posteriormente, com o surgimento das quadrilhas,

outras mudanças ocorrem na festa: o palco destacado do público e, mais adiante, a necessidade de um palco fixo, fazendo com que as atividades festivas passem novamente por mudanças e adaptações. O enterro do boi, realizado na época da festa comunitária, não atende mais ao modelo atual, pois a atividade significava a confraternização dos moradores que a promoviam. A festa passa a refletir o modelo espetacular, atendendo não apenas a comunidade, mas o público dos diversos bairros da cidade, bem como o turista, com shows e atividades artísticas, de que são exemplos o forró do turista e a orquestra de sanfoneiros, realizada pela primeira vez nos anos de 2006 na abertura dos festejos.

## A FESTA HOJE

Ao se aproximar o mês da festa, a Rua começa a se transformar: ganha ornamentações com bandeirinhas coloridas e várias barraquinhas de comidas e bebidas. Nas três ruas que cercam o palco colocam-se cavaletes, cujo objetivo é controlar a entrada de carros e permitir o acesso somente aos carros dos moradores. No tempo da festa, o espaço da Rua é apropriado; ele ganha novas dimensões e usuários, tendo sua dinâmica modificada pelos festejos, pelo público, pelas atrações, pelas barraquinhas. A Rua, enfim, deixa de ser apenas uma rua e passa a ser a Rua São João; a rua da festa, a rua dos pontos de encontro, a rua do trabalho e a rua da diversão. Portanto, a rua é apropriada e preparada para este grande momento de confraternização.

Em 2006, a festa começou na noite de 31 de maio com a troca do mastro e durou todo o mês de junho, exceto o concurso de quadri-lhas juninas, prorrogado até primeiro de julho. A programação de abertura foi noticiada pela emissora local, TV Sergipe, informando que a abertura oficial dos festejos juninos da capital ocorreria na Rua São João, às 19h30min. A respeito da programação, o Sr. Antônio comenta<sup>14</sup>:

---

<sup>14</sup> Entrevista realizada em abril de 2007.

Tivemos o Segundo Encontro dos Sanfoneiros do estado de Sergipe, que por sinal foi muito bonito, muito aceito, televisionado. A seguir tivemos o grupo, tudo no dia trinta e um de maio, com pessoas de 40 anos pra lá de nome Penerou Cherem, um grupo folclórico, danças típicas da época. Em terceiro tivemos a apresentação de uma quadrilha junina Chapéu de Couro. E em quarto entrou todos os sanfoneiros que deram presença, vinte e dois sanfoneiros, cada um teve a sua oportunidade de tocar vinte minutos até que chegasse a hora da troca do tradicional mastro. O que significa esse tradicional mastro, você cortar uma arvore na mata e conduz ela pra aqui e a meia noite se arranca a árvore velha e se planta a árvore nova.

O novo mastro, que substituiu o antigo, simboliza a renovação do ciclo da festa e é um símbolo do ritual que demarca o tempo, estabelecendo um calendário paralelo ao do tempo cronológico, formando um novo tempo culturalmente construído – o tempo da festa, o tempo do São João. “O calendário, objeto científico, é também um objeto cultural” (Lê Goff, 1992, pg. 485). O São João, festa de calendário, é, em várias cidades do Nordeste, a exemplo de Aracaju, a principal festa, levando a população, nesse período, a modificar seus hábitos para viver um momento especial. O tempo do São João é o tempo da alegria, da comida farta, revelando-se um tempo liminar da passagem anual do ciclo festivo:

O intervalo entre dois festivais sucessivos do mesmo tipo é um “período”, geralmente um período que tem nome, por exemplo, “semana”, “ano”. Sem os festivais, tais períodos não existiriam, e toda a ordem sairia da vida social... nós criamos o tempo através da criação de intervalos na vida social. (Leach, 1974, p. 2007).

As atividades do público da festa variam conforme o espaço ocupado na Rua São João. A mesma festa, portanto, implica múltiplas

vivências e comportamentos, uma vez que a programação atrai um público diferente a cada noite.. “O espaço vivo é o teatro das nossas manifestações mais simples – o comer, o caçar, o amar, o partir, o morrer –” (Duvignaud, 1983, pg. 36). Durante o tempo do São João, a Rua torna-se a rua da festa, lócus de sociabilidade e espetáculo, “as relações dos homens com o espaço constituem o suporte da maioria das nossas atividades, sejam elas técnicas, simbólicas, míticas e até filosóficas” (Duvignaud, 1983, pg. 36). A rua é o espaço público, de diferenças, de alteridades, abrigando os de dentro e os de fora; opondo-se e complementando-se à casa, seio da família e da intimidade.

Na Rua São João, a oposição e a complementaridade dos espaços festivos, da casa e da rua são vistos através dos usos dos espaços do circuito festivo. Visitantes e moradores circulam na rua, que durante a festa serve como ponto de encontro, paquera, trabalho e diversão. Alguns residentes participam da festa na porta de suas próprias casas, onde colocam cadeiras, interagem com vizinhos, acendem fogueiras e comemoram o São João movimentando-se de casa para a rua, da rua para casa, tornando-se uma o prolongamento da outra. Outros moradores, entretanto, estabelecem uma distinção entre a casa e a rua: fecham as portas de suas casas, colocam grades, andaimes e chegam a aplicar piche nas calçadas de suas casas, a fim de evitar o contato do público da festa com a sua casa.

O complexo festivo compreende três ruas (a Rua São João, a Rua do Carmo e a Rua Anatólio G. Moreno), em cujo ponto de interseção, que tem a forma de um X, distingue-se, no centro, o quadrilhódromo, onde ocorre o tradicional concurso de quadrilhas e as apresentações artísticas previstas na programação oficial. O quadrilhódromo é um palco fixo de alvenaria, coberto e cercado de ferros, possuindo duas rampas de acesso, um pequeno palco para acomodar os músicos e os jurados dos concursos, que durante o período das festividades é ornamentado. O Senhor Antônio nos informa a respeito disso que<sup>15</sup>:

<sup>15</sup> Entrevista realizada em 18 de junho de 2006.

#### DAS NOVENAS À FESTA URBANA

A decoração os moradores já tomaram parte, no passado. Mas com o desaparecimento desta maioria de moradores, que aqui residiam, mudaram, outros foram para ao outro lado da vida e aí o que é que ocorre. Os que vêm chegando, vem sem querer tomar parte, ficam sem querer ajudar na ornamentação e daí então dificulta muito. Hoje em dia só se ornamenta palanque, parte interna, e em volta que é aqui ao lado. Porque naquela época não existia carro baú par poder destruir a ornamentação. Hoje em dia não ornamentar nesta altura que está aí destrói, mas esta ornamentação também faz parte dos moradores por causa da copa do mundo. (...) A ornamentação deste ano foi o governador quem mandou fazer esta ornamentação que aí está de copa do mundo.



À esquerda, o portal na entrada da Rua São João À direita o quadrilhões.  
Fotos: Priscila Silva e Vanessa Garcez, 2006.

Percebe-se que por causa da Copa do Mundo, a Rua foi enfeitada com bandeirolas e balões com as cores da bandeira nacional. Ergueu-se, na entrada da rua, um grande portal com a imagem dos três santos, em estampas muito coloridas e cheias de motivos florais, sugerindo ares campestres. Um grande mural ocupava o palco para anunciar os festejos e exibir propaganda do governo estadual, patrocinador de toda a decoração da rua.

Uma diretoria, formada pelos associados do Centro Social São João de Deus, organiza anualmente a festa na Rua São João, sendo responsável por toda a organização e planejamento, embora conte com a colaboração e o apoio de alguns órgãos governamentais e privados. No ano da pesquisa, a Rua São João recebeu subsídio econômico do governo estadual João Alves Filho, que ofereceu à rua toda a ornamentação do espaço, desde as bandeirinhas até o portal. A rua dispôs também do patrocínio de algumas empresas, como a Indaiá, que forneceu água e refrigerante para os músicos e jurados do concurso de quadrilha, e o Supermercado G Barbosa, que promoveu o concurso de quadrilhas. A festa não pertence apenas ao povo. As atividades culturais populares são abertas a diferentes práticas sociais, apropriações e usos. Comunidade, organizadores, políticos, vendedores, músicos e festeiros estão em constante reprodução de interesses, conflitos, trocas simbólicas e comunicação no espaço festivo. (Trigueiros, 1998). A respeito do incentivo do governo estadual, o Sr. Antônio nos informa que<sup>16</sup>:

Nós fizemos um projeto, um orçamento e contratamos tudo. De som a músico, a segurança, a fornecimento de lanche e ao casamento caipira também que é no dia 24 de junho. De um modo geral e encaminhamos pra o governo do estado e o governo aprovou e mandou fazer esta ornamentação dos trinta e um dias de festa.

Durante a festa, o espaço festivo é apropriado por propaganda econômica e política. Esta aparece nas propagandas do governo do estado que se misturam à ornamentação da festa, tanto no palco quanto no portal da rua; nas faixas que apresentam o Supermercado G Barbosa como realizador do concurso de quadrilhas; e, principalmente, nas chamadas anúncios feitos

<sup>16</sup> Entrevista realizada no dia 18 de junho de 2006.

durante os intervalos das atrações de cada noite. A dimensão econômica, por seu turno, se reflete no pequeno comércio que é organizado em torno da rua, com o comércio de comidas e bebidas. A festividade gera empregos temporários para os comerciantes cadastrados, ambulantes, seguranças, operadores de som e músicos dos trios pé-de-serra.

O espaço físico do Centro Social São João de Deus, que atualmente não oferece cursos, serve apenas para reuniões e armazenamento de materiais – como bandeirinhas, toda a ornamentação, o lanche distribuído aos jurados, e o material dos vendedores das barraquinhas. Quanto às barraquinhas, a diretoria, que organiza a festa, também cadastra o pessoal autorizado a comercializar na rua. As comidas vendidas este ano, em lugar dos produtos tipicamente juninos do nordeste, incluíam lanches rápidos, muita fritura e churrasquinhos. Havia ainda refrigerantes e até barraquinha servindo apenas bebidas alcoólicas.



À esquerda show musical de Josa, “o vaqueiro do sertão” e à direita o público dançando no quadrilhões.

Fotos: Priscila Silva, 2006.

Como parte da programação oficial, as apresentações dos trios pé-de-serra ocorreram durante todos os dias da festa, que começava sempre às 19h, estendendo-se até a meia noite. Durante os momentos que antecediam o concurso de quadrilhas, casais de diferentes faixas-etárias dançavam no quadrilhões animados por diferentes ritmos juninos, como forró, xote, baião, etc. Ainda antes de começar o concurso, a programação da Rua contemplou duas atrações musicais. Quando ele

enfim se inicia, a programação da festa oferece uma apresentação musical seguida pela apresentação de quatro quadrilhas juninas.



Noite de festa no Largo José Calazans Costa.

Foto: Priscila Silva, 2006.

Durante a homenagem a Santo Antônio na famosa colina que leva o seu nome, as chamadas trezenas de Santo Antônio, observa-se uma demonstração de respeito na rua. Durante as celebrações das missas nas trezenas, abaixa-se o volume do som, que só volta a subir quando tudo silencia na colina. As trezenas são noites em que se celebram missas encerradas com uma grande procissão no bairro e adjacências, e com a missa matinal, durante a qual os devotos e pagadores de promessas distribuem os pãezinhos de Santo Antônio.

O concurso de quadrilhas juninas iniciou-se no dia 11 de junho, às 21 horas. Dançaram na Rua São João as cinqüenta e cinco quadrilhas filiadas à Liga de Quadrilhas Juninas do Estado de Sergipe, distribuídas em três grupos: o grupo especial, o primeiro grupo e o segundo grupo. A Quadrilha Cangaceiros da Boa, única quadrilha do interior do estado presente no primeiro grupo, venceu o concurso em 2006. Sobre a realização do concurso de quadrilhas, o Senhor Antônio explica que<sup>17</sup>:

<sup>17</sup> Entrevista realizada no dia 18 de junho de 2007.



O concurso de quadrilha é organizado e realizado pela liga de quadrilha de Sergipe, eles fazem um distribuição, por exemplo, o ponto principal é a Rua São João, onde nasceu o concurso de quadrilha, onde eles botam: grupo especial, primeiro grupo, segundo grupo, para o concurso aqui na rua São João. Todo concurso junino é realizado dentro de cinco fases: primeira, eliminatória; segunda, classificatória; terceiro, a primeira semifinal; quarta, a segunda semifinal; e em quinto a final. Então dessas fases, sobra duas por cada noite e essas duas vão encostando para a primeira semifinal e a segunda semifinal e dessas duas fases, primeira e segunda semifinal, então sobram duas e as quatro vão para a final.

No dia de São João ocorre o casamento caipira, um dos pontos principais da festa. Em 2006 ele aconteceu no dia de São João, dia 24 de junho, às 16h<sup>18</sup>. No dia 26 de junho, do mesmo ano, ocorreu a missa campal, celebrada por um padre da igreja da comunidade local no quadrilódromo.

Ao terminar o ciclo junino de 2006, o Centro Social e Cultural São João de Deus perde o direito de usar a sede pertencente à prefeitura para a realização de suas atividades. O prédio passa a se chamar Centro São João de Deus, delegacia de mulheres, inaugurada no dia 8 de março, dia internacional da mulher, a respeito do que Seu Antônio esclarece<sup>19</sup>:

Quando chegou na gestão de Edvaldo Nogueira, atualmente, ele pediu o Centro, não através de um pedaço de papel, ele pediu o Centro, mandou desocupar verbalmente e havia uma reforma para botar aí o que, uma delegacia a fim de encaminhar mulheres violentadas. (...) Cada verba, a verdade é essa, cada verba que eles pegavam, então eles botaram lá no muro o

<sup>18</sup> O casamento caipira é objeto de análise no segundo capítulo.

<sup>19</sup> Entrevista realizada em abril de 2007.

que que ia fazer, entendeu? Em que que ia ser aplicado. Quando foi agora por último, simplesmente ele pediu, tirou o Centro Social, botou Centro São João de Deus, e está lá a placa, você passando lá vai observar. (...) E agente ficamos sem nada.

O Centro hoje funciona provisoriamente em uma casa alugada na Rua do Carmo, que serve apenas para o depósito de materiais, reuniões e possíveis inscrições, como o do cadastro de barraquinhas.

Em 2007, devido a conflitos envolvendo a antiga e a nova diretoria do Centro, a festividade junina da Rua São João não foi realizada, ocorrendo apenas uma pequena movimentação no dia da troca do mastro. Nenhuma ornamentação, nem barraquinhas, muito menos música. A impressão em certos momentos é de que a festa havia morrido. A situação reflete a dinâmica da festa e assinala seus conflitos, que são necessários à sua existência.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história dos festejos juninos da Rua de São João compreende quatro fases distintas. A primeira, no início do século XX, testemunha o nascimento dos festejos, que, organizados pelo povo, caracterizavam-se pelas performances rituais de cunho religioso ( novenas, trezenas e procissões) e comunitário ou familiar (queima de fogueira, preparação das comidas típicas, ornamentação da rua).

No segundo período, com o falecimento, em 1910, das duas irmãs devotas de São João, o estabelecimento de uma comissão organizadora dos festejos inicia a sua institucionalização. Acrescentam-se, então, novas atividades a sua programação, passando a quadrilha a ser a performance central. A festa, que perde sua natureza comunitária, adquire caráter urbano, e se volta para o público externo. Outras performances rituais são também inseridas, como a troca do mastro, o casamento caipira, e a missa campal (única participação da igreja). Era um novo modelo de festa que começava a ser gerado.

Na terceira fase, quando Sr. Antônio, em 1971, assume pela primeira vez a presidência da comissão organizadora, ocorre o maior crescimento e visibilidade da Rua São João no cenário junino da cidade. É também nesse momento que o governo começa a penetrar na organização dos festejos, e as quadrilhas, em processo de profissionalização, passam a competir em concursos promovidos pela prefeitura da cidade, o que acentua seu caráter espetacular e, conseqüentemente, seu poder de atração.

Na quarta fase, década de 90, o processo de esvaziamento da festa entra em cena. Alguns moradores contrários às festividades chegam a exigir sua extinção em um abaixo-assinado. Mas o concurso de quadrilhas juninas persiste, mantido pela força da tradição e do respeito a alguns moradores, participantes e, principalmente, quadrilheiros.

Ainda nos anos 90, o Governo do Estado e a prefeitura de Aracaju lançam os arraiais públicos. O forró torna-se a performance mais explorada comercial e turisticamente. As quadrilhas, por sua vez, sofrem um processo de folclorização, e, para atender os ditames da indústria do turismo, parceria do Estado, conhece novos espaços de apresentação: aeroportos, arraiais públicos e hotéis. Neles, a exibição é mais evidenciada, além de ser apresentada como expressões da identidade local. A relação identitária entre o São João e a cidade passa a ser explorada mais intensamente pela indústria de turismo, ao ponto de se criar uma festa emblematicamente chamada de Forrócaju. A dança e a música, nesse contexto, afirmam-se como as principais performances do ciclo junino aracajuano.

São as mudanças, permanências, continuidade e descontinuidades, responsáveis pela dinâmica festiva, o que faz manter a festa, fazendo com que ela se renove para atrair o novo público, a cada festa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, Aglaé D'Ávila Fontes de. Rua São João – uma história viva na memória cultural de Sergipe. In: *São João é coisa nossa*. Aracaju. FUNDESC: J. Andrade, 1990. (série memória v.II).

\_\_\_\_\_. São João dormiu, São Pedro acordou. In: *São João é coisa nossa*. Aracaju. FUNDESC: J. Andrade, 1994 (série memória v. II).

ARAÚJO, Alceu Maynard. Folclore Nacional. In: *Mastros de Junho*. Jangada Brasil, nº 10, junho de 1999. Oficina: Os mastros de junho.

BARROS, Sandra dos Santos. “*Em tempo de folia...*”: Rua São João, tradição e mudanças na década de 1990. Monografia de História. São Cristóvão: CECH/SE, 1997.

CAILLOIS, Roger. O Sagrado de Transgressão: Teoria da festa. In: *O Homem e o Sagrado*. São Paulo: Martins Fontes, s/d.

CANCLINI, Nestor Garcia. Festa e História: celebrar, recordar, vender. In: *Culturas populares no capitalismo*. Tradução: Pinto Coelho. São Pulo: Brasiliense, 1983.

CRUZ, José. As festas de São João do Aracaju do passado. In: *São João é coisa nossa*. Aracaju. FUNDESC: J. Andrade, 1994 (série memória v. II).

CHIANCA, Luciana de Oliveira. Para onde vai a cidade? Festa Junina em Natal/RN. In: *Vivência. Revista da UFRN/CCHLA*. Vol. 1, nº1 (jan/jun), 1983.

\_\_\_\_\_, *A festa do interior: São João, migração e nostalgia em Natal no século XX*. Natal, RN. EDUFRN – Editora da UFRN, 2006.

DA MATTA, Roberto. *A Casa e a Rua*. 5 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DERKHEIM, Émile. O culto positivo. In: *As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. Tradução de J. P. Neto. São Pulo: Ed Paulinas, 1989.

DUVIGNAUD, Jean. Comentários. In: *Festas e Civilizações*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

DURAN, Eunice. A dinâmica cultural na sociedade moderna. In: *A dinâmica da cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

GIDDENS, Anthony. *Mundo em descontrolado*. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

GOFFMAN, Erving. Representações. In: *As representações do eu na vida cotidiana*. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Festa, trabalho e cotidiano. In: *Cultura e sociabilidade na América portuguesa*. Organizadores: István Jancsó e Íris Kantor. São Paulo: Edusp, 2001.

PRIORE, Mary Del. *Festa e utopias no Brasil colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SCHECHENER, Richard. O que é Performance?. Tradução: Dandara. In: *O Percevejo. Revista de Teatro, crítica e estética*. Ano II. Nº 12. Rio de Janeiro: PP de teatro, 2003.

TURNER, Victor. Images and reflections: ritual, drama, carnival, filme and spectacle in cultural performance. In: *The Anthropology of Performance*. New York: Paj Publica, 1987.

\_\_\_\_\_. *Floresta de símbolos: aspectos do ritual Ndembu*. Niterói. RJ: EDFE, 2005.

VOLVELLE, Michel. O retrocesso pela História na redescoberta da festa. In: *Ideologias e Mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 2004.



A EDUCAÇÃO FEMININA E  
O ENSINO DE LÍNGUAS:  
o caso da Escola Normal de  
Aracaju (1911-1950)

Fabiane Vasconcelos Andrade\*  
Luiz Eduardo Oliveira\*\*

RESUMO

Este artigo pretende investigar o papel do ensino da língua inglesa na Escola Normal de Aracaju, de 1911 a 1950, buscando identificar e analisar o modo como seu ensino contribuía na formação das professoras do ensino primário de Sergipe. Através da legislação referente à matéria, dos livros didáticos, dos programas de disciplina e de depoimentos de ex-alunos, pretendeu-se compreender as finalidades da disciplina e as práticas construídas no interior da instituição diante das línguas estrangeiras, especialmente da língua inglesa. PALAVRAS CHAVES: Educação Feminina, História da Educação, Língua Inglesa.

---

\* Graduada em Pedagogia e Membro do Grupo de Pesquisa História do Ensino das Línguas no Brasil – GPHELB (UFS/CNPq). *E-mail*: fabianevasconcelosan@yahoo.com.br. Pesquisa de Iniciação Científica (PICVOL/UFS) orientada pelo Prof. Dr. Luiz Eduardo Oliveira.

\*\* Professor do Departamento de Letras (DLE), do Núcleo de Pós Graduação em Letras (NPGL) e do Núcleo de Pós-Graduação em Educação (NPGED) da Universidade Federal de Sergipe. *E-mail*: luizeduardo@ufs.br.

Este artigo vincula-se à Linha 1 do Grupo de Pesquisa História do Ensino das Línguas no Brasil (UFS/CNPq) – ([www.ufs.br/gphelb](http://www.ufs.br/gphelb)), a qual pretende investigar o processo de configuração das línguas e suas respectivas literaturas como disciplina escolar e/ou acadêmica, buscando delinear suas finalidades pedagógicas, políticas e culturais. Resulta do Projeto de Pesquisa “A Legislação sobre o ensino de línguas e seus reflexos em Sergipe (1931-1961)”, financiado pelo Programa de Auxílio à Integração de Docentes e Técnicos Administrativos Recém-Doutores às Atividades de Pesquisa (PAIRD – EDITAL POSGRAP/UFS 02/2007), bem como do Projeto de Iniciação Científica “O Ensino de Inglês na Formação das Professoras da Escola Normal de Aracaju (1911-1950)”, desenvolvido por Fabiane Vasconcelos Andrade, sob orientação do Prof. Dr. Luiz Eduardo Oliveira (DLE/NPGL/NPGED – UFS).

Seu objetivo é analisar e avaliar o papel do ensino da língua inglesa no currículo do Instituto Educacional Rui Barbosa, de 1911 a 1950, buscando identificar e verificar o modo como seu ensino contribuía na formação das professoras do ensino primário. Através da legislação referente à matéria, das produções ou manifestações do corpo docente e dos depoimentos de ex-alunas, pretendemos compreender as finalidades da disciplina e as vivências construídas no interior da instituição diante das línguas estrangeiras, especialmente da língua inglesa, bem como alguns aspectos da configuração do trabalho docente no período.

## EDUCAÇÃO FEMININA E ENSINO DE LÍNGUAS

Haidar (1972), ao tratar do ensino secundário feminino durante o Império, sugere que os estabelecimentos particulares dedicados a esse tipo de instrução fundados no Brasil oitocentista, desobrigados que estavam de preparar candidatas para as academias superiores, acabaram adquirindo feição própria, pois não só formavam para o magistério as alunas que o desejassem, mas, a par dos trabalhos ma-



nuais “próprios ao sexo”, desenvolviam o ensino das ciências e das línguas modernas:

A exemplo dos cursos da mesma natureza organizados na Europa, libertou-se [o ensino secundário feminino] da tradição secular que vinha consagrando o predomínio das humanidades clássicas nos estudos preparatórios, e caracterizou-se pela importância atribuída às línguas modernas e às ciências, especialmente consideradas em suas aplicações práticas (HAIDAR, 1972, p. 249).

É sabido que o ensino de línguas, desde o princípio, foi representado como um tipo de instrução mais adequado às meninas do que aos meninos. Criticando o método de ensino da gramática latina em *Some thoughts concerning education* (1692), Locke lança o seguinte argumento: quando a criança vem ao mundo, ela é tão ignorante no latim quanto em inglês, o qual elas aprendem sem mestre, regras ou gramática. Dessa forma, a aprendizagem pelo “hábito” seria a maneira certa de ensinar a língua latina. Para exemplificar sua afirmação, menciona o caso de mulheres francesas que ensinavam às meninas inglesas a falar e ler perfeitamente o francês em apenas um ou dois anos, e sem o uso de nenhuma regra gramatical, apenas balbuciando ou tagarelando (“prattling”) com elas. O filósofo lamentava que os “gentlemen” tivessem subestimado esse fato (LOCKE, 1934, p. 139).

No prefácio de *Prosodia inglesa* (1878), primeiro compêndio brasileiro de Inglês dedicado especialmente à pronúncia, o norte-americano Jasper L. Harben esperava promover uma literatura que todos deveriam conhecer, entender e apreciar, algo que já vinha sendo feito por senhoras elegantes e prendadas que haviam estudado com o autor “nas cazas da mais alta cathegoria” e que constituíam parte do seu público-alvo, provando assim que sabiam apreciar justamente a aquisição da língua inglesa como parte indispensável da educação feminina, além do francês:

Esta obra vem proporcionar ás senhoras elegantes e estudiosas um methodo facil, agradavel, completo e divertido de *fallar perfeitamente* a lingua ingleza até hoje considerada a mais difficil de todas a ler e pronunciar. A correcta e elegante enunciação de uma lingua moderna, com certeza a mais fallada de todas, e um estylo gracioso de ler a lingua de seus escriptores em prosa e verso, nunca pode ser cultivada demais por uma senhora: esta prenda é peculiarmente feminina e sua possessão é um sinal distinctivo de boa educação, habilidade e estudo. – O author espera que com poucas lições d’um bom mestre fiquem habilitadas as senhoras a poder apreciar as bellezas dos grandes authores inglezes, especialmente dos poetas cujas obras são celebres em toda a parte onde a civilização tem feito sua entrada. Não é exageração dizer-se que hoje a lingua ingleza é falada por duzentos milhões de habitantes, emquanto que os que fallam o francez talvez não excedam a terça parte d’este numero (*apud* OLIVEIRA, 2006).

É interessante observar que o ensino das línguas estrangeiras modernas, na Inglaterra, sofreu muitos preconceitos por ser tido como um tipo de instrução mais adequado ao público feminino, sendo as meninas bem melhores nessa matéria do que os meninos, como mostra um relatório de Cambridge de 1868. Mesmo tendo aquelas línguas entrado nos estabelecimentos de instrução secundária a partir da década de cinquenta do século XIX, com o estabelecimento do sistema de exames públicos controlados pelas universidades de Oxford e Cambridge, o estatuto acadêmico das línguas mortas, ou clássicas, que tinham como suporte as “Grammar Schools” – as quais davam acesso privilegiado aos cursos superiores e não ensinavam as línguas vivas –, manteve-se intacto, uma vez que os “Locals” – como se chamavam os exames públicos – eram desprestigiados por aceitarem candidatos de países do “terceiro mundo”, como a Jamaica, e do sexo feminino (HOWATT, 1988, p. 133-134).

Apesar de não serem raras, no campo da história da educação, e principalmente nos estudos relacionados com a história da profissão

docente feminina no Brasil, as análises das trajetórias de professoras que atuaram nas primeiras décadas do século XX, filiadas a uma abordagem biográfica que procura estabelecer um diálogo entre os campos da história e da sociologia (BESSE, 1999; RAGO, 1997 e FREITAS, 2003), não se têm notícia de estudos que busquem verificar o papel desempenhado pelo ensino de línguas estrangeiras modernas na formação dessas professoras. Inicialmente desempenhando uma função instrumental, as línguas, antes de se configurarem como disciplinas escolares e depois acadêmicas, tiveram que superar preconceitos de várias ordens – inclusive o de ser um tipo de instrução mais apropriado para mulheres – antes de entrar nos currículos escolares com um caráter formativo (OLIVEIRA, 2006). Assim, seu processo de configuração como disciplina precisa ser rastreado em todos os níveis de ensino. Como a maioria dos estudos que tratam da questão se concentra no âmbito da instrução secundária, resta uma lacuna a preencher: seu lugar no plano de estudos das escolas normais, isto é, seu papel na formação das professoras do ensino primário.

### A ESCOLA NORMAL DE ARACAJU

Foi em 1836, na fala apresentada pelo Dr. Manuel Joaquim Fernandes de Barros à Assembléia Oficial, que se aventou, pela primeira vez, a necessidade de criação, na província de Sergipe, de uma Escola Normal, onde se diplomassem os professores. Aceitando a Assembléia a sugestão, uma lei de 20 de Março de 1838 instituiu um estabelecimento de ensino normal, o qual teve, todavia, que passar por diversas reformas e reformulações até 1870, quando, com o regulamento de 24 de outubro, foi definitivamente criado um curso dessa espécie, anexo ao de humanidades, ambos funcionando no mesmo estabelecimento: o Atheneu Sergipense (ALVES, 2005). Embora essa fosse uma inovação do regulamento, o curso não teve demanda, e em 1875, com a reforma de Passos Miranda, passou a funcionar no prédio da Recebedoria Provincial. Motivado pelo pouco interesse do pú-

blico masculino pela carreira do magistério, o presidente João Ferreira de Araújo Pinho, com um regulamento baixado a 9 de janeiro de 1877, criou um curso normal feminino, que deveria funcionar no prédio do Asilo N. S. da Pureza, localizado à Rua Aurora (CALASANS, 1945).

A Escola Normal recebeu prédio próprio em 1911, inaugurado à praça central da cidade de Aracaju, e em 1923 o Presidente do Estado Graccho Cardoso, em homenagem póstuma a Rui Barbosa, determinou a mudança de denominação da instituição. Desde então, tal estabelecimento foi responsável, nas primeiras décadas do século XX, pela formação das principais intelectuais sergipanas: Cesartina Régis, Leyda Régis, Ofenísia Freire, Ivone Mendonça e Lígia Pina foram algumas de suas ex-alunas ilustres que atuaram e atuam na sociedade sergipana. Além de preparar para o exercício do magistério, a Escola Normal também permitia o convívio com professores e professoras que marcaram a História da Educação de Sergipe, tais como Brício Cardoso, Helvécio de Andrade, Abdias Bezerra, José Augusto da Rocha Lima, Edgar Coelho, Francisco da Graça Leite, João Passos Cabral, José Bezerra dos Santos, Nunes Mendonça, Etelvina Amália de Siqueira, Penélope Magalhães, Quintina Diniz, Leonor Telles, Amélia Cardoso, Judith de Oliveira, Norma Reis, Mariana Braga, Clotilde Machado, Sílvia de Oliveira Ribeiro e Leonisia Fortes, entre outros (FREITAS, 2003).

A Escola permaneceu no referido prédio até a década de 1950, período em que funcionou como “porta de entrada” das inovações pedagógicas e da modernização da educação sergipana. Alguns de seus professores viajaram para o Rio de Janeiro e São Paulo, nas décadas de 1930 e 1940, subvencionados pelo Estado a fim de se atualizarem a partir da observação de novas práticas educativas, entre eles Abdias Bezerra, José Augusto da Rocha Lima e Penélope Magalhães. Assim, o estabelecimento dispunha de laboratórios equipados com material importado da Europa, carteiras escolares oriundas dos Estados Unidos, uma biblioteca com acervo considerável de obras pedagógicas clássicas e uma localização privilegiada, além de contar com um corpo docente renomado.

A formação na Escola Normal, nas primeiras décadas do século XX, garantia acesso aos conhecimentos da área de humanidades, assim como aos estudos de línguas estrangeiras e de literatura. As reformas sucessivas do currículo no período citado permitiram a ampliação das disciplinas vinculadas aos saberes pedagógicos, como Pedagogia, Metodologia e Psicologia. O ensino de Música, Trabalhos Manuais, Canto Orfeônico e a prática de Educação Física também eram valorizados na formação das futuras professoras. Ao investigar os elementos constitutivos da prática docente (programas, livros didáticos, metodologias, técnicas, processos de avaliação), ao longo das trajetórias profissionais, pretende-se compreender os processos de adaptação/resistência às alterações teórico-metodológicas no campo educacional. Entende-se que as práticas cotidianas do fazer docente implicaram em escolhas, decisões, oportunidades e foram constitutivas da experiência pessoal e profissional de cada um.

De acordo com as trajetórias de algumas ex-normalistas do Instituto de Educação Rui Barbosa que se formaram entre 1920 e 1950 (FREITAS, 2003), é possível perceber que muitas alunas buscavam o magistério como possibilidade de profissionalização, o que lhes poderia garantir, futuramente, autonomia e independência.

## A LEGISLAÇÃO COMO OBJETO DE PESQUISA

Investigar, descrever e analisar a institucionalização do ensino das línguas no Brasil, acompanhando seu processo de configuração no sistema educacional do país, é, em grande medida, acompanhar o movimento histórico das políticas educacionais do Estado, no intuito de apreender suas finalidades políticas, pedagógicas e culturais, tal como se mostram no texto final da lei, que por sua vez é o resultado de práticas legislativas que envolvem vários agentes, ao mesmo tempo em que é perpassada por muitos fatores, e de diversas ordens – política, religiosa, comercial e cultural.

Contudo, o uso da legislação como fonte de pesquisa, em qualquer área do conhecimento, é sempre muito problemático. Para sua

interpretação, é preciso levar em conta uma série de fatores e agentes envolvidos em sua produção, os quais, contribuindo e interferindo em seu processo de construção de sentido, transcendem seu conteúdo explícito, sua natureza de um “dever ser” que se propõe a organizar e normatizar as relações do homem na sociedade.

Desse modo, a legislação, em uma pesquisa que tem como objeto o ensino de línguas, só deve servir de objeto para o estudo do que o seu discurso faz propagar, interpretar ou suprimir sobre a matéria, e não como fonte privilegiada de “práticas escolares”, o que seria ingênuo. Mesmo assim, convém não dicotomizar tanto as práticas escolares e a legislação educacional. Primeiro, porque uma lei a respeito de qualquer tema, independente de sua aplicação, não surge do nada, mas em virtude de circunstâncias reais, de práticas cotidianas. Segundo, porque algumas peças legislativas, como as Provisões e Decisões com força de lei sobre Instrução Pública, no século XIX, ao indicarem algum método ou compêndio de determinada matéria, ou regularem a remuneração de um ou mais professores, não são previsões legais, mas verdadeiras sentenças – no sentido jurídico do termo – proferidas sobre requerimento das partes interessadas, constituindo, portanto, representações bastante significativas de situações concretas, de “práticas” enfim (OLIVEIRA, 2006).

A historiografia educacional brasileira, mesmo ainda marcada tanto pela coletânea de leis organizada por Primitivo Moacyr (1936; 1939; 1942) quanto pela interpretação, ou “matriz” azevediana, isto é, pelos usos e apropriações da obra de Fernando de Azevedo (1971), que por sua vez baseia-se também nas leis sobre educação, ainda não fez uma devida interpretação da legislação educacional do país, restringindo-se à mera citação do “caput” de decretos e alvarás, sem qualquer análise do texto da lei, em seus vários artigos e parágrafos. A obra de Moacyr, que serviu – e serve ainda hoje – de base para muitos trabalhos, e que sem dúvida é uma fonte das mais importantes para a história da educação brasileira, torna-se problemática quando intercala o discurso do legislador com o do autor, desmembrando artigos e parágrafos e assim orientando o leitor para uma determinada interpretação, ou leitura.

Nesse sentido, em uma pesquisa que busca investigar o processo de institucionalização do ensino de línguas, a legislação educacional – bem como todas as peças a ela relacionadas, como os anais parlamentares, os relatórios de ministros, de autoridades, congregações, conselhos, câmaras ou comissões especiais – ainda é uma fonte de suma importância.

Seu estatuto em relação a outros objetos que integram o ensino de línguas, tais como livros didáticos – no caso do ensino de línguas, eles são de vários gêneros: Catecismos, Cartilhas, Gramáticas, Manuais de Retórica e Poética, Seletas, Livros de Leitura e Histórias Literárias –, memórias, biografias e autobiografia de professores, programas de ensino, periódicos, produção acadêmica, entre outros, é mais relevante, pois representa a ação do Estado na propagação, representação ou mesmo omissão do ensino de línguas.

### A LÍNGUA INGLESA E O ENSINO NORMAL<sup>1</sup>

Na Primeira República, a evolução das idéias pedagógicas se caracterizou por dois movimentos ideológicos: o “entusiasmo pela educação” e o “otimismo pedagógico”. Esses movimentos atribuíram importância cada vez maior à instrução nos diversos níveis. Com características diferenciadas, desenvolveram-se através de movimentos político-sociais e de programas de diferentes organizações. Nesse sentido, serviram a propósitos de natureza política, daí a importância que foi atribuída à educação enquanto solução dos graves problemas nacionais. As discussões acerca das precárias condições da educação escolar brasileira já se faziam presentes nas últimas décadas do Império, herdando a República um rico legado de propostas no sentido de repensar os problemas educacionais do país. O “entusiasmo pela educação” nasce daí e traz à tona o teor de descompromisso educacional do po-

<sup>1</sup> As informações relativas à legislação de Sergipe foram retiradas das Atas de Congregação da Escola Normal, As referências estão indicadas no final deste texto.

der público, realçando a necessidade de expansão da escola primária alfabetizadora (OLIVEIRA, 2004).

Em 15 de novembro de 1889, após um golpe militar, o Brasil decretava o fim do Império e a inauguração do regime republicano. O Governo Provisório, pelo Decreto 981, de 8 de novembro de 1890, baixou novo regulamento para o ensino primário e secundário do Distrito Federal. O Regulamento, elaborado por Benjamin Constant, então Ministro da Instrução Pública, rompeu com a tradição do Império e afirmou a laicidade do ensino, princípio que estava em consonância com os princípios do Governo Provisório. Pelo regulamento, o ensino tornou-se “livre” da doutrina oficial e da exclusividade do Estado. Era gratuito, porém abria-se à iniciativa privada, concedendo à Igreja e a particulares o direito de abrir e manter escolas. Em 1910, sob a presidência de Hermes da Fonseca, foi promulgada, por Decreto, a Lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental redigida pelo então deputado Rivadávia da Cunha Corrêa.

**Em 1911, a Lei Orgânica do Ensino, Decreto n. 8.659,** determinava que as Línguas Vivas, assim como as clássicas, passariam a abranger as suas respectivas “evoluções literárias” no ensino secundário. As aulas de Português eram dadas apenas da primeira à quarta série, o que fez com que o espaço de tempo dedicado ao ensino da Literatura – assunto restrito à quarta série – diminuísse sensivelmente.

Entre 1911 e 1915, anos de vigência da Lei Orgânica, a oferta de alterações internas no Colégio Pedro II ocorreram de diversas maneiras. Por determinação interna, as Línguas Mortas deveriam ceder lugar às Línguas Vivas nas escolas secundárias. Com o novo regulamento, o aluno podia optar entre o Inglês e o Alemão do terceiro ao quinto ano. O estudo da Literatura, ou da “evolução literária”, mais uma vez excluído dos programas de Línguas Vivas – voltados que estavam para uma metodologia “exclusivamente prática” –, restringiu-se à cadeira de Português (no terceiro ano), que – assim como a de Francês – era oferecida nos três primeiros anos de curso (OLIVEIRA, 1999).

Essa Lei de 1915 reorganizou o ensino secundário e superior do Brasil. Dois pontos foram mantidos da Reforma de Rivadávia Corrêa:



a retirada dos privilégios dos diplomas do Colégio Pedro II e dos a ele equiparados de matrícula nas escolas superiores, e a permanência dos exames de admissão, rebatizados como “exames vestibulares”, para os candidatos ao ensino superior. Ficou mantido o Conselho Superior de Ensino, acrescido da função de fiscalizar as escolas que não eram mantidas pelo governo federal. Essa reforma dificultou a equiparação das escolas particulares, pois o processo de equiparação exigia a aprovação do Conselho Superior de Ensino, que deveria atestar seu funcionamento regular há mais de cinco anos, a existência de “moralidade” na distribuição de notas e nos exames, a adequação dos currículos, a existência de exame vestibular, “e se este é rigoroso”, a qualificação do corpo docente, a adequação do material didático e outras condições.

Ademais, os candidatos deveriam apresentar o certificado de aprovação das matérias do curso ginásial, realizado no Colégio Pedro II, ou dos colégios estaduais a este equiparados. Dez anos depois, em 1925, pelo **Decreto n. 16.782-A**, ocorreu a última reforma do governo federal da Primeira República, também conhecida pelo nome de seu relator, Rocha Vaz, que promoveu um controle ainda maior na equiparação das faculdades livres às oficiais. A criação, pela reforma, do Departamento Nacional de Ensino tornou o processo de equiparação das faculdades livres mais rígido, reduzindo o poder das congregações das faculdades oficiais e limitando a matrícula ao número de vagas dos cursos a cada ano, o que antes estava condicionado à aprovação em exame seletivo. Outras mudanças se sucederam nas línguas estrangeiras. A seriação dos estudos secundários, novamente disposta em seis anos, contemplava o Inglês do primeiro ao terceiro ano, podendo o aluno optar pelo Alemão a partir do segundo. A Literatura, ganhando o destaque de antes, ficou reservada para os dois últimos estágios do curso, onde eram ensinadas as suas “noções” no quinto ano – como apêndice do Português – e duas cadeiras distintas no sexto: literatura brasileira e literatura das línguas Latinas (*apud* OLIVEIRA, 1999).

O período da Revolução de 1930 iniciou uma preocupação com os problemas da sociedade, principalmente o da instrução pública po-

pular. Após a vitória da Revolução, foi criado o Ministério da Educação e Saúde, no qual a educação se transformou em tema de destaque nos projetos do Estado, pois ela começava a ser reconhecida, inclusive no plano institucional, como uma questão nacional que deveria ser resolvida.

Em meio a essas questões, surgiu uma série de medidas. Em 1931, houve as reformas do Ministro Francisco Campos, **pelo Decreto n. 19.890**, reformulou o ensino secundário, que passou a ter como finalidade “a formação do homem para todos os grandes setores da atividade nacional” e a compreender dois cursos seriados: um fundamental e outro complementar. O primeiro, obrigatório para o ingresso em qualquer escola superior, tinha duração de cinco anos. O segundo, de dois anos, era subdividido em pré-jurídico, pré-médico e pré-politécnico, obedecendo ao grau de especialização do aluno que quisesse seguir uma das três carreiras nas faculdades do país (*apud OLIVEIRA, 1999*).

Por uma Portaria de 30 de junho de 1931, efetivou-se o método de ensino direto intuitivo para as Línguas Vivas (Francês, Inglês, Alemão e Português), institucionalizando-se assim um método de ensino oficial para a Língua Inglesa. Em 1932, foi publicado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que tratava da construção de um sistema nacional de educação. A Constituição de 1934 colocava a exigência de fixação de diretrizes da educação nacional e de elaboração de um plano nacional de educação.

A disciplina Literatura passou a ganhar destaque em 17 de março de 1936, através dos programas do Curso Complementar. Ensina-se apenas no curso pré-jurídico, pela primeira vez teve objetivos, metodologia e conteúdo bem definidos e sistematizados, ocupando um lugar de primazia em relação às demais disciplinas, com o detalhamento do programa de Literatura de cada Língua (*OLIVEIRA, 1999*).

Na constituição do Estado Novo, promulgada em 10 de novembro de 1937, não aparecia à expressão “diretrizes e bases”, mas os dois termos se fazem presentes no artigo 15, inciso IX, que os colocou como competência privativa da União. (*SAVIANI, 1998, p. 34*).

Em 1938, pelo **Decreto n. 1.006, em 30 de dezembro**, foi criada a Comissão Nacional do Livro Didático, encarregada de examinar, julgar e autorizar o uso de todos os livros didáticos do ensino primário e secundário. Em 1942, pela Lei Orgânica do Ensino Secundário, houve reestruturação do currículo, reduzindo o tempo do curso do primeiro ciclo, que passou a chamar-se “ginásial” e introduziu o espanhol como matéria de ensino: Curso Ginásial: Português, Latim, Francês – da primeira à quarta série; Inglês – da segunda à quarta série. Curso Clássico: Português, Latim, Grego e Francês – primeira, segunda e terceira séries. Disciplinas optativas: Espanhol e Inglês – primeira e segunda séries. Curso Científico: Português – primeira, segunda e terceira séries; Francês e Inglês – primeira e segunda séries; Espanhol – primeira série (*apud* OLIVEIRA, 1999).

As Leis Orgânicas do Ensino se efetivaram como um conjunto de reformas promulgadas entre 1942 a 1946 por Gustavo Capanema, que era Ministro da Educação e Saúde do Estado Novo. Foram consolidadas em 1942 as leis orgânicas do Ensino Secundário (Decreto-Lei número 4.224 de 09-04-42); do Ensino Primário (Decreto-Lei número 8.529 de 02.01.46) e do Ensino Normal (Decreto-Lei número 8.530 de 02-01-46) (SAVIANI, 1998, p. 10).

A Portaria Ministerial em 1942 modificou os programas das disciplinas de línguas e de ciências do curso ginásial. A gramática e os tipos de exercícios orais e escritos de língua passaram a ser analisados e refeitos para serem desenvolvidos em sala de aula. Em outra **Portaria Ministerial, a de n. 87, de 23 de janeiro de 1943**, houve um aumento significativo da carga horária de Português, marcando a ascensão da Literatura Brasileira na escola secundária e entrada da Literatura no exame vestibular de todos os cursos superiores.

Em 15 de fevereiro do mesmo ano, alteraram-se os programas dos cursos clássico e científico. Com a saída de cena da literatura universal, o estudo das literaturas estrangeiras modernas – francesa, inglesa e espanhola –, pela primeira vez, passou a fazer parte das cadeiras das línguas correspondentes. As “noções gerais de literatura”, por sua vez, foram transferidas para o programa de Português, onde eram vistas na primeira série (*apud* OLIVEIRA, 1999).

No ano de 1946, foi criada uma Lei Nacional referente ao Ensino Primário. Ao definir a educação como direito de todos e o ensino primário como obrigatório e gratuito nas escolas públicas, a Constituição Federal de 1946 atribuiu à União a tarefa de fixar as diretrizes e bases da educação nacional (OLIVEIRA, 2006).

De acordo com a **Portaria n. 614, de 1951, os programas das diversas disciplinas do curso secundário foram simplificados, sendo suprimido o estudo da história da literatura inglesa. No final desse mesmo ano, foram aprovados os programas de Português, Francês, Inglês, Latim e Grego.**

A fixação das diretrizes e bases da educação nacional abria a possibilidade da organização e instalação de um sistema nacional de educação através universalização da escola básica. A elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, iniciada em 1947, era o caminho para realizar a possibilidade da constituição de 1946. Entretanto, passados 13 anos, a lei aprovada em 20 de dezembro de 1961 não correspondeu àquela expectativa. Assim, à parte a diversa limitação da lei, basta lembrar que o próprio texto incluía expressamente, entre os motivos de isenção da responsabilidade quanto ao cumprimento da obrigatoriedade escolar, o “comprovado estado de pobreza do pai ou responsável” e a “insuficiência de escolas”. Reconhecia-se, assim, uma realidade limitadora da democratização do acesso ao ensino fundamental, sem dispor os mecanismos para superar essa limitação (SAVIANI, 1998, p. 6).

## O CASO DE SERGIPE

Decretada a República e instalado o Governo Provisório Republicano, foi nomeada a Junta Governativa em Sergipe para governar o Estado em 17 de novembro de 1889. Logo após a sua instalação, a referida Junta mandou tornar sem efeito a última reforma da instrução pública do Império, sem, contudo, explicitar o que a deveria suceder. Dois dias depois, mandou que continuasse em vigor o Regulamento de 13 de março de 1881, com algumas modificações de natureza ad-

ministrativa em relação à direção e inspeção do ensino e ao provimento das cadeiras para o exercício do magistério. Neste Regulamento, surge a Escola Normal para ambos os sexos, que funcionaria em estabelecimentos separados (NUNES, 1984, p. 112).

Os primeiros anos do regime político republicano em Sergipe foram marcados por sucessivas reformas da instrução pública, realizadas pelos 44 presidentes que estiveram à frente do comando político do Estado, no período de 1889 a 1930. Felisbello Freire, primeiro presidente nomeado pelo Governo Central, em 14 de março de 1890, data de sua posse, foi o responsável pelo primeiro Regulamento dirigido à instrução pública no Estado, aprovado na mesma data. Este Regulamento abrangeu toda a estrutura do ensino, dando nova organização ao ensino primário, secundário e normal. (NUNES, 1984, p. 126). Com relação ao ensino normal, restabeleceu-se a Escola Normal para ambos os sexos, com curso de três anos, e estimulou-se a aquisição do diploma da referida instituição, na medida em que se priorizou, nos portadores de diploma, a inscrição em concursos públicos, bem como o pagamento da metade dos vencimentos àqueles que, pertencendo à rede pública, quisessem obter o grau de normalista (NUNES, 1984, p. 142).

Os primeiros anos do regime político republicano em Sergipe foram marcados por sucessivas reformas da instrução pública, realizadas pelos 44 presidentes que estiveram à frente do comando político do Estado, no período de 1889 a 1930. Felisbello Freire, primeiro presidente nomeado pelo Governo Central, em 14 de março de 1890, data de sua posse, foi o responsável pelo primeiro Regulamento dirigido à instrução pública no Estado, aprovado na mesma data. Este Regulamento abrangeu toda a estrutura do ensino, dando nova organização ao ensino primário, secundário e normal<sup>2</sup>. Com relação ao ensi-

<sup>2</sup> O ensino primário compreendia a primeira etapa da formação escolar, destinado às primeiras letras. O ensino secundário era destinado àqueles cujo interesse voltava-se para a continuidade dos estudos em nível superior. O ensino normal era o curso destinado à formação para o magistério primário. Em Sergipe, a instrução pública primária, nos primeiros anos da República, era ministrada em escolas isoladas que compreendiam as cadeiras do ensino público. O ensino normal funcionava na Escola Normal e o secundário no Atheneu Sergipense.

no normal, restabeleceu-se a Escola Normal para ambos os sexos, com curso de três anos, e estimulou-se a aquisição do diploma da referida instituição, na medida em que se priorizou, nos portadores de diploma, a inscrição em concursos públicos, bem como o pagamento da metade dos vencimentos àqueles que, pertencendo à rede pública, quisessem obter o grau de normalista (NUNES, 1984, p. 126; 142).

Augusto César da Silva, diretor da Escola Normal, em 30 de setembro de 1890, aprovou o Decreto n. 80, condenando a centralização do ensino secundário na capital, “fato este que privou a mocidade das cidades de Estância e de Laranjeiras dos benefícios que há muitos anos gozava”, e mandou que fossem restauradas as cadeiras de Latim e Francês da cidade de Estância, Francês e Aritmética da cidade de Laranjeiras, retirando a exclusividade do ensino secundário da capital, previsto no Regulamento de 14 de março de 1890. Em seguida, modificou o programa do ensino normal, transferindo todos os instrumentos do gabinete de Física da Escola Normal para o Atheneu Sergipense (NUNES, 1984, p. 156).

Lourenço Freire de Mesquita Dantas alterou o tempo de duração dos exercícios escolares nas aulas primárias. Luis Mendes de Moraes restabeleceu a organização dada ao ensino normal pelo Decreto de 14 de março de 1890, e mandou que retornassem todos os instrumentos do gabinete de Física que tinham sido transferidos para o Atheneu Sergipense. Podemos concluir que a instabilidade política, com as mudanças freqüentes de governos, marcou o início da organização do Estado republicano. Os freqüentes atos demonstram o grau de divergências, bem como o caráter conflitante da composição política das elites dominantes.

Pretendendo identificar as Leis, Governos e seus principais atos dirigidos à instrução pública durante o período de mudanças da Escola Normal, optamos pela seqüência cronológica, com o fim de identificar cada momento da educação nos níveis de ensino normal no estado.

O primeiro Presidente eleito pela Assembléia Constituinte foi José Calasans, que esteve no poder de 1892 a 1894. Com a Lei n. 35, de 18 de agosto de 1892, consolidou as disposições do Regulamento de

14 de março de 1890, revogando todos os decretos e atos expedidos sobre o assunto. Influenciado pela reforma Benjamim Constant, criou, através da Lei n. 35, o Curso de Humanidades de 6 anos no Atheneu. O decreto n. 45, de 19 de janeiro de 1893, definiu o funcionamento e a organização do ensino público primário, secundário e normal. Quase não houve mudanças em relação ao que já tinha sido previsto no Regulamento de 14 de março de 1890 e na Lei n. 35 de agosto de 1892.

De 1894 a 1896, ocupou o poder Manoel Prisciliano de Oliveira Valladão, que autorizou, de acordo com a Lei n. 107, de 05 de dezembro de 1894, o Governo a reformar o ensino público. Com sete artigos, introduziu alterações na instrução primária e no ensino secundário. No ensino primário, alterou algumas matérias e determinou que o ensino secundário, ministrado no Atheneu, seria regulado pelo mesmo programa do Ginásio Nacional.

Olympio de Souza Campos assumiu o governo de 1899 a 1902. Com a Lei n. 366, de 06 de novembro de 1899, ele modificou o ensino normal, consolidando aspectos da legislação vigente do ensino primário, secundário e normal com a Lei n. 398, de 31 de outubro de 1900. Logo depois, chegou ao poder Josino Odorico de Meneses, que governou o estado por três anos. Em seu mandato, Meneses alterou o programa de estudos da Escola Normal, suprimindo a cadeira de Instrução Moral e Cívica, e dispensou as normalistas da apresentação de teses para receberem seus diplomas.

Guilherme de Souza Campos tomou posse em 1905, governando até 1908. Pelo Decreto n. 547, de 15 de abril de 1907, expediu novo Regulamento para a Escola Normal. Em seguida, José Rodrigues da Costa Doria (1908-1911) reformou a instrução pública primária, secundária e normal pelo Decreto n. 563, de 12 de agosto de 1911.

De 1911 a 1914, José Siqueira de Menezes governou o estado. Através do Decreto n. 571, de 19 de outubro de 1912, foi expedido o Regulamento para a Instrução Pública do Estado para os três níveis de ensino: o primário, o secundário e o normal. Com a Lei n. 663, de 28 de julho de 1914, foi realizada outra modificação no ensino primário, secundário e normal. Em seguida, Manuel Prisciliano de Oliveira

Valladão assumiu o poder por mais quatro anos (1914-1918), e nesse período expediu, pelo Decreto n. 587, de 09 de janeiro de 1915, o Regulamento Geral da Instrução Pública do Estado de Sergipe. Esse Regulamento tinha como justificativa as contradições e omissões da Lei n. 663, de 28 de julho de 1914, que não chegou a entrar em vigor, tendo sido suspensa sua publicação. Além dessas mudanças, houve, de acordo com o Decreto n. 630, de 24 de abril de 1915, uma posição do atual governo na direção do novo Regulamento à Instrução Pública do Estado para o ensino primário e o normal, havendo, também, a instituição, pelo Decreto n. 644, de 10 de janeiro de 1917, de um programa para o exame de admissão à matrícula da Escola Normal. Por fim, mediante o Decreto n. 648, de 1.º de fevereiro de 1917, baixou-se o programa para o Curso Complementar de um ano destinado à prática das normalistas.

De 1918 a 1922, ocupou o governo do estado José Joaquim Pereira Lobo, que deu novo Regulamento ao Atheneu Sergipense, com o Decreto n. 721, de 31 de março de 1921, e regulamentou o ensino primário, o secundário e o normal. Em 1922, Maurício Graccho Cardoso tomou posse por mais quatro anos e provocou várias modificações. Com a Lei n. 852, de 30 de outubro de 1923, por exemplo, estabeleceu as bases para a reforma do ensino primário e normal; pelo Decreto n. 867, de 11 de março de 1924, regulamentou o ensino primário e normal e, pelo Decreto n. 892, de 20 de dezembro de 1924, aprovou os programas para os cursos primário, elementar e superior. Além disso, mediante a Lei n. 958, de 16 de outubro de 1925, ele dispôs sobre o curso profissional da Escola Normal “Ruy Barbosa”, dando novo regulamento à instituição com o Decreto n. 934, de 04 de maio de 1925 e aprovando os programas da escola com o Decreto n. 937, de 26 de maio de 1925.

Ciro Franklin de Azevedo o substituiu e, com o Decreto n. 997, de 04 de dezembro de 1926, suspendeu o funcionamento do curso profissionalizante da Escola Normal “Ruy Barbosa”. Em seguida, quando Francisco de Souza Porto assumiu seu posto, em 1927, de forma interina, foi expedido o Decreto n. 1013, de 1 de fevereiro de 1927, de-



clarando sem efeito o Decreto n. 997, de 04 de dezembro de 1926, que suspendeu o curso profissionalizante da Escola Normal “Rui Barbosa”. O Decreto n. 1.014, de 01 de fevereiro de 1927, desanexou do curso da Escola Normal “Rui Barbosa” o curso profissional regulado pela Lei n. 958, de 16 de outubro de 1926, passando o referido curso a funcionar no Instituto Profissional Coelho e Campos.

A partir desse levantamento, percebemos que a única alteração importante, até 1910, no quadro educacional que a República recebera do Império, foi a criação das Escolas de Aprendizes de Artífices, que, pelo Decreto n.º 7.566, de 23 de setembro de 1909, do Presidente Nilo Peçanha, deveriam funcionar em cada uma das capitais brasileiras (NUNES, 1984, p. 207).

Em Sergipe, as instituições escolares não tiveram inovações. No Manifesto de Hermes da Fonseca, em 1910, como candidato à Presidência da República, ele tratou de questões sobre a realidade vigente na educação brasileira. O Ministro Rivadávia Correia complementaria a exposição frisando as dificuldades do ensino e, em 1911, no governo do Marechal Hermes do Fonseca, foi expedida uma Lei Orgânica, que por sinal era a mais revolucionária desde a Proclamação da República. A medida tomada para o desenvolvimento do sistema educacional atendia às necessidades do Brasil e refletia as mudanças em Sergipe (NUNES, 1984, p. 202).

A Lei Fundamental do Ensino, de 5 de abril de 1911, denominada Reforma Rivadávia Correia, estabeleceu, revolucionariamente, o ensino livre. Seguindo a concepção positivista e levando o liberalismo ao máximo no campo da educação, ao retirar desta a intervenção do Estado, o ministro acreditava que o ensino poderia resolver os problemas imediatos do país. Nessa época, governava Sergipe o Dr. José Rodrigues da Costa Dória, que mandou vir de São Paulo o professor Carlos Silveira, especialista em educação, para dar novos rumos à vida educacional sergipana. Através do Decreto n. 563, de 12 de agosto de 1911, procurou-se adaptar o ensino secundário às alterações impostas pela Reforma Rivadávia Correia, ao tempo em que era dada uma nova organização global ao sistema educacional sergipano em minuci-

oso regulamento. O Presidente assim justificava o decreto baixado: “atendendo que o ensino público primário deste Estado é ainda ministrado por processos obsoletos e condenados pela moderna Pedagogia; atendendo a que o ensino normal não preenche os fins a que é destinado” (*apud* NUNES, 1984, p. 212).

Nesse regulamento, houve avanços significativos: estabeleceu-se o ensino público gratuito e igual para ambos os sexos; organizou-se o ensino primário em escolas isoladas e em grupos escolares, na tentativa de dotar prédios escolares de condições adequadas para a prática pedagógica; organizou-se o Serviço de Estatística Escolar, destinado a levantar a situação educacional do Estado, e financiou-se o material didático para os alunos de baixa renda e a Inspeção Escolar.

O Ensino Normal, a ser ministrado em quatro anos, aumentava o elenco das disciplinas, passando a compreender: Português; Aritmética e Elementos de Álgebra e Geometria; Geografia Geral e História, especialmente do Brasil; Pedagogia; Pedologia e Noções de Higiene Escolar; Noções de Física, Química e História Natural, com aplicações à Agricultura e à Zootécnica. Complementava o currículo o ensino de Trabalhos Manuais, Ginástica, Música, Desenho e Caligrafia. Enfrentando os preconceitos tradicionais, determinava o decreto que “o ensino da Escola Normal será facultado a ambos os sexos”, disposição que reformas anteriores haviam tentado impor, mas que a reação desencadeada fizera sempre desaparecer (NUNES, 1984, p. 213).

O Regulamento de 1912, por sua vez, dava um retrocesso no desenvolvimento do ensino normal, ao estabelecer o retorno do funcionamento de duas escolas normais, uma masculina, no Atheneu, e a outra feminina, no prédio inaugurado no ano anterior pelo Presidente Rodrigues Dória. Com o fracasso do curso normal destinado ao sexo masculino, em 1918 ocorreu o sucesso da Escola Normal feminina, que se desenvolvia com duração de quatro anos e com programas de ensino organizados e executados segundo regulamento específico. Em 1922, a Escola Normal só se efetivava como uma escola de formação feminina, em virtude da procura intensa das mulheres e a falta de matrículas masculinas.

A instituição, que, em 1923, passou a denominar-se Rui Barbosa, “como homenagem póstuma à memória do sábio precursor da reforma do ensino”, em 1926 recebeu novo Regulamento, que alterava o plano de estudos vigente com a ampliação do curso para cinco anos, objetivando dar ao professor “o preparo suficiente para ministrar aulas de primeiras letras”. Passava o currículo a ser integrado pelo ensino de Português, Aritmética, Álgebra e Geometria, Agricultura, Desenho, Geografia Geral, Cosmografia e Corografia do Brasil e de Sergipe, Física e Química, História Geral, do Brasil e de Sergipe, Francês, Inglês, Educação Moral e Cívica, Trabalhos Manuais e Economia Doméstica. Nos programas aprovados, era ressaltada a importância do emprego do método objetivo. Sua matrícula continuou em marcha ascendente, e, apesar das reformas, transformou-se em uma escola de moças, onde predominava a pequena burguesia arajuana. (NUNES, 1984, p. 249).

Pelo depoimento de alguns ex-alunos, buscamos identificar os livros didáticos e as metodologias de ensino de inglês, no período da análise da pesquisa. A professora Ivone Mendonça, por exemplo, comentou sobre o seu contato com a língua Inglesa e os livros didáticos.

Eu tinha 13 anos quando aprendi inglês, [...] não sei exatamente qual série era, mas a professora Penélope [...] eu não esqueceria jamais. O meu livro tinha um método prático e se referia a ler, escrever e falar. [...] não sabia falar e nem escrever muito, mas ler [...] traduzir eu sabia bem. O livro era de 1930 [...], sei lá, 1935, não sei não. Mas era bem bonzinho de estudar. O livro era feinho, não tinha figuras, mas [...] era dividido em sons, na gramática é fonema [...] conversas e frases. O livro era bem didático, bem dividido e fácil de estudar. A professora tinha um ensino bem interessante. Primeiro era aquele tradicionalismo, tinha um texto em inglês pra traduzir, depois era conversas em sala em inglês e usava o livro a todo o momento. (MENDONÇA, Ivone. *Depoimento concedido à Fabiane Vasconcelos de Andrade*. Em 25 de maio de 2008.

No depoimento, Ivone Mendonça, aluna das décadas de 1930 e 1940, destacou as características do livro didático utilizado por ela e como ocorriam as aulas. Em alguns momentos, ela tratava as páginas como referências de cada aula e não os títulos dos assuntos, como verificado em depoimento:

Eu estudei da página 1 até a 200, 300, [...] sei lá, [...] sei que estudava muitas páginas por dia. Isso só não acontecia quando tinha texto para traduzir, [...] aí, só tinha aula de 2 páginas. Se a aula terminasse naquela questão, no outro dia, voltava para aquele exercício. A professora de outras línguas era a mesma coisa. No inglês a professora exigia muito a fala e a escrita. As provas orais eram muito difíceis e eu não sabia nada depois [...] (MENDONÇA, Ivone. *Depoimento concedido a Fabiane Vasconcelos de Andrade*. Em 25 de maio de 2008).

A identificação do livro utilizado na época era imprescindível para analisarmos de perto as indicações destas práticas da docência. Porém, em virtude de falta de fontes, não conseguimos encontrar indicativos de quais obras foram utilizadas. Devido a este fato, utilizamos alguns livros, do período analisado, como base para reflexão da prática educativa da época estudada. De acordo com o depoimento seguinte, de Soltello, verificamos que um dos livros por nós consultados parece ter sido usado na Escola Normal de Aracaju:

Eu não sei bem como era o livro, mas ele tinha uma seqüência que a professora seguia e tratava de sons, pronúncia e escrita. Eu não lembro o nome da professora, mas sei que inglês, no início me assustou muito. Depois, me acostumei. Tradução, prova oral e cópias era o que sempre fazia. Eu decorava todas as palavras e tirava boas notas, mas não aprendia nada. O livro não tinha desenhos. Eu adorava livro com figuras, [...] eu ficava doidinho para ler, mas nunca fui tão fã para ler sobre essas coisas que não entendia. Tava pensando aqui e lembrei

que eu tinha também um livro que tinha textos, os significados das palavras e exercícios da gramática. Esse eu adorava porque, [...] sei lá [...] era tudo separadinho [...] era bom o livro. (SOLTELLO. *Depoimento concedido à Fabiane Vasconcelos de Andrade*. Em 13 de abril de 2008).

A entrevistada provavelmente se refere a um livro das décadas de 1920 e 1930. O compêndio, da “Série Didática Brasileira”, intitula-se *English Direct Method – First Book*, tendo sido editado no Rio de Janeiro, por J. R. de Oliveira e Cia, e divide-se em textos, gramática e há questões referentes ao texto, além de um glossário. Podemos citar também o *Primeiro livro de Leitura Inglesa*: para o uso das classes elementares, composto de conteúdos, glossário e notas de rodapé que explicam as palavras destacadas. O livro possui 276 páginas, juntamente com o glossário. Seu conteúdo é dividido em uma série graduada de histórias, anedotas e biografias de jovens de destaque, acompanhadas de notas explicativas. Foi escrito por Frederico Fitzgerald, autor da *Gramática Prática e Teoria da Língua Inglesa*, e editado pela Livraria Selbach, de J. R. da Fonseca & CIA, em Porto Alegre.

De acordo com os depoimentos, verificamos que os professores de línguas estrangeiras, especialmente os professores de Inglês, lecionavam suas aulas com métodos de ensino relacionados ao livro didático. De acordo com as características apresentadas pelos depoentes, esses livros eram muito semelhantes, também, ao *Novo Método Prático da Língua Inglesa*, de Jacob Bensabat. É necessário observar que este livro não foi mencionado pelas depoentes, mas há uma semelhança entre os depoimentos e o compêndio, tanto pelo ano citado como pelas suas características materiais.

Ao analisar esses livros, conjugando-os com as entrevistas, percebemos que as características apresentadas nos depoimentos confirmam a sua estrutura. O arquivo da Escola Normal não apresentou quaisquer vestígios dos livros didáticos da época pesquisada. Analisamos outros arquivos e impressos e percebemos que a única forma de

constatar a prática educativa com os livros didáticos seria através dos depoimentos das ex-alunas da instituição pesquisada.

O compêndio de Bensabat divide-se em três partes: fonética, conversação e fraseologia. Embora nada comprove a sua utilização em Sergipe, poderíamos sustentar a hipótese de seu uso pelos seguintes depoimentos:

[...] o interessante era que se faltasse aula, não perdia muito. Eu quando faltava estudava duas ou três folhas a mais e depois quando retornava tirava as dúvidas. [...] Todos sabíamos que ela iria seguir o livro e não adiantava querer mudar. Hoje temos outros materiais, professores que levam para as salas outras coisas para dar aula. “Na minha época se faltasse o livro não tinha aula” [momento de risos e ironias diante da dependência do professor em relação ao livro didático]. [...] Posso até estar errada, mas na época esse era um método comum. O meu livro vivia riscado com anotações, eram muitas informações [...] eu ficava doida [...] confesso que hoje eu não entendo nada de inglês, mas na época eu sabia de muita coisa, mesmo decorado (MENDONÇA, Ivone. *Depoimento concedido a Fabiane Vasconcelos de Andrade*. Em 5 de abril de 2008).

### ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O cronograma de execução desta pesquisa foi projetado da seguinte forma, para o primeiro período de análise e coleta de dados: leituras e levantamento da legislação nacional e estadual referente à Escola Normal e ao ensino de inglês. Esse trabalho foi realizado por meio de livros, teses e periódicos. Em seguida, seria realizado o levantamento de dados na Instituição estudada. Porém, em virtude de problemas internos do arquivo, que se encontrava fechado durante todo o período de coleta, foi necessário interromper a pesquisa e aguardar a reabertura do mesmo. Por esse fato, selecionamos mais livros e exploramos mais as fontes já referidas.

No segundo momento da pesquisa, concentramo-nos nas análises dos livros didáticos e nos depoimentos orais. Primeiramente, fomos para os arquivos e analisamos a legislação estadual e todos os documentos que tratassem de livros didáticos ou programas de ensino. Como não conseguimos localizá-los, analisamos os depoimentos e, a partir dos mesmos, inferimos que livros, dos já analisados, poderiam ser usados para ilustrar a pesquisa, pois, em virtude da falta de conservação de documentos da história das instituições de ensino, não conseguimos nenhuma fonte que nos indicasse o livro didático de inglês de cada período na Escola Normal.

Mesmo com essas dificuldades, conseguimos relacionar as leis nacionais, as leis estaduais e detectar que tipo de metodologia era utilizado no período da pesquisa. A legislação da Escola Normal e a utilização de documentos internos da instituição ratificaram a idéia de que os depoimentos e as atas coincidem com as fontes analisadas e corroboraram a hipótese de que o ensino de inglês e das demais línguas estrangeiras era discutido nas reuniões e praticado de forma homogênea em sala de aula. Além disso, cabe ressaltar que a análise dessas fontes contribuiu para a confirmação de que o ensino de línguas estrangeiras influenciou na formação das educadoras sergipanas.

Ao investigarmos as leis nacionais, estaduais e os objetivos expostos, os livros didáticos relacionados com os depoimentos de ex-alunas da Escola Normal e os periódicos, verificamos que eles não estão dissociados do contexto educacional em que viveram e das características específicas da cultura escolar em que se configuraram.

Em um período no qual a maioria das meninas freqüentava apenas o curso primário, um pequeno número podia ampliar seus estudos, em escolas particulares de ensino secundário. O programa desenvolvido na maioria das instituições era humanista-literário e também enfatizava a aprendizagem de habilidades musicais e manuais. Nas escolas privadas, as jovens tinham mais chances de exercitar o domínio das línguas estrangeiras.

Tais escolas funcionavam em regimes diversos, internatos ou semi-internatos e mesmo externatos. As festas escolares noticiadas pela im-

prensa garantiam visibilidade às alunas e seus aprendizados, principalmente relacionados à música, canto, declamação, domínio de línguas estrangeiras e trabalhos manuais refinados. Algumas alunas dessas instituições acabavam assumindo, após o curso, atividades docentes no mesmo estabelecimento. Aquelas que procuravam as escolas públicas para o ensino secundário deveriam ser aprovadas em um exame rigoroso de admissão na Escola Normal ou no Colégio Atheneu.

Os custos com a escolarização eram consideráveis. Além das taxas escolares, dos livros e do uniforme, as escolas privadas, em regime de internato, ou semi-internato, exigiam enxovais e o pagamento pela alimentação, aulas particulares, entre outros. A possibilidade de investir na ampliação da escolarização das jovens estava restrita às classes dominantes e às camadas médias em ascensão.

Mesmo recebendo o que era considerado socialmente como “a educação própria para o seu sexo”, através dos estudos literários e de línguas estrangeiras, da apreensão dos rudimentos da matemática e das ciências, do desenvolvimento de habilidades manuais e musicais, muitas destas jovens ampliaram seus horizontes de atuação para além do espaço doméstico.



## REFERÊNCIAS

- ALVES, Eva Maria Siqueira. 2005. *O Atheneu Sergipense: uma casa de educação literária examinada segundo os planos de estudos (1870-1908)*. Tese de Doutorado, Pós-Graduação em Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- AZEVEDO, Fernando de. 1971. 5. ed. *A cultura brasileira*. São Paulo: Melhoramentos / EDUSP.
- BESSE, Susan. 1999. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil de 1914-1940*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- CALASANS, José. 1945. "Brício Cardoso e o ensino normal em Sergipe". *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. V, n. 15, pp. 375-391.
- OLIVEIRA, Dilma Maria Andrade de. 2004. *Legislação e Educação: o ideário reformista do Ensino Primário em Sergipe na primeira República (1889-1930)*. Tese de doutorado. Universidade de São Carlos.
- Haidar, Maria de Lourdes Mariotto. 1972. *O ensino secundário no império brasileiro*. São Paulo: EDUSP / Grijalbo.
- FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. 2003. *Vestidas de azul e branco: um estudo sobre as representações de ex-normalistas (1920-1950)*. São Cristóvão: Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação / NPGED (Coleção Educação é História, v. 3).
- HOWATT, A. P. R. 1988. *A history of English language teaching*. 3. ed. Oxford: Oxford University Press.
- LOCKE, John. 1934. *Some thoughts concerning education* (1692). 13. ed. Cambridge: Cambridge University Press.
- MOACYR, Primitivo. 1936. *A Instrução e o Império*. São Paulo: Nacional, v. 1.
- \_\_\_\_\_. 1939. *A instrução e as províncias (1834-1889)*. São Paulo: Nacional, 3 v.
- \_\_\_\_\_. 1942. *A Instrução pública no estado de São Paulo*. São Paulo: Companhia Editora. Nacional, v. 1.
- NUNES, Maria Thetis. 1984. *História da educação em Sergipe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra / Governo do Estado de Sergipe / Universidade Federal de Sergipe.
- OLIVEIRA, Luiz Eduardo Meneses de. 1999. *A historiografia brasileira da literatura inglesa: uma história do ensino de inglês no Brasil (1809-1951)*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/iel/memoria/>>

OLIVEIRA, Luiz Eduardo Meneses de. 2006. *A instituição do ensino das Línguas Vivas no Brasil: o caso da Língua Inglesa (1809-1890)*. Tese de Doutorado, Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Disponível em: <[http://www.sapientia.pucsp.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=2255](http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2255)>

RAGO, Margareth. 1997. "Trabalho feminino e sexualidade". In: PRIORE, Mary Del. (org.). *História das mulheres no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto.

SAVIANI, Dermeval. *História e história da educação: o debate teórico-metodológico atual*. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 1998.

#### FONTES ORAIS:

MENDONÇA, Ivone. Depoimento concedido à Fabiane Vasconcelos de Andrade. Em 5 de abril de 2008.

SOLTELLO. Depoimento concedido à Fabiane Vasconcelos de Andrade. Em 13 de abril de 2008.

#### IMPRESSOS:

*Livro de Atas da Congregação da Escola Normal, 1923-1975.*

*Correio de Aracaju*, 1 de abril de 1920, ano XIII, número 2842.

*Correio de Aracaju*, 29 de fevereiro de 1920, ano XIII, p.4. número 2817.

*Correio de Aracaju*, 1921, ano XIV, número 2950.

*Jornal Diário de Sergipe*, 12 de julho de 1950, ano V. número 2080.

*Jornal Diário Oficial do Estado de Sergipe*, ano XXXIV – número 11.241

*Livro de Atas da Congregação da Escola Normal de Aracaju, 1923-1975*

#### COMPÊNDIOS

BENSABAT, Jacob. 1910. *Nova grammatica pratica da lingua inglesa*. 7. ed. Lisboa: Tavares Cardoso & Irmão.

*English Direct Method – First Book*. s/d. Rio de Janeiro: J. R. de Oliveira e Cia. FITZGERALD, Frederico. 1940. *Gramática teórica e prática da língua Inglesa*. 31. ed. Porto Alegre: Livraria Selbach.

“A 10 QUILÔMETROS POR  
HORA”: automóveis em  
Sergipe no início do Século XX

Andreza Santos Cruz Maynard\*

RESUMO

Este artigo trata da introdução de normas para a circulação de automóveis em Sergipe, no início do século XX. As vias e os condutores deveriam estar aptos para receber e lidar com a circulação dos novos veículos. Os pedestres e carros a tração animal da capital e do interior precisaram se adaptar ao barulho e velocidade dos automotores. Os signos da modernidade transformavam e imprimiam um novo ritmo às cidades.

PALAVRAS-CHAVE: Sergipe, Modernidade, Automóveis.

---

\* Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal de Pernambuco. *E-mail:* andreza\_sacruz@hotmail.com

“A rua em derredor era um ruído incomum.  
Longa, magra, de luto e na dor majestosa,  
Uma mulher passou e com a mão faustosa  
Erguendo, balançando o festão e o debrum”

Charles Baudelaire

O mundo era outro desde o fim do século XIX. As transformações eram impostas pelo desenvolvimento da eletricidade e dos derivados do petróleo, o aperfeiçoamento na produção e conservação de alimentos, o controle de moléstias e prolongamento da vida. Esse processo trouxe mudanças significativas para os habitantes da Europa e, mais tarde, para todo o mundo. A partir daí o mercado capitalista sofreu um impulso que possibilitou a consolidação da unidade global.

Era a modernidade que se irradiava a partir da Revolução Científico Tecnológica. Nicolau Sevcenko lembra que nesse período surgem “os veículos automotores, os transatlânticos, os aviões, o telégrafo, telefone”, e ainda, “a iluminação elétrica, e a ampla gama de utensílios eletrodomésticos, a fotografia, o cinema, a radiodifusão, a televisão, os arranha-céus, e seus elevadores, as escadas rolantes”<sup>1</sup> e tantas outras novidades.

Para a divulgação dessas inovações foram organizadas as exposições universais, “verdadeiros palácios de sonhos da industrialização e do progresso”<sup>2</sup>, que atraíam curiosos e investidores. De acordo com Walter Benjamin as exposições universais eram “centro de peregrinação ao fetiche mercadoria”<sup>3</sup>. Na medida do possível, todos procuravam acompanhar as transformações que eram apresentadas nessas ocasiões.

<sup>1</sup> SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. vol. 3, p. 9.

<sup>2</sup> DECCA, Edgard de. *O colonialismo como a glória do império*. In.: FILHO, Daniel Aarão Reis, FERREIRA, Jorge, ZENHA, Celeste (orgs.). *O século XX*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000, p. 161.

<sup>3</sup> BENJAMIM, Walter. *Paris, Capital do século XX*. In: *Sociologia*, 2. ed. São Paulo: Ática, 1991. (Coleção grandes cientistas sociais; 50), p. 35.

Edgar de Decca chama atenção para o êxtase produzido pela exposição dos produtos industriais. Isso era resultado, em parte, da diversidade que se podia vislumbrar, pois “na mesma exposição tanto se poderia admirar a nova máquina de costura Singer como o mais moderno canhão da fábrica alemã Krupp”<sup>4</sup>. Uma das “maravilhas modernas” de maior destaque, o automóvel, apareceu na década de 1880. E não tardou para que o veículo tomasse as ruas do lado de cá do Atlântico.

Os veículos causavam frisson àqueles que o observavam pela primeira vez. Os moradores do sertão alagoano que viram na década de 1910 os carros com “olhos de fogo” de Delmiro Gouveia que o digam. Dilton Cândido Santos Maynard<sup>5</sup> estudou as produções da memória em torno do coronel dos coronéis e ressalta que

Delmiro era dono de carros, objetos rarefeitos nos dias em que viveu nas Alagoas. Os impactos da circulação dos seus veículos, cruzando as estradas do sertão, principalmente à noite, surgem noutras quadras “Minha mãe o que é aquilo/Que vem assombrando a gente?/- É o carro de Delmiro/Com [o] um fogo aceso na frente”<sup>6</sup>.

Sem dúvida alguma o sertão habitado por Delmiro Gouveia era uma exceção. De maneira geral as novidades apareciam primeiro nas grandes cidades. A introdução dos veículos automotores e dos bondes elétricos imprimiram um novo ritmo às ruas. Isso gerou a necessidade

---

<sup>4</sup> DECCA, Edgard de. O colonialismo como a glória do império. In.: FILHO, Daniel Aarão Reis, FERREIRA, Jorge, ZENHA, Celeste (orgs.). *O século XX*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000, p. 162

<sup>5</sup> MAYNARD, Dilton Cândido Santos. *O senhor da Pedra: produções e usos das memórias sobre Delmiro Gouveia (1940 - 1980)*. Recife, 2008. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco.

<sup>6</sup> Idem, p. 208.

instituir os direitos e deveres de veículos e pedestres para evitar acidentes. Levando isto em consideração, este trabalho investiga a normatização do trânsito de automóveis em Sergipe nas décadas de 1910 e 1920.

Assim como outras capitais, Aracaju crescia e mudava de maneira particular no início do século XX. Os cinemas começaram a funcionar em 1909, o bonde a tração animal servia à população desde 1901, o primeiro automóvel surgiu em 1913. Outros serviços foram disponibilizados como os de água encanada em 1908, luz elétrica em 1913 e esgotos em 1914. Contudo, as transformações trazidas pela modernidade ganharam destaque durante os anos vinte<sup>7</sup>.

Apesar da historiadora sergipana Maria Thétis Nunes afirmar que o primeiro automóvel surge em 1913 no estado, um ano antes os códigos de posturas já traziam um tópico específico para tratar do assunto. Entre as obrigações estavam a idade mínima de 18 anos para guiar, o registro dos veículos, particulares ou de aluguel, na Municipalidade<sup>8</sup>, a proibição de subir nos passeios, de abandonar o veículo em qualquer lugar, e de parar em pontes, pontilhões e bueiros. De acordo com as normas vigentes em Aracaju na década de 1910 ninguém poderia “ser condutor de veículo, seja carro ou carroça pública, ou particular, sem ter feito a devida matrícula e adquirido a placa mencionada no regulamento n.10 para a arrecadação das rendas do Município”<sup>9</sup>.

Até a década de 1920 não existiam revendedoras de automóveis em Sergipe. Os veículos eram comprados fora e trazidos para o estado. Os jornais da época trazem anúncios para a venda de veículos usados.

<sup>7</sup> Cf. NUNES, Maria Thetis. *História da Educação em Sergipe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Aracaju: Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Sergipe. Universidade Federal de Sergipe, 1984. p. 216

<sup>8</sup> Normalmente essa matrícula poderia ser feita em qualquer época do ano e renovada nos meses de Janeiro e Fevereiro. Cf. Códigos de Postura.

<sup>9</sup> CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO DE ARACAJU. Aracaju, 1912, Seção 3<sup>a</sup>, capítulo II, art. 96, p. 26..

Quando o proprietário J. Esteves Filho desejou se desfazer do bem, anunciou num periódico que estava vendendo “quase por metade do seu verdadeiro valor, um automóvel Studbaker de 7 assentos, de 45 cavalos, 6 cilindros, magnetos Bosh de alta tensão, partida automática, cor azul-marinho e jogo de capas novo”<sup>10</sup>. Os interessados poderiam encontrá-lo no Cine Rio Branco.

No momento de vender os carros, os proprietários destacavam as qualidades do veículo e tentavam facilitar a comunicação com os possíveis compradores. O jornal *Diário da Manhã* publica a oferta, em dezembro de 1925, de um automóvel “Lanz”, uma marca famosa, de acordo com o anúncio. O carro era usado “porém em perfeito estado de funcionamento, completo com todos acessórios de força de 36 a 45 H.P. efetivos. A tratar com o proprietário n. cidade de Itabaiana ou com R. Wynne Queiroz nesta capital. 9 – 30”.<sup>11</sup>

No entanto os automóveis ainda precisam conviver durante um bom tempo com os veículos a tração animal que circulavam pela capital sergipana e, principalmente, nas cidades do interior. Assim não é incomum aparecer anúncios de venda dos “Carros de praça”. Em 1924 José Freire Barreto estava vendendo “uma Charrete, tipo francês, com sete assentos, com ou sem animal, e devidamente arreada”<sup>12</sup>.

A disputa pelos espaços nas ruas aumentava. Os pedestres precisavam competir com carroças, bicicletas e bondes. Mas o veículo mais perigoso parecia ser mesmo o automóvel. Daí porque a necessidade de regulamentar o comportamento dos veículos e, principalmente dos condutores, pelas ruas das cidades. O código de posturas de Aracaju de 1926 determinava no segundo capítulo como deveria ocorrer o trânsito de veículos. Conforme o regulamento:

<sup>10</sup> MAGNÍFICO! *Diário da Manhã*, Aracaju, 11 nov. 1924, p. 2.

<sup>11</sup> LOCOMOVEL LANZ. *Diário da Manhã*. Aracaju, 1 dez. 1925, p. 2.

<sup>12</sup> CARRO DE PRAÇA. *Diário da Manhã*. Aracaju, 11 nov. 1924, p. 3.

Art. 106º – Ninguém poderá conduzir veículo, seja automóvel, caminhão, carro ou carroça pública ou particular sem matrícula e sem possuir a placa mencionada em regulamento. Aos infratores será aplicada a multa de 20\$000 ou prisão por 4 dias.

Art. 107º - Verificada a infração, proceder-se-á à apreensão do veículo que ficará no Depósito Municipal até o pagamento da multa e do imposto respectivo.

# Único – É vedada a direção de todo e qualquer veículo aos menores de 18 anos. Em caso de infração, será aplicada, multa de 30\$000 ou prisão por 6 dias à pessoa responsável pelo menor<sup>13</sup>.

Qualquer agente da municipalidade ou mesmo da polícia estava autorizado a abordar os condutores de veículos que se portassem de maneira irregular nas ruas. A desobediência às normas, com a conseqüente perturbação da ordem pública ou mesmo o ocasionamento de acidentes deveriam ser punidos com multas ou prisões. Mas não era apenas na capital que os automóveis precisavam de freios. Algumas cidades do interior também formularam um roteiro que deveria ser seguido pelos condutores de veículos automotores. Eis algumas das indicações que não poderiam ser deixadas de lado:

Art. 44. Na zona urbana os automóveis não poderão desenvolver velocidade superior à equivalente a 10 quilômetros por hora.

# 1º Nos cruzamentos e curvas das ruas bem como nos becos e travessas, a velocidade será reduzida ao mínimo.

# 2º Quando, por qualquer motivo, houver aglomeração nas ruas, a velocidade dos automóveis e outros veículos será igualmente reduzida ao mínimo.

# 3º As infrações das disposições deste artigo serão punidas com multa de 10\$000.

<sup>13</sup> CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO DE ARACAJU. Aracaju, 1926, p. 24.



#### A 10 QUILÔMETROS POR HORA

# 4º . Todo veículo em marcha deverá tomar a direita sempre que o outro vier em sentido contrário e, quando seguindo a mesma direção pretender tomar a direita, deverá fazê-lo passando pela esquerda do que vai na frente. Os infratores incorrerão na multa de 10\$000.

Art. 45. Nenhum veículo poderá passar por cima das calçadas e passeios públicos, salvo em caso de força maior, para evitar acidente, sob pena de incorrer na multa de 10\$000.

Art. 46. Nenhum veículo poderá conservar abertas as suas válvulas nas ruas e praças para escapamento de vapor ou gás de modo a incomodar o público, sob pena de incorrer na multa de 10\$000 o condutor.

Art. 47. Todos os automóveis que transitarem à noite, deverão ser providos de faróis iluminando a placa com o número de ordem, sob pena de 10\$000 de multa.

Art. 48. Todo automóvel deve ser provido de uma buzina para avisar aos transeuntes a sua aproximação.

Art. 49. É obrigatório o toque da buzina dos automóveis nas curvas, cruzamentos de ruas e passagens nos becos e travessas<sup>14</sup>.

Usualmente os códigos de posturas das cidades obrigavam os proprietários de veículos a realizarem a matrícula municipal, e isso já implicava no pagamento de um imposto. Além disso, era preciso que o condutor estivesse habilitado e que o veículo dispusesse de itens básicos de segurança, como os freios, faróis e buzina. Na década de 1920 aparecem orientações sobre a velocidade máxima e mínima a serem desenvolvidas em locais e situações específicas. Dessa maneira não bastava ter a posse do veículo para sair com ele às ruas. Era preciso saber guiá-lo e conhecer as normas para as situações em que elas fossem aplicadas.

---

<sup>14</sup> CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO DE ANNÁPOLIS. Annápolis, 1927, capítulo III, p. 9–10.

Entretanto, o trânsito em Sergipe não se limitava aos veículos automotores. Por isso mesmo os códigos de posturas determinavam também sobre os animais que serviriam como meios de transporte e tração para alguns veículos. O ritmo dos animais também precisava ser controlado. E para evitar acidentes “todos os veículos de tração animal serão conduzidos dentro da cidade a passo de trote curto sob pena de 5\$000 de multa”<sup>15</sup>. Em Aracaju era expressamente proibido

- a) Correr a cavalo pelas ruas, avenidas, e praças da cidade.
- b) Andar a cavalo, guiar ou demorar animais sobre passeios e em jardins.
- c) Atar animais as portadas, postes de iluminação ou de bondes, de linhas telegráficas ou telefônicas<sup>16</sup>.

Os animais que eram encontrados soltos pelas ruas poderiam ser apreendidos. E caso o dono não pagasse a multa estipulada, o bicho era vendido publicamente. Isso não estava limitado apenas aos cavalos ou mulas. Qualquer bovino ou caprino que fosse encontrado largado pelas cidades apresentando risco ao trânsito era imediatamente retido por funcionários da prefeitura, policiais, ou mesmo cidadãos comuns. E, se por um lado havia preocupação quanto à velocidade dos automóveis e dos animais, por outro, a lentidão e desconforto dos bondes puxados por burros eram motivo de vergonha para muitos moradores de Aracaju.

A eletricidade fora introduzida no estado em 1913, mas era usufruída por poucos. Em comparação com outras capitais, Aracaju demorou a se desfazer dos candeeiros e lampiões. Nicolau Sevckenko descreve as impressões de Oswald de Andrade, ainda criança, sobre a

<sup>15</sup> CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO DE ANNÁPOLIS. Annápolis, 1927, capítulo III, art. 43, p. 9.

<sup>16</sup> CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO DE ARACAJU. Aracaju, 1926, art. 103º p. 23.

mágica dos bondes movimentados sem impulso externo em São Paulo desde 1900<sup>17</sup>. Entretanto, nos anos vinte, Aracaju ainda contava com bondes puxados por burros. Voluntariosos, os animais precisavam ser chicoteados durante os trajetos. Isso ocorria porque “subitamente os burros empacavam, deitavam-se nos trilhos, faziam greve pacífica e não havia chicote que o arredasse dali”. Os passageiros eram obrigados a descer e assistir a luta do condutor “para ‘convencer’ os animais de sua obrigação”<sup>18</sup>.

Finalmente, em 1924, a Empresa Tração Elétrica de Aracaju cumpriu a promessa de melhorar os bondes. Estes “já deixaram o passo de cágado para correrem nas linhas, e sem o barulho, pelo fato de lhes haverem sido aplicadas novas rodas”<sup>19</sup>. Nem todas as substituições haviam sido feitas, mas esperava-se que isso acontecesse em breve. Além disto, os pedestres esperavam que os novos bondes, prestassem melhores serviços. Os condutores deveriam zelar pela apresentação pessoal e a lotação do meio de transporte deveria ser respeitada, deixando assim de causar inconvenientes para os pedestres que precisassem utilizar o serviço, uma vez que

Não se pode admitir por gosto que numa capital já modernizada como Aracaju haja calhambeques desarticulados e escandalosos acudindo pelo título pomposo de bondes.

Estamos de pleno acordo com a providência tomada quanto ao chicoteamento dos animais, porquanto se eles não puxam certos carrões de assalto, não é por preguiça, mas por impossibilidade.

<sup>17</sup> SEVCENKO, Nicolau. *A capital irradiante: técnicas, ritmos e ritos do Rio*. In: NOVAIS, Fernando A. (coord. geral). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v. 3, p. 546.

<sup>18</sup> CABRAL, Mário. 3 ed. *Roteiro de Aracaju*. Aracaju: Banese, 2002. p. 113.

<sup>19</sup> OS BONDES. *Correio de Aracaju*. Aracaju, 20 jul. 1924, p. 4.

Uma coisa que os senhores da E.T.E.A. devem fazer quanto antes: vestir os condutores e caixeiros, que andam semi-nus e sujos. Não devem também permitir que os bondes, com a lotação completa, ainda leve passageiros de pé na plataforma. Estando cheios, os bondes só devem parar para descida<sup>20</sup>.

Os bondes puxados por dois burros tinham cinco bancos, e a lotação máxima de vinte passageiros. Isto explica porque andavam sempre lotados e não ofereciam conforto. O balanço do bonde provocava até mal estar. Certo dia o mestre de padaria *2 de Julho* José dos Santos almoçou à tarde e subiu no bonde que passava às 15h. Quando estava em frente a padaria *União* na rua de Laranjeiras, centro da cidade, não suportou “o jogo do veículo, caiu sem sentidos no calçamento acometido por um forte ataque de congestão cerebral. Resultou da queda sofrer um enorme talho na cabeça. Socorrido por um soldado do 28 e guardas civis”<sup>21</sup>. Levado à farmácia *Central*, recebeu os primeiros curativos e foi removido para a Assistência. A indisposição do padeiro José dos Santos até poderia ter tido outra causa como um ataque epiléptico. No entanto, o jornal aproveitou o fato para atribuir o “ataque de congestão cerebral” ao inconveniente de ter bondes puxados por burros nas linhas do centro da cidade. Um incidente como esse remetia ao atraso em que Aracaju estava em comparação a outras capitais. Enquanto os jornais das grandes cidades reclamavam da velocidade dos bondes, em Aracaju se noticiava o quanto o transporte maltratava os usuários.

No Rio de Janeiro, por exemplo, havia disputas entre pedestres e veículos. Para atravessar uma rua era preciso estar atento ao movimento dos automóveis e dos bondes. Em muitas de suas crônicas

<sup>20</sup> OS BONDES. *Correio de Aracaju*. Aracaju, 20 jul. 1924, p. 4.

<sup>21</sup> CAIU DO BONDE ATACADO DE CONGESTÃO. *Correio de Aracaju*. Aracaju, 28 jul. 1924, p. 1.

Machado de Assis comentava “o subido número de atropelamentos, sobretudo de pessoas mais idosas, não adaptadas ainda ao novo ritmo de deslocamento dos veículos elétricos”<sup>22</sup>. E se os bondes não conferiam grandes emoções aos usuários em Aracaju, os automóveis se encarregavam de trazer os tão sonhados problemas das grandes metrópoles para as ruas da capital sergipana. No dia 27 de julho de 1924 um garoto foi atropelado por um automóvel. O *Correio de Aracaju* fez questão de noticiar o fato na primeira página

Ontem às 18 horas na rua da Frente, esquina de Maroim, o automóvel n.11 guiado pelo chofer Oyntho Correia na ocasião em que desviava do bonde da Fundação que nesta hora vinha rumo ao Bairro Industrial, atropelou um menor de nome Cícero, morador à rua do Lagarto, que viajando, clandestino no veículo da Viação, quis fugir ao buzinar do auto sendo, porém, pegado por uma das rodas, atirando-o no calçamento. Socorrido por passageiros do bonde, verificaram não ter o menor sofrido coisa alguma, salvando deste modo a responsabilidade do chofer<sup>23</sup>.

Assim, pode-se perceber apesar das transformações que pareciam devorar o mundo, Aracaju demorou a exibir as benesses e os problemas de uma capital moderna. Apesar de querer regulamentar o trânsito de pedestres e veículos para evitar acidentes, as cidades contavam ainda com um grande número de veículos a tração animal, ou mesmo eqüinos e muares que eram usados como meio de transporte.

Os automóveis não tinham preços acessíveis. E para dificultar ainda mais o acesso aos carros, Sergipe passava por uma das maiores

<sup>22</sup> SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnicas, ritmos e ritos do Rio. In: NOVAIS, Fernando A. (coord. geral). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v. 3, p. 549.

<sup>23</sup> MENOR ATROPELADO, MAS O CHAUFFER NÃO TEVE CULPA. *Correio de Aracaju*. Aracaju, 28 jul. 1924, p.1.

crises de carestia nos anos vinte. Assim como a eletricidade ou o telefone, o automóvel chegou a Sergipe, mas nem todos puderam desfrutar da novidade.

E enquanto os códigos de postura limitavam a velocidade máxima a 10 km por hora, os usuários do bonde a tração animal reclamavam da vagareza do transporte. Esses indícios levam a crer que os sergipanos desejavam desfrutar dos mesmos benefícios, e em alguns casos até dos mesmos problemas, encarados pelos moradores de cidades como São Paulo ou Rio de Janeiro. Assim, o que contava era a possibilidade de identificar traços da modernidade nas cidades sergipanas, e, principalmente, na capital.

As tão almeçadas novidades ganharam espaço, mas precisaram conviver com costumes e tradições. Não se pode falar em mudanças bruscas, ou assimilação imediata das inovações. A regulamentação do trânsito em Sergipe entre as décadas de 1910 e 1920 apresenta algumas das contradições em torno da modernidade. Nesse sentido cabe a definição de Willi Bolle de que “a modernidade é a expressão artística e intelectual de um projeto histórico chamado ‘modernização’ – contraditório, inacabado e mal resolvido”<sup>24</sup>.

---

<sup>24</sup> BOLLE, Willi. *Fisiognomia da Metrópole Moderna: Representação da História em Walter Benjamin*. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000, p. 24

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BENJAMIM, Walter. Paris, Capital do século XX. In: *Sociologia*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991. (Coleção grandes cientistas sociais; 50).

BOLLE, Willi. *Fisiognomia da Metrópole Moderna: Representação da História em Walter Benjamin*. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000,

CABRAL, Mário. 3 ed. *Roteiro de Aracaju*. Aracaju: Banese, 2002.

DECCA, Edgard de. O colonialismo como a glória do império. In.: FILHO, Daniel Aarão Reis, FERREIRA, Jorge, ZENHA, Celeste (orgs.). *O século XX*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000.

MAYNARD, Andreza Santos Cruz. *A caserna em polvorosa: a revolta de 1924 em Sergipe*. Recife, 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco.

MAYNARD, Dilton Cândido Santos. *O senhor da Pedra: produções e usos das memórias sobre Delmiro Gouveia (1940 - 1980)*. Recife, 2008. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco.

NUNES, Maria Thetis. *História da Educação em Sergipe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Aracaju: Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Sergipe. Universidade Federal de Sergipe, 1984.

SEVCENKO, Nicolau. 2 ed. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. vol. 3.







## HOMENAGENS





## O BARÃO DE MARUIM E O PROCESSO DE MUDANÇA DA CAPITAL\*

Denio S. Azevedo\*\*

Em ciências sociais e humanas, em particular na História, o olhar do pesquisador sobre a mais próxima realidade deve incidir não apenas no fenômeno que procura estudar mas também no seu contexto. Só assim é possível colocar boas hipóteses e perguntas de investigação, que se caracteriza como ponto de partida de qualquer pesquisa e definem as fronteiras do objeto de estudo. Desta forma é possível interpretar corretamente os resultados da aplicação de uma determinada metodologia à análise do objeto da pesquisa, atendendo ao contexto do fenômeno pesquisado e às circunstâncias em que este ocorre.

Partindo deste princípio, esta pesquisa pretende analisar os verdadeiros motivos que circundavam o processo de mudança da capital de Sergipe, de São Cristóvão para Aracaju, durante o século XIX, a

---

\* A elaboração deste artigo consiste em uma pesquisa ampliada de um texto já publicado pelo mesmo autor. Ver: AZEVEDO, Denio Santos. "Um Capricho do Barão". In: *Jornal Cinforn*. Caderno Especial: "Aracaju 148 anos", 17 de março de 2003 pág. 19.

\*\* Doutorando em Sociologia pelo Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - NPPCS da UFS e Professor da Universidade Tiradentes - UNIT. Membro do Grupo de Estudos História Popular do Nordeste UFS/Cnpq.

partir de uma pesquisa bibliográfica, ressaltando o momento histórico que o Brasil, e especificamente a província de Sergipe, atravessavam e salientando as disputas e representações de poder que serviram como pano de fundo para um dos acontecimentos mais discutidos pela historiografia sergipana.

Cientes de que uma pesquisa bibliográfica causa determinados enquadramentos ou molduras para os temas, ou seja, determinadas organizações do discurso, capazes de direcionar a construção de significados, procurou-se perceber os diferentes sub-temas e as perspectivas das fontes em confronto.<sup>1</sup> Observaremos a temática sobre a dimensão da História Política, já que buscaremos demonstrar que a mudança da capital da província de Sergipe foi um projeto arquitetado e praticado por João Gomes de Mello, o Barão de Maruim, como principal maneira em concretizar os seus objetivos econômicos e políticos, mas principalmente, como uma forma clara de demonstração de poder perante os seus “adversários”.<sup>2</sup>

O Brasil atravessava o período imperial e estava dividida politicamente entre liberais e conservadores, em Sergipe não era diferente e seguia, salvo curtos períodos, as regras estabelecidas na capital do país. O historiador Luís Fernando Ribeiro Soutelo afirma, na década de 50 do século XIX, o Brasil vivia uma fase de paz interna e de modificações econômicas. Em 1849, as tropas imperiais haviam vencido os partidários da Revolta Praieira, em Pernambuco, o último movimento interno, enquanto a Lei Eusébio de Queirós libertara, com a extinção do tráfico negreiro, os capitais empregados na compra e venda de escravos, reorientando-os para outros investimentos que “dinamizaram a

---

<sup>1</sup> Existe uma interessante metáfora para a noção de enquadramento que é a da janela. Tschman (1978:01), explica que a janela dá-nos uma visão do mundo, mas que essa visão é condicionada pelo tamanho da janela, pela distância a que estamos dela, pela opacidade ou transparência do vidro, pelo posicionamento do observador, dentre outros.

<sup>2</sup> Sobre conceito de História Política ver Jacques Le Goff, “A Política: será ainda uma ossatura da História?” In *O Maravilhoso e o Cotidiano no Ocidente Medieval* [1972]. Lisboa: Edições 70, 1975.

economia e finanças nacionais”, possibilitando um período de euforia econômica.<sup>3</sup>

Por outro lado, enquanto se consolidava o poder pessoal do imperador, que se libertara da facção áulica e passara a interferir diretamente nos negócios públicos, o Brasil entrava numa fase de “tranqüilidade pública”. Segundo Terezinha Oliva, um acordo entre os partidos, proporcionando ao Governo a trégua política necessária ao enfrentamento de novas questões, com a exigência abolicionista, a implantação das bases para a industrialização e a Guerra do Paraguai, era a Conciliação, que levara o Marquês de Paraná ao poder.<sup>4</sup>

Com período da conciliação e o exemplo de algumas transformações que vinham ocorrendo no Brasil na primeira metade do século XIX, uma mudança da mentalidade levada, a cabo pela prosperidade econômica de algumas províncias e a busca pelo moderno, passou-se a haver uma mudança de estratégias na visão que se tinha dos centros políticos das províncias. Se antes o importante era uma localização geográfica no coração das províncias escolhida a partir de uma estratégia militar, contra invasões estrangeiras, disputas regionais ou revoltas internas, no momento a escolha é guiada por regiões de maior prosperidade econômica, atrelando o eixo político ao econômico, indicando localidades que possam trazer o “progresso”.

Inicia então o processo de mudança das capitais de províncias e cidades no decorrer de todo o século XIX, a primeira delas é a do Mato Grosso (1820), em seguida o Rio de Janeiro (1835), Alagoas (1839), Piauí (1852), Sergipe (1855), nos primeiros anos de República, Minas Gerais e Goiás (1891).

Como percebido antes do período imperial, ainda em 1820, Mato Grosso já teria transferido a sua capital de Vila Bela, que foi construída e planejada em um local estratégico para evitar o tráfico da sua maior

<sup>3</sup> Luís Fernando Ribeiro Soutelo. Aracaju, a história da mudança da capital.

<sup>4</sup> Oliva, Terezinha Alves de. Estruturas de poder. In: Textos para a História de Sergipe. Aracaju: BANESE/UFS, 1991.

riqueza, o ouro e um importante centro comercial, para Cuiabá, um novo centro econômico.

A cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro foi a capital da antiga capitania e da província até 1834, quando, pelo Ato Adicional de 12 de agosto daquele mesmo ano, que reformou a Constituição de 1824 e criou as Assembléias Legislativas Provinciais, ficou separado o Município da Corte, também chamado Neutro, da Província do Rio de Janeiro. O decreto de 23 de agosto de 1834 designou a Vila Real da Praia Grande para a primeira reunião da Assembléia Legislativa da província do Rio de Janeiro e a Lei nº 2 de 26 de março de 1835 declarou a mesma Vila Real da Praia Grande capital da Província. Dois dias depois, a Lei nº 6 elevou a Vila Real da Praia Grande à categoria de cidade, com a denominação de Niterói.<sup>5</sup>

O governo do Presidente da província de Alagoas Agostinho da Silva Neves é marcado pelo ano de 1839, o mesmo chegou a ser preso por ordem do major Mendes da Fonseca, na Velha Alagoas (atual Marechal Deodoro), neste momento a capital. Solto, encaminhou-se ao porto do Francês, com ordem para deixar Alagoas. Mas pediu ao condutor do navio que fizesse o caminho de volta, dirigindo-se ao porto de Jaraguá. Ao chegar, foi recebido com muita festa pela população, liderada por Sinimbu, já auto-nomeado presidente da Província, enquanto na capital, Tavares Bastos, considerava-se também, presidente. Mas Agostinho da Silva Neves resolveu a questão de uma vez por todas. No dia 9 de dezembro de 1839, assina o decreto transferindo a capital da Velha Alagoas para Maceió

No Piauí, desde os tempos coloniais, pensava-se em mudar a capital para outro local, pela dificuldade de comunicação existente que prejudicava a ação do governo e o comércio. Apesar dos justos motivos, a transferência só se fez muito tempo depois, no ano de 1851, graças ao Conselheiro Dr. José Antônio Saraiva que, assumindo o go-

<sup>5</sup> RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Uma Interpretação sobre a fundação de Belo Horizonte. In: Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte, n.39, p. 129-191, jul. 1974.

verno da província, escolheu pessoalmente o local, com o desejo de erguer a Nova Vila do Poti e, posteriormente, instalara a capital. O local indicado foi à chapada do Corisco, assim denominada em virtude dos raios e trovoadas que ocorrem durante o inverno, época das chuvas. Pouco depois surgiram as primeiras casas e Igreja de Nossa Senhora do Amparo. No ano seguinte, a Nova Vila do Poti foi elevada à categoria de cidade, com o nome de Teresina, em homenagem a D. Teresa Cristina, Imperatriz do Brasil e esposa de D. Pedro II. A instalação definitiva da capital foi feita no dia 16 de agosto de 1852.

Em Goiás a idéia da mudança da capital do Estado surgiu da necessidade de localizá-la, de acordo com os interesses econômicos goianos. A primeira capital goiana, Vila Boa, hoje denominada Cidade de Goiás - tinha sido escolhida, quando a província era aurífera. Posteriormente, ficou demonstrado que a criação do gado e a agricultura passaram a ser fatores preponderantes no desenvolvimento. Legisladores sustentaram por algum tempo, a idéia da mudança. A 1º de junho de 1891, os constituintes oficializaram a idéia da transferência da capital, no texto constitucional, ratificando-a na reforma de 1898, como na de 1918.

A Cidade de Minas, futura Belo Horizonte, nasceu nos primeiros anos do regime republicano, quando setores da elite agro-exportadora assumiram o poder político. Em Minas, grupos emergentes ligados à cafeicultura da Zona da Mata e Sul de Minas, assumiram a bandeira da mudança da capital, contra os interesses consolidados na região mineradora, em processo de estagnação e decadência econômica. A escolha do Arraial do Curral Del Rei foi uma solução de compromisso entre os dois grupos da elite mineira.<sup>6</sup>

Os representantes da região mineradora não queriam a mudança, enquanto as novas forças políticas pugnavam pela transferência para a Várzea do Marçal, na Zona da Mata. Os sulinos ameaçavam até

<sup>6</sup> BARRETO, Abílio. Belo Horizonte; memória histórica e descritiva, história antiga. 2. ed. rev. atu. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1996. v.1, p.179.

mesmo com o separatismo. O impasse foi resolvido com a escolha do Curral Del Rei, pelo Presidente Afonso Pena.<sup>7</sup>

Belo Horizonte, cidade planejada e construída pelas elites do Estado para ser a capital política e administrativa, foi concebida sob a égide da ideologia republicana. Seu planejamento, fortemente influenciado pelas idéias positivistas, dentro do paradigma de modernidade da época, buscava controlar, através da concepção urbanística, as instâncias política e privada da população.<sup>8</sup>

### O BARÃO DE MARUIM E A TRANSFERÊNCIA DA CAPITAL DE SERGIPE

Tendo nascido João Gomes de Mello, em 18 de setembro de 1809, no Engenho Santa Bárbara de Cima, freguesia de São Gonçalo do Pé do Banco. Filho do casal Teotônio Correia Dantas e Clara Angélica de Menezes, que segundo Zózimo Lima eram membros destacados da fidalguia rural, cuja zona canavieira de sua propriedade, abrange parte do Rosário do Catete, Pé do Banco, Japarutuba e Santo Amaro das Brotas.<sup>9</sup>

Ainda criança aprendeu latim, ensinado por um padre-mestre que conduzia as missas na capela que existia em uma das propriedades de seu pai. Quando jovem, assume o comando das terras, por motivo de falecimento dos seus pais. Para Lima, é senhor de bela fortuna, pois que, ao falecer os seus progenitores, senhores de três engenhos, lhes deixaram em dinheiro de contado, cerca de quarenta contos, afora imóveis e semoventes.<sup>10</sup>

---

<sup>7</sup> Idem.

<sup>8</sup> Zózimo Lima. O Barão de Maruim. In: Separata da Academia Sergipana de Letras. Aracaju: Imprensa Oficial, 1956. p. 05.

<sup>9</sup> Zózimo Lima. Op. cit, p. 08.

<sup>10</sup> Auxílio na construção da Igreja matriz em Maruim, doação de terrenos ao Hospital de Caridade em Maruim, auxílio na construção da escola Doméstica Nossa Senhora do Amparo, em Petrópolis, dentre outros.



Os casamentos são pontos de destaque na biografia de João Gomes de Mello, este fiel aliado do Imperador e defensor fervoroso da monarquia. No primeiro, casa-se com a mãe do Barão de Japarutuba, a viúva Maria de Faro Rolemberg. Em meados de 1852, casa-se com D. Valentina Soares de Souza, irmã do diplomata, jurista, estadista Paulino José Soares de Souza, o Visconde do Uruguai, que atrelado ao Imperador vai ser peça fundamental no processo de transferência da capital da Província de Sergipe.

Na política, já na década de 40, do século XIX, é atrelado ao Partido Camondongo, onde inicia o seu trajeto de político influente, detentor de vários títulos e cargos de expressão no Império e principalmente se destacar como a grande liderança política em Sergipe e na corte. Em 1848 torna-se deputado da Assembléia Provincial, mesmo ano em que é agraciado com o título honorífico de Barão, tornando-se o Barão de Maruim. Em 1853 se encontra como Deputado na Câmara Geral, onde obteve a cadeira cativa em mais duas legislaturas. Foi ainda vice-presidente da província de Sergipe, comandante superior da Guarda Nacional e por carta imperial de 02 de maio de 1861, nomeado Senador. Recebeu ainda condecorações da Ordem do Cruzeiro, da Rosa e de São Gregório de Magno, em Roma, graças as representativas doações a instituições de caridade, a Igreja Católica, a instituições culturais, órgãos de imprensa e escolas públicas.<sup>11</sup> Por algumas vezes representou o Brasil na Europa, com credenciais de ministro.

Liderança expressiva, comandou o Partido Liberal, juntamente com o Barão de Própria, que em Sergipe neste momento foi denomi-

<sup>11</sup> Sabe-se que tanto os liberais quanto os conservadores são formados por duas forças que agrupavam, na sua maioria, os senhores de terra, detentores do capital econômico, que pleiteavam um capital político. Liberais e conservadores – concundados em Sergipe – por todo o Império lutaram por interesses particulares em detrimento do público, a tentativa de um controle local do poder e o controle externo, representante dos interesses financiadores da agroindústria açucareira em Sergipe. Apesar de serem representantes da mesma classe, o uso da violência foi constante nas eleições em Sergipe. Ver: Oliva, Terezinha Alves de. Op. cit. Freire, Felisbello Firmino de Oliveira. História de Sergipe. 2ª ed. Petrópolis/Aracaju: Vozes/Governo do Estado de Sergipe, 1977.

nado pelos Conservadores – os Rapinas – de Camondongo e em 1846, quando os rapinas assumem o poder na Província de Sergipe, iniciam uma perseguição aos seus adversários que leva ao exílio dos seus principais líderes. No ano seguinte, retornando a Sergipe, já que o revezamento constante no comando das Províncias era uma prática comum no Império, organizaram uma dissidência no seu partido, à qual denominaram de Bagaceira, tornando-se Rapina no novo período do predomínio do Partido Conservador. Com o recuo do Partido Conservador, a partir de 1855, desaparece o Partido Rapina em Sergipe. Em 1856, o Camondongo dividiu-se, os remanescentes criaram o Partido Liberal, e a ala dissidente gerou o Partido Saquarema, que se dizia conservador, e era liderado pelo Barão de Maruim.<sup>12</sup>

Inácio Barbosa assumiu o governo da Província de Sergipe em 1853 e como grande marco do seu governo se tem a mudança da capital da província. Justificativa para um projeto tão audacioso, já que a mudança se daria para uma região de praias, pântanos e bosques, onde uma cidade seria construída para receber os três poderes e os seus primeiros habitantes, ter a necessidade emergencial em desenvolver a prosperidade na província e procurar desatar os laços de dependência com a Bahia, ciente que o desenvolvimento da província dependia de um porto para facilitar o escoamento da produção. Apesar de várias cidades em Sergipe estarem desenvolvidas econômica e socialmente, faltava essa facilidade, que foi encontrada nas praias do Aracaju.

Segundo Soutelo, a partir de 1854, Inácio Barbosa começou a colocar em prática o plano de mudar a capital de Sergipe. Transferiu órgãos públicos para a praia do Aracaju (praia do Bairro Industrial), perto da foz do Rio Sergipe, já visando o surgimento do porto. Sergipe é uma província pequena e pobre, não se pode dar ao luxo de gozar de uma capital e um porto marítimo, separadamente, justificava ele.

<sup>12</sup> Bonifácio Fortes. O Governo de Inácio Barbosa. In: Revista do IHGS. Volume XVIII. nº 22. 1955-1958.

Em 2 de março de 1855, a Assembléia Legislativa da Província já abria seus trabalhos no Engenho Unha do Gato, localizado na Barra do Cotinguiba. Imediatamente foi apresentado o projeto elevando o povoado Santo Antônio do Aracaju à categoria de cidade, e transferindo para ele a capital da província. Essa atitude pegou os deputados de surpresa, deixando perplexos até os da situação. A idéia de transformar em capital um povoado cheio de areais e de brejos não agradava os deputados.

Em 17 de março de 1855, o Presidente da Província de Sergipe, Inácio Joaquim Barbosa, sancionava a Resolução nº 413 que em seu artigo 1º dizia: “*Fica elevado à categoria de cidade o Povoado Santo Antônio do Aracaju, na Barra da Cotinguiba, com a denominação de cidade do Aracaju*” e em seu artigo 4º “*fica transferida desde já da cidade de São Cristóvão para a do Aracaju a capital desta província*”.

Percebe-se pelo exposto que a idéia de mudança da capital das províncias não era uma novidade na década de 50, do século XIX e as tentativas desta transferência em Sergipe, também não. Em 1832, o Comendador Sebastião Gaspar de Almeida Boto pleiteava a transferência para Laranjeiras, mas não obteve êxito. Segundo Lima, desde a década de 40, quando João Gomes de Melo, o Barão de Maruim, figurava na Assembléia Geral, planejava a mudança da capital para as “*praias mefíticas do Aracaju*”. O que é confirmado em outras palavras por Bonifácio Fortes “*a mudança resultou de um plano traçado previamente*”.<sup>13</sup>

Zózimo Lima afirma que o Barão precisaria de um “*homem de pulso para auxiliá-lo na sua realização*”. Em 1853, o Barão se encontrava pela primeira vez, “*fazendo íntimas relações*”, na Câmara Geral, com o Dr. Joaquim Inácio Barbosa, que ali tinha assento como suplente substituindo o magistrado André Bastos de Oliveira, deputado pelo Ceará. O Barão já era nesse tempo casado em segundas núpcias com Valentina Soares de Souza, irmã do Visconde do Uruguai. Segundo

<sup>13</sup> Sebrão Sobrinho. *Laudas da História de Aracaju*. Aracaju: Prefeitura Municipal, 1954. p. 224.

Lima, “por intermédio do Visconde, seu cunhado e do imperador, consegue o Barão trazer a Sergipe como presidente da província Inácio Barbosa que naquele momento tinha funções na Fazenda Pública”, assumindo o governo de Sergipe em 17 de novembro de 1853.

Sebrão Sobrinho diz que Inácio Barbosa não passou de um caixeiro do Barão, alguém que só fez executar as suas ordens, “que feitor adorável teve o futuro Conde sergipense” e o adjetivou ainda de “ave de arribação e delegado de gabinete”.<sup>14</sup> Visão que é criticada por diversos autores da historiografia sergipana como o padre Aurélio Vasconcelos e Bonifácio Fortes.<sup>15</sup>

O Barão inegavelmente apoiou o presidente Barbosa, dois fatos comprovam essa afirmação. O trabalho político de preparação dos deputados provinciais possibilitou a maioria da Assembléia além de manter “coeso e ordeiro o seu partido no apoio ao presidente”, em um período que no Brasil se instalava a política de conciliação entre os partidos. E também as gestões junto à Corte para a aprovação da mudança da capital.

Os próprios planos da mudança da capital foram executados no engenho Unha do Gato, que pertencia ao Barão de Maruim. Juntamente com Inácio Barbosa convocou uma reunião com os deputados que considerou de importância fundamental para a província. Para Fortes, somente três deputados se opuseram na seção aos planos do presidente e do Barão, “ficou determinado tudo no Unha do Gato”.<sup>16</sup>

A Câmara Municipal de São Cristóvão ainda escreveu uma carta em sinal de protesto à transferência da capital: “V. Excelência é o único responsável pelo derramamento de uma só gota de sangue sergipano que se derramar possa, quando o povo, considerando o completo

<sup>14</sup> Ver: Pe. Aurélio Vasconcelos de Almeida. Esboço Biográfico de Inácio Barbosa. Vol. II. Aracaju: Gráfica Sercore, 2000. Ver também: Bonifácio Fortes. O Governo de Inácio Barbosa. In: Revista do IHGS. Volume XVIII. n° 22. 1955-1958.

<sup>15</sup> Bonifácio Fortes. Op cit. p. 89

<sup>16</sup> Clodomir Silva. Álbum de Sergipe. Aracaju: Governo de Sergipe, 1920.

*extermínio de sua capital, perca a natural razão e docilidade de que é dotado*". As armas mais fortes utilizadas pelo povo revoltado de São Cristóvão foram às palavras escritas em inúmeras quadras recolhidas nas ruas do município. Em uma delas mostra bem como os patriotas cristóvenses sabiam da influência do Barão de Maruim na transferência da capital para as praias desertas do Aracaju e demonstra, na visão deles, a verdadeira posição de Inácio Barbosa que no texto aparece como "catinga", devido a sua cor parda, sempre seguindo um caminho trilhado pelo seu mentor: o Barão tá no inferno/ Batista na profunda/ O Catinga vai atrás/ Com cofre na cacunda.

As causas para tanto interesse do Barão no âmbito pessoal se justificavam, pois o eixo político coincidiria com o econômico, ou seja, transferiria a sede do governo para a região da Cotinguiba, na qual ele era o principal senhor de engenho, o que possibilitava o aumento do seu poder econômico e conseqüentemente a sua influência política na província. Clodomir Silva vê no projeto da nova cidade a derrota dos senhores do vale do Vaza Barris no âmbito comercial e político e a força dos senhores do vale do Cotinguiba, liderados pelo Barão de Maruim.<sup>17</sup>

*"Vitória exclusiva do Barão de Maruim, a transferência da capital, o qual teve como instrumento e colaborador o presidente Inácio Barbosa"*, essa frase resume o pensamento de Zózimo Lima sobre o fato principal descrito nesse texto. Ele acredita ser a mudança da capital um *"capricho do Barão"* que para demonstrar força política aos seus opositores e beneficiar a sua situação financeira procurou buscar tal feito.

---

<sup>17</sup> Clodomir Silva. *Álbum de Sergipe*. Aracaju: Governo de Sergipe, 1920.



## O SESQUICENTENÁRIO DO NASCIMENTO DE GUMERSINDO BESSA (1859-1913)

Rafael Araújo de Sousa\*

Há 150 anos nascia em Estância, na Rua do Capim Macio (atual Vicente Portela), nº 7, Gumersindo de Araújo Bessa (2 de janeiro de 1859 a 24 agosto de 1913), expressão maior das letras jurídicas entre os notáveis intelectuais que permaneceram por toda a vida em nosso Estado. A brilhante passagem do estanciano pela vida terrena merece destaque nesse momento histórico em que se completam 150 anos de seu nascimento. Pretendo com este artigo elaborar uma breve biografia do juriconsulto, destacando os pontos mais marcantes de sua trajetória, com o fim de tornar mais conhecida a sua personalidade para os leigos e intelectuais sergipanos, estimulando o desenvolvimento de novos estudos sobre a vida e a obra do polígrafo Gumersindo Bessa.

Filho do breve relacionamento de D. Francisca Carolina de Araújo Bessa e do Sr. Urbano Joaquim Soledade, Gumersindo foi abandonado ainda no ventre materno pelo pai, sendo criado pela mãe e pelos tios, Antônio de Araújo Peixoto Bessa, cirurgião da enfermaria militar e tabelião-mor da “cidade-jardim”, e João de Araújo Peixoto Bessa, padre em diversas freguesias pelo interior do Estado. Mais tarde,

---

\* Graduado em História pela Universidade Federal de Sergipe

quando Gumersindo tomou conhecimento dos motivos da deserção conjugal, resolveu abdicar do sobrenome paterno “Soledade”, adotando tão somente os provenientes de D. Francisca, consolidando definitivamente seu nome da forma como é conhecido até os dias atuais.

Gumersindo passou os primeiros anos de vida morando na casa do tabelião Antônio Bessa, brincando com Miquilina, menina que foi criada e educada com a sua família, com Lulú, Pimpim, Tercília, Antônio Pinto, Joaquim e Hormindas, seus melhores amigos de infância, conforme narra em carta a sua mãe transcrita por João Dantas Martins dos Reis em 1958. Quando menino era tratado pelos companheiros e pelas pessoas da família pelo epíteto de “Snr. Gomes”, espécie de abreviatura do seu nome, apelido carinhoso para os íntimos. Caracterizava-se pelo “acentuado estrabismo”, pela seriedade e inteligência notável. Iniciou os seus estudos primários, chamados à época de Curso de “Primeiras Letras”, com o tio João Bessa, após os quais foi matriculado, ainda em Estância, nas disciplinas iniciais do Curso de “Humanidades” (equivalente ao atual nível médio, exigido para o ingresso nas faculdades do Império), que tinha duração de 4 anos, nos quais estavam distribuídas diversas disciplinas, como “língua latina”, onde Bessa conheceu Isaías Simões de Andrade e João D’Ávila Franca que tornaram-se seus melhores amigos, fundando juntos o pequeno Jornal literário de preparatorianos “A Águia” entre os anos de 1874 e 1875, na cidade de Estância. Todo o trabalho de composição e impressão era feito pelos próprios redatores. Começava assim a vida de jornalista de Gumersindo, aos 15 anos.

Seus estudos iniciais, patrocinados pelos tios, destinavam preparar Gumersindo para a vida eclesiástica, a seguir os caminhos do vigário João Peixoto Bessa. Neste sentido, após o curso de “Humanidades”, o padre João Bessa encaminhou o seu sobrinho à Carreira Sacerdotal, matriculando-o no final de 1875 no Seminário Arquiepiscopal de Santa Thereza, na Bahia. Segundo Nobre de Lacerda, Gumersindo fez o curso eclesiástico completo. Não obstante, a maior parte dos autores que o retratam, afirmam que Bessa abandonou o curso quase a completá-lo, dentre os quais podemos citar João Dantas Martins dos



Reis e Armindo Guaraná. Apesar das divergências, todos concordam que Gumersindo não chegou a receber as “últimas ordens”, ou seja, o título de padre, cursando o seminário de 1876 a 1879 (dos 17 aos 20 anos), no qual destacou-se como um dos melhores alunos de sua época. Tão grande foi o seu destaque no decorrer do curso que ao ingressar no último ano do Seminário (1879 – o curso tinha duração de 3 anos) foi escolhido pelo Bispo do Mato Grosso, D. Carlos d’Amour, por “seus dotes de inteligência e pureza de costumes”, para lhe servir de secretário, honra essa que, conforme Nobre de Lacerda, em regra, “só era conferida naqueles tempos aos já ordenados e provectoros”. Tão grande sucesso faria supor que Bessa iria seguir uma gloriosa carreira eclesiástica. No entanto, Lacerda afirma que ele não chegou a receber a ordenação porque “antes de atingir a idade para isso exigida, que estava esperando, rumou o seu espírito para outra ordem de estudos incompatíveis com o sacerdócio clerical”. Do mesmo modo, o Diário da Manhã de Apulcro Mota, do dia 6 de setembro de 1913 afirma que o espírito de Gumersindo “não se amoldou às estreitezas da vida sacerdotal”, o que o levou a abandoná-la. Essa tese de que Gumersindo não se adaptara à vida de sacerdote predomina nos escritores que trataram do tema. Porém, a meu ver, não traduz a realidade, uma vez que Bessa escreveu posteriormente dois artigos “Aos meus patrícios” e “As minhas confissões”, onde nos relatou as acerbadas discussões que teve com o Bispo D. Carlos, que teria lhe atribuído a “vasa de sodomia”, pela qual jamais pôde perdoar os ministros da Igreja, da qual resolveu desligar-se e retornar para Sergipe, sua terra natal.

Regressando a Sergipe em 1879, com 20 anos e muitas incertezas, o jovem estanciano reavaliou planos, conviveu com a família e trabalhou nos negócios de seu tio, o Tabelião Antônio de Araújo Peixoto Bessa. O constante lidar com a documentação cartorial, que desde a infância acompanhou devido ao trabalho de seu tio como Chefe dos Cartórios de Estância; a predileção que desenvolveu pelo estudo do latim e da legislação canônica, quando estudante no Seminário Santa Teresa na Bahia; além do apoio afetivo da mãe e financeiro dos tios Antônio e João Bessa (este recomposto, depois da desilusão que fora

ver que o seu sobrinho não se tornara padre como almejava), fizeram Gumersindo visualizar o seu futuro como jurista. Decidiu que iria cursar direito “dando nova orientação à sua educação espiritual” e, para tanto, viajou para Recife, ingressando nas disciplinas dos Cursos Preparatórios que ainda necessitava para poder ingressar na Academia Jurídica. Já em 1881, aos 22 anos, se matriculava na Faculdade de Direito do Recife. Nela foi contemporâneo de diversas personalidades ilustres como Graça Aranha, Fausto de Aguiar Cardoso, Manoel dos Passos de Oliveira Teles, José de Barros Acioli Menezes, Martins Júnior, Felinto Bastos, Anízio de Abreu, Phaelante da Câmara, Clóvis Beviláqua, dentre outros.

No contexto em que Gumersindo Bessa estudou Direito, Recife representava a “vanguarda intelectual brasileira”, nas palavras de Sílvio Romero. Segundo o mesmo Romero, citado por Luiz Antônio Barreto, a Faculdade do Recife representa o marco de ruptura com o saber tradicional, “de salvação”. Ao longo da segunda metade do século XIX surgem na cidade diversos jornais e revistas, divulgando as novas teorias científicas, sistemas filosóficos, combatendo o clericalismo dominante. Barreto afirma que o próprio Sílvio, ao referir-se ao movimento intelectual daquele tempo, sob os auspícios da Escola do Recife, teria dito:

(...) Um bando de idéias novas esvoaçou sobre nós de todos os pontos do horizonte. Positivismo, evolucionismo, darwinismo, crítica religiosa, naturalismo, cientificismo na poesia e no romance, folclore, novos processos de crítica e de história literária, transformação da intuição do direito e da política, tudo então se agitou e o brado de alarme partiu da Escola do Recife. (ROMERO *apud* BARRETO, 2007, p. 27)

O professor Luiz Antônio continua, preleccionando que:

(...) Aquele Recife intimidado pela força da repressão aos seus movimentos mais importantes – 1817, 1824, 1848 – desapa-

recia diante da mobilização dos jovens e dos intelectuais, nas ruas, clamando por um Brasil novo, republicano e sem escravos. Os cenários politizados para a exaltação da nacionalidade alimentavam o ânimo da luta. (BARRETO, 2007, p. 27)

Nesse cenário Gumersindo iniciou os seus estudos no curso de Ciências Jurídicas e Sociais. Não bastasse a situação de efervescência cultural por que passava a cidade de Recife, logo em seu primeiro ano de Faculdade, foram decretadas férias coletivas aos alunos em 17 de Abril de 1882, para a realização de um dos mais espetaculares e memoráveis concursos para provimento da cadeira de “lente substituto” da história brasileira. Era o concurso no qual sairia vitorioso Tobias Barreto de Menezes (1839-1889), sergipano de Campos (atual Tobias Barreto) e que seria descrito por Bessa, em carta ao Juiz de Estância datada de 1º de maio de 1882 como “Um triunfo esplêndido” de Tobias, um “gigante junto a pigmeus” amedrontados.

As cenas daqueles dias, os exemplos de conduta, de refutação, de oratória e de crítica ferina de Tobias Barreto, ficariam marcados para sempre no espírito de Gumersindo. Para João Dantas Martins dos Reis:

(...) O temperamento e a conduta de Gumersindo Bessa foram muitíssimo agraciados pelos exemplos de entusiasmo agressivo colhido nas lições e polêmicas de Tobias Barreto, seu mestre querido, cuja violência no ataque, ao seu tempo, fez escola e proselitismo. (REIS *apud* BARRETO, 2007, p. 268)

O estilo crítico, a ironia, o sarcasmo, o orgulho e o sentimento de superioridade que às vezes o faz parecer pedante, marcas características de Tobias, serão constantes na maior parte dos escritos de Bessa. Com Tobias Barreto, Bessa teve aulas de Economia Política e Filosofia do Direito, além de ter feito parte do grupo de três alunos que, segundo Graça Aranha, era o mais íntimo do mestre sergipano e o que “mais decididamente aderiu às idéias renovadoras que então se agitavam no meio intelectual do Recife”, composto também por Artur Orlando e Fausto Cardoso.

Foi na defesa de seu mestre que Gumersindo publicou os seus primeiros trabalhos de relativa repercussão, com destaque para “Heu Miser”, publicado no jornal “O Farol” de Estância em 18 de Fevereiro de 1883, no qual procura responder às graves críticas feita por um dos colonistas do Jornal de Sergipe ao livro “Estudos Alemães” (1883) de Tobias Barreto. O artigo é incisivo ao defender as idéias de igualdade intelectual entre o homem e a mulher, a isonomia entre os sexos defendida por Tobias, o que demonstra o pensamento vanguardista do estanciano, que já no final do século XIX advoga a causa das mulheres, defendendo uma instrução igualitária, princípios de co-educação e até a superioridade intelectual feminina em relação ao homem.

Continuando a sua jornada no Curso de Ciências Jurídicas, o estanciano elabora, como parte das avaliações do semestre, no mesmo ano de 1883, uma análise profunda das idéias de Eduardo Von Hartmann, intitulada “Eduardo de Hartmann e sua filosofia do Inconsciente”, merecedora de elogios do professor de Filosofia Jurídica Tobias Barreto. Prosseguiu se destacando na Academia, pelo desvelo que prestava aos estudos, deixando, consoante aduz Armindo Guaraná, “honrosa tradição de ser o primeiro aluno da turma, pelo talento e aplicação”. No mesmo sentido, Reis preceitua que o sergipano grangeou “em pouco tempo, foros de distintíssimo estudante, entre os seus condiscípulos e mestres” e o Diário da Manhã em artigo póstumo de 6 de Setembro de 1913 publica que na Faculdade de Direito do Recife, Gumersindo “foi o assombro dos mestres e dos discípulos, não só no estudo das diversas matérias do curso, como também profundo latinista e conhecedor emérito de todos os segredos e sutilezas da língua vernácula”.

Gumersindo se transformou num dos melhores alunos que o curso de Ciências Jurídicas e Sociais do Recife já teve. Seus colegas, relembra Guaraná, descrevem que Bessa “revelou possuir um fenomenal poder de retentiva, que lhe permitia operar verdadeiros prodígios de memória, repetindo literalmente a uma só leitura páginas seguidas de qualquer obra”. A narrativa que fez do concurso de Tobias comprova o que Armindo Guaraná escreve. Impressionante como o jurista estanciano

conseguiu memorizar tantas frases, tantas passagens daqueles dias de seleção. Quanto à sua postura de destaque entre os discentes e aos seus conhecimentos de latim, Nobre de Lacerda<sup>41</sup> cita o talentoso e erudito Manoel dos Passos, colega de Bessa durante todo o curso, que lhe conta ter havido interessante episódio na vida intelectual de Gumersindo, ainda como Acadêmico de Direito, o qual presenciara estu-  
pefato:

(...) O estudioso sergipano (referindo-se a Bessa) é chamado à escrita e lhe coube dissertar sobre testamentos. Gumersindo desprezou a definição corrente nos compêndios e expositores, repetida por lentes e papagueada por estudantes, e adotou ou, melhor, restaurou a de Ulpiano: *Testamentum est mentis nostrae iusta constestatio in id solemnites facta ut post mortem nostram valeat*.

O audacioso respigo de um conceito antiqüíssimo, anti-justiniano, lançou o alarma entre docentes e discentes. Um feroso mestre interpela o bachalero, impugnando-o. – Está errada a definição, encerra termos sem sentidos.

- Não está senhor doutor, replica o moço. – Está errada redargue o mestre. – É uma inovação inoportuna, é um assomo de pedantesca vaidade contra a qual se insurgem as vozes dos antigos mestres. A que vem aquele *in id*? Explique-se. E Gumersindo traduziu literalmente como se estivesse em classe de Pedro, o conceito do romano jurista a fim de levar a persuasão ao mestre acentuando que o *in id* significava um fim imediato ou próximo na frase e o *ut* um fim remoto, somente possível de realizar-se depois da morte. – Mas testamento por ventura é contestação? – Exatamente, Sr. Dr. é isto mesmo: contestação é afirmação conjunta. (*contestari*). “Muito bem”, intervém Tobias Barreto.

A jurisprudência ainda não desvirtuou a acepção própria do vocábulo. Quando nada ele ainda serve para notar a qualidade. Nos pleitos, nas demandas, em todo o aparelho processu-

al, para assegurar-se um direito ou proclamar-se a justiça é consagrada a expressão técnica – testemunhas contestes.

Coube a vitória ao filho de Sergipe. Desde então abandonou-se a definição, e a que foi renovada por Gumersindo Bessa, preferida por Clóvis Beviláqua no tratado dos testamentos e sucessões, por assim dizer, é hoje patrimônio dos modernos juristas. (PASSOS *apud* LACERDA, s/d, p.p. 28-29)

O seu pendor pelo estudo da língua latina admirou até o professor Tobias Barreto, para o qual era tão vasto o conhecimento de Bessa a respeito da “bela língua de Cícero” que chegou a aconselhar o jovem jurista nascido em Estância, a escrever a sua tese de doutoramento, com a qual concluiria o curso jurídico, em latim, para ver se os mestres examinadores o compreenderiam. Atento à sugestão do mestre, Gumersindo preferiu não acatá-la. Não obstante, ainda na Faculdade demonstrou sua personalidade de polígrafo, ao escrever, em 1884, artigo sobre a tela “*Peri e Ceci*” (1883) de Horácio Hora (1853-1890), versando sobre a arte romântica do pintor, ressaltando algumas das principais características da tela que o impressionaram. Este escrito só foi publicado 3 anos depois, no Jornal “A Reforma” de 24 de abril a 1º de maio de 1887.

Encerrou o seu ciclo no Recife magistralmente, escrevendo uma dissertação a que deu nome de “*Que é Direito?*”, que para muitos representa a sua maior obra. Subscreveu-a com o pseudônimo “*Aulus Gellius*”. No trabalho defende um liberalismo ortodoxo, criticando veementemente o socialismo, tese que futuramente relativizaria de tal forma, a ponto de escrever texto que serviu de lema para o incipiente movimento operário sergipano, transcrito no jornal “O Operário” do dia 5 de fevereiro de 1911. Não obstante, a dissertação mereceu francos elogios de Tobias Barreto e do Conselheiro Lafaiete Rodrigues Pereira – que futuramente afirmaria a seus amigos que “de todos os juristas de seu tempo Gumersindo era o que tinha melhor estilo jurídico” -, o que demonstra a aceitação que o liberalismo radical tinha nas congregações dos catedráticos da época. Silvio Romero, ao tomar conhe-

cimento da obra, apreciou tanto a sua leitura, que resolveu publicá-la em 1895 como apêndice de seu livro “Ensaio de Filosofia do Direito”, o que garantiu grande repercussão, nacional e internacional para o escrito científico de Gumersindo. Além disso, na obra Gumersindo cunhou a expressão “direito puro”, que para muitos seria de autoria de Edmond Picard e que ficou mundialmente conhecida pela obra “Teoria Pura do Direito” de Hans Kelsen. Para Carvalho Neto, Bessa teria sido precursor da idéia de direito puro de Kelsen e a sua teoria superaria em mérito a do notável alemão.

O estanciano enfim colou grau em 2 de outubro de 1885 e tão elevado foi o conceito de que desfrutou entre os mestres ao concluir o curso que, no mesmo ano – 1885 –, quando o Governo Imperial pediu informações à Diretoria da Faculdade de Direito de Recife sobre irregularidades em determinadas formaturas que, nesse ano, teriam sido permitidas por meio do pagamento de propina, conferindo imerecidamente o grau de bacharel a indivíduos desqualificados, a Congregação de lentes do Recife se reuniu e respondeu “que mesmo que se pudesse notar a ausência de mérito em alguns dos diplomados, um entre eles havia para dissipar com o seu brilho toda sombra, de deslumbrar com seu fulgor qualquer crítico: *Gumersindo Bessa, que pode ensinar direito em qualquer Universidade do mundo*”. Guaraná também cita o julgamento da congregação, afirmando acerca da habilitação de Bessa para ensinar direito em qualquer Universidade do globo. Todavia, João Dantas Martins dos Reis afirma que a frase estaria adulterada, sendo, na realidade a seguinte “está apto para ensinar em qualquer academia do Império”.

Com a conclusão definitiva do curso de Direito, Gumersindo retorna a Sergipe ainda no final do ano de 1885, tomando como um de seus primeiros objetivos a tentativa de reorganização do antigo Partido Liberal na província. Apesar de Bessa ser um liberal convicto, o Presidente de Sergipe à época, Manoel de Araújo Góes, notório membro do Partido Conservador, cuja administração se prolongou de 1885 a 1888, em atitude pouco peculiar à política da época, o nomeia Promotor Público da cidade de São Cristóvão nos fins de 1885, cargo em

que permaneceu por cerca de 16 meses, abandonando-o em 1886 por motivos controversos. Deixando o Ministério Público, se muda para Aracaju no início de 1887, onde começa a advogar em escritório particular e ingressa definitivamente na imprensa sergipana, organizando o jornal “A Reforma”, bi-semanário, órgão do Partido Liberal no Império, do qual se torna redator. Gumersindo se destacaria imensamente como jornalista político, tendo escrito diversos artigos ao longo da vida, depois do fim de “A Reforma”, nos jornais “Gazeta de Sergipe”, “O momento”, “O Tempo”, “Jornal de Sergipe”, “Diário da Manhã” e “Jornal do Comércio” (este do Rio de Janeiro). Assinava os textos com o próprio nome ou com os pseudônimos “Aulus Gellius”, “Don Cherubin de la Ronda”, “Ivan, o terrível”, “Um franco atirador” e “Marfório”.

Dedicando-se também à política, depois de organizado o Partido Liberal Sergipano, Gumersindo é eleito Deputado Provincial à última legislatura do Império em 1887, cargo em que realizou importantes discursos (apesar de não ter herdado as qualidades de orador de seu mestre Tobias Barreto) e no qual convolou núpcias em 7 de Janeiro de 1888, aos 29 anos, com uma jovem que conhecera no ano anterior, D. Antônia Daltro Dantas, filha de D. Eugênia Daltro Dantas e do respeitado Dr. Dionísio Rodrigues Dantas. O matrimônio realizou-se às 8 horas da noite no Engenho Mucury de Socorro, propriedade da família de D. Antônia. Neste casamento os dois tiveram 7 filhos: Francisco Gumersindo Bessa (nascido em Aracaju, no dia 12 de outubro de 1888); Antônio (Aracaju, 30 de dezembro de 1889); João (Aracaju, 06 de maio de 1891); Gumersindo Bessa Filho (Aracaju, 24 de julho de 1892); Maria Eugênia (Aracaju, 10 de janeiro de 1895); Maria Antônia (25 de maio de 1896); e José, que faleceu ainda jovem.

Com o fim do Império e o advento da República, a Assembléia Provincial é dissolvida e Gumersindo vê-se obrigado a encerrar as atividades de “A Reforma”, filiar-se à Gazeta de Sergipe e ingressar no Partido Nacional, no qual, após recusar formalmente à candidatura para a Câmara Federal, proposta de Leandro de Siqueira Maciel, se candidata e é eleito em 1889, Deputado Estadual à primeira Assembléia Legislativa de Sergipe republicano. Como parlamentar estadual



Gumersindo foi nomeado por Felisbello Freire em 30 de Dezembro de 1889 para compor uma comissão, integrada ainda por Tomás Leopoldo e pelo professor Alfredo Montes, que teria por fim orientar o novo governo acerca de uma reforma na educação do estado sergipano. Apesar da breve duração da comissão, várias das idéias defendidas por Bessa foram adotadas na Reforma educacional sergipana e, segundo Maria Thetis Nunes, chegaram a influenciar a famosa reforma de Benjamim Constant na Capital Federal. Outrossim, Bessa foi eleito relator do parecer sobre o projeto de Constituição estadual elaborado por Homero de Oliveira em 1890, que estava a depender do referendo da Assembléia. Vota pela integral rejeição do documento, sendo acompanhado pela unanimidade dos deputados, e apresenta o seu próprio projeto para discussão e confronto com o de outro parlamentar, Luiz Francisco Freire. Depois de sérias alterações, o projeto de Bessa se sagra vitorioso e é aprovado, transformando-se na 1ª Constituição republicana do Estado de Sergipe, o que aumenta ainda mais a importância do autor que ora comentamos.

Com a carta magna aprovada, Vicente Ribeiro é eleito Governador do Estado e Gumersindo é sucessivamente: eleito Presidente da Assembléia, nomeado Juiz de Casamentos de Aracaju e Ministro do Tribunal de Apelação de Sergipe. Nesta última função, é eleito Presidente do primeiro Tribunal de Justiça da história sergipana. Apesar da breve atuação, ante a dissolução do órgão pelo triunvirato que se formou após a Revolta da Armada de 23 de novembro de 1891 (movimento também responsável pela derrubada de Deodoro da Fonseca e do Governador Vicente Ribeiro), tal fato merece grande destaque e enaltece o currículo do emérito jurista. Extinto o Tribunal, Gumersindo é destituído do cargo e os seus direitos como Desembargador, membro do extinto órgão judiciário de 1891 só foram postumamente reconhecidos em ação proposta pelos seus herdeiros contra a Fazenda do Estado, tendo como patrono o famoso advogado Dr. Leonardo Gomes de Carvalho Leite.

Sem exercer a magistratura, Bessa recebeu inesperada carta da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, assinada pelo Diretor da insti-

tuição, o Dr. Carlos Antônio de França Carvalho, com data de 10 de dezembro de 1892, convidando-o para reger a Cadeira de Direito Criminal daquela congregação, tal o renome que a sua vasta erudição adquiriu entre os doutos brasileiros, mesmo tendo insistentemente restringido o seu talento às fronteiras de Sergipe, onde a perseguição política e a inveja dos adversários o atingiriam tão ferozmente. Apesar de ter a oportunidade de demonstrar a sua erudição para todo o Brasil, ficando conhecido da nação como o foram Fausto Cardoso e sobretudo Sílvio Romero, Bessa recusou o convite. Averso à fama e aos bens materiais como o fora, o que comprovam todos os estudiosos que trataram de sua personalidade, como Prado Sampaio, Luiz Magalhães e João Dantas Martins dos Reis, Gumersindo prefere ficar em Sergipe com a família, exercer a advocacia e continuar escrevendo para a Gazeta de Sergipe importantes artigos, como a série “*Memórias Políticas de 1892*”, com estilo completamente diferente do que apresentara até agora, defendendo pela primeira vez na história mundial a previsão constitucional do trabalho como garantia fundamental e até idéias marxistas, algo incrível, para quem ao concluir o curso de Direito execrara o socialismo.

Em 1894, é nomeado Chefe de Polícia (equivalente ao que hoje é o Secretário de Segurança Pública do Estado) pelo Governador João Vieira Leite e elabora uma série de artigos em que defende a elegibilidade de Oliveira Valadão para as eleições para o Governo do Estado de Sergipe. Todavia, as arbitrariedades que ocorrem no pleito de 1894 e no decorrer do governo Valadão fazem com que Gumersindo rompa com o grupo denominado “péba” e se afaste da política, retornando ao exercício da advocacia.

No início do ano de 1895, em 30 de março, Bessa compra de Antônio Jorge a casa de nº 84 no Bairro da Fundição (atual Av. Ivo do Prado, conhecida popularmente como “Rua da Frente” ou “Treze de Julho”. Para outros estudiosos, o que se chamava “Fundição” equivaleria ao que hoje é o bairro São José, também conhecido à época como “Carro Quebrado”), em Aracaju, para onde muda com D. Antônia Daltro e o resto da família e vai residir pelo resto da vida. Na mesma residência monta o seu escritório de advocacia.

É trabalhando como advogado que Gumersindo presencia o autoritarismo de Valadão, que exerce com todos os poderes e mão de ferro, a presidência de Sergipe. A postura passiva de Bessa ante os acontecimentos surpreende a todos. Tantas ilegalidades e aquele a quem o direito estava acima de todas as coisas permanece quieto. Permanece nesse estado até que Valadão reforma a Constituição do Estado e começa a aposentar sem vencimentos magistrados e desembargadores. Aí tem início a sua luta contra os atos da administração.

Os desembargadores José Sotero Vieira de Melo, Francisco Alves da Silveira Brito e Guilherme de Souza Campos são aposentados sem vencimentos pelo Decreto de nº 143 de 9 de setembro de 1895 e procuram Gumersindo, que, nas palavras de Bonifácio Fortes, “se emerge contra essa insânia demolitória de um governo de violências” e lança com o recurso ao Supremo Tribunal Federal, talvez o **primeiro tratado brasileiro de controle de constitucionalidade difuso**, “O Primado Judiciário no Regime Federativo”, conseguindo obter vitória na última instância em favor dos seus clientes, que obtêm larga reparação civil pelos danos causados pelo Estado sergipano. No patrocínio da causa, lembra o Diário da Manhã de 26 de Agosto de 1913, Gumersindo renunciou a qualquer remuneração, alegando a “justiça da causa” e estar “trabalhando em benefício da classe espoliada”.

Pouco mais de um ano depois, Gumersindo fica viúvo com a morte de D. Antônia Daltro Dantas em 25 de novembro de 1896 e contrai novo matrimônio em 1º de maio de 1897, com a irmã da ex-esposa, dona Hermengarda Daltro Dantas, com quem viveria o resto de seus anos e teria somente mais uma filha de nome Letícia, nascida em 9 de abril de 1898.

Cai o governo de Valadão, assume Martinho Garcez e quando no âmbito nacional se estabelece o “grande pacto oligárquico”, conhecido como “Política dos Governadores”, Garcez faz acordo com Olímpio Campos que daria início ao domínio dos “Olimpistas” sobre a política sergipana que duraria cerca de 12 anos (normalmente os estudiosos apontam de 1899 a 1911). Durante esse período Bessa continua a exercer a advocacia, mas sofre sérias perseguições políticas, o que provoca o exaurimento

de suas economias. As perseguições comandadas por Olímpio Campos e pelos “Nobre” o atingem em diversos sentidos. Na advocacia, desde 1897 passa a ser perseguido pelos magistrados nomeados por Olímpio, vendo malograr, uma a uma, as causas em que advoga. Estes atos tinham o intuito de afastar os clientes de seu escritório, para forçar Gumerindo a transigir com a política oligárquica dominante. Bessa tenta resistir como pode. Começa a criticar seguidamente os juizes e advogados que o ultrajam sob a proteção “Olimpista”, mas se sente isolado em Sergipe, é alvo de todas as críticas e empobrece com o monsenhor Olímpio no poder. No tempo da política dos governadores, em que uma oligarquia dominava todos os setores do poder público e coagia a população a apoiá-la, tentanto criar a “unanimidade burra” de que contemporaneamente nos falou Nelson Rodrigues, aqueles que não aderiam à corrente política em voga só tinham duas opções: mudavam para outro estado, como foi feito por inúmeros sergipanos, que migram para o Rio a fim de escapar às perseguições “olimpistas”; ou suportavam os ataques das diversas esferas do domínio oligárquico. Bessa, não pretendendo abandonar a sua terra natal, optou pelo segundo caminho. A respeito da exclusão que sofriam os opositores da oligarquia dominante, é elucidativo o que coloca Terezinha Oliva sobre o período do “grande pacto oligárquico”, representado em Sergipe pelo “Olimpismo”:

(...) Numa sociedade em que estão muito vivos os laços de compromisso, as fidelidades, o clientelismo, às camadas médias e, mais especificamente, aos funcionários e profissionais liberais cabe a sorte de acompanhar os sucessos da política. Se estão com a situação, usufruem dos benefícios, ocupam todos os cargos, participam de todas as oportunidades. Se, porém, cai o partido a que estão filiados, são com ele relegados ao ostracismo e à perseguição. Só os funcionários federais estão teoricamente imunes aos caprichos da política estadual. No Estado oligárquico, o Governo e seu partido mantêm estrito controle sobre toda a estrutura da sociedade. Disto depende sua continuidade, sua sobrevivência.

(...) O setor terciário se reduz quase só aos serviços da administração pública. **O prolongado período de domínio de um único partido exclui de quaisquer oportunidades todo o grupo oposicionista.** A luta pelo poder, que chega mesmo à revolta quando se esgotam os níveis de suportação, como ocorreu em 1906, revela também um processo subjacente que visa quebrar as amarras e abrir o cone da participação a toda uma camada da população **para a qual se tornava quase impossível viver.** (OLIVA, 1985, p. 83)

Realmente para Gumersindo estava se tornando quase “impossível” viver. Tanto que chega a se questionar em artigo pela imprensa: “Que valor tem a vida quando se vive sob o mando de Olímpio Campos?”

Bessa reage, utilizando de uma linguagem chula e violenta pelos foros do Estado e na Imprensa, até que, num ímpeto de cólera, escreve no jornal “O Tempo” de 16 de dezembro de 1898:

#### AOS MEUS CLIENTES

Declaro que não exerço advocacia em Sergipe. Força-me a esta declaração a repugnância em mim provocada pela estupidez e subserviência dos julgadores.

Gumersindo Bessa.

Mas as necessidades da vida não o permitem cumprir a promessa e Gumersindo continua a advogar, vindo a defender em 1900 João Maria Loureiro Tavares e Jesuíno José Gomes, dois juízes aposentados compulsoriamente por monsenhor Olímpio Campos, em procedimento semelhante ao de Valadão anos atrás. Criticado pela Folha de Sergipe, redigida por Olímpio Campos, por ser patrono desta causa, defendendo aqueles que houvera maltratado chamando-os de “estúpidos e subservientes”, Bessa redargüiu pelo Jornal de Sergipe de 1º de janeiro de 1902, alegando que “nunca individualizei os juízes estúpidos e subservientes que me fizeram abandonar a advocacia. Nunca declarei em

público qual a causa da minha retirada”. Termina por vencer mais uma causa somente por recurso ao Supremo Tribunal, abdicando novamente dos honorários advocatícios. A defesa dos magistrados e desembargadores desenvolvida por Gumersindo em 1895 e 1900 ganha tal fama por todo o Brasil que outros juízes que se encontram sob constrangimento do Poder Executivo passam a consultá-lo, como um magistrado do Paraná, que vai atrás de seus pareceres e razões em 14 de novembro de 1904. Isto denota o pioneirismo de Bessa na defesa do primado do Poder Judiciário e da tese de que qualquer juízo, do singular à suprema corte, poder conhecer da legalidade dos atos do Poder Executivo ou Legislativo, negando aplicação ao caso concreto posto sob sua jurisdição.

O combate à oligarquia “Olimpista” lhe rendeu em 1902, a invasão da propriedade Mucuri em Socorro, cercado por 25 praças, e a prisão de três cunhados, Antônio, Pedro e Gentil, levados para a cadeia da cidade, onde ficaram detidos por quatro dias, para serem impedidos de se opor ao esbulho de parte da propriedade de sua família, o “terreno do Cajueiro”, cuja posse Olímpio Campos almejava. Tal fato levou Gumersindo a escrever, no mesmo ano, a Sílvio Romero e Fausto Cardoso, Deputados Federais à época no Rio, denunciando as violências do governo Olímpio Campos. Fausto Cardoso, grande amigo de Bessa, que tinha sido eleito em 1900 dentro do “acordo Garcez-Olímpio” e que até o momento se concentrava no Congresso Federal, mais no ataque à política financeira do ministro Joaquim Murinho do Governo Campos Sales do que dos assuntos sergipanos, volta as suas atenções para o Estado, iniciando a oposição histórica ao governo do monsenhor Olímpio, que com o tempo se intensificaria, culminando na Revolta de 1906.

É com a influência de Fausto Cardoso junto ao Presidente da República Rodrigues Alves, inclusive, que Gumersindo Bessa é convocado para defender os acreanos pela imprensa na importante ação de reivindicação de posse que lhe moviam os amazonenses em face da União, representados pelo excelso mestre Rui Barbosa. Apesar da recusa inicial, Gumersindo aceita a incumbência “em nome da justiça da

causa”, desde que não recebesse qualquer quantia em dinheiro por isso, nem precisasse sair de Sergipe. Destarte, custeando as suas próprias despesas, Bessa escreve e publica no Jornal de Sergipe o “Memorial em prol dos Acreanos” e (de 23 de junho a 19 de julho) uma série de oito artigos intitulados “Em prol dos Acreanos”, depois transcritos no Jornal do Comércio do Rio, aos quais Rui rebate com outros oito textos sob a epígrafe “Em prol da verdade”, publicados diretamente no Jornal do Comércio. Os artigos são belíssimos. Farpas foram trocadas ao lado da invocação de vários Mestres, como Planiol, Troplong, Lamouche, Jhering e Laurent. O desenlace jurídico nunca ocorreu. O Supremo Tribunal Federal não se manifestou e coube à constituição de 1934 decidir pela incorporação do Acre ao território nacional. Uma vitória póstuma para Gumersindo.

Os textos trazem verdadeiras lições jurídicas aplicáveis não somente para época mas também para os dias atuais. O nome de Gumersindo era comentado por todos os locais do Brasil. O Acre nunca se esqueceu dos serviços prestados pelo jurista sergipano. Ainda em 1906, a Intendência do Alto Acre deu à principal rua da vila de Rio Branco o nome de Gumersindo Bessa, nome este que permanece até hoje a designar uma rua na capital Rio Branco. Em 2006, a Universidade Federal do Acre realizou um colóquio de história onde um dos temas principais era “Vida e Obra de Gumersindo Bessa”. Todavia, em nosso Estado a única coisa que a grande maioria dos sergipanos lembra é de que Gumercindo Bessa é o nome do Fórum de Aracaju. Não se conhece nada da obra do jurista. Os alunos de História e Direito das Universidades sergipanas entram e saem de suas faculdades sem nem sequer conhecer a vida desse grande intelectual de sua terra. Seus livros encontram-se em uma seção da Biblioteca Pública do Estado completamente deteriorados, a maioria desfazendo-se em pedaços pela falta de cuidados adequados. A quase totalidade dos sergipanos não sabe que uma das expressões da língua portuguesa mais utilizada pelo Brasil deriva do nome de Gumersindo. A expressão “à beça”, indicando abundante, copioso, é um legado do ex-presidente do Brasil Rodrigues Alves (1902-1906). Durante a polêmica com Ruy Barbosa,

envolvendo a questão acreana, o sergipano Bessa apresentou ao presidente uma lista infindável de argumentos em defesa dos acreanos. Rodrigues Alves, vendo-se pressionado por um correligionário que usava do mesmo artifício para defender um pedido, mandou repentinamente: “O senhor tem argumentos à Bessa”. Estava criada a expressão que, no dizer de Reinaldo Pimenta, talvez seja a única com chance-la presidencial. O mistério é como passou-se dos “ss” para o ç.

Gumersindo enfrentou Ruy Barbosa com maestria e inteligência similares. Pude comprovar com a leitura dos memoriais escritos pelo sergipano que, por muitas vezes, Ruy foi categoricamente refutado em suas posições. Bessa induziu em diversas ocasiões o “Águia de Haia” para a contradição e até para a ira e o insulto verbal, atípicos para alguém que costumava arrasar seus adversários com os primeiros argumentos. No entanto, enquanto Ruy Barbosa até hoje é reconhecido nacionalmente como “símbolo de inteligência e de densidade lingüística”, Bessa foi relegado ao quase anonimato. Nem os sergipanos o conhecem. Não sabem praticamente nada sobre a sua vida, muito menos sobre as suas idéias. Por isso, uma divulgação mais incisiva e um estudo mais completo da vida e da obra de Gumersindo são urgentes e, a meu ver, de grande relevância para a história de nossa terra.

Retornando à biografia, é preciso dizer que Bessa - prestigiado nacionalmente após a polêmica com Rui - recebe em Aracaju Fausto Cardoso em 1º de agosto de 1906, que vinha com o objetivo principal de fundar um novo partido de oposição ao “Olimpismo”, a que denomina “Partido Progressista”. Gumersindo recusa o ingresso no novo partido, mas acompanha diretamente os acontecimentos ao lado do amigo. Vê a cidade conflagrada em 10 de agosto sem a liderança de Fausto, depor o governo de Guilherme Campos, que renuncia junto com o seu vice Pelino Nobre. Escreve parecer na imprensa defendendo a validade da renúncia, motivo pelo qual acaba conhecido como “o jurista da revolta”. Presencia também a chegada das tropas federais lideradas por Firmino Rego que tinham por objetivo reconduzir Guilherme Campos à Presidência do Estado. Gumersindo chega inclusive a ser cogitado como possível interventor para o Estado em caso de



rebelião popular, mas não consegue compelir seu amigo Fausto Cardoso a desistir de ir com pequeno número de correligionários resistir à reposição conduzida pelo Exército. O ato de coragem custa a vida de Fausto, que tomba assassinado em 28 de agosto de 1906 nas escadarias do Palácio do Governo. Cumpre a Gumersindo telegrafar para o Presidente Rodrigues Alves informando o ocorrido e conduzir os cortejos fúnebres de seu querido amigo.

Após isso, Bessa assiste ainda ao assassinato de Olímpio Campos pelos filhos de Fausto Cardoso, Humberto e Armando Cardoso, além do primo Délio Guaraná, em novembro de 1906 e apesar de todos os ressentimentos que possuía da política “Olimpista”, escreve em seu diário no dia 9 de novembro de 1906: “morreu no Rio Monsenhor Olímpio Campos cruelmente assassinado pelos filhos de Fausto Cardoso, *de cuja morte não era culpado*”.

Afastando-se da política, Gumersindo só retornaria na campanha de 1909 para o Congresso Nacional, quando se candidata à Câmara Federal e é eleito como o Deputado mais votado, com 5.428 votos. Como afirma Armindo Guaraná, não pôde corresponder às expectativas que lhe foram depositadas devido aos grandes abalos que uma grave doença vinha provocando em seu corpo desde essa época e que culminariam com o seu falecimento. Realmente Bessa teve atuação discreta, só comparecendo a 40 sessões da Câmara em 1909, quando se declarou opositor do candidato a Presidente da República Hermes da Fonseca, aderindo à Campanha Civilista liderada por Rui Barbosa; e 16 sessões em 1910, não retornando em 1911.

Novamente em sua terra natal, retornando em definitivo para Sergipe em 1911, Gumersindo passa a escrever para o Diário da Manhã de Apulcro Mota, a exercer a advocacia na Fundação e depois de belíssimo discurso na inauguração da estátua de Fausto Cardoso em 1912, vem a falecer no engenho Mucuri, em Socorro, propriedade e residência de sua sogra, às 3 horas da manhã do dia 24 de agosto de 1913, com 54 anos. Falecia Gumersindo de Araújo Bessa na pobreza, - resultado de vários anos de perseguições políticas e de trabalhos jurídicos sem remuneração, exercidos em nome da justiça a qual o estanciano tanto devotava admiração -

sendo preciso que os seus custos funerais fossem custeados pelo estado, por iniciativa do Governador Siqueira de Menezes.

O seu corpo foi conduzido do engenho de Socorro para a sua casa no bairro Fundação (atual avenida Ivo do Prado, ou para outros o que hoje é chamado de Bairro São José) de Aracaju, de onde saiu o cortejo fúnebre, às 5 horas da tarde, para o cemitério Santa Isabel, acompanhado de grande quantidade de pessoas. Obedecendo ao seu último pedido, o cortejo antes de chegar ao cemitério parou aos pés da estátua de Fausto Cardoso, seu grande amigo.

Sua biblioteca foi adquirida pelo Estado para que pudesse ser preservada e ainda se encontra na Biblioteca Estadual Epifânio Dória. Recebeu muitas homenagens, como a do roseirista Joaquim Fontes, compadre de Gumersindo (este batizou Dahil, filha de Fontes – v. anotação do diário de Bessa de 26 de novembro de 1905), que segundo Fontes de Alencar nominou *Dr. Gumersindo Bessa* uma criação sua, espécie híbrida de chá; “sarmentosa; rosa prateado com nuances de lilás no exterior; desc. De Marechal Niel e Abel Chatenay” (ALENCAR, 2005, p. 87). Além disso, a Intendência do Alto Acre deu em 1906 à principal rua da vila Rio Branco o nome de Gumersindo Bessa. A sua cidade natal, Estância, também atribuiu o seu nome a uma das ruas do centro da cidade e erigiu um monumento em sua homenagem, com o nome de “Sergipe A Gumersindo Bessa”, situado nos jardins da Rua Capitão Salomão.

Deixava esta vida o jurista de tantas lutas, aquele que, nas justas palavras de Prado Sampaio, foi “intransigente e rebelde e, em prol do direito, pelejou sem tréguas pelas liberdades oprimidas, e viveu a sonhar um mundo melhor, de paz e de amor”.

O homem que abdicou da riqueza e de uma vida de regalias que ela poderia lhe proporcionar, em nome da justiça e do bem comum. Aquele que preferiu a miséria a ter de transigir com a política corrupta e autoritária da oligarquia “Olimpista”, - verdadeiro exemplo para os que defendem que sem os “conchavos” e as “alianças” independentes de ideologia não é possível fazer política - teve então de deixar a vida terrena, com o físico combalido por terrível enfermidade. Mas, como afirmou Carvalho Neto, “*que vitória pode ter a morte contra um ho-*

*mem de pensamento, se ela apenas o despoja do invólucro físico, nesse homem sobrevivendo o subjetivo de suas idéias, na fonte perene de irradiação moral que fica no que escreveu, no que ensinou, no que pregou e no que evangelizou?”.*

Sábias palavras! Para Gumersindo, como dissera Bousset, realmente “a morte não era mais a morte, mas sim a passagem para a imortalidade...”

Tudo aquilo que nos foi legado por Gumersindo Bessa jamais será esquecido. Essa é a homenagem que todos os sergipanos prestam agora à memória do grande intelectual estanciano.

## REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Luiz Carlos Fontes de. *História de uma polêmica*. Brasília: Thesaurus, 2005.
- AMADO, Genolino. *Um menino sergipano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- ARANHA, Graça. *Meu próprio romance*. 4ª ed. São Luís: Alumar, 1996.
- BARRETO, Luiz Antônio. *História do Poder Judiciário em Sergipe*. 2ª ed. Aracaju: Typografia Editorial, 2004.
- BARRETO, Luiz Antônio. *Personalidades Sergipanas*. Aracaju: Typografia Editorial, 2007.
- BESSA, Gumersindo de Araújo. Heu miser. *A República*, Aracaju, 26 e 28 de junho de 1924.
- \_\_\_\_\_. Que é Direito. *Gazeta de Sergipe*, Aracaju, dezembro de 1894 a Janeiro de 1895.
- \_\_\_\_\_. Memórias políticas de 1892 – 1º Artigo. *Gazeta de Sergipe*, Aracaju, de 1º a 19 de janeiro de 1893.
- \_\_\_\_\_. Jogos Olímpicos. *Jornal de Sergipe*, Aracaju, 3 de abril a 8 de maio de 1902.
- CARVALHO NETO, Antônio Manoel de. *Gumersindo Bessa: discurso na aposição do retrato de Gumersindo no Fórum de Aracaju*. Aracaju: OAB/SE, 1949.
- DANTAS, Ibarê. *Os Partidos Políticos em Sergipe: 1889-1964*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- FORTES NETO, José Bonifácio. *Gumersindo Bessa e o Direito Público*. Separata da Revista da Faculdade de Direito de Sergipe, nº 6, Ano VI, Aracaju, 1959, p.p. 91-113.
- GUARANÁ, Manoel Armindo Cordeiro. *Dicionário Bio-Bibliográfico Sergipano*. Rio de Janeiro: Pongueti, 1925.

LACERDA, Francisco Carneiro Nobre de. *Evocação: 1820-1920*. Aracaju: Estado de Sergipe, s/d.

LEITE, Joaquim do Prado Sampaio. *Pela Imprensa e Pelo Foro*. Aracaju: Imprensa Popular, 1916.

MAGALHÃES, Luiz. *Algumas páginas de Gumersindo Bessa*. Aracaju: SEGRASE, s/d.

OLIVA, Terezinha. *Impasses do Federalismo Brasileiro: Sergipe e a Revolta de Fausto Cardoso*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

PIMENTA, Reinaldo. *A Casa da Mãe Joana 2*. 1ª ed. São Paulo: Campus, 2003.

REIS, João Dantas Martins dos. *Gumersindo Bessa: Apontamentos sobre sua vida*. Aracaju: Livraria Regina, 1958.

SOUSA, Rafael Araújo de. *Gumersindo Bessa: Um talento polímorfo*. São Cristóvão, SE, 2009. 880f. (Trabalho de conclusão de curso). Faculdade de História, Universidade Federal de Sergipe, UFS.



## MÉDICOS MILITARES SERGIPANOS EM CANUDOS

Alberto Martins da Silva\*

O general-de-brigada médico João Severiano da Fonseca, Diretor do Serviço de Saúde do Exército, no ano da Campanha de Canudos, mobilizou o quadro técnico – médicos e farmacêuticos – para apoiar o efetivo em operações no interior baiano. Árdua tarefa executada pelos profissionais ante os problemas surgidos na luta com os jagunços de Antônio Conselheiro. Do efetivo do Serviço de Saúde foram mobilizados quarenta e três médicos e nove farmacêuticos em várias unidades militares em todo o Brasil. De início, foram chamados os profissionais das guarnições das regiões mais

---

\* Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, do Paraná, da Bahia, de Alagoas, do Distrito Federal, do Mato Grosso do Sul, da Sociedade Brasileira de História da Medicina, da Academia de História Militar Terrestre do Brasil e da Academia Brasileira de Medicina Militar

próximas da capital baiana, principalmente as regiões norte e nordeste e os que já tinham conhecimentos da área, por serem nascidos naquelas regiões.

Assim, deste total foram remanejados trinta e um (30) oficiais servindo no nordeste e vinte e dois (22) na região sul-sudeste. Por naturalidade foram quarenta e quatro nordestinos (trinta e seis médicos e oito farmacêuticos) e oito sulistas (sete médicos e 1 farmacêutico).

A história de Canudos é de luta, dores e bravura. Do nada, quando surgiu, para o nada quando tudo terminou, restaram somente as lições que a história deve entender e explicar em suas causas incompreensíveis e suas conseqüências desastrosas; devemos apreciar aquele episódio com suas verdades, sem rebuços, e dentro do contexto histórico, alijadas as repetições eivadas de parcialismos, de interpretações errôneas e de inverdades fabricadas.

Bastou um pregoeiro de rezas e promessas, liderando um bando de desiludidos sociais, embora crentes, para transformar as áridas terras do sertão baiano, em região de conagraçamento dos esquecidos, dos esperançosos da sorte, dos arautos de uma nova era.

Bastou a chegada dos aproveitadores malsinados, dos fugidios da justiça, dos ameaçadores dos bens alheios, dos arredios á ordem pública, para que os seres piedosos do aglomerado se transmutassem em agressivos, irresponsáveis, violentos, assentados na garra das índoles sertanejas, na força do atavismo dominante, na enorme e incontida insatisfação social.

Criado este perigoso caldo de cultura, fácil foi o seu desdobramento diante de tantos interesses, tantos equívocos e pouca visão dos fatos. Canudos foi um mixto de todas as confusões, onde faltaram todos os sentidos críticos e se calaram todas as opiniões oportunas. Na região pobre, faltavam as necessidades mais elementares. Na influência política, sobejavam desmandos e opressões; na gente humilde e ignorante havia o forte pendor para a crença mística, para os cânticos alvissareiros, para as promessas de salvação eterna. Não houve grande dificuldade para Conselheiro impor-se com suas pregações, suas doutrinas e suas mensagens. O foco pululava de um misticismo perigoso;



os poucos recursos policiais locais se mostravam impotentes. Então, a política interveio; era o estopim para o incêndio social. Os mais diversos personagens mantiveram, durante quase doze meses, uma luta matizada de cores fortes, onde desempenharam ações patético-bestiais, viveram cenas de desesperos e sublimaram heroísmos candentes no estímulo constante de seus instintos de sobrevivência, obedecendo a razões as mais diversas.

Cinco médicos sergipanos integraram esta legião de abnegados profissionais, em momentos tão cruciantes para a história brasileira, tempos em que a república brasileira procurava sua consolidação, ante a séria perturbação na vida sócio-política do país. Os médicos, major Agripino Ribeiro Pontes, o capitão Álvaro Teles de Menezes, os tenentes Francisco de Paula Freire, Benjamim Fernandes Fonseca e o médico adjunto João Dantas de Magalhães participaram daquela epopéia. A medicina se fez presente desde o início, a medicina militar atuou dentro do possível, ante a magnitude do evento.

AGRIPINO RIBEIRO PONTES. Nasceu em 27 de abril de 1850, filho de Dona Ana Joaquina de São José, tendo concluído o curso de medicina na Faculdade da Bahia, na turma de 1874, onde defendeu a tese “Histologia dos rins e suas alterações mórbidas na albuminúria e na Doença de Bright”. Ingressou no Serviço de Saúde do Exército no ano de 1875, sendo designado Tenente 2º Cirurgião, por Decreto de 20 de março, logo nomeado para o Rio Grande do Sul, onde permaneceu atendendo em sua guarnição militar por ininterruptos quatorze anos (1875/1889). Ainda no Rio Grande, foi médico da Enfermaria de Jaguarão e, no período 1890/1891, foi Diretor do Hospital de Bagé; em sua vida militar é registrada a sua nomeação para a Amazonas - 1891 - e para o Espírito Santo - 1892 -, como Chefe do Serviço Sanitário. No ano de 1893, retorna para o Rio Grande do Sul, assumindo a Direção do Hospital Militar de Porto Alegre. Nesta época participou do movimento da Revolta na Armada, tendo recebido um elogio do Comandante da Divisão Centro, publicado na Ordem do Dia de 16 de novembro nestes termos:

“...pelo modo solícito e desvelado acudindo e socorrendo os feridos por ocasião dos combates dos dias 6 e 7 e bombardeio de 7 ao qual assistiu, na margem direita do Rio Araranguá, conservando-se na linha de fogo até o momento em que caíram as primeiras vítimas”.

O major Agripino, ao término de sua passagem pelas terras rio-grandenses, recebe a transferência para o Ceará, em 25 de junho de 1895, para a função de Chefe do Serviço Sanitário. Agora, longe da turbulência política do sul do país, tem um momento para um merecido descanso em um aprazível clima, bem afeito às suas raízes nordestinas. Entretanto, o bom período logo termina. Em 12 de março do ano de 1897, é designado para integrar as Forças em Operações no interior da Bahia, com quarenta e sete anos de idade, onde as forças governamentais e os partidários de Antônio Conselheiro iniciavam uma acirrada luta.

O Doutor Agripino chega a Salvador no dia 23 de março e segue, de imediato, para o sertão baiano; as razões da urgência foi o fracasso da expedição do coronel Moreira César, morto no ataque no cerco a Canudos, juntamente com o coronel Tamarindo, expedição completamente desbaratada pelo bando de Conselheiro. Chegando ao final do mês em Queimadas, primeira base de operações, ainda sob o impacto da debandada das tropas vindas de Montesanto, segunda base de operações, continua no trabalho ingente, dando apoio ao grande número de feridos, ao lado de colegas que conseguiram enfrentar aquele terrível momento. Após o atendimento em Queimadas, Agripino segue para Montesanto e é incorporado à primeira Coluna, sob o comando do general João da Silva Barbosa.

Seu trabalho foi intenso e humanitário, junto aos companheiros militares e jovens acadêmicos, em apoio aos feridos e doentes. A Ordem do Dia, de 17 de dezembro, que publica os Ofícios de 20 de setembro e 3 de outubro, onde estão relacionados os oficiais da Repartição Sanitárias que mais se distinguiram nos combates, assim aponta o nosso biografado:

“Dr. Agripino Ribeiro Pontes, de há muito reconhecido como bravo e tem prestado os melhores serviços profissionais. Doente, só por ordem terminante retirou-se do acampamento”.

Ao término da Campanha de Canudos, volta a Capital Federal, onde aguarda ordens para uma nova comissão; a partir de 1898, é designado para servir como Chefe do Serviço Sanitário, em Cuiabá, onde permanece por quatro meses, e em Santa Catarina, onde atua na guarnição local, até o final de 1901. Em 1903, já vamos encontrá-lo, com o posto de major, na direção do Hospital Militar de Curitiba, onde permanece até a sua promoção ao posto de tenente-coronel, por merecimento, pelo período de três anos (1903-1905).

Com a idade de cinqüenta e seis anos, doutor Agripino adoece, sendo transferido para a Bahia, recebendo, em 12 de janeiro de 1906 uma licença de trinta dias para tratamento. Quatro meses depois é reformado no posto de tenente-coronel, compulsoriamente, em 2 de maio, depois de uma folha de serviço prestada ao Exército, por trinta e um anos de excelente desempenho profissional.

ÁLVARO TELES DE MENEZES. Nasceu em Estância em 20 de abril de 1851, filho do major Florentino Teles de Menezes e Dona Leonor Bernadina Xavier de Menezes. Estudou na capital da Bahia e ingressou na sua Faculdade de Medicina no curso de farmácia, concluído no ano de 1871. A partir deste ano, estabeleceu-se no comércio com a instalação de uma farmácia, onde negociou durante dez anos. Neste período, retornou à Faculdade concluindo o curso médico no ano de 1881, quando defendeu a tese “Considerações sobre a eclampsia puerperal e seu tratamento” (Typografia Tourinho. BA, 1881).

Ingressa no Corpo de Saúde do Exército, como Tenente 2º Cirurgião, por Decreto de 18 de março de 1882, tendo em sua primeira designação sido nomeado para a Província de Pernambuco; neste período, atende, em comissão, a Ilha de Fernando de Noronha. Dr. Álvaro contraiu núpcias com Dona Francelina Moreira Sergio, em 25 de setembro de 1875, com quem teve dois filhos: Alípio, nascido em

15 de agosto de 1876 e Alice, nascida em 15 de outubro de 1877. Dona Francelina faleceu em 3 de janeiro de 1882, com sete anos de casada.

Da Província de Pernambuco, doutor Álvaro foi transferido para a Província de Sergipe, onde atuou em sua guarnição militar e conviveu com seus familiares durante cinco anos. Neste período, viúvo, contrai segundas núpcias com Dona Francina Teles de Menezes, em 26 de fevereiro de 1884. Deste casamento, tiveram três filhos: Florentino, nascido em 7 de novembro de 1886, Leonor, nascida em 29 de março de 1890 e Nelson, nascido 19 de junho 1892.

Com a promoção a capitão, ocorrida em 27 de março de 1890, foi designado para Pernambuco, ficando encarregado, inicialmente, da Enfermaria Militar local e depois passou a ser médico coadjuvante do Hospital Militar, chegando a responder pela direção, interinamente, na ausência do titular, o major José de Miranda Cúrio. No final de 1893, segue para a Capital Federal, adoentado, recebendo, depois de inspecionado pela Junta Médica, uma licença de um ano, passando para a 2ª classe do Exército. Recuperado, retorna às atividades profissionais,, indo servir, novamente em Pernambuco, até o ano de 1897.

Quando o sertão baiano estava envolvido nas lutas contra o Conselheiro, tendo o governo já enviado três expedições militares, infortunadamente com resultados desastrosos, é preparada uma Quarta Expedição, sob o Comando do general Artur Oscar de Andrade Guimarães. Nesta ocasião, o major Álvaro é designado para integrar as Forças em Operações, seguindo para Salvador, em 19 de abril. e, a 23, segue para Queimadas, onde passa, em setembro, a dirigir o Hospital.. Com a chegada de mais oficiais médicos, doutor Álvaro recebe a chefia do Serviço de Saúde, em Queimadas e, a 17 do mesmo mês, segue, em apoio à tropa que integra – a 2ª Coluna - para a região de Montesanto, ficando atendendo feridos e doentes. A 13 de novembro, retorna à Queimadas conduzindo um grupo de feridos, seguindo pelas poeirentas e ensolaradas paisagens, em direção à Salvador, seu último ato no interior baiano..

O major Álvaro Teles de Menezes permaneceu integrando as Forças em Operações na Bahia por um período de nove meses ( 23 de março a 9 de dezembro), no incansável trabalho de curar, tentar salvar e conduzir feridos através dos árduos caminhos do sertão baiano. Ao terminar a árdua missão, volta para Pernambuco, adoentado, e para tratamento, tem licença de cinco meses. Em início de outubro, recebe uma outra licença de mais 60 dias, apresentando-se em Pernambuco, pronto para o serviço, em janeiro de 1899, servindo no Hospital com vários colegas das terríveis caminhadas do sertão baiano.

Em 1902, recebe a nomeação para dirigir o Hospital de Belém do Pará, em 28 de julho, sendo a 7 de outubro licenciado para tomar assento no Congresso de Sergipe, como Deputado (período 1903/1904) até início de 1906, 21 de fevereiro, quando é reformado, com cinqüenta e quatro anos de idade, por ter atingido a idade de compulsória, no posto de major.

Major Álvaro foi membro da Irmandade da Cruz dos Militares, em Pernambuco, Sociedade Médica de Aracaju, sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e Fundador do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Escreveu as seguintes obras:

- “Considerações sobre a eclampsia puerperal e seu tratamento”.
- “Qual o vinho mais conveniente para a preparação dos vinhos medicinais?”.

- Relatório do médico do município de Aracaju, apresentado ao Intendente.

- Páginas d`alma. Poesias. Em duas partes: Um drama em três atos, Phedro e

- O Estudante, comédia em um ato.

Seu irmão, João Teles de Menezes, oito anos mais velho – nascido em 5 de outubro de 1843 – foi também militar, com ingresso no Exército em 1874, formado em medicina pela Faculdade da Bahia, no ano de 1870, defendendo a tese “Queimaduras”. Foi promovido ao posto de tenente, em 1874; capitão, em 1886; e major, em 1894. Doutor João Teles interrompeu o curso médico, em 1867, no quarto ano de medicina, e seguiu, como médico contratado, para o Paraguai, onde

permaneceu até o final da campanha. Retorna ao Exército em 1874, servindo até 1899, quando é reformado como tenente-coronel, agraciado com a Ordem de São Bento de Aviz. No período 1878/1879, fez parte da Assembléia Provincial de Sergipe e deputado da Assembléia Legislativa de Sergipe, no período 1906/1909, .Serviu também no Rio Grande do Sul, Alagoas, Sergipe, Santa Catarina e Bahia. No ano de 1897, período da Campanha de Canudos, servindo em Sergipe, estava em licença de saúde – noventa dias - devendo ser operado, segundo a Junta Militar de Saúde. Recuperado e pronto para o serviço, é nomeado em 9 de maio, para o interior da Bahia, seguindo junto às tropas em operações. Na oportunidade, volta a adoecer no dia 20 do mesmo mês, sendo licenciado por 4 meses para tratar da saúde não seguindo, portanto, para o sertão da Bahia. Somente a 13 de janeiro de 1898, apresenta-se pronto para o serviço, em Sergipe, onde continuou até o ano de 1899, quando, a 13 de outubro foi reformado. Na sua folha de serviços consta a sua participação, como médico contratado no Exército e na Armada em operações contra o governo do Paraguai, no período de 20 de julho de 1867 a 19 de dezembro de 1874; em razão de sua participação, o governo concedeu licença, por Decreto de 24 de março de 1880, de passar a usar as insígnias de primeiro cirurgião honorário da Armada. Escreveu no “Jornal do Comércio”, no “Despertador”, de Santa Catarina, com artigos sobre religião, higiene, quarentenas e febres. no “Jornal de Notícias” da Bahia, no período 1885/1890, sobre a Guerra do Paraguai, além da “Folha de Sergipe”, “Gazeta de Sergipe”, “O Republicano” e o “Estado de Sergipe”(1891/1903). Como escritor deixou: “Queimaduras”. Bahia. 1870, “Ao correr da pena” traços biográficos sobre a vida do Dr. Pio Ângelo da Silva. 1903 in “Estado de Sergipe, Fastos da Guerra do Paraguai. 1907, in “Diário da Bahia” e “Relatório apresentado na Sociedade Beneficente Amparo das Famílias”. 1904.

FRANCISCO DE PAULA FREIRE. O médico sergipano Francisco de Paula Freire é filho de Serafim de Matos Freire e Dona Maria Leocádia de Matos Freire, nascido em 10 de março de 1859. Coursou medicina

na Faculdade da Bahia, concluído em 23 de dezembro na turma de 1885, quando defendeu a tese “ Lesões cardíacas orico-valvulares”. (Tipografia Dois Mundos, 1885. Bahia). No ano de 1890 é contratado por quatro anos como médico-adjunto do Exército; ao término do contrato, ingressa no quadro de médicos do Serviço de Saúde, nomeado Tenente, em 29 de junho de 1894, e nomeado para Sergipe. Em suas transferências pelo Brasil, serviu na Bahia e no Rio Grande do Sul, onde adoece, sendo licenciado para tratamento, consecutivamente por um período de um ano, e é incluído na 2ª classe do Exército.

Em fins de 1896, reverte à 1ª classe, sendo designado para a sua cidade natal; no ano seguinte é nomeado, em 19 de julho, para servir nas forças em operações no interior da Bahia. Chegando á capital baiana, é integrado á recém formada brigada auxiliar – Brigada Girard – fazendo parte de um de seus batalhões. Na avançada para a região de Canudos, chega a Montesanto seguindo para Riacho do Vigário a caminho de Canudos; doutor Francisco atuou nas ambulâncias volantes, agora coma ajuda dos acadêmicos de medicina – médicos e farmacêuticos – na tumultuada progressão da nova brigada que, infelizmente, chegou na região de Canudos, em 15 de agosto, enfrentando várias emboscadas e já bastante desorganizada. O cansativo trabalho dos médicos, ao longo das jornadas, evidenciou o formidável esforço desenvolvido por estes profissionais, até o mês de novembro, epílogo da terrível tragédia. Sua participação nos episódios de Canudos durou quase quatro meses.

Assim, doutor Francisco volta para Salvador no início de dezembro, onde já o espera uma designação para o Rio Grande do Sul, na guarnição militar local. Nesta nova função permanece por cinco meses, quando recebe uma designação, em agosto de 1898, para o Espírito Santo, já promovido ao posto de capitão, e permanece até o final do ano de 1903. A sua penúltima missão no Exército é a sua nomeação para o Amazonas, onde serviu como médico no Quartel-General, fazendo visita médica no 4º Batalhão de Artilharia e no 3º batalhão de Infantaria, em plena época da revolução do Acre, quando muitas vezes acompanhou doentes e feridos para o Hospital de Belém do

Pará. Enfim, é transferido do Amazonas para Pernambuco, em 1904, para servir no Hospital Militar e responder pela Chefia do Serviço Sanitário e Veterinária.

Em 26 de março de 1911, é reformado como major, por idade, com 52 anos.

**BENJAMIM FERNANDES DA FONSECA.** Nasceu em 31 de março de 1862, filho de José Fernandes da Fonseca. e de Dona Francisca Maria de São José Era formado pela Faculdade de Medicina da Bahia, em 10 de dezembro de 1887, onde defendeu a tese “Febre Tifóide”. Ingressou no Exército em 1891, como médico adjunto, indo servir na Colônia Militar de Iguazu, no Paraná, por um período de quase quatro anos 1891/1895. Durante a Revolta na Armada (1893), esteve ao lado do governo, sendo então elogiado pelo Presidente Floriano Peixoto, pelos serviços prestados.

Em 11 de agosto de 1894, tornou-se médico efetivo do Serviço de Saúde, sendo nomeado Tenente e designado para servir no 5º Regimento de Artilharia, no Curato de Santa Cruz, Rio de Janeiro, em 6 de abril do ano seguinte; neste mesmo ano, doutor Benjamim adoece e, licenciado, recebendo para tratamento, nove meses, passados em sua terra natal. Recuperado, apresenta-se, continuando no Curato de Santa Cruz, onde serve até o início de 1897, quando, então, recebe a nomeação, em 17 de março de 1897, para integrar as forças em operações no interior da Bahia.

Em Salvador, passa a servir junto à 2ª Coluna, comandada pelo general Cláudio de Amaral Savaget. O trabalho, desenvolvido pela equipe médica durante toda aquela tragédia, foi um exemplo para os médicos do Serviço de Saúde, em face de toda série de dificuldade enfrentada, como bem noticiou os historiadores da campanha e os repórteres que acompanharam aquele evento. Em setembro, dia 15, doutor Benjamim retorna a Salvador acompanhando um contingente de feridos, vindo de Geremoabo, em direção ao Hospital Militar, onde permanece em serviço cuidando dos feridos Serviu, integrando as forças em operações durante sete meses.



No dia 22 de outubro é transferido para o Rio Grande do Sul, servindo na cidade de Quarai, assumindo a enfermaria local; doutor Benjamim atuou ainda nas enfermarias de Bagé, Colônia do Alto Uruguai, Dom Pedrito, Santana do Livramento e Pelotas, recebendo em todas as funções elogios de seus chefes, pelo seu desempenho profissional, zelo e caridade cristã.

Doutor Benjamim em 18 de novembro de 1905, recebe a nomeação para a guarnição do Amazonas, então 1º Distrito Militar, atuando até fevereiro do ano seguinte, quando foi transferido para a enfermaria de Óbidos, no período final da revolução acreana, já assegurada a vitória diplomática pelo Tratado de Petrópolis. Nas constantes viagens pela área amazonense, adoece e é transferido para Manaus, para o Hospital Militar, onde falece a 24 de junho de 1906. O Dr. Benjamim Fernandes da Fonseca é um exemplo para o quadro de médicos do Serviço de Saúde do Exército.

JOÃO DANTAS DE MAGALHÃES. A vida militar do doutor João Dantas da Magalhães, foi de intensa atividade. Nascido em 26 de janeiro de 1866, filho de Manoel Ignácio Pereira de Magalhães, formou-se em 1892, pela Faculdade de Medicina da Bahia onde defendeu a tese “Da Desinfecção”. Ingressou no Exército, como médico adjunto em 24 de fevereiro de 1894, atuando na guarnição militar, com destaque no interior baiano. No ano do movimentado e turbulento ano de 1897, foi incorporado às forças em operações no interior da Bahia, já nomeado – em 14 de julho – tenente médico.

Sua permanência como integrante do efetivo de médicos em atuação na Campanha de Canudos, foi de quatro meses ( 11 de maio a 15 de agosto). Ao término da campanha, estando em Salvador, inicia uma série de transferências pelo Brasil; assim, segue, em 1898, para o Rio Grande do Sul ( Porto Alegre e Santana do Livramento) vindo depois para o Rio Grande do Norte, onde chefia o Serviço de Saúde, e Pernambuco (guarnição local) até 1903. No final deste, é nomeado para o Maranhão, onde recebe elogio “pela sua bondade e competência profissional e competente auxiliar de ilibado caráter”

A sua próxima nomeação é para o Amazonas, já promovido ao posto de capitão (abril de 1905), até o final do ano, quando é transferido para Pernambuco: neste ano é eleito deputado para a Assembléia Legislativa de Sergipe (1906-1908). Terminados os trabalhos da Assembléia, retorna para Manaus (1911), e no ano seguinte é nomeado para o Ceará, permanecendo até o final do ano de 1912, Do Ceará retorna para a Capital Federal, sendo designado para servir na Fábrica de Cartucho de Realengo(1912). Promovido ao posto de major – dezembro de 1913, é designado para chefiar o Serviço de Medicina Legal do Hospital Central do Exército; nesta chefia permanece por quatro anos, tendo sido elogiado por ocasião da terrível epidemia de gripe espanhola.

Doutor Dantas ainda serve em Pernambuco (Hospital), Mato Grosso e Rio Grande do Sul. Em maio de 1926, é promovido ao posto de General-de-Brigada, ficando na chefia da Junta Superior de Saúde, no Rio de Janeiro (1927/1929), sua última função no Exército. Após trinta e cinco anos de bons serviços, é reformado, com sessenta e três anos, em 4 de julho do ano de 1929.

PROFESSOR FÉLIX D'ÁVILA:  
80 anos de uma história  
de poder a serviço da  
Educação Física

Néviton Felipe da Silva\*

O presente texto busca em sua síntese analisar, ainda que, de forma não tão aprofundada e substancial em todas as suas principais passagens, a vida e a trajetória do Professor Félix d'Ávila no que se refere aos aspectos funcionais que construíram e sedimentaram a sua formação pessoal, acadêmica e profissional ao longo dos seus 80 anos de existência. Para isso, se fez necessário através do uso do expediente de duas entrevistas, fazer um apanhado histórico do biografado nos períodos referentes à sua infância, passando pela juventude até chegar à formação adulta no que tange às suas respectivas realizações e o seu conseqüente pioneirismo no que se refere à Educação Física e a sua introdução como um Curso de caráter superior no estado de Sergipe. Esse estudo biográfico insere-se no campo da História da Educação, posto que, enxergamos na biografia uma rica fonte engrandecedora da pesquisa e, essencial na constituição do sujeito como formador e consumidor de cultura, atuando diretamente no processo de recriação e modernização da sua própria história.

---

\* Licenciado em Educação Física pela UFS e professor da Rede Estadual de Ensino de Sergipe.

Nesse sentido é de suma importância se discutir e analisar o importante papel que a biografia tem assumido no processo de edificação e desenvolvimento da História ao longo do tempo. História essa que é pontuada e diagnosticada do ponto de vista biográfico, por relatos que se pretendem fazerem autênticos e o mais próximo possível da realidade no que diz respeito a determinados períodos, fatos e ao estudo detalhado da vida de algumas personalidades. No nosso caso em especial, uma personalidade ligada ao campo da Educação. Segundo Vavy Pacheco Borges “pode-se ver como biografia diversos tipos de texto – desde um verbete em dicionários de figuras políticas, literárias, até relatos em filmes, documentários, programas de televisão e etc.” (BORGES, 2006, p.204).

A biografia se constrói como fruto de um compêndio de documentações que compõem a memória, seja ela, coletiva ou individual das pessoas em torno do universo de um ser humano que foi escolhido para ser dissecado em suas particularidades e principalmente suas “virtudes”, fruto do olhar e da visão pessoal que o biógrafo construiu do seu biografado e que tenta passar aos leitores através do seu texto. Vemos, entretanto, que a biografia passou por um certo período claudicante, tentando de certa forma ratificar a sua legitimidade como um conteúdo de cunho estritamente histórico, isto é, que fizesse parte e que tivesse um posicionamento e conceituação históricos. Vavy Pacheco Borges remete-se a Georges Duby na confirmação dessa constatação quando o mesmo ressalta na sua fala que

Eu poderia, por exemplo, deplorar que a biografia – para dizer a verdade, dentre, os gêneros históricos, um dos mais difíceis – tenha sido, nesses últimos trinta anos tão esquecida pelos historiadores profissionais – e isso infelizmente, já que o grande homem (ou homem médio, que o acaso faz com que tenha falado muito ou se tenha falado muito dele) é, tanto quanto o acontecimento, revelador, por tudo que desperta como declarações, ilustrações, pelas ondas que seus gestos ou suas palavras põem em movimento ao seu redor (DUBY, apud BORGES, 2006, p.209)

É de fundamental importância, observarmos na biografia a possibilidade de redimensionamento e reinterpretação da própria História. A biografia por si só, desmistifica e reconstrói nossas observações e conclusões acerca das pessoas e dos aspectos que solidificaram a história de uma vida com suas imperfeições, suas excentricidades e, acima de tudo na espetacularização que sob o ócus histórico, não passou de um reles lugar comum. Devemos ter a exata compreensão de que toda história foi feita para ser lida e se possível analisada sob os mais próximos condicionantes de autenticidade e proximidade que o autor nos confere a partir de um suposto patamar de verdade absoluta e, que como dizem os grandes historiadores, a grande história ainda está para ser contada, é, pois nisso que devemos imprimir nossos esforços ao lermos qualquer texto em que se tenha como fio condutor uma alusão biográfica. A biografia é sim um componente histórico e, como tal, deve pleitear o seu lugar e espaço de direito no cenário histórico como um todo. São os expedientes e acontecimentos de uma vida que nos tornam necessários ou não quando nos vemos tentados a projetar um modelo a ser buscado e desejado em nossas mais íntimas pretensões, pois é partir desses sonhos, ainda que, velados e implícitos, é que nos fazemos fortes e dispostos a lutar por algo que ainda não enxergamos e sentimos de forma plausível. A biografia tentar penetrar por entre os meandros dessa história, tentar se impor dentro das suas mais incoerentes imperfeições e, ainda assim, encontrar uma explicação aceitável dentro do possível.

A vida faz sentido ou não para as pessoas, dependendo da medida em que elas conseguem realizar tais aspirações. Mas os anseios não estão definidos antes de todas as experiências. Desde os primeiros anos de vida, os desejos vão evoluindo, através do convívio com outras pessoas, e vão sendo definidos, gradualmente, ao longo dos anos, na forma determinada pelo curso de vida; algumas vezes, porém, isto ocorre de repente, associado a uma experiência especialmente grave (ELIAS, 1991, p.13)

O primeiro capítulo tem por objetivo traçar um panorama histórico da Educação Física no Brasil, mergulhado em suas manifestações históricas e pedagógicas em torno de um projeto de construção e formação da nossa sociedade durante o século XX e, onde apresentaremos a partir de um viés educacional, o aparecimento e evolução de uma ciência que se desenvolve e se sedimenta a partir dos condicionantes históricos que permeiam as nossas relações sociais e, que tem na Educação Física uma ferramenta de fortalecimento e coerção por parte do estado no que se refere a um modelo de hegemonia e controle dos mecanismos ideológicos e sociais. O segundo capítulo dividiu-se em três partes no qual trataremos de forma interdisciplinar e conjunta os vários aspectos fundamentais ligados à vida e a trajetória do Professor Félix d'Ávila no alicerce da caminhada que permeia à sua infância e o ambiente familiar do qual o mesmo fez parte, a sua formação escolar inicial e posteriormente acadêmica, chegando enfim à sua formação e atuação como um profissional do ramo da Educação Física. Aspectos estes que se mostraram de essencial relevância na empreitada de se construir um perfil histórico do biografado posto em questão.

## 1- A EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL E A FORMAÇÃO DAS SUAS PERSPECTIVAS HISTÓRICAS E PEDAGÓGICAS DURANTE O SÉCULO XX

A Educação Física no Brasil no século XX é marcada em determinados períodos por acontecimentos que nos fazem remontá-los a origem de perspectivas históricas que se mostram presentes numa relação clara e de proximidade com o momento político que se fazia vigente. A nossa construção e desenvolvimento histórico, se entrelaça e se confunde em muitas ocasiões com a formação e a evolução do Estado e sua estrutura de poder hierárquico na divisão das classes sociais, divisão essa que fica explícita na distinção das categorias e suas formas de adequação na sociedade. A Educação Física, passa no início do século XX, a fazer parte dessa estrutura de poder que se vislumbra com a nova forma de governo (República) e a sua área de atuação

começa a ser delimitada a partir do renascimento de uma cultura física e da formatação de um “novo” homem. Segundo OLIVEIRA (2003) “O estado é uma construção histórica, determinada por uma correlação de forças que se consubstancia nos diversos interesses de classes e frações de classes contrários e antagônicos”. E é pautada por essa relação de classes e de poder que começa a ser desenhada a história da Educação Física no século das grandes guerras e descobertas científicas.

As duas primeiras décadas do século XX, no Brasil, são caracterizadas essencialmente pela reforma sanitária, estrutural e do conjunto arquitetônico das grandes cidades e pela divulgação dos principais métodos (Sueco, Francês e Alemão) europeus de Ginástica. Tinha-se a visão de que se queríamos melhorar a nossa imagem e a nossa qualidade de vida, teríamos que atuar na reformulação de toda uma base que sob o aspecto organizacional se encontrava depauperada. A década de 30 se apresenta com a introdução do golpe de Estado por parte dos militares e a ascensão de Getúlio Vargas à Presidência da República num primeiro mandato que ia perdurar pelos próximos 15 anos. Quanto aos militares, eles tinham como intenção precípua, a sistematização e a institucionalização da Educação Física no que tange tanto aos estabelecimentos militares quanto aos civis em todo o país. A preocupação se dava pela unificação do ensino da Educação Física em todas as instituições escolares. Com Vargas no poder, a implantação desse plano ficou de certa forma melhor viabilizado do ponto de vista político e organizacional. Havia no discurso dos militares uma espécie de elogio e fascínio à ideologia nacionalista (Alemanha e Itália) européia que se fundamentava em aspectos de superioridade humana pautados pela eugenia e o embranquecimento da raça. Esse posicionamento e influência européia, atingiu em cheio as bases do nosso corpo militar e, mais uma vez, a Educação Física voltava a servir de suporte para as práticas de mecanismo ideológico e controle social por parte do Estado. Em 1933, é criada a Escola de Educação Física do Exército a qual iria dar apoio e sustentação a essas práticas por parte dos militares que em todos os momentos tinham o aval e a conveniência governamental. Reportando-me a Amarílio Ferreira Neto (1998) observamos que:

É conhecido o interesse do Exército pela institucionalização da prática da Educação Física em suas fileiras e no meio civil, do qual se constitui [...] uma ação sistemática, nessa área, só vai ocorrer por iniciativa de um “grupo de idealistas na Escola Militar”, que criaram uma associação atlética de estudantes e se propuseram a trabalhar pela sistematização da Educação Física entre militares e civis (NETO, 1998, p.48)

Em 1939, é fundada a Escola Nacional de Educação Física e Desporto, nossa primeira escola de ensino superior da Educação Física no país, ligada à Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro. E a partir desse momento, são abertas as primeiras turmas de formação e com isso temos os primeiros professores de Educação Física licenciados pelo ensino superior. A década seguinte foi regulamentada também por uma Educação Física de caráter estritamente militarista onde se vivia sob a constante e permanente ameaça da guerra que se consolidava pouco tempo depois. Vivia-se sob a égide do controle e vigília das classes sociais. As forças armadas configuravam-se numa importante aliada no auxílio e manutenção da ordem e disciplina da nação. Segundo pregava o Estado, a pujança e a supremacia de um povo começavam pela organização comportamental de seus habitantes. GRUNENVALDT (1997) afirma que:

Os militares compuseram a linha de frente nos desígnios da ENEFD (Escola Nacional de Educação Física e Desporto), nos seus primeiros anos de vida, pelo fato de a mesma representar uma instituição que, dentre muitas outras, era forjada no sentido de dar sustentação e difusão da ideologia ordeira e progressista. O lugar de destaque na instituição se justifica, pois foram os principais protagonistas no golpe do Estado Novo, e uma legitimidade tinha de ser conquistada (GRUNENVALDT, 1997, p.114)

Nos períodos pós Segunda Guerra Mundial e pós 64, víamos o mundo dividido em dois grandes blocos políticos e ideológicos. De um



lado, tínhamos o bloco liderado pelos Estados Unidos da América juntamente com os grandes países da Europa Ocidental regidos sob as ordens do regime capitalista. Do outro lado, tínhamos a então União Soviética com os seus aliados da Europa Central e Leste Europeu sob as forças do regime socialista.

Os Jogos Olímpicos passaram a ter uma sustentabilidade e visibilidade maior a partir desse período. A máquina do esporte começava a compor o quadro das estratégias de campanhas políticas e hegemônicas ao redor do mundo e que ainda tinha em seus pilares ideológicos a busca do homem na sua perfeição integral.

Aqui no Brasil, a influência era consideravelmente substancial e a escola nesse momento se estabelecia como o local da prática do esporte rendimento voltado para lógica da competição e, conseqüentemente da exclusão de muitos em virtude do talento de poucos. A Educação Física, mais uma vez, servia-se de esteio diante de tudo isso, já que aulas seriam dadas nas escolas pelos profissionais de Educação Física enquanto “área” de atuação da nossa disciplina. SANTOS E GRUNENVALDT afirmam:

O crescimento do desporto é fruto de uma política de esporte adotada pós 64, semelhante à política de crescimento da Educação Física criada no período do Estado Novo. Ambas tinham como objetivo a formação do homem ideal. No caso da política esportiva, um homem ideal espelhado na imagem de atleta [...] As instituições de ensino ocuparam um espaço fundamental e prioritário para preparação da juventude e, conseqüentemente, do país com força política. Essa afirmação é evidenciada através da materialização de políticas de esporte, implantadas pelo governo, a exemplo do Decreto Lei nº. 705, de 25 de Julho de 1969, onde é estendida a obrigatoriedade da prática da Educação Física e Desporto a todos os níveis e ramos de ensino e a todos os estabelecimentos de ensino superior (SANTOS; GRUNENVALDT, 1997, p.26)

Como citam os autores, a política de esportes estava direcionada basicamente para a formação de atletas. Os outros conteúdos didáticos e pedagógicos com massificação da prática de uma modalidade esportiva encontravam sérias dificuldades de aceitação e materialização por parte dos alunos no seio da escola. Segundo GERMANO (1993) “O controle militar sobre o Estado implica uma determinada forma de dominação e, por conseguinte, de atuação prática em diversos campos da vida econômica, social e política do país, na qual se situa a política educacional”. A Educação Física via-se forçada a desenvolver suas atividades a partir da lógica da produtividade e da gestualidade técnica que o esporte em sua virtuosidade e seu desempenho complexo passava a nos cobrar. A escola com isso institucionalizou e oficializou o esporte performance dentro dos seus muros, esporte esse que nunca mais saiu e que se consolidou cada vez mais. Uma nação de esportistas representa uma nação corpos e homens saudáveis revestida de um sentimento de superioridade em relação aos seus adversários sejam eles vistos sob o viés político, econômico, social ou esportivo, o que importa nesse caso, é o poder da representatividade simbólica que o esporte carrega em torno si. Sobre o poder do esporte e sua forma excludente de atuar na escola, OLIVEIRA (2003) nos lembra que:

As práticas escolares de Educação Física passaram a ter como fundamento primeiro a técnica esportiva, o gesto técnico, a repetição, enfim, a redução das possibilidades corporais a algumas poucas técnicas estereotipadas. Assim o conjunto das práticas corporais passíveis de serem abordadas e desenvolvidas no interior da escola resumiu-se à prática de algumas modalidades esportivas. O esporte é vinculado à educação e esta ao desenvolvimento do país (OLIVEIRA, 2003, p.111)

Chegávamos aos anos 80 sob o ponto de vista político e histórico nos soltando ainda que de maneira lenta, mas gradual das amarras impostas pela ditadura militar nos seus famigerados 21 anos de subserviência e dominação dos setores funcionais da nação. A escola era um

deles. O país encontrava-se num momento de anistia política e de transição do regime de governo. A Educação Física se via afundada numa crise existencial no que diz respeito à sua forma de intervenção adequada no espaço escolar e por que não dizer, no espaço da sociedade. Independentemente das tendências a serem seguidas, o que se primava naquele momento, era a busca por uma autonomia que até então nunca tinha sido conquistada. Surgem novos autores, novas dinâmicas de relações da Educação Física e seu “suposto” verdadeiro objeto de estudo. Podemos afirmar sem sombra de dúvidas que este se constituiu no período mais rico e criativo no campo das idéias e argumentações teóricas. É a grande época pautada pelos grandes debates e embates em torno da Educação Física em que, via de regra, incorreram-se em alguns erros no estabelecimento das discussões na medida em que percebemos, baseados em suas teorias que certos autores cobram para si a exclusividade sobre a ciência e sua exata conceituação. Havia uma necessidade clara de se posicionar perante o novo quadro político nacional que se apresentava diante de nós e isso de certa forma prejudicou o foco das análises, dando-nos a pecha de ser como ciência um paradigma de contradições. As várias diversidades com que nos deparamos no campo de atuação pedagógica têm dividido as nossas opiniões e conseqüentemente travado o nosso desenvolvimento enquanto disciplina voltada para o binômio ensino aprendizagem. LUCENA (1994) nos alerta para o perigo que ainda corremos quando nos relata:

Ainda hoje a Educação Física assume a pigmentação que melhor se adequa a ocasião, mas pouco avalia o saber cultural de que dispõe para arquitetar um conteúdo crítico, sólido, que venha legitimar sua presença na escola e contribuir, de forma questionadora e consciente para o papel que esta deve realmente desempenhar (LUCENA, 1994, p.83)

O retrato da Educação Física no século XX, construiu-se a partir das características e idéias que o Estado em seu desenvolvimento e for-

mação lhe fizeram convenientes. Nos comportamos no desenrolar de todo esse século como mera figura decorativa e subalterna no apoio às investidas em torno de uma plataforma de poder político que foi se construindo ao longo dos anos. Entendemos que o grande ponto da discórdia por parte dos que discutem a Educação Física nos dias de hoje, se faz necessariamente quanto à sua autonomia enquanto ciência formadora de conceitos e ao mesmo tempo necessária no trato das questões pedagógicas que permeiam a sua área de atuação. Enquanto não tivermos essa clarividência e permanecermos no terreno das ilações, não chegaremos a lugar nenhum. A história se faz objetiva porque se constrói de acontecimentos e fatos históricos que nem a distância do tempo pode apagar. Precisamos na Educação Física construir uma nova história pautada pela definição clara dos nossos conteúdos e pelo respeito e reconhecimento daqueles que fazem parte do nosso próprio meio. Não temos mais tempo pra experiências no universo escolar. Precisamos retomar o nosso espaço de ação educacional e figurarmos como uma categoria de autonomia, perante as nossas próprias questões temáticas em torno de um verdadeiro e necessário trato pedagógico.

### 1.1 - A EDUCAÇÃO FÍSICA E A UFS

A implantação do curso de Educação Física na Universidade Federal de Sergipe teve como pontapé inicial a formação de uma comissão especializada de professores designada pelo Reitor João Cardoso à época, que se reuniram em meados da década de 70, mais precisamente no ano de 1972, com a incumbência da elaboração de um anteprojeto que tinha como objetivo central a criação de um curso superior de Educação Física no estado de Sergipe. “Em 1974, o Conselho Universitário através da Resolução CONSU nº 07/74, aprova a criação do Curso de Licenciatura em Educação Física e Técnico em Desporto. As atividades docentes, contudo, somente foram iniciadas em 1975” (SANTOS; GRUNNENVALDT, 1997 p.22).

O próximo passo para a concretização do início do curso, foi a instauração do quadro de professores, visto que não existiam à época

professores qualificados suficientes no estado para exercer tal função no ensino superior. Os que já existiam foram removidos do Centro de Educação Física e Desporto e foram lotados imediatamente no rol da primeira equipe de professores da UFS. Porém, era necessária a realização de um concurso público para que as atividades pedagógicas do curso pudessem ser concretizadas e iniciadas o mais rápido possível com um contingente maior de disciplinas a serem ministradas. Segundo o relato do Professor Félix d'Ávila em entrevista ao Professor José Américo Menezes Santos

... a idéia do surgimento do curso nasceu com o Centro, com o desenvolvimento da Educação Física e com o momento no país onde estava se criando as escolas de Educação Física. Então a coisa foi se desenvolvendo e era um mercado de trabalho virgem na área. Nós não tínhamos professores de Educação Física no Estado, e os professores que existiam em Sergipe, eu tive a satisfação de interferir na vida de alguns, para que eles fizessem Educação Física. Será que vai dar certo? Acabou dando certo e nós criamos o curso (SANTOS, 1997, p.23)

No ano de 1976, é realizado o primeiro concurso público para o Curso de Educação Física na Universidade Federal de Sergipe “conforme autorização constante no Processo nº 8512/75, publicado na imprensa oficial do Estado, para conhecimento dos interessados, através de Edital nº 1075” (SANTOS: 1997) sendo disponibilizada apenas 01(uma) vaga para as disciplinas Futebol, Recreação, Ginástica Olímpica e Ginástica Rítmica. A partir desse primeiro concurso, os outros passam a se sucederem nos anos subseqüentes, aumentando e qualificando dessa maneira o quadro de professores. Característica esta assumida durante o desenrolar do curso com saída por motivo de transferência de uns e a chegada por motivo de concurso de outros.

Outro problema enfrentado na implementação no Curso de Educação Física, foi quanto à estrutura física que compunha as instala-

ções de ensino e seus locais destinados à realização das aulas. Este problema se refletiu num transtorno muito grande para os primeiros alunos e professores, pois as aulas se desenvolviam em locais diferentes e de difícil acesso para os padrões de locomoção da época.

“Existiram grandes dificuldades para o corpo docente e discente, pioneiros do curso, que se depararam com instalações precárias e distantes, obrigando-os a um deslocamento grande e, às vezes, em curto período de tempo” (SANTOS, 1997, p.23)

A dificuldade era uma constante no desenvolvimento e conclusão dos períodos e isso, se comprova posteriormente com a quantidade mínima de alunos da primeira turma que conseguiram se formar ao final do curso, isto é, somente quatro alunos conseguiram se formar num total de vinte aprovados no vestibular naquele período. Em 1978, o Curso de Educação Física passa a ter finalmente a sua mudança decretada para o Campus Universitário de forma definitiva. Novas instalações são construídas como as salas de aula, o Parque aquático, o Campo de Futebol, a pista de Atletismo e a sala de Ginástica Olímpica. O curso contava agora com o Departamento exclusivamente voltado para as questões e resoluções ligadas à Educação Física. A construção desse espaço físico, indubitavelmente dá um salto de qualidade no crescimento e formatação do Curso de Educação Física, pois a representatividade simbólica que o espaço passa a oferecer na esfera organizacional dá ao mesmo um sinônimo de qualidade perante o corpo acadêmico que queria se formar naquele momento. O curso passa por um período de grande visibilidade dentro da própria Universidade e isso, conseqüentemente, aumentou a procura pelo título de licenciatura em Educação Física.

Essa fase de grande dificuldade foi amenizada com o término da construção do Campus Universitário e, conseqüentemente, a mudança das instalações... as primeiras instalações do Curso de Educação Física construídas no Campus Universitário

foram: a pista de Atletismo e o campo de Futebol. Em seguida, construíram o galpão que hoje é o espaço para as aulas de Judô e Ginástica Olímpica (SANTOS, 1997, p.29)

O teste de aptidão física revelou-se outro grande fator negativo no desenvolvimento e solidificação do Curso de Educação Física. A grande maioria dos alunos que passavam no processo seletivo teórico, não conseguiam obter êxito no processo prático, visto que, o mesmo tinha um grau de resistência física muito acentuado, interrompendo assim o sonho da graduação em um curso de nível superior. Muitos alunos assim migraram para outros cursos por conta de não obrigatoriedade do teste de aptidão física. A extinção desse teste aconteceu no final da década de 80, não mais passando a figurar no processo de ingresso no Curso Educação Física com a prova teórica nesse momento, passando única e exclusivamente a ter um caráter eliminatório quanto à sua avaliação. Esse tipo de teste ratificava de maneira acentuada o momento político pelo qual passava a nossa sociedade, e, por conseguinte, as nossas instituições, sendo estas de cunho educacional ou não, era de certa maneira um espelho refrator de um tipo de comportamento e ideologia que estava sendo construído e que era necessário se perpetuar. A despeito disso, o professor José Américo Menezes Santos nos relata que

A exigência dos testes físicos como pré-requisito para o ingresso no Curso de Educação Física, perdurou até o ano de 1987, quando foram abolidos. A partir daí, os alunos do Curso de Educação Física passaram a fazer apenas o concurso vestibular, como os candidatos dos demais cursos da Universidade (SANTOS, 1997, p.27)

A UFS como todo e qualquer órgão pertencente e subsidiado pelo regime militar, obviamente não tinha como ficar alheia a esses parâmetros de conduta e procedimento perante a formação acadêmica e moral dos seus alunos e, onde esse famigerado teste com seu caráter excludente delimitava a um grupo restrito de alunos aqueles

que realmente estavam aptos e preparados sob o viés da preparação física a resistir às intempéries orgânicas e estruturais que iriam encontrar no decorrer da graduação. As matérias de um conceito mais pedagógico e reflexivo ainda não tinham o valor adequado para qualquer outro tipo de contestação.

O espaço se fundia (desculpe o pleonasmo) num espaço estritamente prático com os conteúdos voltados para a formação de uma cultura física e mecânica na formulação e execução dos movimentos. Cultura essa, vista sob o aspecto basilar para a formação de um povo que se desejava fazer forte e representativo no que tange a um foco de visibilidade positiva na disputa externa com outras nações de maior poderio militar e econômico. O esporte com seu poder de persuasão viabilizava essa renovação e esse ressurgimento no Brasil como um país que a partir de um golpe de Estado desejava se reestruturar e mostrar o seu poder de organização frente às grandes potências mundiais. Para isso, era fundamental forjar, manipular e adestrar uma forma de comportamento compatível com os parâmetros e ditames de uma nação “supostamente” desenvolvimentista em suas bases. A Universidade subsidiou e sustentou durante algum tempo esse tipo de ideologia e discurso, estigmatizando a formação intelectual dos seus alunos a um compêndio de informações de caráter ocasionalmente convencional e alienista em suas manifestações políticas dentro do espaço de discussão nos centros acadêmicos.

Em Sergipe não foi diferente. O Curso de Educação Física na Universidade já assume claramente o papel de agente de difusão do projeto hegemônico do Estado. O esporte era vista como um elemento de divulgação e enaltecimento do regime político em vigência na época, que tinha intenção em fazer do país uma grande potência econômica (SANTOS, 1997, p.26)



## 2-PROFESSOR FÉLIX D'ÁVILA: 80 ANOS CONSTRUINDO UMA HISTÓRIA

### 2.1- A INFÂNCIA E O AMBIENTE FAMILIAR

Não é de hoje que discutimos o processo de evolução e reinvenção das grandes sociedades, processo esse pautado em sua quase totalidade pela relação que dela fazem parte os seus indivíduos e suas particularidades, atuando diretamente na busca de uma identidade que permeie e dê sentido às características de um grupo ou determinada classe social. A História se mostra rica nesse ponto quando passa a analisar sob diferentes aspectos e vieses o desenvolvimento e a formação de pessoas em seu sentido restrito, ou de forma mais ampla e com um olhar mais acurado, os condicionantes que constroem a história de um determinado agrupamento social.

O homem na construção da sua vida é apresentado a um emaranhado de situações e desafios que agem diretamente na constituição de uma identidade individual, mas que necessita se relacionar, se posicionar, se revelar contrário ou favor em busca de uma autenticidade que diagnostique a força da sua personalidade e o seu poder de influência perante o grupo no qual se encontra inserido. Socializar algumas reflexões e problematizar outras em prol de um posicionamento, se faz necessário quando é preciso afirmar-se em torno de um comportamento. A biografia entra nesse momento com a missão de retratar a história dessa vida que é única e ao mesmo tempo universalizada em seus acontecimentos e a memória que introduzimos aos fatos se faz primordial na formulação desse relato histórico. Podemos afirmar que:

A natureza social do homem se evidencia, a despeito de tudo que se possa dizer, de maneira bastante evidente já num simples fato: o inexprimível deleite que o homem encontra na biografia. Acho que o grande e recente *boom* da memória pode-se entender, nessa linha, em certa medida em relação às dificul-

dades atuais de identidades encontradas pelos indivíduos, ligadas à fluidez das relações modernas. (BORGES, 2006, p.210)

Ao montarmos um perfil biográfico de um sujeito em sua essência, é primordial a observação de uma reconstrução histórica em torno de certos fatores que definem um cabedal de informações em volta de uma personagem. As respostas a determinados tipos de visões e questionamentos, vão surgindo conforme o alcance das realizações pessoais que precisam ser ratificadas e consolidadas no decorrer de uma existência. O homem tem a necessidade de ao longo dessa projeção de realizações que compõem o seu ideário de vida, relacionar-se com outros homens na perspectiva da legitimação das suas idéias e planos que sedimentem as suas pretensões no que se refere à sua afirmação pessoal e profissional. Somos frutos sem dúvida do resultado dessa teia de valores e multiplicidades que desenham a nossa história.

A biografia se encontra nesse momento enraizada e envolvida nas diversas situações que elucidam e ao mesmo tempo desvendam a riqueza histórica que desmistifica uma personagem. Ela (biografia) não se faz absoluta em suas descobertas, mas dá um nível de entendimento a partir de um olhar mesmo que tendencioso, mas de certa forma enfatizado por um caráter observacional criado por quem transitou próximo a diferentes tipos de situações que fizeram parte da trajetória de uma caminhada. Jacques Le Goff nos relata que isso

Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias [...] De fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo [...] (LE GOFF, 2003, p. 525-538)

Essa procura incessante por uma delimitação do nosso próprio território e conseqüentemente o nosso raio de ação, faz com que

cometamos muitas vezes atitudes as mais torpes possíveis sob o paradoxo funcional de uma suposta realização pessoal. Ser reconhecido e ter influência em determinados aspectos nos faz diferenciados em relação ao *status quo* evidenciando-nos em certos tipos de sociedades, nos dando uma posição de destaque e poder perante aos outros. Notamos em muitos exemplos que a relação entre indivíduo e sociedade se enreda por princípios que nos causa estranheza entre os valores que regem a nossa própria sociabilidade e a regras da simples convivência. Em certa medida somos o retrato dos nossos posicionamentos e aspirações com relação às aspirações que delimitamos do mundo moderno.

A perspectiva que temos, é que toda a compreensão dessa problemática está amplamente ligada ao processo de inserção no espaço de atuação no seio das sociedades. Uma vez aberto esse espaço, é de suma importância o uso e o meio apropriado que cada um fará em vista das oportunidades que porventura irão aparecer nas suas respectivas trajetórias individuais, ou seja, de que forma estará apresentada a nossa caminhada e de que maneira vamos reagir e nos comportar perante as situações que facilitarão ou dificultarão o nosso percurso. E para que isso aconteça é necessário se relacionar, se posicionar, se movimentar e principalmente lutar por determinadas posições de evidência e prestígio, posto que, certas tendências vão direcionar toda a nossa ordem de comportamento pelo resto de nossas vidas. Temos a exata certeza de que a sociedade mesmo que de maneira não tão explícita, nos apresenta um caminho a ser percorrido.

E através desse caminho é que iremos nos reportar à vida do Professor Félix d'Ávila e os atalhos que o fizeram galgar a posição de um homem de grande influência e poder na formação e desenvolvimento do cenário da Educação Física no estado de Sergipe. Influência essa que é notada até aos dias de hoje quando se atribui à pessoa do mesmo como uma grande referência positiva no que diz respeito ao surgimento da Educação Física no ensino superior em nosso estado.

O nosso biografado nasceu em Aracaju no dia 19 de Janeiro de 1928, portanto, tendo recentemente chegado aos 80 anos esbanjan-

do saúde, vitalidade e principalmente lucidez nas suas ponderações e posicionamentos. Filho do advogado Luiz José da Costa Filho e da também advogada Alice Ferreira Cardoso. “Minha mãe foi a primeira mulher sergipana que se formou em Direito”. Isso sempre foi motivo de muito orgulho e admiração por parte da sua família. Quinto filho de uma família extensa de um total de 10 irmãos. Um lar construído sobre os princípios da cumplicidade, do respeito e da harmonia que existia entre os irmãos. Os pais do Professor Félix d’Àvila tinham uma preocupação com uma educação voltada para a construção de uma base intelectual sólida, pois estes tinham a plena certeza que esta daria frutos no desenrolar da escolha da carreira por cada um dos filhos. “Eles (meus pais) sempre nos deram muita liberdade de atuação [...] existia uma rigidez de honestidade, responsabilidade e estudo. Por isso é que todos nós os dez, não só eu, obtivemos êxito”. Na sua infância, o Professor Félix d’Àvila, passou toda ela, residindo numa casa localizada na Rua de São Cristóvão esquina com a Rua de Lagarto onde se encontra atualmente o centro da cidade de Aracaju. Era um tempo em que o fluxo populacional e comercial juntamente com a especulação imobiliária ainda não existiam com a intensidade que configura os dias atuais, proporcionando um ambiente de tranqüilidade para toda e qualquer manifestação das grandes brincadeiras que povoavam o imaginário de toda criança naquela época. As atividades se apresentavam sobre o paradigma da ludicidade, da fantasia e do faz de conta, compondo uma teia de representações simbólicas e lembranças significativas de um período que infelizmente não volta mais. “[...] as opções de brincadeiras de crianças eram restritas, vamos dizer, cavalo de pau, boi de barro, de cerâmica. O esporte só existia praticamente alguma coisa no colégio”

Falar na infância é falar na família, célula de base de todo nascimento. E por que a família? Porque esta, além da rede de pessoas, nome e sangue, é também uma “*construção racional e voluntária, unidas por fortes laços espirituais, por exemplo, a memória e materiais*” (SANTOS, 1999, p.75)

O esporte ainda não fazia parte do rol das atividades que compunham o quadro de diversão e passatempo dos moradores da cidade de Aracaju na primeira metade do século XX, mas precisamente entre as décadas de 30 e 40. As primeiras experiências com o esporte por parte do Professor Félix d'Ávila, apresentam-se para ele no tempo da escola onde o Futebol torna-se de imediato a sua primeira paixão como modalidade desportiva. “O esporte que só existia na minha época aqui em Aracaju, só era o Futebol, não existia mais nada na minha época de infância e adolescência [...] Natação ainda existia alguma coisa por causa do rio [...] Nós fizemos Ginástica no colégio”. A lembrança das primeiras letras, dos primeiros amigos e as novidades de um ciclo de convivência social na escola fora do ambiente familiar, refletiram de forma positiva na vida do Professor Félix d'Ávila nos anos em que estudou em Aracaju e com um aprendizado de postura e conduta que se levam para uma vida inteira. A escola foi sempre vista como um prolongamento da nossa formação educacional, proporcionando-nos um leque de experiências na apropriação de inúmeros valores que permeiam e definem a nossa personalidade num sentido mais amplo e participativo. “Eu fiz o primeiro ano primário no Tobias Barreto. O diretor ainda era o professor José Alencar Cardoso, o professor Zezinho. O segundo com a criação do Jackson de Figueiredo [...] Eu fui aluno fundador do Jackson de Figueiredo em 1939 e lá estudei até o admissão”

A escola deve possuir um conhecimento real de si mesma, um conhecimento exato do mundo exterior e do seu jovem aluno; ela deve possuir um conhecimento de seu ser a fim de operar sua união para com o aluno; ela deve poder colocar-se como árbitro entre o aluno e o mundo: dar a cada um a linguagem, o modo de expressão, a inteligência recíproca (FROEBEL, apud BASTOS, 2002, p.21)

Sob a constatação de inquestionáveis mudanças que atingiram em cheio todas as nossas instituições no decorrer do século XX e suas

conquistas científicas e tecnológicas, a escola por mais que a queiram caracterizar como um lugar de reprodução e não de apropriação e disponibilidade do conhecimento, ainda é, por sua excelência o lugar das grandes e importantes descobertas da vida de cada um de nós. É na escola que somos apresentados aos nossos sonhos, as nossas realizações. É na escola que se inicia o processo de abertura da nossa convergência social e onde fica mais clara a percepção do poder das classes estabelecidas e sua relação dentro de uma ordem hegemônica de comportamento da sociedade perante aos fatos. É indiscutível a importância que a escola teve na formatação da nossa personalidade enquanto ser reflexivo, crítico e, acima de tudo, composto de um conteúdo político e fragmentário em relação ao caráter formador das nossas opiniões, ou seja, aprendemos na escola a descompartmentalizar a visão simplista pela qual costumamos avaliar as coisas ao nosso redor.

A presença da escola na vida do Professor Félix d'Ávila dentre os vários direcionamentos, serviu para plantar a primeira semente vocacional do que seria o desenrolar da sua vida num futuro que não se apresentava muito distante. O ano de 1939 foi um divisor de águas na sua vida. A vida e suas diferentes facetas. O garoto de apenas onze anos de idade parte junto com a sua família rumo ao Rio de Janeiro, então Capital Federal. “Eu fiz admissão e, logo depois da admissão, meus pais se mudaram para o Rio [...] A parte de esporte, de Educação Física, já era bem melhor do que no Nordeste” Por uma coincidência, 1939 é o ano em que se dá a criação do primeiro curso superior de Educação Física no país fora dos muros do exército. A instituição a gerenciá-lo foi a Universidade do Brasil, hoje atual Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Aracaju nesse período ainda era um modelo de cidade provinciana que se quer tinha uma Faculdade e, que agora começava a fazer parte do passado na memória do Professor Félix d'Ávila. O foco nesse momento era o desafio da vida na metrópole, seu ritmo acelerado e a adaptação aos costumes de um universo totalmente diferente do que se tinha vivido e compartilhado com a família. O garoto Félix agora se via envolta num emaranhado de possibilidades. A paixão pelo esporte

começa a ganhar mais espaço no perfil das suas pretensões e prioridades. Os clubes e suas práticas esportivas e o conhecimento de outras modalidades começam a despertar o interesse pelo mesmo num possível curso de Educação Física. “Joguei Futebol no juvenil do Madureira e depois fiz um pouco de Atletismo no Vasco lá em São Januário com um professor argentino que era o Rapapó”. Afinal de contas, era um campo em expansão que precisava ser mais bem explorado. Porém, O interesse pela prática do esporte no Professor Félix d’Ávila, ainda era muito maior do que o interesse em lecionar propriamente. Essa realidade só viria a entrar na sua vida um pouco mais tarde com o ingresso no ensino superior.

## 2.2- A FORMAÇÃO ACADÊMICA E A OPÇÃO PELO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Conhecer a nossa história é também em grande parte conhecer a história daqueles que construíram o nosso ambiente de formação social e intelectual. É perceber que os fatos não acontecem por si só como simples e meras obras do acaso, desprezando o seu contexto e a importância política dos acontecimentos. Eles, os fatos, atuam de forma incisiva e dinâmica em todo um processo que se faz presente nas particularidades, comportamentos e individualidades de um personagem, dando-nos a possibilidade de descobrir o quanto rica e ao mesmo tempo encantadora é a estrada responsável pelo curso da vida.

Examinar uma trajetória é incursionar pelo traçado do destino. Exige um olhar sensível, um manusear cuidadoso para que não se desmanche na tentativa de conferir linearidade [...] Compreendi que se identidade pessoal e profissional se constroem, há uma interação, uma porosidade entre elas (MIGNOT, 2002, p.62)

Olhar o esboço de uma vida sob uma perspectiva em torno de vários olhares, é o que faz o ser humano se tornar um ser diferente e único em todas as suas ricas e necessárias “incoerências” e que,

ininterruptamente, faz e se desfaz na ótica de um contexto que pode ser mais ou menos exigente em suas análises e observações. Sob o ponto de vista da conveniência, todos nós somos interessantes. Alguns mais que os outros. O que muda geralmente é a expectativa que o outro tem em relação ao nosso comportamento. Alguns conseguem se impor, outros em contrapartida, subvertem e não conseguem se desvencilhar de seus papéis de coadjuvantes sociais, isto é, vivem à sombra das importantes decisões não arrematando nem respeito e nem ódio, apenas o descaso por parte dos outros. O Professor Félix d'Ávila, contestem ou não, está no primeiro grupo em suas assertivas e posicionamentos e o espaço acadêmico em certo sentido se mostrou como um importante local para expressão das suas idéias.

Voltando ao ano de 1955, o Professor Félix d'Ávila presta vestibular para o Curso de Educação Física na Universidade do Brasil conseguindo a aprovação em ambas as provas teórica e prática. “Era um vestibular onde nós fazíamos uma prova de Português, Ciências, Conhecimentos Gerais, Matemática e a prova prática. Tínhamos uma prova prática que era correr, saltar, arremessar, um teste de aptidão física”. O curso à época se desenvolvia em apenas três anos com a grade curricular sendo voltada para o desempenho das disciplinas de um caráter mais prático. Havia a presença de disciplinas de um viés pedagógico, mas o curso em sua essência era eminentemente prático em suas ações e deliberações.

O país passava por um momento de forte influência política e ideológica por parte do capital estrangeiro. O conceito de homem que se queria formar naquele momento era o do homem sedimentado em torno de uma cultura física e nacionalista em prol dos interesses que se relacionassem com a proteção e a defesa do Estado. E isso de certa forma, não fugia às perspectivas da Academia ao se definir um “perfil” de formação do homem ideal. O curso de Educação Física no seu início é um claro exemplo da contextualização hegemônica que o regime político pregava através das suas classes dirigentes. O esporte nesse sentido e, com as suas perspectivas voltadas agora para o rendimento atlético, encontra na Educação Física um espaço legitimado que passa a servir de esteio e suporte para o desenvolvimento de suas práticas. “Eram três anos no total com dois anos



de Anatomia, um ano de Cinesiologia, um ano de Fisiologia. Essa coisa de período só veio aparecer depois com a Reforma Universitária”

“Externava-se, dessa forma, a caracterização de uma outra sua faceta, qual seja, aquela voltada às questões afetas à “performance esportiva”, simulacro, na Educação Física, da ordem, da produtividade e eficiência inerentes ao modelo de sociedade no qual, a brasileira encontra identificação (CASTELLANI FILHO, 1988, p.109)

O quadro de professores composto para desenvolver o Curso de Educação Física da Universidade do Brasil nos três anos em que teve como seu aluno Félix d'Ávila, era formado por aquilo que de melhor existia nos quesitos excelência e produtividade à época. Havia uma solidez por parte dos professores que diz respeito à didática e a dinâmica na elaboração dos conteúdos de cunho teórico e prático. De acordo com o Professor Félix d'Ávila existia uma cumplicidade e um respeito mútuo na relação entre professores e alunos. Com essa formação, aos poucos a tendência pelo magistério começa a fazer parte do ideário de vida e vocação do Professor Félix d'Ávila. Ensinar sem dúvida foi uma grande satisfação vocacional na carreira como professor de Educação Física. A arte que passa por uma retórica articulada e fundamentada nos princípios da aprendizagem, aprendizagem essa que é alicerçada por um cabedal de conhecimentos. A formatura do Professor Félix d'Ávila aconteceu em Dezembro de 1957, com o seu diploma sendo entregue pelo nosso grande historiador Pedro Calmon à época reitor da Universidade do Brasil. Era um fim de uma etapa e o início de outra que se projetava em torno de uma expectativa de futuro, ascensão e afirmação acerca da nova profissão como um profissional graduado em Educação Física. Um graduado que segundo as próprias palavras do professor Félix d'Ávila foi um aluno de atuação regular durante o desenrolar do curso, pois o mesmo cita que em virtude de outras atividades paralelas como o trabalho, outro curso (Serviço Social) no turno da noite e o sustento da família, pois já era casado, foi difícil se dedicar

totalmente da maneira como realmente queria. “Nem fui mau aluno, nem fui um aluno excepcional. Nunca fiquei reprovado, nunca fiquei dependente em nenhuma disciplina. Um aluno normal. Eu tinha família. Eu estudava e trabalhava”

### 2.3- A ATUAÇÃO PROFISSIONAL E A CRIAÇÃO DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UFS

O retorno à terra natal, Aracaju, se dá no início de 1958 depois de longos 19 anos morando, estudando e trabalhando na cidade do Rio de Janeiro. O garoto que saíra aos onze anos de idade, agora volta homem feito e casado aos trinta anos de idade, trazendo na bagagem a experiência obtida como discente, os sonhos de uma carreira de sucesso e de realizações no que tange à Educação Física Sergipana. Restava aplicar na prática com os seus futuros alunos, todo o conhecimento adquirido durante os três anos passados dentro da Universidade do Brasil e como estagiário em algumas instituições educacionais do estado do Rio de Janeiro. “Quando eu me formei em 1957, voltei para Aracaju e aqui fui nomeado professor de Educação Física do colégio Estadual e fui contratado como professor dos colégios Jackson de Figueiredo, Pio X e Salesiano”

Voltar a Aracaju depois de quase vinte anos fora, era como voltar a morar numa cidade que nunca se conheceu e que estava muito diferente em sua estrutura e aspectos organizacionais, visto que, a saída se deu no final dos anos trinta e a volta aconteceu com o mundo às portas dos anos sessenta. Para muitos a década de sessenta foi a grande década, a década dos grandes acontecimentos e das grandes revoluções, da contracultura, da revolução sexual e da anistia feminina como um símbolo da resistência dos grupos excluídos e das minorias sociais. A Educação no Brasil no período pós-64 passa como todas as instâncias de caráter público a ter um espaço político de atuação restrito às atribuições e regulamentações de um Estado autoritário e ameaçador.

A escola e seus muros eram considerados focos de subversão e desordem do pensamento anti-revolucionário daquele período obscuro da nossa existência. Toda e qualquer manifestação de pensamen-

to contrária aos moldes da Revolução e seu projeto nacional de desenvolvimento popular, era punida exemplarmente. Passamos por um estágio completo de letargia social, política e econômica. A crise se acirrava cada vez mais à medida que as diferenças entre as classes sociais se acentuavam tomando um patamar acentuado de descaracterização das oportunidades de trabalho.

O agravamento das tensões sociais estava se dando pela crescente percepção social acerca do fato de que os ricos se apropriavam do trabalho não pago dos trabalhadores [...] O trabalhador estava se enxergando no produto apropriado pelo rico e este se reconhecendo nas imagens do capital sobre o trabalho, razão pela qual exarcebava seus “aparelhos ideológicos” de exploração da miséria (FREITAS, 1998, p.170)

Quanto ao referido momento político o Professor Félix d'Ávila relata que não passou por qualquer tipo de dificuldade no que se refere ao desenvolvimento das suas atividades como professor de Educação Física. Numa das nossas entrevistas ele remete a sua neutralidade e profissionalismo quanto ao caráter de uma possível adesão partidária aos militares, rechaçando qualquer tipo de participação direta ou indireta nos setores que dirigiam e comandavam os destinos da nossa sociedade. A marca que determinadas posições assumem dentro de um contexto formador de opinião pública em determinado período histórico, acaba por vezes rotulando uma personalidade ou um grupo social por determinado tipo de comportamento e afirmação perante a categoria na qual se está inserido.

Eu não sou resultado de Revolução nenhuma. Quando eu vim pra cá foi realmente na época, mas não tem nada haver. Eu sempre fui, sou e serei sempre um profissional consciente da minha responsabilidade, sou disciplinador e na minha profissão eu não sou inflexível, até porque não sou burro, mas eu sou livre profissionalmente (D'ÁVILA, 2008, p.4)

A atuação profissional do Professor Félix d'Ávila caminhava a passos largos tanto no ensino público quanto no ensino privado. A procura pelos seus serviços como professor de Educação Física era constantemente requisitada pelos principais colégios de Aracaju durante os anos sessenta e setenta. Atuou também em diversos cargos, fazendo parte de direções, conselhos administrativos e de pesquisa, chefia, enfim, trabalhou em todos os setores pertinentes ao quadro de crescimento e desenvolvimento da Educação Física em Sergipe e no Brasil. A Educação Física em Sergipe naquele momento (décadas de 60 e 70) carecia de uma maior qualificação por parte daqueles que pleiteavam seguirem nesta área de ensino. Da necessidade da formação, vislumbrava-se num futuro não muito distante a criação de um Curso de Educação Física que atendesse as características e as necessidades do ensino superior.

Na época formado aqui só tinha o professor Edilberto que era professor do Ateneu e da Escola Técnica. Agora, tinha professoras com curso de Educação Física infantil que atuavam prioritariamente na Escola Normal que era a professora Elodir, a Rosália, a Conceição e mais tarde, a Maria Augusta Moura que vieram com o curso de Educação Física aqui para Aracaju. Eu vim com a Licenciatura Plena (D'ÁVILA, 2008, p.4-5)

Os cursos superiores em Aracaju funcionavam de forma ainda estratificada e não se pensava a princípio na Universidade como um conjunto de faculdades ou escolas de nível superior para especializações profissionais e científicas. A UFS em Sergipe só foi criada oficialmente no ano de 1968 como resultado da fusão dos seis primeiros cursos de formação superior do estado: Economia, Medicina, Direito, Serviço Social, Química e Filosofia, indo para o Campus Universitário no atual espaço, apenas dez anos depois no ano de 1978. A Universidade ainda passou muito tempo com as suas portas fechadas para as camadas sociais mais desafortunadas, fruto de uma política de governo classificadora e delimitadora em suas arestas sociais e econômicas.

A insatisfação quanto ao poder das classes dirigentes se refletia no repúdio da população destituída de suas funções participativas no bojo da sociedade funcional

O Curso de Educação Física teve finalmente a sua criação regulamentada no ano de 1974, porém, de forma efetiva e absoluta no ano de 1975. O Professor Félix d'Ávila encontrava-se nesta época à frente do Ministério dos Esportes em Brasília como diretor da divisão de Educação Física. Fica claro, no entanto, que o seu poder de persuasão e influência nesse momento era muito grande, facilitando de sobremaneira a aplicação dos trâmites legais referentes ao processo de Criação do Curso de Educação Física. Lidamos com várias vertentes de interpretações e significados em torno de uma mesma história, mas a histórica como fruto de um acontecimento, também é prodigiosa em suas interpretações acerca dos fatos que por si só geram uma série de controvérsias com partidários e não partidários daquilo que foi realizado. A verdade se encarrega de dar sentido e luz às coisas. E queiram ou não, contestem ou não, se faz notório afirmar com plena convicção de que a participação do Professor Félix d'Ávila, foi fundamental no processo de criação e solidificação do Curso de Educação na Universidade Federal de Sergipe. Os fins justificam os meios de forma literal nessa gama de interesses que é a demarcação de certos territórios que justificam em todos os seus sentidos a universalização de um poder constituído e, acima de tudo, conquistado sob as regras que o próprio poder demanda e oferta. "Não houve contestação, foi uma criação muito tranqüila do curso e obviamente a participação minha foi muito grande porque eu tinha uma influência muito grande".

O poder se faz presente em toda e qualquer relação em que estão presentes o indivíduo e a sociedade. Há os que se escondem e rateiam no combate a certas situações de risco, pois estas cobram uma definição e um posicionamento no que tange a resolução de questões insólitas e inesperadas. Em contrapartida, há os que esperam ansiosamente por este tipo de situação. Sentem-se à vontade e crescem na adversidade dos que mostram insegurança. Significa aproveitar as oportunidades de maneira significativa e incontestável. É uma máxima que o poder não se

discute, se conquista. As grandes corporações mostra-nos isso todos os dias. Não se trata de um espaço destinado a discutir apenas competência, mas, sobretudo, a influência e a visibilidade que a própria competência proporciona nos diversos setores que compõem uma organização governamental. A nossa realização pessoal é algo efêmero do posto de vista particular e, maior do que qualquer desejo existencial.

E nem sempre cabe à pessoa decidir se seus desejos serão satisfeitos, ou até que ponto o serão, já que eles sempre estão dirigidos para outros, para o meio social. Quase todos têm desejos claros, passíveis de ser satisfeitos; quase todos têm alguns desejos mais profundos impossíveis de ser satisfeitos, pelo menos no presente estágio de conhecimento (ELIAS, 1991, p.13)

Na vida do Professor Félix d'Ávila, os desejos sempre vieram acompanhados de grandes realizações e aspirações profissionais proporcionadas pela influência e poder que ele construiu ao longo tempo como um grande expoente dentro da esfera educacional pertencente ao quadro da Educação Física no estado de Sergipe e no Brasil. A escolha pelo seu nome para servir de âncora na criação do curso de Educação Física da UFS, não foi em nenhum momento uma escolha aleatória. Era preciso, contudo, se constituir uma referência e a referência naquele momento crucial se chamava Félix d'Ávila. Um bom relacionamento segue uma hierarquia na escalada de poder e participação nas questões que envolvem uma administração. Além da criação do curso, também lhe foi incumbida tarefa da formação do primeiro corpo docente. “Eu abri concurso, obviamente só podia ser por concurso. Já existiam dois professores aqui. Esses foram aproveitados com a criação da Universidade que foi o professor Cândido Augusto Sampaio Pereira e a professora Maria Edma de Barros”. No ano de 1976 houve o primeiro concurso aberto ao público com a criação de uma equipe docente definida para as primeiras necessidades curriculares do curso. Enfim, desse modo, estava criado o Curso de Educação Física da Universidade Federal de Sergipe.

No ano de 1979, o Professor Félix d'Ávila a convite do reitor da Universidade Federal do Paraná, é solicitado a dar um curso no período de quatro meses aos alunos daquela instituição. Ao final do curso, o referido reitor o convida para ser professor em regime integral desta Universidade. Depois de alguns trâmites e processos burocráticos envolvendo essa transferência, o Professor Félix d'Ávila, muda-se em caráter definitivo para a capital paranaense onde nela permaneceu até o ano de 2006, voltando mais uma vez a Aracaju, a cidade das boas e saudosas lembranças da sua infância. A avaliação que ele hoje faz do Curso de Educação Física 33 anos depois da sua criação é um tanto quanto triste e pessimista em virtude dos posicionamentos políticos e ideológicos dos professores que compõem as fileiras do Departamento de Educação Física. "O curso hoje está completamente dividido. Existe uma divisão [...] Uma divisão idiota de anti-profissão. Eu acho o seguinte, em vez de eles se dividirem, eles tinham era que se unirem. Um é Bacharelado e o outro é Licenciatura". Hoje na plenitude dos seus 80 anos, exerce a função de professor no curso de pós-graduação em Educação Física da Faculdade Atlântico e atua ainda como membro do Conselho Federal de Educação Física junto ao Ministério dos Esportes. O Professor Félix d'Ávila nos deixa em sua figura singular um legado de conquistas e realizações e, acima de tudo, uma vida pautada pelo compromisso profissional e o enaltecimento da profissão em nome da Educação Física em nosso estado e no Brasil.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao lançar um olhar um pouco mais rebuscado sobre a biografia, é interessante notar que, além do caráter extremamente informativo e revelador, ela (biografia) é acima de tudo um desejo incontrolável de se manter viva a atemporalidade de uma história que permanece, que se renova e que se multiplica ao longo dos anos. Uma biografia nunca perde a sua capacidade inesgotável de ser sempre história. Uma história que nunca chega ao seu final.

Através das histórias e relatos ouvidos durante o tempo da minha graduação no Curso de Educação Física, o nome do Professor Félix d'Ávila era frequentemente citado em diversas situações, mas até então, sua presença concreta não passava de uma mera lembrança que tinha se estacionado em algum lugar do passado dentro daquela Universidade e daquele Departamento. Passado este que alguns professores insistiam em não trazer à tona. Eram muitas referências e poucas evidências da sua pessoa. Ele se considerava o “dono do curso”, alguns diziam. A partir daí, certos questionamentos começaram a povoar o meu imaginário em torno dessa figura que às vezes parecia tão caricata e surreal, ou seja, pareciam estarem falando a respeito de uma pessoa que não existia mais. Uma pessoa que o tempo tinha feito questão de apagar das lembranças daqueles que compõem hoje o Curso de Educação Física da Universidade Federal de Sergipe.

No sentido do senso comum, a biografia é hoje certamente considerada uma fonte para se conhecer a História [...] Não há nada melhor para saber como é o ser humano do que se dar conta de sua grande variedade, em espaços e tempos diferentes (BORGES, 2006, p.215)

Ao iniciar a disciplina sobre estudos biográficos no mestrado em Educação, me perguntei. Por que não averiguar essa história mais de perto e dar a minha própria versão dos fatos? O Professor Félix d'Ávila está vivo, e muito vivo por sinal, gozando de plena saúde e, principalmente, sobriedade nas suas intervenções e ponderações a respeito da Educação Física. Aquela “imagem” que tinham construído na minha cabeça do Professor Félix d'Ávila durante os anos da graduação se constituía no foco da minha maior preocupação ao tentar procurá-lo. Como seria uma espécie de aproximação do tão “temido” Félix D'Ávila? Confesso que tive um certo receio ao ligar para a sua residência pela primeira vez. Para minha surpresa, o que encontrei foi uma pessoa bastante solícita e disponível em todos os sentidos disposta a ajudar um simples estudante de pós-graduação que ele sequer conhecia, portan-



to, não tinha a menor obrigação de ajudá-lo. Um pré-julgamento acerca de qualquer coisa é, no mínimo, um exercício incoerente e precipitado dos fatos, isto é, das verdades, mitos e mentiras que compõem a biografia de uma personagem. Haverá sempre lacunas na formatação de qualquer tipo trabalho que tenha em seu alicerce o gênero biográfico como carro-chefe nas suas atribuições e descobertas, porém, o mais importante é desfazer uma imagem com a perspectiva de se construir outra. Não é a imagem ideal, mas é a imagem refletida através da percepção de um olhar que é permeado pela individualidade de uma análise do entorno das características que formam o arcabouço de uma personalidade.

As abordagens sobre intelectuais são importantes contribuições que servem para reafirmar a condição do indivíduo como sujeito da história, colocando em destaque as personalidades, no processo da vida social. As análises memorialísticas estão para além da simples biografia, dando voz aos intelectuais estudados (NASCIMENTO, 2007, p.7)

O que se projetou, foi mostrar através das concepções da vida profissional e pessoal de um homem, a sua luta incessante na construção e no desenvolvimento de uma história sempre pautada pelo ideário da Educação que se faz até hoje fonte primária e essencial da sua existência ao longo dos tempos. Nós usamos as armas que temos ao nosso alcance em busca dos nossos objetivos. O Professor Félix d'Ávila usou todas as armas que ele tinha em prol de uma realização que se fazia totalmente legítima sob todos os aspectos. A arte da negociação e o controle rápido e, muitas vezes, eficiente nas tomadas de decisões até certo ponto nada ortodoxas sob o aspecto político, foi em muitas ocasiões a marca principal do Professor Félix d'Ávila ao longo da sua carreira como um profissional de Educação Física.

Em última análise, remetemos o Professor Félix d'Ávila à categoria daqueles sujeitos importantes na sua essência no que concerne a valorização do espaço educacional sergipano, concordem aqueles ou

não com a validade dos seus métodos. A verdade dos fatos e dos acontecimentos é uma verdade inquestionável por mais que tempo e suas vicissitudes queiram apagar das nossas memórias. O homem é um produto do seu tempo em todas as suas nuances. E esse tempo o Professor Félix d'Ávila o viveu e ainda continua vivendo muito bem. E esperamos que ainda tenha muito a nos acrescentar. A sua capacidade de renovação mostrada durante todo esse período de atuação no magistério, mostra-nos que é prudente não subestimarmos a sua condição de grande e educador.

## REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

- BASTOS, Maria Helena Câmara. *Pró pátria laboremus*: Joaquim José de Menezes Vieira (1848-1897). Bragança Paulista: EDUSF, 2002.
- CASTELANNI Filho, Lino. *Educação Física no Brasil*: a história que não se conta. 2ª. Ed. Campinas: Papirus, 1988.
- BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (org.). *Fontes Históricas*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006. p.203-233.
- ELIAS, Norbert. *Mozart*: sociologia de um gênio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- FREITAS, Marcos Cezar de. *Álvaro Vieira Pinto*: a personagem histórica e sua trama. São Paulo: Cortez, USF – IFAN, 1998.
- GERMANO, José Willington. *Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- GRUNENVALDT, José Tarcísio. *Escola Nacional de Educação Física e Desportos*: o projeto de uma época. Dissertação (Mestrado em Educação). São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 1997.
- LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In. *História e Memória*. 5ªed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003. p.525-541.
- LUCENA, Ricardo de Figueiredo. *Quando a lei é a regra*. Vitória: UFES/CEFD, 1994.
- MELO, Victor Andrade de. *A introdução da Educação Física nas escolas brasileiras do século XIX*. Rio de Janeiro: Programa de Doutorado em Educação Física/UGF, 1998.
- MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio. *Baú de memórias, bastidores de histórias*: O legado pioneiro de Armanda Álvaro Alberto. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2002.
- NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. *Intelectuais da Educação*: Sílvio Romero, José Calasans e outros professores. Maceió: Editora da Universidade Federal de Alagoas, 2007.
- NETO, Amarílio Ferreira (Org.). *Pesquisa histórica na Educação Física*. Vitória: UFES, 1997. 2 v.

OLIVEIRA, Marcos Aurélio Tabora de. *Educação Física escolar e ditadura militar no Brasil (1968-1984): entre a adesão e a resistência*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

SANTOS, José Américo Menezes. *Escola de Educação Física da Universidade Federal de Sergipe: uma possível história*. São Cristóvão: Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe, 1997.

SANTOS, Maria Nely. *Professora Thétis: uma vida*. Aracaju: Gráfica Pontual, 1999.

## OS MESTRES DE OUTROS TEMPOS

Acrísio Tôres

Lembro-me de que, ainda criança, meus pais costumavam me falar com veneração, com reconhecimento, de velhos educadores. Nunca pude esquecer meu velho mestre Diogo, de estatura baixa, magro, paciente, amável, barba longa, branca, óculos de lentes espessas, atrás das quais dois olhos cansados, bondosos. Tive assim, sempre, muita curiosidade a respeito desses mestres cujos ensinamentos ainda ressoam, deviam ressoar, sobretudo nas universidades, onde os professores, cada vez mais distanciados das lições de Hutchins, de Mill, não conseguem entender a) que a função da universidade não é formar profissionais, mas formar para as profissões, b) que, antes de tudo, acima de tudo, o professor deve estar interessado no desenvolvimento intelectual dos alunos, e c) que, na explanação dos temas, a tarefa do professor não é informar, mas ajudar os alunos a encontrarem ordem e significado nos assuntos tratados, estudados. Este, um dos motivos que me levaram a escrever este texto e, outro, tornar conhecidos das crianças, dos jovens sergipanos, seus grandes educadores, esquecidos. Há outros. Estes dez, porém, fizeram-me lembrar os de que me falaram meus pais, e os que tive quando menino. Posso tê-los rememorado com excesso de sentimentos. Mas, isso, porque, como Goethe, os meus sentimentos sempre estiveram, estão, estarão acima de meus modestos conhecimentos. No entanto, se assim fiz, a mim, somente a mim

cabe a culpa de ter amado demais os meus mestres, os mestres da minha infância.

I

Nasceu em Laranjeiras, em 1849, o mais bondoso educador sergipano: Manuel Francisco Alves de Oliveira. Tinha físico frágil, enfermigo. É possível ver nesse nascimento difícil, dorido, a fonte de afeição, de generosidade que lhe nutriu o espírito e tanto o aproximou dos semelhantes. Procurou a mãe ensinar-lhe as primeiras letras, sem lhe exigir muitos esforços. Mas, para surpresa dos pais, ele mostrou grande amor aos livros, e aprendia com muita facilidade. Terminados em Aracaju os estudos de humanidades, ingressou no seminário de Santa Tereza, na Bahia, que deixou, mais tarde. Plena vocação para o magistério, revelada no seminário, o jovem Manuel Francisco tornou-se professor. Tinha necessidade interior de aproximar-se das pessoas, de orientá-las, de guiá-las. Era sensível às angústias, à dor alheia. Procurava consolar os infelizes. Muito semelhava Pestalozzi, D. Bosco. Não tardou tornar-se um dos mais conceituados educadores de Sergipe. Lente do primário, em Laranjeiras. Depois, de história no Ateneu. De pedagogia e de geografia na Escola Normal. Em 1894, diretor da Instrução Pública. Período difícil, de governo dual (Calazans, Valadão). Teve alunos distintos como Manoel Bonfim, João Ribeiro, Felisbello Freire, Jackson de Figueiredo. Estes, que, mais tarde elevaram Sergipe a um alto nível de cultura no país, exaltaram o “vasto e sólido saber” do mestre, do inesquecível mestre Manuel Francisco. Escreveram que ninguém o excedeu em preparo nas diversas disciplinas, nem na maneira simples, atenciosa, cativante de ensinar. No entanto, além do ensino, militou na política. Não sacrificou a arte do magistério à vulgaridade eleitoral, o coração ao espírito. Talvez porque enxergasse nas artes a eterna luta entre os dois princípios: Apolo, a razão, e Dionísio, a emoção. Foi deputado no império, na república. Eloquente orador político, faz-me lembrar Calisto, personagem de Camilo. Foi também notável jornalista. Muito lido, colaborou em diversos jornais da capital.

Em 1873, em nova fase, *O Conservador* [v. *Imprensa em Sergipe*, I (e II, a sair)] era redigido por Manuel Francisco, Brício Cardoso e Geminiano Paes. Humanitarista, fundou a Associação de Amparo às Famílias Pobres. Em regra, sozinho, às vezes acompanhado, dirigia-se aos casebres humildes para levar o pão, a veste, o remédio, uma palavra de conforto e ânimo. Este, um modelo de educador. Ensinou com amor. Preocupado antes de tudo, acima de tudo com o desenvolvimento intelectual dos alunos. Não são provas ilustrativas de suas preocupações pedagógicas, intelectuais, pensadores como João Ribeiro, Bonfim, Felisbello, Jackson? Pode ser posto ao lado dos maiores educadores de Sergipe.

## II

Em 1852, três anos antes de São Cristóvão perder a condição de capital da província, aí nasceu Ascendino Ângelo dos Reis. Teve dos pais o conhecimento da leitura, cálculos mais simples, noções elementares de história e geografia. Tendo terminado os estudos elementares, seguiu para Salvador, na Bahia. Dedicou-se aí, quase inteiramente, aos estudos de línguas e das ciências. Foi quando sentiu despertar nele a vocação para o magistério. Ensinar, ou, como ele mesmo escreveu, “transmitir idéias de valor”. Doutora-se em medicina. Na ocasião, para receber esse grau superior, apresentou e defendeu brilhante tese. Mais tarde, fez o curso de direito. Nunca se afastou, porém, do magistério, profissão humilde, mas nobre. Mais se fortaleceu nela, evidente nas aprovações em concursos de inglês, no Ateneu Sergipense, e de geografia, na Escola Normal. Mas, além de inglês e de geografia, aí lecionou também História Geral, do Brasil. Não se limitava à mera transmissão, mas à análise dos fatos históricos à luz da ciência do tempo. Tinha o hábito de dialogar com os alunos. Era a forma de fazê-los participar das aulas, ao mesmo tempo que procurava avaliar-lhes a capacidade. Ponto alto de sua dedicação ao ensino, fundou, em 1879, em Aracaju, o Partenon Sergipense, importante escola de ensino secundário. Nele lecionaram renomados mestres, como Brício Cardoso.

Nele estudaram muitos sergipanos ilustres, como Edilberto Campos. Depois de quase vinte anos de labor em Sergipe, como médico e, principalmente, como educador, transferiu-se, por razões alheias à sua vontade, para o sul do país. Ex-alunos, colegas do magistério prestaram-lhe uma homenagem carinhosa. Era assim, foi sempre assim o mestre Ascendino Reis, para quem o magistério era a mais nobre, delicada das profissões. Mas, afastado dele pela velhice, à sua casa acorriam ex-alunos, que lhe louvaram, sempre, o saber, a bondade, a compreensão.

### III

Estância, berço de um dos mais completos educadores de Sergipe: Brício Cardoso, aí nascido em 1844. Teve, no lar, as condições que fizeram dele um grande mestre. Foi o pai um competente advogado, notável mestre. Foi o primeiro mestre do filho, que também recebeu ensinamentos de um tio, cônego. Mais tarde, em Salvador, foi aluno brilhante no Ateneu Baianense. Dessa época, nunca esqueceria as admiráveis aulas de filosofia de frei Itaparica, que, também, foi mestre de Tobias Barreto. Muito cedo, o jovem Brício entrou para o magistério. Nele podem-se encontrar, plenos, os atributos indicados como indispensáveis ao professor, ao mestre (v. *O Professor*, de Backheuser). Nele, em especial, um desses atributos era mais forte: uma simpatia pela humanidade que muito o semelhou a Pestalozzi. Esse sentimento transparece na dedicação ao ensino e nos pequenos dramas que escreveu, comoventes, e de piedade pelos pobres, pelos humildes. Teve início a sua vida no magistério como professor substituto de geometria, em Estância, fato que revela acentuada inclinação para os estudos filosóficos. Tanto que, logo depois, era removido da cidade onde nascera para ensinar retórica e poética no Ateneu Sergipense. Também aí lecionou língua vernácula, História Universal, do Brasil e de Sergipe. Em especial, História de Sergipe, num estímulo aos que procuraram (foi o que fiz, sempre), e pregam a necessidade desse estudo. Diretor da Escola Normal, não se limitou à função de dirigir. Ensinou aí retórica,



poética e pedagogia. No Colégio das Irmãs Sacramentinas ensinou Português. Bondosas, inteiramente dedicadas ao ensino, as sacramentinas tiveram por ele uma atenção e ternura que, depois dele, se estenderiam ao filho. Este, Graco Cardoso, presidente do estado, 1922-26, doou às irmãs religiosas o terreno onde ergueram o Colégio, dedicado à fé e à cultura. No Colégio Tobias Barreto, fundado por um sobrinho, também notável educador, Brício lecionou latim e história universal. No Partenon Sergipense, fundado pelo mestre Ascendino Reis (v. II), ouvir as suas aulas de filosofia era quase sentir-se na Academia de Platão. Foi também admirável orador, jornalista e conferencista. Político, foi deputado em várias legislaturas, no império, na república. Foi secretário de estado nos governos de Martinho Garcez e de Oliveira Valadão. Em suma, de duas maneiras, que se completam, mestre Brício Cardoso bem serviu a Sergipe: como professor, preparando gerações, e como escritor, jornalista, político auxiliar de governos estaduais.

## IV

Nos dias distantes da província de Sergipe deparei, em Capela, com algumas das maiores vocações do magistério. Posto o pensamento nesses dias distanciados, no tempo, sente-se que o esforço dedicado e o amor dos velhos mestre ao ensino, perderam-se. Resta, como estímulo aos que hoje amam o magistério, a lembrança desses nobres educadores, cuja memória procuro reviver. Foi assim o mestre Antônio Diniz Barreto. Nasceu em Capela, em 1821, quando o país, colônia, lutava para libertar-se do pesado jugo de Portugal. Fez aí os primeiros estudos, revelando viva inteligência, forte amor aos livros. Faz lembrar *Luís Lambert*, de Balzac, na sua “fome insaciável de leitura”. E sobretudo tinha vontade, que é indispensável para vencer. Ela, somente ela utiliza plenamente as energias intelectuais. Terminados os estudos de primeiras letras, cursou humanidades. Na sua nova etapa, logo descobriu o rumo que daria às suas atividades. Tornar-se-ia professor. Ingressou no magistério público ainda muito jovem. Nomeado

para a cadeira de latim, em Itabaiana. Ele sentia que o magistério era um sacerdócio. Pressupõe vocação. Também lecionou latim, em Laranjeiras. Também em Aracaju, no Ateneu Sergipense, e português, na Escola Normal. Nele, as condições para ensinar: conhecer a matéria, saber transmiti-la, gostar de transmiti-la. No governo da província, Oliveira Bello nomeou-o diretor da Instrução Pública. Muito disseminou o ensino, fiel ao princípio de que a escola deve formar o cidadão, instruindo a criança, “instruir é construir”. Foi o mestre Antônio Diniz também colaborador na imprensa, sob pseudônimos. Hábito na época. Foi poeta satírico, muito lido e apreciado. Faleceu em 1886. Presidente da província, Manoel de Araújo Góis determinou lhe fossem prestadas solenes homenagens. Era o mérito reconhecido naquele que havia consagrado ao ensino o melhor de seus esforços e de sua vida.

## V

Em 1848, em Nossa Senhora do Socorro, nasceu Alfredo Montes. Fez em São Cristóvão os estudos primários na escola do mestre Graciliano Aristides. Em 1857, os pais o levaram para a nova capital da província. Mais tarde, ele rememoraría na imprensa (*Correio de Sergipe*) o que haviam sido os primeiros, difíceis dias em Aracaju. No estudo das matérias do curso secundário, dedicou-se, de preferência, ao estudo de línguas. Tal interesse pelas línguas se manifestou ainda na escola primária. Tanto se interessou pelo conhecimento de línguas que, em aula, procurava sempre responder em inglês às perguntas de seu mestre-escola. Era em inglês, se de inglês a aula, que cumprimentava mestre e colegas, ao entrar, ao sair, e até mesmo perguntas, ele as procurava formular na língua de Pope. Não só conhecia bem o português. Também o inglês, de que foi lente no Ateneu Sergipense, por concurso (1877). Nomeado, ao assinar o ato, disse dele o presidente da província, Martins Fontes, “um dos mais nobres mestre do Ateneu”. Nele uma prova do valor que se dava aos estudos na época, e a seriedade que lhe consagravam os jovens. Tornara-se antes um burocrata. Tendo chegado a secretariar governos da província, talvez tivesse che-

gado a governar Sergipe, se o ensino não o tivesse absorvido, de todo. Renunciando, pois, aos cargos públicos, ingressou definitivamente no magistério. Essa nobre profissão levou-o, mesmo, a fundar o Ginásio Sergipense. Por ele passaram muitos alunos distintos e que ocuparam posições de relevo na vida pública do estado, do país: Olegário Dantas, Hermes Fontes, Garcia Rosa, Aníbal Freire, Edilberto Campos. Foi precursor da educação renovada, em Sergipe, de que cada professor deve ser um educador. Não se limitara a informar ao aluno (é, pasme!, o que se faz, mesmo nas universidades do país!), transmitir-lhe apenas conhecimentos, mas, principalmente, cuidara de formar a criança, desenvolvendo-lhe a personalidade. Pensando assim, agindo assim, esse admirável educador encaminhou numerosos jovens sergipanos que, depois, muito honraram o estado, o país. Em suma, exemplo de sabedoria, de humanidade, de modéstia, de compreensão o de mestre Alfredo Montes, exemplo edificante, raro, raríssimo, quase impossível de ser encontrado nos dias atuais, em Sergipe.

## VI

Etelvina Amália de Siqueira nasceu em 1862, em Itabaiana. Na época, um jovem poeta, o irmão José lhe dedicou belos versos. Neles deixou transparecer a dedicada mestra que seria, mais tarde, a irmã. Poucos irmãos foram tão afeiçoados um ao outro. Dedicou a ela a primeira parte de suas poesias, *Ninféias*, a segunda parte à mãe, e a terceira, ao pai. E assim, Etelvina Amália cresceu num lar modesto, mas feliz, onde tudo resumava poesia e compreensão. Natural que a suave menina se inclinasse para o ensino. Teve nisso sua parte o irmão. Nascera educadora. Predestinada ao magistério, à formação moral e espiritual dos jovens. Foi assim durante a vida. Mas, e a sua sólida formação cultural? Foram os pais, principalmente o irmão, os seus primeiros mestres. Pode-se imaginar o encanto das lições do irmão, que as misturava aos versos que compunha e, juntos, recitavam. Mais tarde, ela mesma lembraria, na imprensa, a “doçura desses momentos, mais doces pelo tempo que os fazia distantes”. Parecia lembrar Goethe.

Ela também, delicada poetisa. Terminados os estudos elementares, a jovem Etelvina Amália diplomou-se na Escola Normal, em 1884. Era a primeira turma de normalistas, pois a escola data de 1882, província, instalada no governo de Inglês de Souza. Logo abriu um curso particular, primário e secundário. Espalhou-se a fama do curso. Interessado, o estado requisitou os serviços da competente educadora. Foi nomeada professora pública em Barra dos Coqueiros. Pouco depois, removida para a Escola Normal, que cursara com brilho. Na cátedra de português, aí, revelou na defesa de tese vastos e sólidos conhecimentos, patentes na nota máxima, unânime, dos examinadores. Durante mais de vinte anos lecionou na Escola Normal. Foi sempre a mesma dedicação, que os anos, mesmo os anos, não arrefeceram. Possuía entre tantas qualidades, um acentuado tato pedagógico, a que alude Kerschensteiner, e que a tornara, como a nenhuma outra, respeitada, admirada dos alunos. Eis aí um modelo de educadora a ser seguido por todos os que se encaminham à missão de ensinar. Foi luminoso o caminho da educadora Etelvina Amália de Siqueira, justo orgulho de Itabaiana e de Sergipe.

## VII

Itaporanga d'Ajuda foi o berço de um dos mais inteligentes, profundos e distintos educadores de Sergipe. Nasceu aí, em 1853, Baltazar Góis. Tanto o pai, de velha têmpera, como a mãe, muito católica, formaram no filho um caráter forte, inflexível. Ele se manteria assim, mesmo na política, tendo preferido perder amigos a trair princípios. Fez os estudos de primeiras letras na cidade natal. Passou, depois, a freqüentar o Ateneu Sergipense. Era um aluno de físico fraco, calmo, atencioso, mas dotado de rara capacidade intelectual. Mais devido aos seus conhecimentos que às dificuldades econômicas, muito cedo ingressou no funcionalismo público. No entanto, de modesto servidor da alfândega da capital, logo passou a professor de primeira cadeira primária. Este fato é admirável, nobre em Baltazar, um jovem de apenas dezesseis anos de idade. Nessa época, mostrou o seu inato amor ao

magistério, ensinando, sem remuneração, em cursos noturnos. Foram, esses cursos, criados pelo presidente da província, Cunha Leitão, e a eles acorriam os que não podiam, durante o dia, ilustrar o espírito. Teve este presidente (e outros) tais preocupações com a instrução, que o seu nome deve ser lembrado e pronunciado com respeito. Muito cedo, o jovem Baltazar ingressou no jornalismo e na política. Pregou idéias democráticas. Profundas as suas convicções políticas, opôs-se sempre à opinião de partidários desviados dos sadios princípios republicanos. No governo, como membro da junta provisória, de 1889, conservou reta a sua linha de conduta política. Mas, precisamente por recusar-se transigir, inabalável nas suas idéias, logo afastou-se das tricas políticas. No entanto, desiludido de ver triunfar, na sua pureza, a república, retornou de todo ao magistério. Tendo Felisbello Freire restaurado, em 1890, a Escola Normal, aí Baltazar ensinou português e pedagogia. No Ateneu Sergipense, geografia e astronomia. Foi seu diretor. Estudioso, competente, teve o respeito dos colegas de magistério, a admiração dos discípulos. Nesta função, nos governos de Felisbello Freire ao de Siqueira Menezes, encerrou a caminhada longa, nobre de ensinar, de formar os jovens para uma sociedade melhor. Fundou o Liceu Laranjeirense, o Teatro São Salvador, o Club Letras e Artes. Fez parte de outras entidades culturais. Foi assim o mestre Baltazar Góis, cujo espírito, sempre renovado, sempre jovem, era como um símbolo de esperança nos destinos do estado, do país, da humanidade.

## VIII

Era 17 de março de 1837. Manhã, em São Cristóvão. Nascia aí Geminiano Paes de Azevedo. Longe estavam os pais de imaginar que o filho seria um grande educador. Primeiros passos no ensino lhe foram ministrados pela mãe, terna, dedicada. Matriculado na escola de primeiras letras revelou-se vivo, inteligente, estudioso. No Colégio do Padre Barroso, em São Cristóvão, cursou humanidades. Foi aí colega de classe de Elizário Pinto, jovem e já notável poeta, a quem Sílvio Romero fez referências elogiosas. Também aí foi seu colega Pedro de

Calasans, poeta lírico, em cujos versos sente-se o frustrado enamorado de Ofenísia (v. *Os Amores de Pedro II em Sergipe*). Muito moço, Geminiano Paes entrou para o magistério, ao qual consagrou a maior parte de sua vida. Fundado o Liceu Público, em 1862, pelo presidente da província, Jacinto de Mendonça, aí ensinou francês, história e geografia. Este mesmo presidente tendo, logo depois, criado o Curso Público, noturno, para um dos lentes nomeou Geminiano Paes. Não recusou os seus serviços. Provido, por concurso público, na cadeira de francês do Ateneu Sergipense. Nela permaneceu até quase aos oitenta anos de idade. Era presidente Guilherme Campos, a quem pediu afastamento do magistério, premido pela velhice. Também pela cegueira, precoce, da fumaça de velas à luz das quais, à noite, lia velhos manuscritos. Tobias Barreto, seu contemporâneo, exaltou em suas obras o alto saber do mestre Geminiano Paes. Gumercindo Bessa, seu discípulo, disse o mesmo, “um dos mais competentes mestres que tive”. Profundo conhecedor de francês, poder-se-ia supor, nele, um *maître* de Paris a ensinar na capital de Sergipe. É admirável saber que ele alcançou alta cultura da língua francesa com os próprios esforços, convencido como Hugo de que a “perseverança é indispensável para vencer”. Não foi apenas educador. Foi também poeta lírico. Notável jornalista. Desde muito jovem colaborou em diversos jornais sergipanos [v. *Imprensa em Sergipe*, I (e II, a sair)]. Foi assim a vida do mestre Geminiano Paes, dedicado quase inteiramente ao magistério. Educou gerações, orientou-as, elevou-as para o bom nome do estado, do país.

## IX

Era 7 de setembro de 1880. Nesse dia nacional de festas nasceu em Siriri, um dos mais ilustres educadores de Sergipe. Teve o nome de Abdias, Abdias Bezerra. Na calma da cidadezinha natal o menino cresceu alegre, sadio, vivo. Desde cedo revelou acentuada inclinação para os estudos. Frequentou escolas em Siriri e Itabaiana. Na época, manifestou preferência por matemática e história. Mais que outras, essas disciplinas influíram muito na sua idéia de seguir a carreira militar, rea-

lizada em parte. Muito cedo o contato do jovem Abdias com os grandes conquistadores despertou-lhe impulsos militares. Napoleão era o herói de seu século. Terminados os estudos elementares no interior, o pai o levou para a capital do estado. Matriculou-o no Ateneu Sergipense. Foi aí colega de Simeão Sobral. Mais tarde, monsenhor Simeão Sobral foi o primeiro diretor e redator de *A Cruzada*, órgão católico. Foi capelão do hospital Santa Isabel e, a partir de 1924, do Colégio das Sacramentinas, no qual, também ministrou aulas. No Ateneu Sergipense o jovem Abdias Bezerra permaneceu pouco mais de um ano. É que, mais e mais fortes os seus impulsos militares, resolveu concluir o curso secundário na lendária Escola Militar, do Rio. Foi envolvido na revolta de novembro de 1904, no governo de Rodrigues Alves. Teve baixa do exército. Deste modo, morta a sua grande aspiração, retornou ao seu estado natal, dedicando-se ao magistério. Perdia o exército um de seus futuros e notáveis militares, mas ganhou o magistério um de seus mais eminentes educadores. Na verdade, lecionou com a mesma capacidade todas as matérias do curso de humanidades. Fez, em 1909, concurso para a cátedra de francês no Ateneu Sergipense, classificado em primeiro lugar. De 1909, quando, no governo de Rodrigues Dória, foi provido na cadeira de francês, até 1922, dedicou-se quase inteiramente ao ensino. Este sábio mestre soube despertar nos discípulos o interesse pelos estudos, porque, entusiasta, foi ele um semeador de entusiasmos. No governo de Pereira Lobo, 1922-26, foi nomeado diretor do Ateneu Sergipense. Diretor da Instrução Pública, introduziu no ensino os modernos métodos educacionais. Foi notável jornalista e, na fase inicial, um dos redatores do *Correio de Aracaju* [v. *Imprensa em Sergipe*, I (e II, a sair)]. E, quando morreu, em 1944, perdia o estado um dos maiores e mais conceituados mestres do magistério em Sergipe.

## X

Nas últimas décadas do século XIX, o pai de Artur Fortes deixa Aracaju e se instala em Maruim. Nesta cidade, de simples tipógrafo passou a deputado, proprietário e redator do jornal *O Maruinense* [v.

*Imprensa em Sergipe, I (e II, a sair)].* Este órgão da imprensa, de oposição, foi danificado no governo de Vicente Ribeiro, 1891-92, início da república. E, após o fato, o pai de Artur retornou à capital, tornando-se funcionário público dos correios. Nasceu Artur Fortes em Aracaju, em 1881, na primeira estada aí dos pais, e aí viveu os primeiros cinco anos de idade. Nessa idade já lia e escrevia. Lia de preferência poesias, circunstância que influiu para torná-lo amante das musas. Mudaram-se os pais para Maruim. Nesta cidade, ingressou na escola elementar. E aí fortaleceu o espírito, assistindo à luta difícil do pai contra os desmandos da situação política. Todas essas qualidades do pai: força de vontade, energia criadora, pertinácia se revelariam potentes e vivas em Artur. Mesmo ainda muito jovem, de suas leituras da história universal, talvez já tivesse observado, compreendido que os homens de vontade foram, todos, homens superiores. Da mãe herdou bondade, simplicidade e a sensibilidade que se lê nos seus belos versos. Para fortalecer esses atributos da personalidade, recebeu no Colégio de mestre Alfredo Montes (v. V) uma cuidadosa educação. Muito amigo dos mestres, inteligente, interessado, teve sempre deles palavras elogiosas, estimuladoras. Depois do curso de humanidades, terminado no Ateneu Sergipense, ingressou, como o pai, nos correios. Foi o pai Constituinte em 1892, destacando-se na elaboração da Constituição de Sergipe (18/5/1892). Tal foi também o filho, o jovem Artur, deputado estadual, orador fluente, nos governos de Rodrigues Dória, de Graco Cardoso. Em 1916, no governo de Oliveira Valadão, foi nomeado, vitalício, para as cadeiras de História Geral e História do Brasil, no Ateneu Sergipense. Era agora o mestre Artur Fortes, a quem os discípulos, como em Paul Bourget, amavam pelo seu valor moral e intelectual. Todos os institutos de ensino, particulares, na época mais interessados em legítimos valores do magistério, logo o convidaram a fazer parte dos corpos docentes. Passou a lecionar francês no Colégio Tobias Barreto. Foi um sonhador como os grandes poetas, e quantas aulas suas, apenas iniciadas, transformavam-se em belos recitais! Era aí o educador transfigurado, misto de bondade e poesia, num harmonioso encadeamento de versos, versos que enlevavam os alunos. Profundo



conhecedor das disciplinas que lecionava, tinha especial predileção pela História Universal e, aqui, era a revolução francesa que mais o entusiasmava. Nesse assunto um a um, nas suas facetas, ia examinando os personagens envolvidos nos fatos. Tinha forte admiração a Chennier, a Camille Desmoulins. Notável jornalista, redigiu com Alfredo Cabral o *Via Lucis*, órgão literário, científico. Está aí, em largos traços, o retrato sincero desse ilustre educador sergipano, a quem se costuma chamar, ternamente, de “o poeta da rosa vermelha”.

#### NOTAS

1. Escrevi este pequeno trabalho em 1968, há quatro décadas. Nos dez mestres, em cada um, encontrei inerente uma das qualidades essenciais à *Alma do mestre*, de Kerschensteiner, e a *O professor*, de Backheuser.
2. Minha idéia, na época, era editá-lo num breve folheto e fazê-lo chegar às professoras sergipanas, ao mesmo tempo que minhas pequenas obras didáticas para o primário. Não pude fazê-lo.
3. Hoje, servem-lhe de bibliografia minhas obras *Pequena História de Sergipe*, *Literatura Sergipana*, *Imprensa em Sergipe, I* (e II, a sair), *O Secretário de Guilherme Campos*, *Pó dos Arquivos*.



## PÁGINAS DA SAUDE



## ELOGIO A MANOEL CABRAL MACHADO\*

João Oliva Alves\*\*

Esta Academia de Letras abre novamente suas portas, para, conforme a praxe, celebrar o necrológio de um afiliado, no caso, o ilustre acadêmico, Manoel Cabral Machado, que falecera no dia 14 de fevereiro, com mais de 92 anos de idade; seu corpo inanimado foi trazido para cá no dia seguinte, a fim de receber as últimas despedidas dos seus pares e hoje damos sequência às primeiras homenagens a ele prestadas por ocasião de seu falecimento. Agora, não se trata apenas de prestar um preito de veneração ante os despojos que restaram, fisicamente, do ser humano que ele foi, mas de dedicar um culto de exaltação à memória imortal por ele deixada para a posteridade, nos feitos de sua vida privada e pública.

Filho do médico Odilon Ferreira Machado e da professora Maria Angelina da Mota Cabral, nasceu em Rosário do Catete, aos 30 de outubro de 1916, tendo-se transferido com os pais, aos seis anos de idade, para a cidade de Capela, até que, já adolescente, foi enviado a fazer os estudos secundários e superiores em Aracaju e na Bahia.

---

\* Necrológio proferido na sessão da ASL, de 09/03/2009.

\*\* Jomalista, membro do Instituto Histórico e Geográfico e da Academia Sergipana de Letras.

Manoel Cabral foi homem de virtudes intelectuais, literárias, políticas, sociais, humanísticas e cristãs. Como herdou uma propriedade na zona rural, afeiçoou-se ainda ao bucolismo da vida campestre. Como **intelectual e literato**, Manoel Cabral se projetou desde os tempos de estudante no ginásio e na faculdade, sempre aparecendo na linha de frente dos alunos mais estudiosos e brilhantes. Nas aulas, nos exercícios escolares e nas pugnas estudantis e literárias, sua figura se destacava pela inteligência e por seus dotes de orador, causando admiração entre os colegas e professores. Em 1943, tendo concluído o curso em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito da Bahia, retornou a Sergipe e iniciou os seus passos na advocacia. Logo, porém, ingressou no serviço público e na vida política e cultural do Estado, marcando-a com a sua atuação, por três quartos do século passado e mais os oito primeiros anos desta década.

Depois de ter conseguido o primeiro emprego como Secretário da Prefeitura de Aracaju, tratou de casar-se com a sua inesquecível namorada dos tempos de infância, em Capela, a prima Maria de Lourdes Cabral. Teve uma união feliz por mais de 50 anos, até que ela faleceu, deixando-lhe os seis filhos que tiveram e uma saudade que ele nunca deixou de planger nos versos da viuvez, publicados nos seus livros. São seus filhos: Nina Maria, advogada, já falecida; Odilon Machado, professor aposentado da Universidade Federal de Sergipe e escritor; Manoel Felix, formado em Administração de empresa; Maria de Fátima, professora; Ascendina Maria, bacharela em Direito e odontóloga e Antônia Lúcia, médica.

Em paralelo à sua atividade na Prefeitura de Aracaju, Cabral Machado iniciou-se também no magistério sergipano, atuando como professor de Noções de Direito e de Economia Política, na Escola de Comércio Conselheiro Orlando, e de Administração e Direito Internacional Privado no Curso Superior de Administração e Finanças, da mesma Escola “Conselheiro Orlando”; foi professor de História do Brasil e História Universal, nos colégios Atheneu Sergipense e Tobias Barreto, e, finalmente, atuou como professor de Sociologia da Educação, no Colégio Nossa Senhora de Lourdes. Também passou a integrar o ma-

gistério superior, nas faculdades que se foram sucessivamente criando no Estado, como as de Ciências Econômicas (estadual); Direito (particular, depois federal); Filosofia e de Serviço Social (católicas), precursoras, e, afinal, integrantes da Universidade Federal de Sergipe – UFS - em cuja criação ele também colaborou. Na UFS, ele veio a aposentar-se e depois recebeu o título de Professor Emérito. Na imprensa, ajudou a criar e foi um dos diretores do “Diário de Sergipe,” órgão político do Partido Social Democrático a que também se filiou.

Em 1963, nosso homenageado foi eleito para a Academia Sergipana de Letras, na cadeira n.º 25, cujo patrono é Antônio Dias de Barros e cujo fundador foi Antônio Manoel de Carvalho Neto. Nesta instituição, Cabral Machado assumiu ainda o cargo de presidente. Por todos os anos em que aqui passou, como um dos associados mais assíduos, ele fazia ressoar, nas sessões semanais, a sua voz eloqüente e sábia, discutindo com admirável lucidez e profundidade os vários assuntos colocados, despertando os aplausos e a admiração de todos os que o ouviam. Devemos aqui lembrar que ele foi também sócio, e, por longo tempo, orador oficial do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Homem de leitura aplicada e intensa sobre os mais variados assuntos e autores, foi, com o tempo, ampliando suas atividades culturais, escrevendo crônicas e ensaios sobre diversos temas, como também poesias, que reunia em livros. Quanto à sua obra literária, está reunida em dez livros publicados ao longo da sua vida, além do vastíssimo acervo de artigos de jornal que escreveu até os seus últimos dias, quando, já em idade proventa e cego, ditava-os com prodigiosa memória, para outra pessoa que os copiava. Dos seus livros, cinco são escritos em forma de poemas. Em dois destes: “Baladas de Bem Querer à Bahia (2003) e “Capela Meu Chão de Infância” (2005), sua poesia é evocativa e lírica, relembrando lugares e episódios da juventude – às vezes bucólica, ao evocar fazendas e engenhos pertencentes aos seus ancestrais – falando sempre à lembrança e à emoção com imagens do passado. Nos outros três, em: “Poemas à Mãe de Deus” (2001) e “Candelabros de Múltiplos Braços” (2008), seus versos adquirem

acentos de reflexão religiosa e louvor bíblico, e em “Elegias a Elohim” (2002), assumem tom elegíaco e introspectivo, ao abordar a condição do homem perante Deus e perante o seu próprio destino. Este último poema impressiona desde a introdução, com o solilóquio: “Sou e por ser contendo a morte inevitável/ Enquanto espero amargo o mal a cada passo/ Mordem-me ventos rudes, desvairados ventos/ Desfigurando as firmes formas definidas/ Chegam cruéis, queimando atroz os dois abismos/ A face oculta e a face exposta oferecida/ Destino irremovível das sementes guardo/ Se morto cresço à sombra da asa que me aquece/ E sendo escravo a voz ferida dos meus cantos/ Se oculta na paisagem sem deixar vestígios.” Com esta obra poética, o nosso autor poderia figurar na coleção “Poetas que Pensaram o Mundo” (Companhia das Letras) organizada por Adauto Novais, em que se alinham poetas como Dante, Milton, Holderlin, Carlos Drummond de Andrade e outros grandes que compreenderam o mundo e a profundidade do drama humano nele vivido, não através de teses ou dissertações científicas, mas através da experiência emocional da arte que também conduz ao pensamento e à filosofia.

Dos livros em prosa (cinco), um deles, “O Aprendiz de Oboé” (2004), contém, ainda, memórias da infância; já o segundo, “A Doce Terra Mãe no Azul dos Céus” (2006), apresenta um ensaio histórico sob visão católica, da “civilização ocidental cristã”; o terceiro, “Páginas de Fé e de Esperança” (2007), desenvolve reflexões sobre as virtudes teológicas da fé e da esperança, além de referir-se a outros aspectos da doutrina católica; o quarto – que, aliás, foi o primeiro de toda a série machadiana - intitulado “Brava Gente Sergipana e Outros Bravos”, editado em 1999, apresenta perfis de vários personagens do mundo social e político que cruzaram com a vida do nosso homenageado; e, finalmente, o quinto volume “Aproximações Críticas”, contém a coleção dos ensaios de crítica literária, que mostram as variadas leituras do mesmo autor e seu vasto embasamento literário e filosófico, com que pôde ele avaliar e apreciar os quase oitenta escritores nacionais e internacionais passados sob o seu crivo. Entre esses escritores estão poetas como: Fernando Pessoa, Carlos Drummond de Andrade



e os nossos sergipanos Clodoaldo e Hunaldo de Alencar; ficcionistas como Victor Hugo, Graham Green e Otávio de Farias; filósofos como Tobias Barreto e Miguel Reale; críticos literários como Alceu Amoroso Lima (Tristão de Ataíde); polemistas e militantes religiosos, como Carlos de Laet e Jackson de Figueiredo e historiadores como Oliveira Lima e José Ibarê Dantas. As atividades intelectuais de Cabral Machado valeram-lhe a concessão da medalha *Chevalier de la Ordre de Palmes Académiques*, pelo Governo da França.

Na vida **pública e política**, Cabral Machado ingressou desde 1943, quando foi nomeado Secretário da Prefeitura de Aracaju pelo então Prefeito José Garcez Vieira que era genro do Interventor Federal em Sergipe, na ditadura Vargas, Cel. Maynard Gomes. Este tinha como Secretário Geral da Interventoria, o arguto político Leite Neto que, ao sentir soprarem os ventos da redemocratização do País, foi logo se preparando para organizar e comandar o partido do Governo em Sergipe que foi o PSD, para o qual, além dos coronéis do interior que sabiam escavar e colher o filão dos antigos colégios eleitorais, procurou atrair, também, a militância dos jovens intelectuais cidadãos.

Manoel Cabral foi um destes que, aproximando-se de Leite Neto, conseguiu ser transferido da administração do município da Capital para a área do Estado, onde passou a dirigir o Departamento do Serviço Público de Pessoal. Em 1945, consumada a queda da ditadura getulista e a volta das eleições, nosso homenageado, já fazendo parte do PSD, candidatou-se a uma cadeira de deputado à Assembléia Legislativa; não conseguiu, porém, eleger-se, dessa primeira vez, ficando na suplência. Todavia, tendo sido eleito como candidato do mesmo partido, o engenheiro José Rollemberg Leite, para o Governo do Estado, este o chamou para comandar a Secretaria da Fazenda. Naquela fase, imediatamente ao pós-guerra e pós-ditadura, as finanças estaduais estavam “no fundo do poço” e o novel Secretário tratou de reerguê-las, para que o Estado pudesse arcar com a administração e seus projetos. Entretanto, ao impulsionar o fisco e fechar as torneiras dos gastos supérfluos, provocou ele a reação de certa elite de contribuintes e de dirigentes de outros órgãos, que o levaram ao seu afasta-

mento da pasta fazendária e à troca desta pelo cargo de Chefe da Casa Civil do Governador. Mas, nas eleições de 1950, ele novamente se candidata a deputado, desta vez sendo eleito e, ainda, escolhido para a função de líder do Governo na Assembléia. Nesse momento, revelam-se, em plenitude, as qualidades do novo parlamentar como orador fulgurante, artista da palavra, ao mesmo tempo dialético e emotivo, capaz de convencer com argumentos racionais e comover com a força de sua sensibilidade. Reeleito por mais duas legislaturas seguidas e sempre atuando com brilho, teve que enfrentar dois períodos consecutivos de governos da UDN. Passou então a ser líder da Oposição e a defrontar-se, no primeiro governo, com o voluntarismo violento do Governo Leandro Maciel e, no segundo, com a maioria parlamentar do Governo Luiz Garcia.

Em 1962, resolveu afastar-se da política para assumir um cargo de Assessor Jurídico do IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool – através de concurso público em que fora aprovado em segundo lugar, no País, sendo nomeado para servir em Recife. Deste cargo, porém, licenciou-se em 1964, para assumir em Sergipe a Secretaria de Educação - sobre o quê falaremos mais adiante. Na vida social, integrou-se ao Rotary Clube de Aracaju, nele tendo sido desde simples associado, a Governador do Distrito 455, passando pela presidência do mesmo Clube. Como Governador do Rotary, empreendeu viagens de aproximação e solidariedade entre comunidades rotarianas nacionais e internacionais. Por sua profícua atuação, em diversos setores da sociedade sergipana e brasileira, Manoel Cabral foi distinguido com diversas medalhas e condecorações.

Em 1964, sobreveio, em 31 de março, o regime militar que afastou e prendeu o Governador Seixas Dória, substituindo-o pelo então Vice-Governador Celso de Carvalho – que logo depois foi eleito pela Assembléia Legislativa Governador efetivo. Este, como velho companheiro do nosso homenageado, de quem fora colega na Faculdade de Direito da Bahia e colega/correligionário pelo PSD, na Assembléia Legislativa de Sergipe, convidou-o a ocupar a Secretaria da Educação, levando o convidado a licenciar-se do IAA e a voltar para Sergipe. Já

experiente na administração pública e tendo atuado por vários anos no magistério sergipano, o novo Secretário era conhecedor dos problemas da educação estadual e empenhou-se em solucioná-los; todavia, a magnitude destes problemas e a escassez dos recursos disponíveis só lhe permitiram soluções setoriais. Mesmo assim, a sua atuação altamente prestigiada pelo Governador, conseguiu, nos dois anos restantes do novo Governo (1964 a 1966), a construção de mais 180 novas salas de aula; elevou, assim, o número de unidades escolares, no período, de 500 para 650, fazendo subir a matrícula, no ensino primário, de menos de 26.000, para mais de 53.000 alunos, conforme dados publicados na “Gazeta de Sergipe”, edição de 31 de janeiro de 1967. No ensino secundário, na mesma fase, a matrícula cresceu de 4.504 para 5.600.

Em 1966, realizaram-se novas eleições (na Assembléia Estadual) para Governador. E então Governo Militar da União, interessado em manter a unidade da ARENA – onde se acotovelavam, nos Estados, forças políticas tradicionalmente díspares e contrapostas - levou à aprovação dos deputados arenistas, a chapa encabeçada por Lourival Baptista, egresso da antiga UDN, tendo como Vice Manoel Cabral Machado, oriundo do velho PSD. Todavia, por uma emenda aprovada na Constituição do Estado, o Vice só assumiria o Governo quando os afastamentos do Governador se dessem por mais de dez dias, o que muito limitou as oportunidades de aparecimento do nosso homenageado na direção do Estado.

Em 1970, tendo sido criado o Tribunal de Contas como órgão destinado à alta função de controlar a legalidade das despesas do Estado e dos Municípios, o Governador Lourival Baptista resolveu convidar o Vice-Governador Manoel Cabral para - entre outros cidadãos também escolhidos - compor o Conselho Diretor do mesmo Tribunal. Enfatizou-se, junto a este último, o alto significado do seu nome - não só por sua reconhecida honradez, como também por sua elevada competência jurídica e administrativa - como fiador do êxito da nova Corte de Contas no cumprimento do seu papel. Para isto, porém, Cabral Machado teve que renunciar aos restantes meses do seu mandato de Vice-Governador, só então sendo nomeado Conselheiro do mesmo

Tribunal, e, em seguida, também eleito, pelos seus pares, como o primeiro Presidente da Instituição. Deveras, neste início da sua história, o Tribunal de Contas de Sergipe impôs-se, afirmando o auge da sua respeitabilidade e do seu prestígio, na confiança pública. Em 1986, depois de aposentar-se no mesmo TC, Manoel Cabral ainda voltou a servir ao Estado, como Procurador Geral, no Governo Valadares e como Secretário do Tribunal de Justiça, na gestão da Presidenta Desembargadora Clara Leite Rezende, prestando ainda, nesses órgãos, ando, ainda, nesses dora Clara Leite RezendeC, Manoel Cabral ainda voltou a servir ao Estado, como Procurador Geral, no G a contribuição da sua imensa cultura jurídica.

Finalmente, cansado pela contínua apuração da vista nas leituras e nos trabalhos a que se dedicava, já quase cego, resolveu ele afastar-se definitivamente da vida pública, deixando o grande exemplo da sua irrepreensível probidade e dedicação. Basta ver que, na política, tendo ocupado os mais altos postos, nunca se locupletou das benesses, nem para si – que nunca ostentou fortuna mal adquirida - nem para seus filhos ou netos, dos quais os que conseguiram emprego público tiveram que ingressar pelo áspero caminho da aprovação em concurso.

Não posso encerrar este necrológio sem destacar em Manoel Cabral, distinto elogiado, **o humanista e, sobretudo, o cristão e católico** que foi em todas as circunstâncias da sua vida. Estas qualidades evidenciam o seu caráter por inteiro, quer na vida familiar, quer na política, como também na vida cultural, comportando-se em todos os setores com inteira fidelidade aos seus compromissos e à sua fé religiosa e católica. Tanto na vida social, quanto no recesso da família, era o homem fraternal e afetivo, vendo em todos os que dele se aproximassem um irmão, filho como ele do mesmo Deus – ainda que professando religião ou idéias diferentes da sua, ou mesmo não tendo religião alguma. A todos tratava com respeito, humanidade e tolerância, seguindo o mandamento de Cristo: “amai-vos uns aos outros” ou a advertência d’Ele: “com a medida que medires o outro com esta mesma serás medido”; e o pensamento de Santo Agostinho que aconselhava a odiar o erro, mas a amar o homem.

Aprofundado em estudos sobre as várias correntes filosóficas, era, contudo, um fiel seguidor da Igreja Católica, cujo “corpo” formado por homens mortais, vivendo no tempo, tem por “cabeça” o próprio Cristo como eterno dirigente e seu condutor para uma finalidade divina. Por isto nosso homenageado sustentava que os erros humanos da Igreja, no tempo, nunca podem desviá-la da verdade do Evangelho e do mesmo Cristo, que a fundou para salvar os seus seguidores, através da História. Era, pois, possuidor da fé simples de um campônio, mas aprofundada em estudos; e sua obra literária está toda permeada desta fé que ele procurou transmitir direta ou indiretamente como apóstolo da inteligência laica. Em um dos seus artigos, escrito em 1985, publicado no livro “Páginas de Fé e Esperança”(2007), ele mesmo começa dizendo: *“Sou um homem de fé robusta. Nem mais vacilações tumultuam-me a inteligência. Vejo claros os fatos e as coisas e sem constrangimentos proclamo as minhas convicções. Afinal sempre fui assim. A formação religiosa da infância não fora amortecida com o meu amadurecimento intelectual. Até porque sempre procurei estudar as razões fundamentais da crença”*.

Este é o homem, o acadêmico eleito por esta Casa, como “imortal”, por suas idéias, pela obra literária e humana, pelo testemunho de amor à cultura e ao seu Estado. O seu nome merece, deveras, ficar por todas as gerações que hão de vir, como um título de glória para Sergipe, para o seu povo e para a história desta Casa, que o exhibirá sempre com veneração e orgulho.

Quanto a mim, como seu confrade e também irmão na fé religiosa, peço a Deus que, além desta glória terrena que é sempre finita e se extingue com o tempo, dê a ele a glória perene e completa da ressurreição, para que em corpo e alma ele possa viver a felicidade eterna e gloriosa, juntamente com o mesmo Deus em quem sempre acreditou.



## NÊNIAS AO POETA MÁRIO CABRAL

Ana Maria Medina\*

“Peço-lhe que ao livro dê-lhe corpo, já que a alma é flamante”. Este foi o pedido que me fez literalmente Mário Cabral, em carta de 24 de novembro de 2008. Encetei todos os esforços para estar à altura da honrosa delegação, mergulhei fundo em sua história, vislumbrei Mário Cabral menino a empinar pipas no céu azul da sua Aracaju, acompanhei-o nos colégios em que estudou; o descobri vibrante acadêmico de direito, jovem promotor em Itabaianinha; acompanhei os seus debates nos júris inflamados pelos tribunais da minha terra, sempre ardoroso em defesa dos fracos e em favor da liberdade; acompanhei o dedilhar das partituras que enlevavam a sua alma, tocando piano no Navio Comandante Capela; visitei pelos seus olhos a boemia de Aracaju dos anos 40. Por meio das entrevistas a mim concedidas, em sua casa na Airosa Galvão, em Salvador, em que recordava a sua terra, parecia vê-lo reunido em alegres conversas, com os amigos Lauro Porto, Hugo Gurgel, Teotonilo Mesquita, José Machado de Souza, Freire Ribeiro, Adroaldo Campos, Paulo Costa, Góes Duarte, amigos aos quais se

\* Escritora, membro da Academia Sergipana de Letras, Sócia do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Sócia da ACAN/RJ.

referia com uma saudade incontida. Percebi o brilho de sua inteligência resplandecer na vida baiana enchendo de orgulho a alma de Sergipe. Li toda a sua obra, desde a publicação de Caderno de Crítica (1944) até os inéditos intitulados A Outra Face, de que me fez legatária, recomendando-me que os inserisse na biografia, se considerasse interessantes para este fim. Acompanhei pelos jornais os seus artigos; recebi a incumbência de guardar a correspondência que lhe foi enviada, pelos mais famosos nomes da cultura do Brasil e do exterior, com a autorização para publicá-la em meu livro: São cartas de Jorge Amado, Gilberto Amado, Gilberto Freire, Joel Silveira, Amando Fontes, Érico Veríssimo, Josué Montello, Roger Bastide, Vânia Chaumartin, entre outros.

Mantive com Mário Cabral assídua correspondência, cuja caligrafia deixava ver a regularidade do seu caráter ilibado, mostrando-se sempre coerente, um defensor intransigente da democracia, “das liberdades e dos direitos do homem”. Li sua confissão pública dizendo ter duas paixões: “uma zelosa piedade pelos fracos e um ódio furioso, incoercível a toda espécie de opressão e tirania”. Pelo seu texto primoroso, fui levada a aceitar o convite carinhoso para conhecer de bonde, a sua cidade. Ofusquei-me com a claridade forte e dominadora de Aracaju, mas vi, também, no horizonte do seu texto lírico a luz rosácea do entardecer, um róseo suave e tranquilo que descansa os nossos olhos.

Ó admirável poeta,

Uma data ficou registrada no calendário da minha história de biógrafa \_a sua última carta, datada do dia 8 de março em que sugere a inserção ao corpo do texto biográfico de alguns dos seus poemas: Indagação, Cidadela, O Enfermo, Crepuscular, A Volta, O Tempo, Esfinxe, O Morto, Desolação, Soneto do amor, Párias, Alfa e Ômega .

Meus amigos,

À noite, daquele dia 8, quando volto exausta, após uma jornada de trabalho intenso, corro para telefonar ao poeta acusando o recebimento da sua carta, qual não foi a minha surpresa, a família me falava apreensiva, contristada, que o meu amigo estava prostrado. Nunca



mais pude ouvir a sua voz grave. O silêncio se fez treva, o seu vaticínio estava concretizado.

Em 28 de janeiro deste ano em curso, após ter saído para almoçar comigo e Malba Cabral Vellame, num restaurante em Ondina, o poeta se despediu, dizendo\_ Querida amiga, certamente não mais a verei, estou no fim, abraço os meus amigos, a minha cidade querida.

Fazia poucos dias que outro Cabral ilustre, o seu dileto primo, acadêmico Manoel Cabral Machado, havia empreendido a grande viagem para formalizar as Loas a Eloim. Essa partida deixou Mário Cabral em sensação de luto perene, como nos versos que escreveu: Sinto-me só, perdido, amarga solidão.

A idéia da morte o perseguia.  
Tenho medo. Deliro. Sinto-me doente.  
Meia noite. A soturna hora do mal.  
Reboa o sino, compassadamente,  
No velho torreão da velha catedral.

Em 02 de abril do corrente ano, o poeta, fechando os olhos terrenos os abriu para a eternidade onde reencontrou o doce afago de D. Sylla.

Hora do Ângelus, uma garoa fina molhou a sua terra, eram as lágrimas do céu imitando a de muitos dos seus amigos que choravam a sua partida, consolados apenas com a presença inapagável da sua obra.

Durante esse rito de preparação para o reencontro que pressentia estar iminente, legou a Malba, sua primogênita, simbólico codicilo \_ as cinzas irmanadas de Mário e Sylla deveriam fertilizar o solo aracajuano, de intenso amor telúrico: poesia, “nesga de céu”, trecho de canção, pedaço de infância, farrapo de eternidade...”

Mário Cabral,

Esta cidade iluminada não é a Aracaju que você cantou em livro memorativo, tomou ares de metrópole, guardou, entretanto, os aspectos expostos na genialidade da sua obra. Os saveiros de Zé Coreba não desfilam mais, serenos, pelo espelho do rio da sua cidade; os imponentes prédios que emolduram a Avenida Ivo do Prado perderam suas funções iniciais como o velho e querido Ateneu Pedro II, e a Faculdade de Direito que você ajudou a fundar, ou os belos palacetes; a vida boêmia de que tanto se referiu, com graça e verve de poeta, certamente ficou desde 1955, carente da sua presença, não há mais o Ponto Chic, o Bar Apolo, as festas no Recreio Clube, no Clube dos Diários; não há mais o Carrocel do Tobias, o Natal na Praça Olímpio Campos. A Praia de Atalaia ostenta uma bela orla, distante das singelas habitações de veranistas e de pescadores de que você falou; os shoppings modernos tomaram o lugar do comércio do centro, de vendedores prosaicos, excêntricos; novos bairros surgiram, Aracaju perdeu o ar provinciano, tudo mudou caro poeta, mas você fez o milagre de deixar para as gerações futuras, a cidade poética intacta, pintada pelo colorido da sua pena de artista da palavra flamante.

Esta cidade agradece a ternura do seu gesto - devolver ao chão que o viu nascer as cinzas que simbolizam a sua presença entre nós. Por que toda a sua obra está impregnada do espírito da sua terra e do seu povo, como disse em Aracaju, Bye, Bye.

Se a sua cidade o reverencia pelo amor telúrico que a ela dedicou, os céus que pregam a abertura dos seus pórticos iluminados, para receber os justos, pois “só eles verão a Glória”, não tenho dúvida que um coro seráfico, harmônico, o recebeu entre os sons de afinadas cítaras, harpas, bandolins, flautas e, como no poema Crepuscular “houve prenúncio de luz na pupila da aurora...”

Mário Cabral, o seu exemplo de homem bom, digno, ético, honrado, de caráter irretocável, fiel a sua história de amor e de pai de família zeloso, será um exemplo para a sua terra.

# PALESTRAS



## PUZZLE ENTRE HISTÓRIA E MEMÓRIA<sup>1</sup>

Prof. Dr. Antônio Fernando de Araújo Sá\*

*“O historiador não vem só preencher as lacunas da memória. Ele constantemente contesta até mesmo aquelas lembranças que sobreviveram intactas”.*

Y. Yerushalmi<sup>2</sup>

A história e a memória estão vinculadas, mas suas relações foram sempre complexas, mutáveis e conflitantes. A idéia de *puzzle* para explicar essas relações remete-nos ao próprio mito grego de Mnemósine. Como nos recorda Emmanuel Carneiro Leão, em Mnemósine, filha do céu e da terra e mãe de todas as musas, encontramos jogo e música, dança e poesia, representação e movimento. Esta palavra diz a concentração da linguagem, a condensação do pensamento. Segundo o autor, o seu radical *émen* remete às experiências primogênicas de pensar, refletir, meditar. Assim, “para um grego, toda realização huma-

\* Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe

<sup>1</sup> Conferência de Encerramento do I Congresso Sergipano de História. Aracaju/SE: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe/Associação Nacional de História – Núcleo de Sergipe. 8-10 outubro de 2008.

<sup>2</sup> YERUSHALMI, Yosef Hayim. *Zakhor: Jewish History and Jewish Memory*. Seattle and London: University of Washington Press, 1996, p. 94 (tradução livre do autor).

na vive do fogo e se origina no furor do pensamento”. A lição do mito primordial de Mnemósine – a memória criadora – é, pois, a entrega de uma experiência primigênia, a experiência arcaica dos primórdios. “É, no sentido desta experiência primordial, que Mnemósine, a memória geradora, se tornou no jogo do amor, a mãe de todas as forças criadoras da condição humana, as musas”<sup>3</sup>.

Então, no alvorecer da Grécia clássica, história e memória se encontravam interligadas em uma das mais antigas metáforas mitológicas do Ocidente, na qual a relação entre Clio com sua mãe, Mnemósine, é condição necessária para a existência uma da outra. Para Hesíodo, por si o homem não pode obter ao conhecimento da verdade, apenas através de um determinado tipo de divindade que o inspira. Sabendo da sua falibilidade, Hesíodo cantou o que as Musas lhe disseram, mesmo não dizendo a verdade. Em sua proposta, a presença de Mnemósine é considerada como pré-condição do raciocínio humano<sup>4</sup>.

Em Heródoto, a busca da preservação da tradição caminhava com a necessidade de se encontrar a verdade. Quando Heródoto assumiu o dever de registro de tradições, ele foi além do simples salvamento dos fatos do esquecimento, pois dirigiu a investigação histórica no sentido da exploração do desconhecido e do já esquecido. Em sua obra, a memória articulava-se positivamente à tradição oral e o critério de veracidade não se distanciava de seus domínios. Seu método consistia em estabelecer a verdade pelo cruzamento de testemunhos. Já Tucídides distancia-se de Heródoto por considerar que o passado leva ao presente por simples progressão e a única maneira de conhecê-lo é partindo do presente. Para ele, a história contemporânea é central na investigação histórica tanto por nela encontrar algo de imutável na

<sup>3</sup> LEÃO, Emmanuel Carneiro. O esquecimento da memória. In: *Revista Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, 153: 143/147, abr.-jun., 2003 [144 e 146].

<sup>4</sup> BARRERA, José Carlos Bermejo. La historia, la memoria y el olvido. In: BARRERA, José Carlos Bermejo & MONROY, Pedro Andrés Piedras. *Genealogía de la Historia: Ensayos de Historia Teórica III*. Madrid: Akal, 1999, p. 173-174.

natureza humana, quanto é única forma que pode ser narrada com relativa confiabilidade. Por outro lado, Tucídides, ao concentrar sua obra em um período, um país, uma atividade, acaba por oferecer uma análise mais refletida e experiente dos destinos humanos, especialmente pelo fato que ele nunca se contentava em descrever algo sem assumir a responsabilidade pelo que registrava<sup>5</sup>. Na obra tucidideana, há a reivindicação de que a escrita é um meio de fixação do acontecimento, fazendo a imutabilidade do escrito uma garantia de fidelidade. Nesta leitura, ele ressalta a fragilidade da memória, tanto a alheia quanto a sua. Daí que não pode confiar nem na sua exatidão nem na sua objetividade<sup>6</sup>.

As ressonâncias clássicas da relação história-memória somente serão deslocadas em meados do século XVIII, quando Voltaire afirma que a história não é questão de memória, mas de *razão*<sup>7</sup>. Ao longo do século XIX, a consolidação da disciplina da história e a profissionalização do historiador impuseram o domínio dos documentos escritos como fonte, em detrimento da tradição oral, excluindo, assim, do discurso histórico a memória em favor do fato. Nesta época, os historiadores identificavam as memórias como uma fonte dúbia para a verificação dos fatos históricos<sup>8</sup>. No âmbito da chamada história “tradicional”, o historiador se apoderava da memória nacional e republicana para estruturá-la e arraigá-la em uma continuidade. A história aclarava o presente, pois o passado estava misturado no presente.

<sup>5</sup> MOMIGLIANO, Arnaldo. A Tradição Herodoteana e Tucidideana. In: \_\_\_\_\_. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru/SP: EDUSC, 2004, p. 53-83.

<sup>6</sup> GAGNEBIN, Jeanne Marie. O Início da História e as Lágrimas de Tucídides. In: \_\_\_\_\_. *Sete Aulas Sobre Linguagem, Memória e História*. Rio de Janeiro: Imago, 1997, p. 26; MITRE, Antônio. História, memória e esquecimento. In: *Dilemas do Centauro: Ensaio de teoria da história e pensamento latino-americanos*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003, p. 23.

<sup>7</sup> DECCA, Edgar Salvadori de. Desavenças da história com a memória. In: SILVA, Zélia Lopes da (org.). *Cultura Histórica em Debate*. São Paulo: Editora da UNESP, 1995.

<sup>8</sup> KLEIN, Kerwin Lee. On the Emergence of Memory in Historical Discourse. *Representations*. University of California Press, Wntr 2000; FERREIRA, Marieta de Moraes. História Oral: um inventário das diferenças. In: \_\_\_\_\_. (coord.). *Entrevistas: abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994, p. 1.

Entretanto, em meados do século XX, a relação da história e da memória se inverte. Desde então, a história está posta a serviço da memória, como se deduz da prescrição do “dever” de memória dirigida aos historiadores e que define sua função social no presente<sup>9</sup>. Eis algumas razões para isto: a fascinação com a *experiência* da história, suplementando o interesse mais tradicional com as estruturas e eventos sócio-políticos; a crescente espontaneidade de vincular, explicitamente (ao invés de secretamente), a escrita histórica com as identidades de grupos particulares e o crescente sentimento de que a ordem social e cultural moderna tem uma tendência, na qual se precisa ativamente resistir, a obliterar a consciência do passado a partir das memórias pessoais<sup>10</sup>.

A emergência da memória na cena da discussão historiográfica contemporânea vincula-se, então, as questões levantadas tanto pela história oral, em sua proposta de registro e análise dos testemunhos orais acerca do passado, quanto da história do presente, obrigando a rever o pressuposto da ruptura com o passado como garantia de um conhecimento objetivo. Com isso se estabeleceu uma nova relação entre a história e a memória, ao se questionar o papel da memória coletiva na história e na construção das identidades coletivas, a memória e o esquecimento como fenômenos políticos etc. Desde então, a memória torna-se objeto da história, passando a existir uma história da memória<sup>11</sup>.

Desenvolvida no âmbito de um campo fragmentado, a história da memória tem sido mais praticada do que teorizada. Henry Rousso a define como o estado da evolução das representações do passado,

<sup>9</sup> PROST, Antoine. *Doce Lecciones sobre la Historia*. Madrid: Cátedra, 2001, p. 295-296.

<sup>10</sup> MEGILL, Allan. Memory. In: *Encyclopedia of Historians & Historical Writing*. Cambridge: Fitzroy Dearborn, 1999. Capturado no endereço eletrônico <http://historyonline.chadwyck.co.uk> em 31/1/2004.

<sup>11</sup> MUDROVICIC, Maria Inês. Alguns consideraciones epistemológicas para una “Historia Del Presente”. In: *Hispania Nova: Revista de História Contemporânea*. n.º 1, 1998-2000. Capturado no endereço eletrônico <http://hispanianova.rediris.es> em 13/4/2000; HARTOG, François. A memória e o tempo. In: *O Correio da UNESCO*. Ano 18, n. 5, maio de 1990, p. 14-15.



entendidas como fatos políticos, culturais ou sociais, em que inclui tanto a análise histórica do acontecimento propriamente dito, como a análise de sua posteridade. Não se propõe aqui a análise de suas conseqüências, mas como se manifesta a sobrevivência ativa e passiva destas representações do passado no imaginário social e, portanto, nas práticas sociais das gerações posteriores. Neste sentido, a história da memória tem sido quase sempre “*uma história das feridas abertas pela memória*”, sobretudo uma manifestação das “*interrogações atuais e palpantes sobre certos períodos que ‘não passam’*”<sup>12</sup>.

Pierre Nora afirma que a novidade da história da memória reside no fato de que é uma história crítica como um todo e não somente por seus próprios instrumentos de trabalho. Segundo o autor, de agora em diante, a história entrou em sua idade epistemológica, na medida em que ela “... *não se interessa pela memória como recordação, mas como economia geral do passado no presente*”. Trata-se, então, de compreender a administração geral do passado no presente, mediante a desconstrução de seus pólos de fixação mais significativos, isto é, “*uma história crítica da memória através de seus principais pontos de cristalização ou, dito de outro modo, da construção de um modelo de relação entre a história e a memória*”<sup>13</sup>.

Talvez seja menos fácil do que se imagina falar da memória quando se é historiador, pois a sua prática profissional consiste, exatamente, em

“justapor restos, fragmentos de lembranças, muitas vezes dificilmente identificáveis, em envolvê-los com o imaginário para tentar ligá-los, reconstituir uma imagem, mas segundo esquemas que se retira, de qualquer forma, de si mesmo; e compor

<sup>12</sup> ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1996, p. 95.

<sup>13</sup> NORA, Pierre. La aventura de ‘Les Lieux de mémoire’. In: BUSTILLO, Josefina Cuesta (ed.). *Ayer*. Madrid: Marcial Pons/Asociación de Historia Contemporánea, n. 32, 1998 (número especial Memoria e Historia), p. 26 e 32-33.

assim um quadro que provém, com freqüência, menos do próprio passado do que do sonho do historiador”<sup>14</sup>.

Assim, a reconstrução histórica é necessária mesmo quando a memória social preserva o testemunho direto de um acontecimento, pois cabe ao historiador questionar este testemunho não por duvidar do relato, mas por que se assim não o fizer ele estará negando a sua autonomia como historiador no exercício de sua profissão. Ao mesmo tempo, o historiador estaria renunciando a sua independência com relação à memória social, aos métodos próprios a sua ciência e a reivindicação do direito de decidir por si próprio<sup>15</sup>.

Então, os historiadores têm como sua primeira tarefa *historicizar* a memória, na medida em que o que se busca no passado é algo que pode ter-se perdido, mas que se coloca no presente como uma questão não resolvida, ou melhor, que é possível buscar um passado perdido a partir das tensões no imaginário do presente<sup>16</sup>. Qualquer tentativa de usar a memória como fonte histórica tem que se confrontar desde o início com o caráter subjetivo, embora social, da memória. Como os fatos sociais evoluem e mudam com o tempo, a memória há de ter a sua própria história e uma das “melhores maneiras de ver qual o papel da memória *para* a história é observar a memória *na* história”<sup>17</sup>. Mas eles têm mostrado pouco interesse por estudos teóricos da memória enquanto tal, pois a memória só se torna vital quando inserida em contexto, pois é aí que começa a sua história. Assim, seus trabalhos têm se concentrado na descrição, pois o que importa é o que acontece

<sup>14</sup> DUBY, Georges. Memórias sem Historiador. In: *Idade Média, Idade dos Homens: Do amor e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 166.

<sup>15</sup> CONNERTON, Paul. *Como as sociedades recordam*. 2ª edição. Oeiras, Celta, 1999, p. 16.

<sup>16</sup> BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In: *Obras Escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política*. Volume 1. São Paulo: Brasiliense, 1985.

<sup>17</sup> FENTRESS, James e WICKMAN, Chris. *Memória Social*. Lisboa: Teorema, 1994, p. 20-21.

“quando a memória vem à superfície e o que acontece quando pensamos, articulamos e transmitimos as nossas memórias”<sup>18</sup>.

Investigada no âmbito de múltiplos campos do saber como a história, a filosofia, a teoria da literatura, a psicanálise, a sociologia, a antropologia, a memória é uma prática de intermediação entre as estruturas sociais, individuais e coletivas da identidade e os desafios da alteridade. Objeto difuso e com um amplo campo a percorrer no conhecimento humano, a memória foi inicialmente trabalhada pela sociologia e antropologia, que emprestaram um conjunto de conceitos e métodos de trabalho para o historiador. Entretanto, hoje a historiografia trilha seu próprio caminho na perspectiva do que Peter Burke chamou de “*história social do lembrar*”, isto é, a busca para identificar as “*normas*” de seleção das memórias social e individual e observar como variam de lugar para lugar, ou de um grupo para outro, bem como a sua mutabilidade no tempo<sup>19</sup>.

Do ponto de vista da teoria da história, as relações entre história e memória podem ser consideradas, atualmente, como um tópico instigante, revelando-se em uma série de questionamentos: Por que tem crescido o interesse público em memória nas últimas duas décadas, seja por parte das instituições do Estado como a escola, seja através dos meios de comunicação de massa? Qual o papel de uma “*política da memória*” nas sociedades contemporâneas, com a expansão dos “*lugares de memória*”? Quais os meandros fronteiriços entre a memória e a história? A discussão do problema da memória faz o historiador duvidar de suas certezas e rever também a sua produção como produto de imaginário delineado por memórias específicas?<sup>20</sup>

---

<sup>18</sup> Idem, p. 242.

<sup>19</sup> BURKE, Peter. *Variiedades de História Cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 73.

<sup>20</sup> SANTOS, Afonso C. M. dos. Memória, História, nação: propondo questões. In: *Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, n. 87, out./dez. 1986, p. 6-7.

Partindo destas questões, elaboro agora uma breve síntese historiográfica dos combates entre história e memórias, propondo uma concepção de história como “*arte dos confrontos da memória*” como marca dos tempos contemporâneos.

### HISTÓRIA DA HISTÓRIA DA MEMÓRIA

Patrick Hutton situa a emergência da memória no discurso histórico nos anos 1980 e 1990, quando se estabelece uma nova relação entre a história e a memória, trazendo consigo novas possibilidades para a interpretação do passado, ao se questionar o papel da memória coletiva na história e na construção das identidades coletivas, bem como a memória e o esquecimento enquanto fenômenos políticos. O interesse dos historiadores pela memória foi motivado pela influência da historiografia francesa, especialmente a chamada “história das mentalidades” em voga desde os anos 1960. O autor chama a atenção para importância das obras de Phillippe Ariès sobre a infância e as atitudes do homem ocidental diante da morte, na medida em que nelas se acentua o papel dos rituais comemorativos para o fortalecimento dos laços familiares no final do século XVIII e início do século XIX. A senda aberta por Ariès vai possibilitar o surgimento de um novo gênero histórico, que pode ser caracterizado como a “*história política da comemoração*”, sendo que a obra de Maurice Agulhon pode ser considerada emblemática da passagem de uma historiografia que se interessa mais pelas imagens do que pela ideologia, ou seja, centrada nas políticas da cultura<sup>21</sup>.

A partir da historiografia francesa, François Dosse antecipa para a década de 1970 o marco de mudanças das relações entre história e memória, ao realçar a obra de George Duby em sua empresa de “*desmitologização*” e de “*historicização*” da memória. Este autor relativiza

---

<sup>21</sup> HUTTON, Patrick. *History as an Art of Memory*. Hanover and London: University Press of New England, 1993, p. 1-3.

o acontecimento fundador, de matriz positivista, mostrando que o acontecimento deve ser considerado ao mesmo tempo como surgimento do inesperado e como inscrição, vestígio da duração<sup>22</sup>.

Periodizando a história da memória, Hutton caracteriza a “primeira geração da história da memória” por um incipiente debate teórico entre seus autores. Talvez por isso os historiadores tenham “redescoberto” as obras de Maurice Halbwachs sobre memória coletiva e a de Frances Yates sobre a arte da memória. Desde então, inúmeros trabalhos sobre as políticas públicas de comemoração foram realizados, enfatizando o papel desempenhado pela memória coletiva na construção da identidade nacional. Na medida em que buscavam os vestígios da memória nas representações culturais, o foco central das análises foi os artefatos culturais atuantes no conjunto das relações sociais e de uma economia da memória como museus, monumentos, filmes e novelas, cujo modelo é o projeto enciclopédico organizado por Pierre Nora, **Les Lieux de mémoire** (1984-1992), que acabou por influenciar outras iniciativas em diferentes países como os Estados Unidos, Alemanha, Grã Bretanha, Israel<sup>23</sup>.

O projeto de Nora é importante não apenas pelos tópicos sugeridos, mas também por seu método de uma interpretação histórica, na medida em que alguns historiadores da memória, seguindo seu modelo, começaram a escrever história como se fosse uma arte de memória. Enquanto os historiadores convencionalmente localizam seus tópicos dentro de uma narrativa unificada, os que se interessam pela história da memória ancoram suas narrativas em lugares particulares de memória. Segundo a leitura de Hutton, o interesse pela memória derrubou a narrativa de seu *status* privilegiado como a fundação estrutural de história, cujo trabalho a história de mentalidades preparou o caminho.

<sup>22</sup> DOSSE, François. *A História à prova do tempo: Da história em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo: Editora da UNESP, 2001, p. 36.

<sup>23</sup> HUTTON, Patrick. *History and Memory; Assassins of Memory: Essays on the Denial of the Holocaust*. *History and Theory*. Volume 33, Issue 1 (feb., 1994), p. 95.

Alguns problemas podem ser levantados sobre os trabalhos desta primeira geração de estudiosos da memória. Primeiro, porque tais estudos tem tido uma noção não problemática de como a memória é produzida na sociedade. Também freqüentemente analisam a cultura como uma esfera autônoma desconectada da experiência social, o que acarreta uma ênfase sobre as representações culturais à custa das mediações e recepções das relações sociais. As imagens do passado são apresentadas como circulando autonomamente na esfera das representações, sem levar em conta que estas imagens são construídas a partir de relações sociais e de poder. Como conseqüência, a fragilidade destes estudos está na tendência a conceber a memória como uma entidade de símbolos sem ações, da cultura sem sociedade, de representações sem bens materiais e interesses<sup>24</sup>.

Por outro lado, talvez por conta da herança halbwachisiana, não há, na maioria destes autores, um projeto de investigação que leve em conta distinções entre *Memória Individual*, *Memória Coletiva*, *Memória Social* e *Memória Histórica*. Entretanto, apesar de as memórias individual, coletiva e histórica se interpenetrarem mutuamente, não podemos confundir memória coletiva, memória social e história propriamente dita. Por certo, esta indistinção categorial provenha da fusão entre *atos sociais* com *coisas*, presente na tradição durkheimiana e que desemboca na Nova História francesa, especialmente nas obras de Pierre Nora e Jacques Le Goff sobre as relações entre História e Memória<sup>25</sup>.

Ainda que a historiografia anglo-saxônica tenha criticado a obra halbwachisiana, no sentido de propor uma maior autonomia à memória, também sua leitura historiográfica tem desembocado na mesma

<sup>24</sup> CONFINO, Alon & FRITZSCHE, Peter. Introduction: Noises of the Past. In: \_\_\_\_\_ (orgs.). *The Work of Memory: New Directions in the Study of German Society and Culture*. Urbana: University of Illinois, 2002, p. 4-5 (Edição Eletrônica).

<sup>25</sup> MEIHY, José Carlos Sebe Bom. História e Memória ou simplesmente História Oral? In: *Anais do Encontro de História e Documentação Oral*. Brasília: UnB/FA/CID, 1994, p. 7-8.

*apropriação da memória pela história* tal como proposta pela historiografia francesa, efetuando uma relação “*simbiótica*” entre história e memória, na qual utilizam-se os procedimentos e mecanismos da memória com base em critérios historiográficos. Enfim, ao não distinguir memória e história, opera-se uma identificação entre elas<sup>26</sup>.

Na década de 1990 presenciamos, no âmbito da emergência industrial da memória, a proliferação dos memoriais do Holocausto através do mundo ocidental, demonstrando que, ao invés do esquecimento do passado, existe uma verdadeira obsessão com lembrá-lo. Surge, então, uma série de trabalhos sobre o Holocausto, que se propõe a escrever uma nova história da memória ao tentar analisar a memória no contexto das redes sociais, isto é, como produto de uma mistura de interesses e motivações materiais e imateriais<sup>27</sup>. Essa “*segunda geração de estudos da memória*” distingue-se com relação aos textos da primeira geração pela tentativa de explorar como as pessoas comuns constroem suas memórias. A prática da memória tem sido explorada como um veículo para desestabilizar as fronteiras da historiografia de diversos países<sup>28</sup>.

Ora, é necessário estabelecer uma articulação entre os estudos sobre a memória e alguns perigos que, via de regra, podem acontecer no seu relacionamento com a cultura. De um lado, existe o perigo de reduzir a cultura, política e a ideologia, ao invés de alargar o campo político para o social e o experimental, a uma história cotidiana da memória. De outro, também há o perigo de reduzir a cultura a uma noção vaga de memória, na qual ela é separada de outras memórias na sociedade e da cultura produzida em torno delas. Portanto, a memória como representação simbólica e prenhe de significado político é

<sup>26</sup> SEIXAS, Jacy Alves. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas/SP: EDUNICAMP, 2001, p. 41.

<sup>27</sup> HUTTON, Patrick. Mnemonic Schemes in the New History of Memory. *History and Theory*. Volume 36, Issue 3 (Oct., 1997), 378-391.

<sup>28</sup> CONFINO, Alon & FRITZSCHE, Peter. *Op. cit.*, p. 6.

óbvia e explica pouco se não for inserida na rede global de transmissão social e representações simbólicas<sup>29</sup>.

Nesta perspectiva, temos autores que têm elaborado uma análise mais sofisticada sobre a validade da noção de “*memória coletiva*”. É neste sentido que, a partir da antropologia da memória, Candau sugere que a expressão “*memória coletiva*” é uma metáfora, derivando de uma influência extremista de Durkheim, na qual esta metáfora designa uma “coisa” social identificada segundo sua importância e constituída de representações do passado partilhado pelos membros de uma sociedade. Na perspectiva de uma proposta de retórica holística, pautada na estabilidade, durabilidade e homogeneidade, isto é, parte de elementos isomorfos para sua análise, esta idéia é dificilmente aceitável nos dias atuais, em virtude do “frenesi comemorativo” oriundo das mídias e do mundo político<sup>30</sup>.

Frentress e Wickman propõem, inclusive, a substituição da noção “*memória coletiva*” por “*memória social*”. Segundo eles, se toda memória é coletiva, Halbwachs colocou um problema importante para os seguidores: “*elaborar uma concepção de memória que, sem deixar de prestar plena justiça ao lado colectivo da vida consciente de cada um, não faça do indivíduo uma espécie de autômato, passivamente obediente à vontade colectiva interiorizada*”<sup>31</sup>. Isto é, ele elaborou um conceito de consciência coletiva desligado dos reais processos de pensamento de determinada pessoa ou indivíduo. É por esta razão que os autores afirmam preferir “*memória social*” - para enfatizar a matriz social da memória e o caráter abrangente da mesma face às múltiplas memórias de coletivos - em vez de “*memória coletiva*” - conceito usado para designar o núcleo de recordações próprio de um dado grupo

<sup>29</sup> CONFINO, Alon. Collective Memory and Cultural History : Problems of Method. *The American Historical Review*. Volume 102, Issue 5 (Dec., 1997), 1386-1403.

<sup>30</sup> CANDAU, Jöel. Le partage de l'oubli: lieux d'amnesie et déni commémoratif. In: <http://www.avinus.de/Candau.htm>. Capturado no dia 4/1/2005.

<sup>31</sup> FRENTRESS, James & WICKMAN, Chris. *Memória Social*. Lisboa: Teorema, 1992, p. 7.



(família, classe, etc.) -, pois a “memória coletiva” não é uma soma uniformizadora de indivíduos e suas recordações<sup>32</sup>.

Alternativamente, Josefina Cuesta propõe que ao conceito - indefinido - de Halbwachs de memória social é necessário incorporar outros mais apropriados para a contemporaneidade, como a *memória pública*, aquela memória flutuante vivida e adquirida fora do grupo ou a *memória comum* que se refere ao conjunto de lembranças vividas pelos indivíduos e reinterpretados pelo grupo, aproximando-se mais da memória coletiva do que a memória social. Ainda podemos incluir a *memória popular* que tem em comum com a social seu caráter interindividual, mas não pertence a determinado grupo, não sendo, portanto, coletiva<sup>33</sup>.

Ao efetuar um balanço de ambas gerações, podemos afirmar que a memória é produzida, mas também é produtiva ao nível das relações internas e das pressões externas. Como a memória é uma representação simbólica do passado incrustada na ação social, a questão essencial é, então, compreender como a memória modela, e não apenas como representa, as relações sociais<sup>34</sup>.

Ora, o denominador comum das obras que nos inspiraram teoricamente sobre o *puzzle* entre memória e história é o fato de recolocar o presente como o momento privilegiado do tempo histórico. Autores como Walter Benjamin, em suas pesquisas sobre o passado, fizeram com que repensássemos concepções alternativas de história, colocando a memória como fonte inspiradora para ver a história de um novo modo, no sentido da libertação. Talvez, no futuro, a história pensada como “*arte dos confrontos da memória*” possa ser lembrada como a marca historiográfica do nosso tempo<sup>35</sup>.

<sup>32</sup> SOBRAL, José Manuel. Memória Social e Identidade. Experiências individuais, experiências coletivas. In: CARDIM, Pedro (org.). *Cursos da Arrábida: A História: Entre Memória e Invenção*. Lisboa: Publicações Europa-América/Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1998, p. 35-60.

<sup>33</sup> CUESTA, Josefina. *Historia del Presente*. Madrid: Eudema, 1993, p. 43-44.

<sup>34</sup> LANG, Karen. A polyphony of German Memory. *H-Net Book Review*. Published for H-German@h-net.msu.ed (june 2003).

<sup>35</sup> HUTTON, Patrick. Recent Scholarship on Memory and History. In: *The History Teacher*. V. 33, n. 4 (Aug., 2000), p. 533-548.

Então, essa história deve ser plural e ligada, através de uma reescrita permanente, a uma multiplicidade de memórias, na medida em que toda narrativa é escolha, relativa e temporária. Ante ao desejo de memória, os historiadores se viram instigados a renunciar à sua suposta neutralidade e colocar seu ofício a serviço da justiça, encontrando, assim, uma função crítica no seio da sociedade. Deixando de lado o terreno tranqüilo da memória partilhada, os historiadores “tiveram que aprender a se movimentar sobre o terreno infinitamente mais difícil da memória contestada”<sup>36</sup>.

---

<sup>36</sup> AYMARD, Maurice. História e Memória: Construção, Desconstrução e Reconstrução. In: *Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, n. 153, abril-junho de 2003, p. 15.

## ARQUIVO PÚBLICO DE SERGIPE: um lugar da memória sergipana\*

Manuel Alves do Prado Neto\*\*

Primeiro quero parabenizar a ANPUH/SE e o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe pela realização desse evento. Esse Congresso, como bem afirmou o Prof. Ibarê Dantas, na noite de ontem, quando de sua abertura, constitui-se num importante espaço para o desenvolvimento do debate historiográfico no Estado de Sergipe. Não poderia deixar de agradecer aos Professores José Vieira e Dilton Maynard pelo convite feito à nossa Instituição.

Agradeço também, a Milton Barboza, Coordenador de Pesquisa do APES, que não está presente, mas foi responsável pela montagem dos slides que serão apresentados nessa noite. Agradecimentos que estendo, por fim, ao Vanderlei, esse novo “rato” de arquivos, que com suas observações ajudou-me a tornar ainda mais didático o material que será exposto.

Quero cumprimentar as Mestras Terezinha Alves de Oliva e Verônica Nunes e dizer-lhes que me sinto honrado pela oportunidade de dividir

---

\* Palestra apresentada na Mesa: *Lugares da Memória sergipana*, que integrou a programação do I Congresso Sergipano de História, Organizado pela ANPUH/SE e o IHGS.

\*\* Professor de História, graduado pela Universidade Federal de Sergipe.

esse espaço com ambas para falarmos juntos de lugares que tem o privilégio de abrigar resquícios significativos da nossa memória coletiva.

Há exatos dez anos eu iniciava o curso de História pela Universidade Federal de Sergipe e ficou a cargo dessas duas professoras conduzir a minha turma pelos primeiros passos no universo de Clio. Com a Profa. Verônica Nunes enveredamos pelas dimensões do “Tempo”; Com a Terezinha Oliva mergulhamos no Oceano da memória.

Ora, as lembranças constituem-se em quadros, cheiros, sensações, que nos permite atribuir sentido ao momento em que vivemos. Como o presente é o único tempo que de fato existe ele somente é inteligível nesse diálogo ininterrupto e feito em milésimos de segundos entre a memória e o novo a conhecer. Pelo menos é assim que funciona na dimensão da chamada memória que vou chama aqui de psíquica, por ser bioquímica e individual. Portanto, a memória é o que alicerça a todo instante a nossa experiência. Quando coletiva, a memória pinçada na diversidade de fontes, dirigida pelo rigor do método e balizada por semáforos teóricos transforma-se em história.

Se estamos num Congresso que objetiva estimular a pesquisa Histórica, no nosso Estado, nada poderia ser mais urgente para falarmos se não dos lugares da memória sergipana. Ora, o Arquivo Público Estadual de Sergipe é por excelência um lugar da memória sergipana.

Criado pela Lei 845 de 15 de outubro de 1923 o APES é em tese, para aquele período, uma expressão na máquina pública, do ideal de progresso e racionalização da burocracia. Outras três datas figuram no calendário dessa Instituição.

A primeira delas antecede a própria Lei 845 de 1923. Pois, na Lei Provincial nº 233 de 1848 que criou a Biblioteca Provincial já estava prevista uma seção de arquivos que tinha a função que quase um século depois foi atribuída ao APES.

No ano de 1978 a Lei 2.202 de 20 de dezembro institui o Sistema Estadual de Arquivos. O SIESAR. A idéia contida na lei é estabelecer uma rede de arquivos que permitam, sob a direção do APES alcançar toda a burocracia do Estado, incluindo aí as três instancias administrativas nos três poderes da República. Não consistindo essa rede

numa subordinação direta, mas tão somente num intercâmbio que deve resultar da aplicação de uma política arquivística padronizada em todo o Estado. Um ano depois, precisamente em 19 de novembro de 1979 o SIESAR é devidamente regulamentado.

Mas, a coisa mais importante que ocorreu naquela década foi o trabalho dirigido pela Antropóloga Beatriz Góis Dantas que resultou na organização, que em grande parte persiste nos dias atuais, do seu acervo. Os esforços empreendidos naquela ocasião resultaram, também, no estabelecimento da sede do APES, desde então, no belo Palácio Carvalho Neto, localizado na Praça Fausto Cardoso, nº 348, no Centro de Aracaju. Fica, portanto, no entorno da “Praça do Palácio” do Governo, estando assim na quadra central e que demarca o local de nascimento da capital sergipana.

O Arquivo Público Estadual possui o maior e mais rico acervo documental do Estado de Sergipe. Apesar das décadas de pesquisa todo um universo de temas está por ser descortinado. Vale lembrar que apenas 60% das coleções estão inventariadas e destas a grande maioria apenas sumariamente.

Mesmo entre as coleções que foram tantas vezes reviradas vale à pena a consulta. Não somente pela possibilidade de uma nova interpretação sobre o objeto tantas vezes retomado, mas acima de tudo pela plausibilidade de encontrar nos “velhos” textos novos objetos.

O Arquivo Público não é mais somente um simples guardião da documentação oficial de importância histórica e social. Ele, hoje, deve ser, acima de tudo, um gestor da informação. Para garantir nessa atitude a racionalização eficiente da burocracia, a preservação e circulação da informação e por fim a inteligibilidade necessária para que o documento em seu estado puro seja passível interpretação e análise crítica por parte do historiador.

É nesse sentido que segue o conjunto de ações que vem sendo desenvolvido no Arquivo Público. Não temos tido outra intenção se não fazer com que o documento na sua condição estática, que se derrama pelo nosso acervo, possa adquirir a dinamicidade peculiar ao universo da história. É para isso que temos desenvolvido o projeto

“exposições em movimento” que tem levado as mostras documentais do APES aos mais diversos cantos do Estado. Promovendo debates e publicizando as funções políticas e sociais que cabem a essa Instituição.

Para encerrar lerei para vocês trechos de um artigo que publiquei em março de 2007 e que chamei “Arquivo Público Estadual de Sergipe: uma casa de memórias”.

*Criado para guardar esses textos oficiais, o APES conserva também algumas coleções particulares, doadas à Instituição em virtude do papel público que desempenhou seus primeiros proprietários. É o caso de Sebrão Sobrinho; Epifanio Doria; etc.*

Rico é o seu acervo fotográfico. Nele, destaca-se o registro de um dos episódios mais perturbadores da história aracajuana, quando dezenas de corpos chegaram em estado de decomposição a algumas praias da capital, em virtude do torpedeamento de embarcações mercantis em nossa costa por submarinos alemães, em agosto de 1942. Esses testemunhos não nos deixaram esquecer um fato singular da nossa história. Aracaju foi das poucas cidades fora da Europa que experimentou em seu território os horrores da segunda guerra mundial.

Pelas páginas que compõe esse monumental acervo, que se completa por uma vasta hemeroteca e por uma biblioteca especializada em arquivística e história de Sergipe, é possível viajar em muitas direções. Redescobrir os caminhos traçados pelos sergipanos de outras épocas. Adentrar os enredos que instituíram importantes marcos da nossa história.

Sobre esse mundo documental encontraremos subsídios para estudos no campo da administração, sociologia, história, política, geografia, iconografia, etnografia, demografia, economia, religião, etc. E se considerarmos o volume de documentos que ainda está por ser reconhecido, aí é que diversificaremos os campos e os níveis a que esses estudos podem chegar. Com eles poderemos construir radiografias esclarecedoras da vida sergipana, definindo e redefinindo a nossa identidade.

E o mais importante nisso tudo é que o APES abre diariamente suas portas, das 8h às 16h, para possibilitar a qualquer cidadão a oportunidade de mergulhar nesse mundo de ‘histórias’, porque ao contra-

rio do que muita gente pensa, pesquisador é também todo aquele que, movido pela curiosidade, se cerca de experiências que norteiam suas reflexões. E não há melhor lugar para buscar experiências do que numa casa de memórias.





PALAVRAS  
VERDADEIRAS:  
Enoch Santiago

GILFRANCISCO

Em fevereiro de 2007 o jornalista, Juiz e Desembargador sergipano Enoch Matusalém Santiago (1892-1957), completou 50 anos de morto. As homenagens pela passagem do seu quinquagésimo ano do seu falecimento foram oportunas para que o Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe se retratasse publicamente pelas sucessivas perseguições a este magistrado, inclusive, à ausência de um representante do Poder Judiciário, quando do seu falecimento, deixando de prestar ao ilustre Desembargador, as últimas homenagens a que ele fazia jus. Graças à gestão do Presidente, Desembargador José Ártêmio Barreto, dando prosseguimento à coleção “Documentos Históricos – série Presidentes”, coordenada e organizada pela Diretora do Memorial do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, Ana Maria Fonseca Medina, foi possível a publicação do fascículo sobre o desembargador Enoch Santiago. Uma edição simples e modesta de 110 páginas, reunindo perfil biográfico, iconografia, anexos (discursos, depoimentos, fotos e docu-

---

\* Jornalista, pesquisador e professor universitário. E-mail: gilfrancisco.santos@gmail.com

mentos) e uma cronologia do homenageado. Durante os 50 anos, excelentes e meritórios esforços no sentido do bem público e da administração, em que teve oportunidade de se distinguir e projetar-se cada vez mais para o futuro, como exemplo acima de tudo, de sensatez, cultura e dignidade. Na magistratura, que constitui o encargo mais espinhoso que exerceu, Enoch Santiago se revelou um juiz integérrimo, um julgador consciente, honrado e glorioso de ver mantido sempre as suas arestas em casos importantes de aplicação do Direito, neste Estado.

\*\*\*\*\*

A idéia de reunir em livro alguns textos de Enoch Santiago é recente. Vem do ano de 2003, quando iniciei as pesquisas do livro **Flor em Rochedo Rubro: o poeta Enoch Santiago Filho** (1919-1945), publicado em 2006, pela Secretaria de Estado da Cultura, gestão, José Carlos Teixeira. Mas, a concretização da idéia iniciou-se em agosto de 2006. Como Enoch Santiago completaria 50 anos do seu falecimento em fevereiro de 2007, levei a idéia para Ana Medina, Diretor do Memorial do Judiciário, que imediatamente abraçou a proposta. Mesmo sem a existência formalizada da parceria, disponibilizou o fotógrafo da instituição, para iniciar o trabalho nos arquivos.

O primeiro passo foi recorrer ao Dicionário Bio-bibliográfico Sergipano, do Dr. Amindo Guaraná, editado em 1925, para consulta na página 71, o verbete de Enoch Matusalém Santiago. Riquíssimo em pistas. Deu-me todo o subsídio para a localização dos textos publicados em periódicos por Enoch, anterior a 1925. Infelizmente por não possuírem as coleções completas do Diário da Manhã nos respectivos arquivos pesquisador: Biblioteca Epiphânio Dória, Arquivo Público do Estado e Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, deixamos de apresentar os artigos: Percorrendo Sergipe (22 e 24. mar., 6, 11 e 15. abr. 1920; Carta da Exposição (18. jul. 1923) e Na Casa de Saúde (11. ago.1923). Quanto ao periódico Ganhamoroba (jornal independente) publicado no município de Maruim, fundado por Enoch

Santiago no início de sua carreira jornalística, foram encontradas apenas três colaborações de sua autoria.

Nascido na cidade de Lagarto no dia 10 de novembro de 1892, sendo filho de Ivo do Santiago Matusalém (magarefe) e Maria Benvinda (tratadeira de fato). De origem humilde, Enoch conquistou elevada posição social e golpes de talento e uma força de vontade nunca desmentida. Iniciou seus estudos na Escola Agrícola Salesiana de Tebaida, município de São Cristóvão, continuou em Aracaju em diversas escolas particular sendo seu professor de maior apreço, João Hemetério de Gouveia Silva.

Em novembro de 1906, aos quatorze anos, ingressou no funcionalismo público no cargo de contínuo da Inspetoria de Higiene, gradativamente foi subindo nos cargos públicos. Em 5 de março de 1907, é transferido para igual cargo da Recebedoria do Estado, onde foi promovido a Guarda, na função de conferente (escriturário), a 28 de dezembro de 1911. No mesmo cargo foi nomeado para Maruim, fundando ali um jornal com o título de Ganhamoroba, sendo o primeiro número publicado em 14 de setembro de 1913. Assumiu a direção do semanário O Paladino, no dia 13 de maio do ano seguinte, foi secretário e o orador em duas gestões (1916-1917) e (1917-1918), do Gabinete de Leitura da mesma cidade.

Sempre com vocação para o jornalismo, passou a escrever no Diário da Manhã, que tinha como proprietário e redator, o coronel Apulcro Motta, na sessão “Fitas”, utilizando o pseudônimo de Max. Foram dezenas de pequenas crônicas humorísticas, publicadas a partir de 20 de janeiro de 1912 estendendo-se até 16 de julho de 1914. Convidado pelo redator do Jornal do Povo que acabara de ser fundado em 1914, Enoch passa a colaborar com suas matérias, mas teve duas colunas intituladas “Rimas Alegres”, publicadas entre 7 de setembro a 23 de dezembro de 1914, assinadas com o pseudônimo de Kaiser, onde publicou 78 crônicas em versos e “Às Quintas” (1916-1919), assinadas com o pseudônimo de Gil do Sul, ultrapassando mais de cem crônicas. O lastro cultural que desde jovem adquiriu, serviu de base para os conhecimentos jurídicos que fora adquirindo com o tempo.

Residindo em Aracaju, redigiu o semanário de Maruim O Comércio (órgão independente), que saiu o primeiro número em 1º junho de 1916. Por decreto de 16 de setembro de 1918, foi nomeado 3º escrivão da recebedoria Estadual.

Embora lutando com sérias dificuldades de ordem financeira, ingressou na Faculdade de Direito da Bahia aonde veio a se diploma no ano de 1925. Exerceu a promotoria pública da capital sergipana até 1932 quando assumiu a função de Procurador Fiscal dos Feitos da Fazenda, cargo em que deixou merecido renome. Três anos depois mediante concurso, foi nomeado Juiz de Direito de Santo Antonio de Vila Nova (Neópolis), sendo pouco depois transferido para a comarca de Maruim.

Dotado de um caráter firme, alheio às injustiças políticas, entrou em conflito com as violências e arbitrariedades do governo na época. Sua independência havia lhe custado o cargo que exercia. Como consequência da mudança da situação política do Estado foi aposentado pelo crucial art. 177 da turva Constituição de 1937. Enoch negou-se a partilhar das violências e injustiças que o Poder de então pretendia impor à sua judicatura, obrigando-o a deixar o Estado.

Como Juiz o Dr. Enoch Santiago destacou-se pela sobriedade de suas atitudes independentes no pronunciamento dos seus julgamentos, o que o levava constantemente a discrepar dos seus pares, em notáveis votos vencidos, podendo atribuir-se-lhe no Tribunal sergipano. Da sua atuação justa e segura na justiça eleitoral, em um meio pequeno, turbado por violentas paixões políticas, somente com o curso do tempo será possível fazer-se-lhe a necessária justiça, reconhecendo-se as qualidades de Juiz sereno e imparcial.

Por sua atitude de magistrado ímpoluto, pela sua inteireza moral, que defendeu a Justiça Eleitoral, o Tribunal Eleitoral de Sergipe, acusado em entrevista pública de subordinado, por um candidato a governador, que no último pleito conseguiu vencer e diplomar-se.

Enoch mudou-se para Ilhéus e Itabuna, ambas as cidades do sul baiano, onde exerceu a advocacia, ocupando ali o cargo de secretário da subseção da Ordem dos Advogados de Itabuna e militou na im-

prensa local. Vencida aquela fase amargurada de sua vida, até quando lhe foi possível voltar a Sergipe, na Interventoria Maynard Gomes, seu amigo, que soube reparar-lhe as injustiças, exercendo o cargo de Chefe de Polícia do Estado de Sergipe.

Em 1943 foi nomeado Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Aracaju, época em colabora na imprensa local, assinando uma seção no Correio de Aracaju, intitulada Correio Judiciário. Dois anos mais tarde em 1945 foi nomeado Desembargador do Tribunal de Justiça, cargo que desempenhou até a sua morte. Enoch exerceu ainda as funções de Corregedor Geral da Justiça, membro do Tribunal de Justiça Eleitoral, e seu Presidente. Em fevereiro de 1945 o Desembargador é abalado pela morte do filho, cujo prematuro desaparecimento jamais se refizera de todo, pela profunda amizade que o ligava ao filho.

Foi um dos fundadores da Faculdade de Direito de Sergipe, onde era titular da cadeira de Direito Judiciário Civil, tendo sido por duas vezes eleito Vice-Diretor. Como professor o traço marcante de sua personalidade era a afabilidade para com os alunos, achando-se sempre em rodas de alunos. Enoch Santiago era membro da Academia Sergipana de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, em cuja Presidência faleceu.

Magistrado, professor, ensaísta, dedicado às letras, foi notável poeta lírico, cujas produções figuram em várias antologias. O jornalista Enoch Santiago escreveu também uma peça de teatro, em três atos, intitulada A Calúnia e outros estudos que devido a sua importância se destacaram na época: Percorrendo Sergipe (série de cinco textos); Carta de exposição Casa de Saúde do Dr. Eiras; Mudança da Capital, Gumer-sindo Bessa; Silvio Romero; Otávio Leite, o magistrado; Centenário de Monsenhor Olimpio Campos, dentre outros.

Vítima de mal súbito (derrame violento) que lhe tirou a vida em poucas horas, o falecimento em sua residência, nesta capital, do Professor e Desembargador Enoch Matusalém Santiago em 16 de fevereiro de 1957, causou geral consternação na sociedade sergipana onde gozava do mais elevado conceito.

Logo que soube de seu falecimento, a direção da Faculdade de Direito suspendeu o expediente, providenciando diversas homenagens à sua memória. O seu corpo foi trazido para o edifício da Faculdade de Direito em cujo hall ficou exposto à visitação pública. Ao sair o féretro da Faculdade falou em nome do corpo docente o Professor Manuel Cabral Machado, e em nome dos estudantes o acadêmico Elieser Oliveira.

Por deliberação dos estudantes foi à urna funerária levada a pé até o cemitério Santa Isabel onde à beira do túmulo falaram: o Dr. Osmar Hora Fontes pela Ordem dos Advogados do Brasil, o Dr. Luiz Carlos Rollemberg Dantas pelo Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, o Dr. Durval Lima Santos pela Associação dos Ex-alunos da Faculdade de Direito de Sergipe e o poeta Freire Ribeiro pela Academia Sergipana de Letras.

Presente ao corteja, estiveram os Desembargadores acompanhados de esposas e filhos, residentes na cidade do Salvador, Orlando Imbassahy da Silva e Carlos Linhares de Albuquerque, genros do falecido. Ambos tiveram a oportunidade de manifestar-se mui agradecidos às homenagens que a Faculdade de Direito, a Ordem dos Advogados, o Instituto Histórico e Geográfico e a Academia Sergipana de Letras prestou ao seu sogro, Desembargador Enoch Santiago, falaram do brilho, inteligência e a cultura de Enoch, além do papel destacado por ele no Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, pelo seu espírito de justiça e amor a liberdade e ao direito.

Todavia, ambos não esconderam a grande mágoa e repulsa diante da atitude do Tribunal de Justiça, presidido à época pelo Desembargador Otávio Teles de Almeida (1894-1965), fugindo de prestar ao ilustre morto às homenagens a que ele faria jus. Era inadmissível a ausência de um representante do Poder Judiciário no momento derradeiro de um dos seus membros mais dignos. Durante a entrevista concedida à Gazeta Socialista concluiu: “o tribunal de Justiça de Sergipe pela sua maioria, desonra a memória dos seus ilustres membros falecidos, obscurece a inteligência e a tradição de nobreza dos sergipanos, com tal atitude. Não conheço semelhante fato já ocorrido em outro Estado. É de pasmar de tanta falta de ética”.

O Desembargado Enoch Matusalém Santiago, foi casado com a professora Adélia Rocha Santiago (desquitado na época), com quem teve três filhos; Cândida Maria, Maria Conceição e Enoch Santiago Filho, poeta morto em 1945, aos vinte e cinco anos.

#### ALGUNS PERIÓDICOS EM QUE COLABOROU

Anais Municipais – Revista Semestral da Câmara Municipal de Aracaju

Comércio (O) (Maruim)

Correio de Aracaju

Diário da Manhã

Diário de Sergipe

Estado de Sergipe

Folha da Manhã

Ganhamoroba (Maruim)

Jornal do Povo

Paladino (O) Maruim

Pela Pátria

Revista da Academia Sergipana de Letras

Revista de Aracaju

Revista da Faculdade de Direito de Sergipe

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe  
Sergipana (A)

#### SÍNTESE BIOGRÁFICA: ENOCH SANTIAGO

1892 Nasceu Enoch Santiago em Lagarto a 10 de novembro, filho de Ivo Santiago Matusalém e Maria benvinda de Jesus, sendo batizado com dias após nascimento na Igreja Matriz pelo padre Posidônio Pinheiro da Rocha, tendo como padrinhos Joaquim Eduardo dos Santos e Maria das neves de Jesus.

- 1906 Aos quatorze anos incompletos passa a morar em Aracaju e em novembro ingressa no funcionalismo público como contínuo da Inspetoria de Higiene do Estado.
- 1907 Em 5 de março é transferido para igual cargo da recebedoria do Estado, onde foi promovido a Guarda, na função de conferente.
- 1912 A partir de 20 de janeiro estendendo-se até 16 de julho de 1914, passou a escrever no Diário da manhã a coluna “Fitas”, assinando com o pseudônimo de Max.
- 1913 Em 14 de setembro publica o primeiro número do jornal Ganhamoroba em Maruim. Colabora no semanário “O Paladino” (órgão do Clube Carnavalesco Paladinos) até a edição de 12 de julho de 1914, quando é transferido.
- 1914 Entre dezembro a maio do ano seguinte, Enoch dirige “A Sergipana” (revista ilustrada de arte e literatura), publicando seis números. Em 8 de julho foi transferido do cargo de guarda da mesa de Rendas de Maroim, que exercia com bastante critério. A partir de 7 de setembro a 23 de dezembro assina no Jornal do Povo a coluna “Rimas Alegres” com o pseudônimo de Kaiser.
- 1915 Em 24 de outubro Enoch profere conferência no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe intitulada “O Dr. Inácio Joaquim Barbosa e a Cidade de Aracaju”, onde defende a tese de que Joaquim Barbosa foi o fundador de Aracaju em contraposição às afirmações de Felisbelo Freire e Manoel dos Passos de Oliveira Teles. Comenta sobre as razões e a data da fundação e pleiteia a construção de um monumento em homenagem ao fundador.



- 1916 Dirige a partir de 1º de junho o jornal “O Comercial”, publicado na cidade de Maruim. Em 15 de novembro discursa na sessão da inauguração da Loja Cotinguiba
- 1916/ É nomeado secretário e orador do Gabinete de Leitura em  
1917 Maruim.
- 1916/ Publica no “Jornal do Povo” as crônicas “Às Quintas”, assina-  
1919. das com o pseudônimo de Gil do Sul.
- 1917 Em 17 de março Enoch pronuncia discurso durante a inauguração do monumento a Inácio Joaquim Barbosa, comentando sobre a importância do monumento e a atitude civilizadora do fundador de Aracaju.
- 1918 Por decreto de 16 de setembro foi nomeado 3º escrivão da Recebedoria Estadual.
- 1919 Discursa a 24 de setembro em comemoração ao 3º aniversário da fundação da Liga Contra o Analfabetismo.
- 1919/  
1920 Publica no jornal “Pela Pátria” vários artigos.
- 1920 Discurso a 24 de fevereiro em nome da Liga Contra o Analfabetismo na inauguração da 6ª escola da Liga Cesário Pessoa, no povoado Barra dos Coqueiros. Em julho faz novo discurso em nome da Liga na inauguração da Escola Olímpio Campos.
- 1925 Bacharela-se em Ciências Jurídicas e Sociais a 8 de dezembro pela Faculdade de Direito da Bahia.
- 1926 Em 16 de outubro, inicia sua atuação no âmbito do Direito como Promotor da 3ª Vara Civil, de Aracaju.

- 1931 Em 4 de maio integra a Comissão encarregada de proceder a revisão geral dos Contratos feitos pelo Estado e pelos municípios com empresas ou particulares.
- 1932 É nomeado Procurador Fiscal dos Feitos da Fazenda, cargo em que deixou merecido renome.
- 1935 Mediante concurso, obteve aprovação em 1º lugar, nomeado em 2 de março Juiz de Direito de Santo Antonio de Vila Nova, atual Neópolis.
- 1937 Atuando como Juiz de direito de Maroim é aposentado compulsoriamente em 10 de novembro transfere-se para o sul da Bahia, onde passa a advogar, exerce o cargo de secretário da subseção da Ordem dos Advogados de Itabuna e militar na imprensa local.
- 1942 Reintegrado a vida sergipana é nomeado membro do Conselho Regional de Trânsito, sendo Chefe de Polícia a partir de 1º de abril até 12 de fevereiro do ano seguinte da Interventoria de Augusto Maynard Gomes, que em 18 de fevereiro revoga a aposentadoria, revertendo ao serviço ativo como Juiz de Direito.
- 1943 Nomeado Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Aracaju e passa a colaborar na imprensa local, assinando uma seção no Correio de Aracaju “Correio Judiciário”.
- 1945 Morre subitamente em 7 de fevereiro, aos 25 anos seu filho, o poeta Enoch Santiago Filho, deixando escrito mais de mil poemas. Seu livro póstumo “Poemas de Enoch Santiago Filho”, organizado pelo amigo Zitelmann de Oliva foi publicado em Salvador no ano seguinte. Emocionado com a perda do filho, o desembargador (cargo que desempenhou até sua

morte) Enoch publica no Diário de Sergipe na edição de 15 de fevereiro, texto em agradecimento pela bondade e a consideração dos seus amigos que na “instância mais aguda do meu sofrimento, acorreram para junto de mim, trazendo-me o bálsamo do seu conforto, único remédio que o mundo possui para adormecer a dor dos que padecem e assistiram à missa em sufrágio de sua alma”. Em 2 de julho é nomeado Desembargador do Tribunal de Apelação empossado no dia 6 do corrente mês.

- 1950 Eleito Presidente do TRE – Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, Biênio (28. nov.1950 a 26. set. 1951) e vice-presidente (27.set.1950 a 04.nov. 1950).
- 1951 Eleito Presidente do TRE, Biênio (26. set. 1951 a 26. set.1952). Passa a lecionar na Faculdade de Direito de Sergipe, na cátedra de Direito Judiciário Civil, e é escolhido vice-diretor daquela escola.
- 1952 Eleito vice-presidente do TRE, Biênio (13. nov.1952 a 13. nov.1953).
- 1953 Eleito vice-presidente do TRE, Biênio (13. nov.1953 a 13. nov.1954).
- 1953/1955 Presidiu o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.
- 1957 Morre neste capital Enoch Santiago em 16 de fevereiro, às 1:30 h em domicílio à Praça Siqueira de Menezes nº43, tendo como causa da morte natural hemorragia cerebral devido a ásteres esclerose, sendo sepultado no Cemitério da Cruz Vermelha.

INSTITUIÇÕES PESQUISADAS:

Academia Sergipana de Letras  
Arquivo Público do Estado de Sergipe  
Arquivo do Poder Judiciário do Estado de Sergipe  
Biblioteca Pública Epifânio Dória  
Biblioteca do Tribunal Judiciário do Estado de Sergipe  
Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe  
Instituto Tobias Barreto de Educação e Cultura – Pesquise  
Museu do Homem Sergipano

PERIÓDICOS SERGIPANOS:

Comércio (O); Correio de Aracaju; Correio de Sergipe; Cruzada (A); Diário da Manhã; Diário de Sergipe; Estado de Sergipe (O); Folha da Manhã; Folha de Sergipe; Ganhamoroba (O); Gazeta Socialista; Jornal do Povo; Notícia (A); Nordeste (O); Paladino (O); Pela Pátria; Revista da Academia Sergipana de Letras; Revista da Faculdade de Direito de Sergipe; Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe; Revista de Aracaju; Sergipana (A); Sergipe-Jornal; Tribuna (A)

BARRETO, Luiz Antonio. Enoch Santiago – jornalista, magistrado professor, Aracaju, Jornal do Dia, 2/3. set. 2007.

DANTAS, Ibarê. História de Sergipe (República, 1889-2001), Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

GILFRANCISCO. Flor em Rochedo Rubro- o poeta Enoch Santiago Filho, Aracaju: Secretaria de Estado da Cultura, 2005.

\_\_\_\_\_. O Desembargado Enoch Santiago, Aracaju, Jornal da Cidade, 18 a 21. fev. 2007.

\_\_\_\_\_. Idem [www.cinformonline.com.br](http://www.cinformonline.com.br) (24. fev.2007)

\_\_\_\_\_. Palavras Verdadeiras: Enoch Santiago, Aracaju (Aula Inaugural- Fundação José Augusto Vieira – FJAV - Lagarto) 7. fev. 2008.

\_\_\_\_\_. Palavras Verdadeiras: Enoch Santiago. Aracaju: Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe (inédito).

GUARANÁ, Armindo. Dicionário Biobibliográfico Sergipano. Rio de Janeiro: Empresa Gráfica Editora Pongetti & C.1925.

SANTIAGO, Enoch Matusalém. Gabinete de Leitura da Cidade de Maroim – Discurso. Maroim: Imprensa Econômica da vieuva soledade & Filho, 1913.

\_\_\_\_\_. A Mais Linda Esmeralda, Aracaju: Imprensa Oficial, 1942.

\_\_\_\_\_. Discursos. Aracaju, 1951.

\_\_\_\_\_. Gumersindo Bessa. Aracaju: Imprensa Oficial, 1952.

\_\_\_\_\_. Memórias de um juiz aposentado. (inédito).



## RESENHA





## CONHECENDO SERGIPE EM SUA DIVERSIDADE

Cláudio Ubiratan Gonçalves\*

O conhecimento do espaço em termos de tática e de estratégia, em geral reservado a uma minúscula minoria, constitui um poder colossal. Todos nós deveríamos aprender a pensar o espaço. Com efeito, traçar avenidas ou modificar o equilíbrio ecológico depende da leitura de mapas. Num sistema democrático, os cidadãos deveriam ser capazes de formular seus objetivos em termos corretos. Porém o ensino de geografia que recebemos não nos ajuda para tal. O século XIX ensinou-nos a ler palavras; agora trata-se de aprender a ler o espaço<sup>1</sup>.

A gênese da representação do espaço tem início com o mito grego de Atlas condenado por Zeus a carregar os céus eternamente nos ombros. A confecção do primeiro Atlas que se tem notícia, por volta do ano 150 a.c. foi atribuído a Ptolomeu. Nos dias de hoje prossegui-

---

\* Doutor em Geografia e Professor do Núcleo de Graduação em Geografia da UFS - Campus Prof. Alberto Carvalho.

<sup>1</sup> LACOSTE, Yves. Novas interrogações das ciências humanas. Rio de Janeiro, Ed. Jorge Zahar, 1983.

mos tomados pelo fascínio de conhecer melhor o espaço que habitamos nas múltiplas escalas que escolhemos representar. É neste sentido que a necessidade de compilar e de analisar informações a respeito do espaço aonde vivemos traduz nossa intenção de interagir com este mesmo espaço.

Desse modo, os interessados em conhecer melhor o espaço sergipano contam com um grande aliado: O Atlas Escolar Sergipe: espaço geo-histórico e cultural (João Pessoa: Editora Grafset, 2007, 207p.), resultado do esforço de uma equipe de pesquisadores coordenados pelas professoras Vera Lucia Alves França e Maria Tereza Souza Cruz, ambas profissionais com reconhecida habilidade no ofício de geografar os cantos e recantos do Estado de Sergipe.

Este compêndio dividido em oito partes faz cruzar no interior de seu texto razão e sensibilidade com variados recursos que dispõe como: mapas e fotografias com boa resolução, tabelas, quadros e figuras, incluindo sugestões de atividades ao final de cada capítulo, glossário e farta bibliografia.

No primeiro capítulo são ilustrados aspectos que vão da escala local a nacional. A localização geográfica constitui um elemento fundamental na relação do homem com o meio, influenciando em questões de ordem econômica relativa a produção e a organização espacial.

No capítulo seguinte: Sergipe e o seu território somos brindados pelos autores com um mergulho geo-histórico na formação territorial de *Sergipe del Rey*. A realização do estudo do processo de povoamento e de ocupação econômica portuguesa, não ignora como os estudos tradicionais, a presença dos diferentes povos indígenas: Tupinambás e Kiriris dos caciques Boipeba, Aperipê, Siriri, Japaratuba e Serigi. É realizada uma correlação direta entre os indígenas que resistiram à interiorização do povoamento, com os Xocós missionados pelos Capuchinhos do século XIX e, ainda hoje habitantes da ilha de São Pedro, no município sanfranciscano de Porto da Folha. A entrada do europeu na organização social indígena representou a substituição de uma economia coletora por outra de explorações mais sistemáticas, alicerçadas na pecuária extensiva, na lavoura canavieira, no algodão e

nos gêneros alimentícios. A terra e o uso de seus recursos delimitaram os contornos da organização da vida política de Sergipe, orientando também a configuração territorial de vilas e cidades.

Após adentrarmos os meandros do território sergipano, passamos aos condicionantes geoambientais. Neste capítulo, de forma agradavelmente didática são apresentados e analisados dados acerca das condições de tempo e clima. Através de uma linguagem rica em gráficos, mapas e imagens, é comunicado ao leitor a necessária atenção ao correlacionar uma visão geral com uma visão local de natureza. As significativas transformações no clima urbano da cidade de Aracaju também merecem destaque. Por outro lado, a rica geologia do Estado de Sergipe revela a diversidade de recursos minerais existentes como: níquel, titânio, fósforo, calcário, mármore, gás natural, potássio, petróleo, dentre outros; apontando uma realidade impar para a economia em escala industrial. No tocante a geomorfologia constatamos o domínio de três unidades de relevo: Planície Costeira, Tabuleiros Costeiros e Pediplano Sertanejo. Já a rede hidrográfica é servida pela bacia do rio São Francisco e pequenas bacias fluviais como os rios Japarutuba, Sergipe, Vaza-Barris, Piauí e Real, e esse conjunto assume feição de drenagem exorréica. Além da representação gráfica do perfil do “Velho Chico” – rio da unidade nacional, ressaltamos o quadro 05 na página 87, contendo todas as bacias hidrográficas de Sergipe e seus principais afluentes. A conclusão deste capítulo ocorre com a descrição da cobertura vegetal original e atual, onde os autores sensibilizam o leitor para o cenário de devastação que atingiu: floresta, brejo e mangue. Ressaltam as unidades de conservação da natureza instituídas por lei, como possibilidade de garantia da existência de espécies vegetais e animais.

No quarto capítulo, passamos à dinâmica da população sergipana que é resultante da miscigenação de diferentes grupos étnicos, dentre os quais destacamos a presença de afros-descendentes na zona do Cotinguiba e mestiços no Agreste e no Sertão. Percebemos que as taxas de natalidade e de mortalidade infantil apresentaram consideráveis reduções, e a partir da década de 1940 a população estadual triplicou,

o que demonstra um crescimento acelerado no número de habitantes. Se a população urbana corresponde a 71,35% do total da população, a rural é de apenas 28,65% reflexo do processo de urbanização que segue uma tendência nacional. Efetivamente, a população jovem tem diminuído, os adultos predominam e os idosos tem aumentado como reflexo do aumento da esperança de vida, sobretudo a partir de 1970. Adiante são focalizados os processos de movimento da população em Sergipe como: emigração, migração sazonal, internas e pendulares para fins de estudo ou trabalho. Por fim, são retratadas as situações da educação básica e do ensino superior, do setor da saúde e do índice de desenvolvimento humano.

O capítulo quinto, rede urbana e organização do espaço, aprofunda o sistema urbano, discorre sobre a centralidade e hierarquia urbana. Destaca-se o papel de Itabaiana, Estância e Lagarto como subcentros regionais, logo após Aracaju, considerado centro regional que comanda o sistema urbano sergipano e detém a primazia em decorrência de funções especializadas dos setores terciário e quaternário, além da recente verticalização. É digno de nota, o que os autores denominam de espaço metropolitano de Aracaju, que também engloba os vizinhos municípios de Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão. Ao final do capítulo são expostos quadros com as Mesorregiões Sergipanas e as Microrregiões geográficas.

A parte seguinte que é destinada à produção do espaço sergipano consiste no enfoque dos setores produtivos. Com rigor apurado os pesquisadores desenvolvem um conjunto de argumentos que traduzem a realidade agrária, a produção e a distribuição de bens e serviços e o turismo como nova opção econômica para o desenvolvimento do Estado. Por fim indicam desafios a serem superados na perspectiva do aproveitamento das potencialidades econômicas, são eles: ampliação do grau de escolaridade da população, melhoria dos níveis de qualificação da mão-de-obra, desenvolvimento de políticas públicas e ações baseadas nas potencialidades locais, definições de eixos de desenvolvimento, ampliação das atividades da indústria extrativa mineral e descentralização das atividades e decisões.

O capítulo sete joga luzes sobre a cultura sergipana. Desse modo, ao leitor desavisado que imagina que a pequena dimensão territorial de Sergipe possa ser sinônima de uma cultura pouco diversa, a mensagem é simples e direta: ocorrem diferenças marcantes nas expressões culturais das regiões sergipanas. A cultura da região do açúcar proporcionou a formação de núcleos urbanos com a imponência da arquitetura das igrejas e sobrados, vide a paisagem urbana de Laranjeiras, Estância e São Cristóvão. A cultura dos sertões foi marcada pelo domínio da pecuária e tem no vaqueiro, o tipo social da força e da coragem. Já o agreste é caracterizado pelas atividades pastoris e pelas pequenas propriedades. Em todas as regiões encontramos a importância dos festejos juninos, das festas de Reis, pastoris e sambas, o entrecruzamento do sagrado com o profano. O artesanato, assim como, as feiras populares e a culinária representam a identidade mística e criativa da sociedade sergipana.

O último capítulo da obra é dedicado aos símbolos do Estado. As estrelas na bandeira representa as barras fluviais dos rios Sergipe, São Francisco, Real, Vaza-Barris e Japaratuba, enquanto as faixas verdes e amarelas a inserção de Sergipe na nacionalidade brasileira. O selo do Estado com o indígena Serigy integrado a civilização através da legenda “PORVIR” remete ao futuro, além disso, temos a data da promulgação da constituição do Estado e a seguir a frase latina “SUB LEGE LIBERTAS” que significa “A liberdade está sujeita a Lei”. Por fim temos a letra do hino sergipano de autoria de Manoel de Oliveira.

Temos em mãos uma bela obra de rigor técnico-científico, didática e interativa que sugere ao leitor estudante do ensino básico, universitário ou pesquisador, prosseguir nos desdobramentos de investigação sobre o tempo-espaço de Sergipe, com sua singularidade e universalidade, propostos a partir da visão dos experientes autores.



## DOCUMENTOS





## CARTAS INÉDITAS

Ibarê Dantas

Em 22 de janeiro de 2009 o IHGSE recebeu a documentação do Acervo Particular de Epifânio Dória, composta sobretudo de correspondências recebidas, numerosos escritos outros, recortes de jornais e algumas publicações.

Após a morte de D. Iracema Dória, filha e guardiã do acervo do Secretário Perpétuo do IHGSE, que dedicou grande parte de sua vida à “Casa de Sergipe”, seu netos, num gesto de sensibilidade e espírito público, entregaram ao Instituto o material, composto de 83 caixas, que está sendo classificado dentro dos critérios das normas arquivistas.

Uma amostra dessa documentação são os fac-simile que reproduzimos em seguir.

- a) Uma cópia rascunho de carta enviada por Epifânio Dória a um benfeitor do IHGSE, tratando das suas realizações em meio a dificuldades.
- b) O segundo documento é uma carta do antropólogo Felte Bezerra que trata das origens da sub-comissão de Folclore de Sergipe.
- c) A carta seguinte ilustra os problemas para liberação das subvenções federais na década de quarenta em pleno Estado Novo.
- d) A quarta e última carta refere-se às dificuldades em que os filhos do grande filósofo, jurista e polemista sergipano, Tobias Barreto, encontravam-se em meados da década de quarenta.

Cabendo a Revista do IHGSE a publicação não apenas de artigos analíticos, mas também de documentos inéditos, ao tempo em que registramos a valiosa doação, apresentamos uma minúscula, mas significativa, amostra do seu conteúdo.

Aracaju, 26 de abril de 1956

Meu caro Orlando Damasceno:

Meu afetuoso saúdo.

Estou sem carta sua há muito tempo. Comuniquei-lhe o fato de ter eu, com o endosso de mais dois confrades da Academia Sergipana de Letras, proposto o seu nome para membro correspondente da referida Academia, na vaga de minha veneranda amiga D. Emilia Rosa de Marsilac Fontes, escritora e poetisa sergipana, viúva que foi do poeta das Resas Dr. Joaquim Fontes e mãe do Epiteto Fontes. De então para cá não tive mais cartas suas. Será que minha carta foi extravaliada pelo correio? É prevável.

45 A proposta do seu nome foi unanimemente aceita na sessão de 1954. Será que a Academia, cujo serviço de secretaria é muito descuidado, não lhe fez a devida comunicação? Acredito que sim. A Academia não tem sede própria. Realiza as suas sessões aqui no edifício do Instituto.

Peço dar-me suas notícias com a possível urgência. Caso a secretaria da Academia não tenha feito a devida comunicação providenciarei para que seja feita, como providenciarei a remessa do diploma.

O nosso Instituto continua progredindo e dando-me imenso trabalho. Empreendemos uma ampliação no prédio, pensando que a faríamos dentro de um orçamento de 300 mil cruzeiros, mas já se foram mais de 500 e estamos longe ainda dos marcos finais da jornada. Construímos um apartamento com capacidade correspondente ao triplo de que tínhamos reservado para a biblioteca que cresceu desmesuradamente, graças à generosidade dos Orlando Damasceno, Rodrigues Dória e eu três beneméritos desse alto quilate.

O novo compartimento precisa de estantes de aço iguais as que tínhamos. Compradas aí estas estantes em 1941, por 19 mil cruzeiros, o suplemento de que necessitamos agora talvez não vá, rigorosamente, ao dobro das que já tínhamos. Pedimos preço à fábrica e ela nos deu um orçamento de 162 mil cruzeiros! As peltrenas suplementares para o auditório, que também

CARTAS INÉDITAS

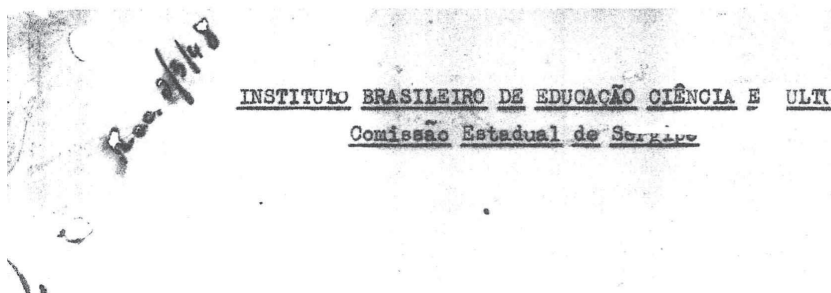
foi ampliada, e nos custaram quase 50 mil cruzeiros. Esta despesa já foi feita e paga. Quante as estantes estames sem dar solução, tal a imensidade do preço. Mas estantes e peltrenas são apenas detalhes da difficilima jornada que iniciamos.

Dê-me suas notícias e receba o meu abraço de velho amigo grate.

---

(Epifânio Dória)

IHGSE -  
Arquivo Epifânio



CARTAS INÉDITAS

Rio de Janeiro, 15 de Julho de 1941.

Presado amigo.  
Dr. Niceu Dantas.  
Rua João Pessoa.  
ARACAJU.  
SERGIPE.

Cordiais Saudações.

O pagamento das subvenções concedidas pelo governo federal a varias instituições de benemerencia social (hospitais, estabelecimentos de educação, orfanato, centros culturais, etc) está subordinado a um processo que exige assistencia continua de pessoa habilitada.

Por falta dessa assistência idonea, muitas instituições perdem esse auxilio que lhes destina o Governo. Outras, para que tal não aconteça, entregam-na a pessoas que cobram honorarios exagerados.

Proponho a fazer esse serviço, e já estou fazendo para varias, mediante os honorarios de 3 a 10% sobre os recebimentos, (conforme o monte. Reservo metade desses honorarios para quem obtiver a entrega do serviço.

Esta é a oferta que venho fazer ao presado amigo, que, junto encontrará uma relação das instituições localizadas nesse Estado, que a respeito, podem ser trabalhadas.

Aguardando suas ordens, sou-lhe, cordialmente,  
Criado amf e admor.

(a) Dr. Gabino Bizouro Cintra



Rec. 8/9/1945  
Rep. 18/9/1945

Bahia, 31 de Agosto de 1945.

Meu caro Epifanio:

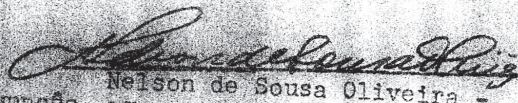
Um grande e afetuoso abraço.

Para o Fio, há 2 meses, em 3ª classe, passou, por aqui o Tobias Barreto Neto - que me contou as privações que sofrem as filhas do grande Tobias. Falei com o Alberto Barreto de Melo e com o Calazans para dizerem tudo a Voce e trabalharem, dos dois lados e de todos os modos possiveis, no sentido do governo de Sergipe, aumentar a pensão de D. Caliope e de D. Maria Barreto de Menezes. Os quinhentos cruzeiros da pensão atual não permitem a alimentação de uma pessoa adulta e comum, quanto mais de duas velhinhas que necessitam de melhores alimentos e remédios para os achaques da velhice. Recebi, há pouco tempo, mais uma carta de ambas falando-me sobre a casa que pretendem do governo de Pernambuco para o qual consegui os bons officios do governo da Bahia, não obstante carecer eu de qualquer prestigio politico. Responda-me sobre esse tão importante assunto, pois se o governo de Sergipe não fizer alguma coisa, tentarei outras providencias.

Tive a satisfação de conhecer uma sua filha que falou comigo no Colegio da Bahia. Estou sempre as suas ordens e de todos os seus.

Quero perguntar-lhe se seria possivel apresentarmos, voce, eu e outro confrade, o nome do Dr. Aloisio de Carvalho Filho, Diretor da Faculdade de Direito, para membro correspondente do nosso Instituto Historico de Sergipe. O Aloisio veio encantado com vocês todos, com o Instituto, com o nosso carissimo Sergipe.

Esperando as suas noticias e esclarecimentos sobre o que lhe peço, asseguro-lhe a sinceridade de uma estima cada vez maior. Recome-me a sua Exma. Familia.



AVENIDA SETE - MERCÊS, 172  
BAHIA.

# RELATÓRIO ANUAL DE 2008

José Ibarê Costa Dantas  
Presidente

## 1. INTRODUÇÃO

De conformidade com as normas da “Casa de Sergipe”, apresentamos o Relatório do Exercício findo, dando conta da situação das instalações físicas, do acervo, dos serviços que presta à comunidade, das fontes de recursos e das atividades culturais.

## 2. SITUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS

Desde quando assumimos a presidência do IHGSE, temos nos empenhado para melhorar as instalações físicas da “Casa de Sergipe”.

Sendo um prédio inaugurado em 1939, dotado de três pavimentos e um sótão, exige reparos com alguma frequência. Entretanto, as nossas interferências têm ido além da simples manutenção. Conforme informamos em relatórios anteriores, fizemos vários melhoramentos em todos os andares.

Quanto ao telhado, devido aos constantes problemas, em junho de 2008, substituímos as telhas do terceiro andar, no sentido de proteger melhor a Reserva Técnica da Pinacoteca, onde estão guardadas as

obras de arte do IHGSE. Em 2004, fizemos o retelhamento da cobertura do amplo auditório. Como a inclinação é acentuada, a trepidação do tráfego das suas proximidades vem deslocando as telhas de forma que, periodicamente, torna-se necessário nova revisão. O ideal seria trocar grande parte da madeira e o tipo de telhas, mas tal obra exige um volume de recursos de que nunca dispomos. Enquanto isso, vamos equacionando o possível, como ocorreu este ano ao refazermos algeroz e substituímos bicas de zinco furadas por calhas de plástico de maior durabilidade. Ademais, pintamos o piso da frente proporcionando-lhe melhor aparência e fizemos reparos no teto da sala da seção Sergipana da Biblioteca.

Uma obra maior, que veio atender a uma grande necessidade, foi a duplicação da Reserva Técnica, tornando o ambiente mais adequado para guardar o precioso patrimônio artístico de que dispomos. Aproveitamos a oportunidade para passar sinteco nas duas salas do terceiro andar e melhorar o sanitário desse pavimento.

### 3. BIBLIOTECA E ARQUIVO

Após havermos inventariado e organizado o acervo no primeiro quadriênio de gestão, prosseguimos com serviços mais pontuais em 2008. Um dos trabalhos mais demorados tem sido a classificação do material contido nas caixas de Arquivo, que passaram de poucas dezenas para 432 unidades.

Entre as peças que estão em processo de digitalização e indexação, destacam-se as fotografias. Como o manuseio do original no suporte papel torna-se susceptível a estragos e perdas, estamos trabalhando para disponibilizar aos consulentes apenas a imagem em formato digital.

Neste sentido, durante o ano de 2008, os estagiários lotados na Biblioteca, José Alberto Caldas Júnior e Alisson Fabiano Silva Ferro, ficharam e catalogaram cerca de 1.500 fotos correspondentes à coleção Sergipe, contendo algumas informações como dimensão, número do registro e número do objeto para que possamos disponibilizá-las ao público de forma mais segura.



Por esse tempo, o Inventário das Revistas do Acervo Geral, composto de 19.000 periódicos de vários lugares do Brasil e do mundo, sofreu um processo de revisão, visando disponibilizar aos consulentes com mais eficiência e precisão.

Dentro dessa mesma filosofia de ampliar os instrumentos de pesquisa, foi desenvolvido um trabalho no sentido de identificar, organizar e preparar o índice das *Miscelâneas*, ou seja, uma documentação formada por separatas, folhetos, obras diversas, agrupadas numa mesma capa. Feito isso, partimos para elaborar um *Sumário das Revistas de Sergipe* preparado pelas estagiárias Anne Caroline Santos Lima e Ângela Nickaulis Corrêa Silva. Como o acervo do Instituto continha várias falhas, recorremos à Diretora da Biblioteca Epifânio Dória, Sônia Carvalho, que prontamente nos atendeu, contribuindo decisivamente para completar o levantamento. Embora ainda restem algumas lacunas, o que conseguimos representa um grande repertório da produção intelectual dos sergipanos divulgada em revistas de Sergipe, no período de 1882 a 2008. Ao todo, formamos o Sumário de 155 títulos, que em papel A4 gerou cinco volumes com 1.727 páginas. Afinal, construímos uma obra destinada a ficar como referência para todos os estudiosos interessados em saber o que os sergipanos produziam, publicavam e liam em suas revistas.

Quando o biógrafo Ricardo Leite pesquisava a coleção da Revista Santa Cruz, editada em Estância, sugeriu a digitalização do citado periódico, trabalho que foi realizado por terceiros com o patrocínio de Jorge do Prado Leite, proprietário da antiga Fábrica Santa Cruz, estabelecimento marcante na vida daquela cidade.

Por esse tempo, em face da procura dos pesquisadores pela Revista de Aracaju, cujos exemplares mais antigos são de difícil acesso, o IHGSE promoveu a sua digitalização, reunindo num DVD todos os números até então publicados.

Enquanto isso, prosseguia a digitalização de mais um montante de jornais, dessa vez, graças ao convênio com a Universidade Federal de Sergipe. O trabalho está sendo executado pela Empresa Digicert, ganhadora da licitação, e já entregou a maior parte do material indexado em DVDs.

Na primeira fase, os jornais menores foram escaneados em Aracaju, mas o bloco da *Gazeta de Sergipe*, de formato maior, foi remetido para Brasília, parte sem encadernar e parte encadernada. Como a empresa decidiu copiar essa última porção sem retirar a encadernação, esse conjunto ficou imperfeito e está sendo objeto de reclamação.

Outra ação desenvolvida em 2008 foi a de enriquecer o acervo com documentos mais antigos. Como o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, criado em 1912, carece de maior documentação sobre o período colonial e sobre o século XIX, temos tentado ampliar o conjunto de fontes, através de cópias e/ou de informações sobre o material disponível em outros arquivos referentes ao nosso Estado. Além de conseguirmos a coleção de CDs do Projeto Resgate Barão do Rio Branco, graças ao Convênio da UFS com o IHGSE está no prelo o Catálogo do Arquivo do antropólogo Dr. Luiz Mott com indicações de fontes de Sergipe em cinco instituições nacionais e duas de Portugal.

Dentro dessa mesma filosofia de ampliar as fontes de consulta do século XIX, o IHGSE promoveu a edição do Catálogo *Os Classificados da Escravidão*, organizado pelo professor Dr. Josué Modesto dos Passos Subrinho, por tratar-se de um rico material sobre a escravidão no século XIX em Sergipe. O impresso veio preencher uma lacuna no acervo do IHGSE, servindo de instrumento de pesquisa destinado a ser explorado sob diversos ângulos.

Como escreveu o próprio pesquisador em sua Introdução, além de fornecer pistas sobre quem é quem entre o patronato escravocrata, esse catálogo pode gerar “estudos acerca da constituição das famílias de escravos, das relações entre escravos e senhores, da circulação dos escravos entre os ‘plantéis’ de senhores aparentados, da estrutura etária da população e outros aspectos de sua demografia.”

Em março de 2008, o acervo do IHGSE foi enriquecido também com a importante doação do Dr. João Fontes de Faria, sócio benemérito da Casa, de trinta volumes de postais de vários países dos diversos continentes, inclusive retratos de logradouros de Aracaju e de cidades do interior do Estado.

Com essas atividades, o Instituto vai cumprindo seus objetivos estatutários de ampliar seu acervo documental, produzir saber e cultivar a memória de Sergipe.

#### 4. MUSEU E PINACOTECA

A partir do relatório da Prof<sup>a</sup>. Verônica Maria Meneses Nunes, diretora do Museu **Galdino Bicho e da Pinacoteca Jordão de Oliveira**, e da estagiária Kleckstane Farias, podemos dizer que foram continuadas as atividades básicas de pesquisa e salvaguarda do acervo institucional, realizando as visitas monitoras ao Museu e a Pinacoteca.

O Museu Galdino Bicho manteve-se aberto ao público com a exposição de longa duração *Fragmentos da História de Sergipe*, cujos módulos abordam temas específicos da história local, articulando aos processos históricos internacionais e nacionais. A fim de acompanhar as inovações na área, no primeiro semestre a representante do Museu Galdino Bicho participou da 6<sup>a</sup> *Semana de Museus* em Santa Catarina.

Quanto à Pinacoteca Jordão de Oliveira, foi mantido o sistema de revezamento do acervo através de exposições temporárias. Esteve em cartaz durante o início de 2008 a exposição de *Florival Santos*, que apresentou obras de arte do respectivo autor em homenagem ao seu centenário de nascimento, e iniciou-se em julho daquele ano a exposição *A Arte do Século XIX nos acervos do IHGSE*.

Continuam cedidos por empréstimos ao Museu do Homem Sergipano da Universidade Federal de Sergipe, os seguintes objetos:

Quadro I

Nº Registro	Instituição	Objeto	Técnica	Autoria	Observação
2004/255	MUHSE	Natureza morta com aves	óleo sobre tela	anônimo	
-	MUHSE	Apontamentos históricos e topográficos sobre a Província de Sergipe.	impressão	Antônio José da Silva Travassos;	

Foram cedidos para a exposição de lançamento do *Dicionário Dois Séculos de Artes Visuais em Sergipe*, projeto coordenado pelo artista plástico Elias Santos e pela professora Silvane Santos Azevedo, os objetos abaixo relacionados:

Quadro II

Número de Registro	Responsável	Objeto	Técnica	Autor	Observação
2004/0080	Silvane Santos Azevedo	Uma menina seu cachorro e sua boneca	Óleo sobre tela	Freire Pinto	Já foi devolvida
2004/0082	Silvane Santos Azevedo	Morte de Tobias Barreto	Óleo sobre tela	Oséas Santos	Já foi devolvida
2004/0354	Silvane Santos Azevedo	João da Silva Melo	Fotografia		Já foi devolvida

Em 2008, continuamos nos empenhando para restaurar o acervo do IHGSE, especialmente seus valiosos quadros de pintura. Como nesse ano dispusemos de mais recursos, o número de obras restauradas foi recorde.

RELATÓRIO

Quadro III  
Quadros Restaurados em 2008  
IHGSE

Nº. de Registro	Objeto	Técnica	Autoria	Serviços
2004/0109	Personagem não identificado	Óleo sobre tela	Izatino Barbosa	Higienização, solidificação da pintura.
2004/0120	Personagem não identificado	Óleo sobre tela Dimensões 82 x 67 cm	Auguste Petit	Higienização, solidificada da pintura, obturação de furos.
2004/0242	Álvaro Telles de Menezes	Óleo sobre tela Dimensões 67 x 52 cm	Epímaco Mello	Higienização, remoção de sujidades, obturação de furos e rasgões, solidificação da pintura.
2004/0072	Cozinha	Óleo sobre tela Dimensões 53 x 53 cm	J. Inácio	Remoção de sujidades.
2004/0108	Natureza Morta com Livros	Óleo sobre papelão	Maria Pureza Bittencourt	Remoção de sujidades, fixação em nova base, uma vez que a 1ª encontrava-se totalmente destruída, solidificação da pintura.
2004/0019	Caminho do Bosque	Óleo sobre tela Dimensões 52 cm x 44 cm	Vergílio Lopes Rodrigues	Obturação de furos.
2004/0107	Igreja do Amparo	Óleo sobre tela Dimensões 22 x 17 cm	Roberto Carvalho	Higienização, substituição do chassi, intervenção para a recomposição de partes perdidas e solidificação da pintura.
2004/0095	Clodomir Silva	Óleo sobre tela Dimensões 74 x 64 cm	Jenner Augusto	Higienização, obturação em furos.
2004/0039	Eronides Ferreira de Carvalho	Óleo sobre tela Dimensões 221 x 167 cm	Jordão de Oliveira	Restauração da moldura, higienização, obturação, consertos de rasgões, solidificação e reintegração da pintura.
2004/0049	Leandro Maciel	Óleo sobre tela Dimensões 200 x 139,5 cm	Jordão de Oliveira	Higienização, remoção de sujidades, restauração da moldura.

No curso do ano de 2008, prosseguiu o inventário da **Coleção de Numismática** começado em 2006. Inicialmente, realizamos pesquisa no acervo bibliográfico sobre o assunto para iniciarmos os estudos. Os objetos se encontravam acondicionados em sacolas plásticas, a maioria sem referência. Esse aspecto nos conduziu a pesquisar nas Atas da instituição para a possível identificação dos doadores. Também consultamos a monografia de autoria de Paulo Roberto Menezes Rego, intitulada *Inventário das Moedas brasileiras do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, 2002.

Atualmente as moedas encontram-se praticamente todas com registro de tombamento, faltando apenas quatro envelopes com as moedas dos países Suíça, Uruguai, Venezuela e Vaticano, entre outras que são de difícil identificação.

Continuamos buscando informações sobre o doador Francisco de Barros Melo, natural de Pacatuba/Sergipe, que ainda jovem migrou para Santos. Aí revelou-se um empreendedor comercial e industrial. Atuante na cidade santista, exerceu o mandato de vereador para Câmara Municipal de Santos, de 1936 a 1939, quando a cidade teve restaurada a sua autonomia, após a revolução de 30. Os negócios industriais e comerciais do Sr. Francisco de Barros Melo, provavelmente tiveram como sede o casarão de frontaria azulejada situada na Rua do Comércio 92 a 98 e tombado pelo SPHAN. Sobre esse edifício, a prefeitura provavelmente deve ter desapropriado em 1985.

Há informações dando conta que o Sr. Francisco de Barros Melo foi um grande colecionador, sendo considerado o “Rei das Moedas” pela imensa quantidade de objetos que integrava a sua coleção de numismática. Além desta, também possuía coleções de pintura, taxidermia, mineralogia, estatuária, música, cerâmica e trajes regionais. Esse acervo se constituía no Museu Santista, que estava instalado na residência do seu proprietário, localizada à Rua Conselheiro Nébias, 553. Parte do acervo foi emprestado ao Museu João Ramalho instalado no Forte São João, em Bertioga. O restante desse acervo foi transferido, provavelmente em 1967, para o Museu Histórico e pedagógico dos Andradas, que funciona instalado na Cadeia Velha.

Em dezembro de 1952, foi aceito como sócio benemérito do IHGSE, em 1953 fez a sua primeira oferta à instituição: uma cruz gamada do governo alemão. Entretanto, foi em 1954 que ele fez a sua maior doação: a coleção de numismática estimada, na época, em cerca de 300 mil cruzeiros. Era um benfeitor destacado, pois de acordo com as palavras de Epifânio Dória, Francisco de Barros Melo “nunca visitava o Instituto de mãos vazias.”

Em 2008, trabalhou-se exclusivamente a coleção de Francisco de Barros Mello, onde foram executadas as seguintes atividades:

1. Higienização mecânica dos objetos;
2. Identificação das moedas por país e ano;
3. Agrupamento das moedas por valor monetário;
4. Início dos serviços fotográficos;

## 5. ARMAZENAGEM INDIVIDUAL EM ENVELOPES DE PAPEL E POSTERIORMENTE EM CAIXAS.

Neste processo de documentação museológica, ainda está por se fazer o registro de tombamento e as fichas individuais. Na relação original desta coleção, consta um total de 2.204 moedas, porém só foram inventariadas, até a presente data, 2.000 moedas. Trabalho demorado, examinando e registrando peça por peça, organizado através da comissão composta pelos membros, Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Terezinha Alves de Oliva, Vice-presidente do IHGSE; Prof<sup>ª</sup>. Verônica Maria Meneses Nunes; o funcionário Gustavo Paulo Bomfim e o estagiário Fagner Araujo Costa. Posteriormente deram continuidade ao trabalho junto com a prof<sup>ª</sup> Verônica Maria Meneses Nunes os bolsistas Fagner Araújo Costa, Lucas Galindo Santos Pinto e Kleckstane Farias e Silva Lucena. O trabalho contou também com a colaboração das estagiárias voluntárias Hanna Atansov Leite e Liliane Prado Vieira.

Os demais objetos da coleção de numismática, em que pese já estarem identificados e armazenados, com aproximadamente 400 moedas já inventariadas, ainda vão passar pelo processo de identificação de doadores, caso seja possível, para também serem registrados no livro tomo e nas fichas individuais.

### **Visitantes**

Durante o período o museu e a pinacoteca receberam 443 visitantes assim distribuídos.

Procedência Brasileira:

Quadro IV

ESTADO	Numero de visitantes
Sergipe	418
Bahia	3
Alagoas	1
São Paulo	9
Pernambuco	2
Paraíba	3
Rio Grande do Norte	1
Rio Grande do Sul	4
Rio de Janeiro	1
Distrito Federal	1
TOTAL	443

Durante o 1º semestre, o atendimento aos visitantes e serviço técnico foi desenvolvido pelos estagiários Kleckstane Farias e Silva Lucena e Lucas Galindo Santos Pinto. No 2º semestre, o mesmo trabalho foi desenvolvido pela estagiária Kleckstane Farias e Silva Lucena.

## 5. FONTES DE RECURSOS

Esse conjunto de obras tornou-se possível pela quantidade de recursos que dispusemos. 2008 foi o ano de nossa administração que gozamos de situação mais confortável em termos financeiros, sobretudo pelo convênio firmado com a Secretaria do Estado da Cultura, que nos creditou em dezembro passado R\$ 48.000,00. Essa importância permitiu que honrássemos sem grandes dificuldades os compromissos mensais como água, luz, telefone, manutenção de computadores. Ademais, facultou-nos as intervenções no prédio e aquisições de materiais permanentes ligados às atividades do IHGSE, tais como computadores e impressora. Adquirimos uma máquina fotográfica Nikon 6.0 para documentar as cerimônias da casa e, sobretudo, para captar imagens de documentos e armazenar na mídia.



Foi importante também o maior repasse por parte da Assembléia Legislativa, através de alguns deputados tais como Tânia Soares com R\$ 10.000,00; Conceição Vieira, R\$ 5.000,00; Gilmar Carvalho, R\$ 2.000,00; e Luiz Mitidieri, R\$ 2.000,00; somando R\$ 19.000,00 que foi utilizado em grande parte para a restauração dos quadros. Não foi por acaso que investimos tanto na recuperação das pinturas. Houve ainda um resíduo liberado pela Prefeitura de Aracaju no valor de R\$ 9.000,00, decorrente do convênio de 2007.

Devemos registrar que as contas do ano de 2007 foram aprovadas pela Diretoria, pela Assembléia Geral em 20.02.2008, e pela vara específica da Procuradoria do Estado que forneceu ao IHGSE atestado de funcionamento sem restrições.

## 6. EVENTOS

A diretoria do IHGSE, empenhada em cultivar a memória de nosso Estado, participou de eventos e festas cívicas, lembrando datas memoráveis e reafirmando nossas tradições. Por esse tempo, a Casa de Sergipe promoveu cerimônias em homenagens a intelectuais que contribuíram para o desenvolvimento cultural da sociedade sergipana.

Em 08.05.2008, no auditório do IHGSE, ocorreu sessão solene, não apenas para evocar o centenário de nascimento do poeta e biógrafo José Barreto Filho, como também para prestar homenagem a Emmanuel Franco, José Francisco de Menezes, Ariosvaldo Figueiredo e Arivaldo Silveira Fontes, sócios recentemente falecidos. A homenagem contou com a participação de familiares, associados, autoridades e populares.

Em 07.07.2008, celebramos os 188 anos da Carta Régia de D. João VI, que desencadeou o processo de emancipação política de Sergipe. Para falar sobre o tema, contamos com a presença do professor Fernando Afonso Ferreira Jr., especialista no assunto, pois desenvolvera sua dissertação de mestrado especificamente sobre o tema. Além do mais, foram empossados como sócios mais dois intelectuais incorporados à sociedade sergipana: Ricardo Lacerda e Gilberto Francisco.

Ao longo do ano de 2008, como representante da Casa de Sergipe, participamos também de outros eventos. Discorremos, em 09 de julho, sobre as *Relações do professor José Calasans com o IHGSE*, em seminário promovido pela Universidade Federal de Sergipe dedicado ao estudo daquele ex-presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Atendendo solicitação dos alunos de História da UFS, que organizaram o I Simpósio de História do Brasil, tendo como tema central A Chegada da Família Real e a Formação do Império, encerramos o evento, em 03.10.2008, com a palestra sobre *D. João VI e a Emancipação Política de Sergipe. Vertentes Historiográficas*.

Convidado para participar do IV Colóquio dos Institutos Históricos Brasileiros promovido pelo IHGB no Rio de Janeiro no período de 21 a 23.10.2008, voltamos a discorrer sobre *João VI e a Emancipação Política de Sergipe*, dessa vez no Gabinete Real de Leitura Português, na manhã de 22.10.2008. Ademais, foi uma oportunidade de discutir problemas comuns, conhecer melhor a realidade das instituições congêneres, permutar experiências e estreitar os laços com seus dirigentes.

A exemplo do que vem ocorrendo nos anos eleitorais, em fins de 2008 apresentamos trabalho sobre *As Eleições Municipais em Sergipe no X Simpósio ObservaNordeste - Nordeste 2008: O Voto Das Capitais II*, na Fundação Joaquim Nabuco, em 04 de dezembro no Recife.

Mas o acontecimento mais significativo para o IHGSE foi a realização em Sergipe do **I Congresso Sergipano de História**, ocorrido de 08 a 10 de outubro de 2008.

Conforme observamos na apresentação do caderno de Resumo, o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE) aproximou-se da Associação Nacional de História – Núcleo Sergipe (ANPUH-SE), nascendo daí uma parceria que, com a cooperação da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e de outras instituições, resultou na organização do referido evento.

Recorde-se que os sócios do IHGSE, desde cedo, demonstraram grande interesse em aprofundar e socializar os estudos históricos. Em

## RELATÓRIO

1945, quando havia um grupo de professores afeiçoados à ciência de Clio, houve uma tentativa de realizar um Congresso de História em Sergipe. Mas as dificuldades se manifestaram intransponíveis à concretização do projeto naquela ocasião. Todavia, em 1973, Sergipe sediou o V Congresso de História do Nordeste com a participação de professores e alunos de vários estados.

Dentro desses propósitos de contribuir para o maior intercâmbio entre os profissionais de História, o IHGSE e a ANPUH– Núcleo Sergipe, com apoio da UFS, realizaram o Encontro voltado para os estudos de *História e Memória em Sergipe*.

O evento contou com 513 inscritos e a participação de professores, estudantes de vários estados da federação, desde o Nordeste ao Sudeste, inclusive delegação do Rio de Janeiro. Palestras, mesas redondas, 12 mini-cursos temáticos e 226 comunicações compuseram a programação que está transcrita no Anexo I deste relatório.

O resultado superou as expectativas. Além de vivermos dias de exposições e debate num ambiente de grande civilidade, o evento proporcionou uma interação entre alunos e professores das escolas de curso superior em Sergipe como jamais havia ocorrido, pelo menos entre os estudiosos de História.

ANEXO I

**08 de outubro de 2008- quarta-feira**

**14h** - Início do credenciamento

**15h** - Programação cultural

**19h** - Solenidade de abertura

**19 h e 30 min.** - Conferência de abertura “História Política de Sergipe (1820-1889)”

Conferencista: Prof. Msc. José Ibarê Costa Dantas /IHGSE

Coordenação: Prof. Msc. José Vieira da Cruz /ANPUH-SE/SEED/UNIT

Local: Auditório do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

**09 de outubro de 2008 – quinta-feira**

**08 às 12h** - Mini-cursos

**13h às 16h** - Simpósios temáticos

**16h às 18h** - Mesa redonda “Índios e Negros no Nordeste”

Profª Drª Maria Hilda Baqueiro Paraíso/ UFBA

Profª Msc. Beatriz Góis Dantas /UFS

Prof. Dr. Luiz Mott/UFBA

**18h** - Lançamento de livros

Local: Auditório do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

**19h e 30 min.** - Mesa redonda “Lugares de Memória em Sergipe”

Profª Drª Terezinha Alves de Oliva/MUHSE/UFS

Profª. Msc. Verônica Maria Meneses Nunes /UFS/IHGSE

Prof. Manoel Alves /APES/FSLF

Coordenação: Prof. Msc. Antonio Bittencourt Júnior/UNIT/ANPUH-SE

Local: Auditório do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

**10 de outubro de 2008 – sexta-feira**

**08h às 12h** - Mini-cursos

Local: consultar página do evento

**13h às 16h** - Simpósios temáticos

RELATÓRIO

Local: consultar página do evento

**16h** - Mesa redonda “História e Memória do AI-5 no Nordeste”

Prof. Dr. Muniz Ferreira/UFBA

Prof<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lucileide Cardoso /UFRB

João Augusto Gama da Silva

Coordenador: Prof. Msc. Ruy Belém de Araújo/UFS

Local: Auditório do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

**19h** - Apresentação do Conjunto de Música Antiga Renantique

**19h e 30 min.** - Conferência de encerramento: História e Memória

Conferencista: Prof. Dr. Antônio Fernando de Araújo Sá/ANPUH-SE/UFS

Coordenação: Prof. Dr. Dilton Cândido Maynard /ANPUH-SE/UFS

Local: Auditório do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

ANEXO II

PERFIL DOS PESQUISADORES CADASTRADOS  
E MATERIAL CONSULTADO  
2008

Variável	Discriminação	Quantidade	Porcentagem
Sexo	Masculino	346	37%
	Feminino	599	63%
Total		945	100%
Variável	Discriminação	Quantidade	Porcentagem
Ocupação	Estudante	335	35%
	Professor	159	17%
	Outras	281	30%
	Não Identificadas	170	18%
Total		945	100%
Variável	Discriminação	Quantidade	Porcentagem
Idade	Entre 07 e 15 anos	52	6%
	Entre 16 e 20 anos	196	21%
	Entre 21 e 30 anos	387	41%
	Entre 31 e 40 anos	115	12%
	Entre 41 e 50 anos	77	8%
	Entre 51 e 60 anos	38	4%
	Mais de 61 anos	11	1%
	Idade não identificada	69	7%

Quantitativo dos pesquisadores cadastrados Mensalmente

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
50	88	91	102	89	51	86	54	115	106	63	50

Quantitativo da frequência mensal dos Leitores

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
303	496	463	700	796	215	465	603	1297	565	943	310

## NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE TRABALHOS

A Comissão de Documentação e Divulgação do IHGSE recebe trabalhos, sob a forma de artigos, resenhas, edições de fontes, conferências e comunicações com perspectiva histórica, geográfica, antropológica e sociológica. Os trabalhos concorrentes deverão ter caráter inédito, sendo fruto de pesquisa ou ensaio que verse sobre questões relativas ao território sergipano.

As colaborações para a Revista do IHGSE devem respeitar as seguintes especificações: os textos terão a extensão máxima de 25 laudas, digitadas em fonte Times New Roman ou Arial, tamanho 12 (nos subtítulos 14; nas citações 11; nas notas de rodapé 10), espaço 1,5 (um e meio), margens de 2,5 cm. As notas devem ser colocadas no rodapé do texto, podendo constar de referências bibliográficas e/ou comentários críticos; os artigos serão acompanhados de resumo de no máximo 10 linhas, do *abstract*, de três palavras-chave e de 3 *key-words*; abaixo do nome do autor deverá constar a instituição à qual se vincula; as traduções devem vir acompanhadas de autorização do autor e do original do texto; caso a pesquisa tenha apoio financeiro de alguma instituição, esta deverá ser mencionada; todos os trabalhos devem ser apresentados em CD-R e em 2 vias impressas em cor preta e papel branco (A4), das quais 1 não exibirá os dados de identificação do autor. O programa utilizado deve ser compatível com o *Word for Windows*. Os textos deverão ser produzidos de acordo com as normas da ABNT (2002). A prévia revisão gramatical caberá ao autor do texto. As figuras, fotos e mapas deverão vir em folhas separadas e com indicação de inserção no texto.

Todos os textos serão submetidos aos pareceristas das Comissões de História e Geografia. A Comissão de Documentação e Divulgação se reserva ao direito de recusar os trabalhos que não atendam as normas explicitadas e comunicará ao autor(a) se o trabalho foi aceito sem restrições, aceito com sugestões de alteração parcial, ou se foi recusado. Nesse último caso, o autor terá um mês, após o comunicado, para

resgatar o material enviado ao IHGSE. A referida Comissão, também, decidirá quanto ao momento oportuno para publicação das contribuições aceitas.

Os autores dos textos selecionados receberão 01 (um) exemplar do número que contiver sua colaboração. Os trabalhos, com devido endereço postal do remetente, deverão ser entregues ou remetidos à Comissão de Documentação e Divulgação via correios para o endereço: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Rua Itabaiana, n. 41, centro, CEP: 49010-190, Aracaju, SE.

Aracaju, julho de 2009

Samuel Barros de Medeiros e Albuquerque  
(Comissão de Documentação e Divulgação)